

Aula 00

E-Books Estratégicos Receita Federal

Autor:
Coordenação Pedagógica

12 de Agosto de 2024



RECEITA FEDERAL 2023

Auditor Fiscal Prova Comentada



APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Olá, pessoal!

É com imensa satisfação que damos início a este projeto de E-books de Provas Comentadas!

Com ele, nosso objetivo é proporcionar mais uma valiosa ferramenta para seus estudos. Considerando a grande importância de, ao longo de sua preparação, resolver questões de concursos, acreditamos que esta série de e-books será de grande utilidade.

Os comentários das questões aqui apresentados foram elaborados, preponderantemente, por Adolfo

Sá (Inglês), Fabrício Dutra (Português) e Márcio Amorim (demais matérias), sendo alguns trechos retirados de diversos materiais do Estratégia Concursos de autoria da equipe de professores.

A seguir, vocês podem conhecer a trajetória do ex-aluno do Estratégia e hoje Auditor do TCE-GO, Márcio Amorim.

Esperamos que façam bom uso deste material para, em breve, passarem de concurseiros a aprovados! Bons estudos!

Equipe Estratégia Concursos

APRESENTAÇÃO - MÁRCIO AMORIM



Meu nome é Márcio Amorim, tenho 29 anos, sou graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e, mais recentemente, em Ciências Contábeis pela União Brasileira de Faculdades (UniBF). No segundo semestre de 2023, dei início à graduação em Direito. Atualmente, exerço o cargo de Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, um sonho realizado, uma vez que trabalho onde sempre quis, em minha tão querida terra natal, Goiânia.

Comecei minha preparação para Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB), de fato, em setembro de 2019. Pesquisando os melhores materiais para concursos públicos, conheci o Estratégia e iniciei comprando o



pacote correspondente, pois ainda não existiam as assinaturas. Desenvolvi toda a minha base de conhecimentos por meio dos materiais de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Direito Empresarial, Direito Previdenciário, Contabilidade Geral e Avançada, Contabilidade de Custos, Análise das Demonstrações Contábeis, Auditoria, Raciocínio Lógico Quantitativo e Matemático, Estatística, Matemática Financeira, Direito Tributário, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Economia.

Com o passar do tempo, como, no decorrer da pandemia, não estavam sendo realizados concursos, fui conhecendo e, simultaneamente, migrando para a área de controle. Então, já com o novo sistema de assinaturas do Estratégia, pude incluir as matérias típicas dessa área: Administração Financeira e Orçamentária, Controle Externo, Contabilidade Pública, Auditoria Governamental. Ao longo da preparação, também estudei outras matérias específicas.

Melhorando a situação da pandemia, os concursos começaram a voltar. Obtive reprovações, porém, como bom resiliente, característica fundamental de todo o concurseiro, persisti nos estudos e conquistei várias aprovações, principalmente, no concurso dos meus sonhos. Foi uma jornada árdua que durou quase 3 anos, mas a recompensa fez tudo valer a pena.

Observem minha trajetória, como comentei, ela iniciou com REPROVAÇÕES:

- Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal (SEFAZ/DF);
- Auditor-Fiscal de Finanças e Controle de Arrecadação da Secretaria de Fazenda de Alagoas (SEFAZ/AL);
- Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE/RJ);
- Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF);
- Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT);
- Regulador de Serviços Públicos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA);

Entretanto, foi seguida de muitas APROVAÇÕES, confirmam:

- Auditor do Estado da Secretaria de Controle e Transparência do Espírito Santo (SECONT/ES);
- Técnico da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF);
- Analista da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF);
- Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas de Tocantins (TCE-TO);
- Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas de Tocantins (TCE-TO);



- Analista do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- Analista do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJ/TO);
- Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Tocantins (TJ/TO);
- Analista do Ministério Público de Goiás (MPE/GO);
- Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO);
- Analista do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-4);
- Analista do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-9);
- Analista do Tribunal Regional do Trabalho de Teresina (TRT-22);

- Analista do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT-23);
- Analista do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT-5);
- Analista do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-17);
- Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas de Alagoas (TCE-AL);
- Analista de Planejamento, Gestão e Controle da Prefeitura de Rio Verde (Pref.Rv);
- Analista da Secretaria de Administração de Goiás (SEAD/GO);
- - Auditor-Fiscal de Uberlândia (AFRM/UDI);
- Consultor Legislativo da Câmara Municipal de Pires do Rio (CLCM-PIRES);
- Exame de Suficiência Contábil (CFC);

Agradeço imensamente ao Estratégia Concursos pela qualidade dos materiais, foram fundamentais para o sucesso dessa jornada de concurseiro. Por fim, sou grato também pela oportunidade de estar trabalhando neste e-book. É uma responsabilidade muito grande, mas acredito fielmente que ele fará a diferença em seus estudos!



QUESTÕES COMENTADAS

PORTUGUÊS

A origem dos tributos

Atualmente a atividade tributária tem assumido o papel de prover os recursos destinados ao governo para a realização dos fins almejados e revertidos para o bem-estar da coletividade, porém nem sempre foi assim. Na antiguidade a tributação se destinava basicamente a custear guerras e a prover o sustento de uma classe governante que excedia em seus gastos com luxo e obras suntuosas para o seu mero deleite.

Em comunidades primitivas, quando a terra passou a ser um bem de muito valor e objeto constante de disputa entre diversas tribos, as tribos vencedoras exigiam vantagens tributárias tais como, contribuições em ouro, escravos e mercadorias a título de despojos de Guerra.

Na Pérsia no governo de Ciro, no século VI a. C foi implantado um eficiente sistema de correio que permitia o acompanhamento da arrecadação e controle. Tem origem na Pérsia a mais antiga taxa de prestação de serviço público, referente à expedição de carta de correspondência.

Nos antigos impérios a população pagava a “décima”, que correspondia a 10% sobre a produção devida ao Estado para as obras públicas.

No Egito antigo o império instituiu uma administração altamente especializada e centralizada e, dentre as carreiras públicas, a de escriba real, que controlava a arrecadação de tributos, estava no topo da carreira. O regime tributário no Egito incidia sobre os camponeses que tinham a obrigação de pagarem a título de imposto uma contribuição sobre o montante da produção.

Na Grécia antiga os tributos serviam para custear as despesas de guerra e para isso o Estado cobrava impostos sobre estrangeiros, assim como a conquista de novas áreas servia para aumentar o controle da arrecadação tributária naquela região.

No império Romano a arrecadação de impostos também teve grande importância, pois sua riqueza e expansão foram conquistadas sobre bases tributárias. A expansão do império Romano resultou na anexação de territórios fora da Itália, sendo que as cidades provinciais pagavam os tributos diretos e permanentes sobre as pessoas, e sobre a produção da terra, bem como sobre exploração das minas. O atual sistema de múltiplos impostos foi herdado dos romanos.

(Alessandro Leôncio Frazão)

01. Um texto obedece a uma determinada estruturação, que, segundo seu autor, é mais conveniente. Assinale a observação adequada sobre a estruturação deste texto.

- A) Tratando-se de um texto histórico, cada parágrafo mostra sucessão cronológica e uma contínua retomada de informações anteriormente fornecidas.



- B) O critério de paragrafação do texto é fundamentado na diferença cronológica e na noção de progresso aplicada aos impostos.
- C) O parágrafo final do texto mostra um ponto de chegada do sistema de impostos, caracterizado pela multiplicidade e pela ligação mais próxima ao sistema atual de cobrança.
- D) O primeiro parágrafo mostra a etapa mais antiga do sistema de impostos em oposição a todos os citados na sequência do texto.
- E) O título selecionado para o texto abrange todos os tópicos abordados nos diversos parágrafos, encaminhados a justificar o sistema atual de cobrança de impostos.

Uma questão clássica da FGV, que gosta de exigir do candidato o reconhecimento da estruturação do texto, ou seja, como foi desenvolvido o raciocínio por parte do autor diante da tipologia textual selecionada.

A expressão-chave para o candidato acertar esta questão é 'ORDEM CRONOLÓGICA'. Nota-se que, ao longo do texto, não há ordem cronológica, inclusive pelo fato de os eventos citados nos parágrafos, em muitos casos, terem sido simultâneos.

LETRA A. INCORRETO. Tratando-se de um texto histórico, cada parágrafo mostra sucessão cronológica e uma contínua retomada de informações anteriormente fornecidas.

Não há sucessão cronológica explícita nem retomada de informações anteriores.

LETRA B. INCORRETO. O critério de paragrafação do texto é fundamentado na diferença cronológica e na noção de progresso aplicada aos impostos.

Não há diferença cronológica, pois alguns eventos foram simultâneos.

LETRA C. CORRETO. O parágrafo final do texto mostra um ponto de chegada do sistema de impostos, caracterizado pela multiplicidade e pela ligação mais próxima ao sistema atual de cobrança.

É citado, no último período do texto, que o modelo abordado no parágrafo resultou no sistema atual de impostos. Além disso, o modelo abordado mostra a multiplicidade das funções dos impostos, não vinculados a guerras, o que é um modelo semelhante ao que ocorre hoje.

LETRA D. INCORRETO. O primeiro parágrafo mostra a etapa mais antiga do sistema de impostos em oposição a todos os citados na sequência do texto.

Não há relação de oposição entre o primeiro e os demais parágrafos.

LETRA E. INCORRETO. O título selecionado para o texto abrange todos os tópicos abordados nos diversos parágrafos, encaminhados a justificar o sistema atual de cobrança de impostos.

O título faz referência à origem dos impostos, mas, ao longo do texto, tem-se também sua função, seu objetivo.

Gabarito: C



“Os tributos são tão antigos quanto a própria humanidade, sua origem não pode ser definida com exatidão, mas acompanha a própria evolução humana, desde épocas pré-históricas quando o homem passou a fixar-se em apenas um local para caça e guarda de alimentos, sendo, portanto, dono daquele pedaço de terra. No início os tributos eram ofertas voluntárias dos homens como forma de presentear ou homenagear seus Deuses e Líderes.

Com o passar do tempo, pelo que se pode ver, as disputas por terras por meio de centenas de guerras foram responsáveis pela evolução da humanidade com o surgimento de grandes civilizações. A partir dessa época os tributos passaram a ser obrigatórios e exigidos pelos reis para financiar seus exércitos e com isso conquistar mais terras.”

(Ederson Leandro Pereira Farias)

02. O texto acima mostra a opinião e as informações do autor do texto sobre alguns temas ligados aos tributos. Sobre a estruturação envolvendo informações e opiniões, assinale a opção adequada.

- A) O enunciador reivindica a paternidade das informações prestadas, como frutos da sua própria opinião.
- B) O autor do texto apresenta sua própria opinião travestida de uma aparência de opinião geral.
- C) O autor do texto apresenta-o como fruto de seu próprio trabalho de pesquisa, não identificando as fontes.
- D) O enunciador apresenta informações de origem alheia, acompanhadas de comentários sobre elas.
- E) O autor do texto apresenta informações diversas, colocando as divergências em destaque.

Para acertar esta questão, foi fundamental observar o que foi dito NO ENUNCIADO. Acreditem! Ele deixou claro que o texto apresenta a opinião do autor. Isso foi fundamental para que se encontrasse a resposta correta.

Além disso, é necessária a leitura atenta para não deslizar nesse tipo de questão, visto que as opções estão repletas de pegadinhas. É preciso, portanto, trabalhar o raciocínio sobre cada uma delas.

LETRA A. INCORRETA. *O enunciador reivindica a paternidade das informações prestadas, como frutos da sua própria opinião.*

Não há reivindicação qualquer presente no texto.

LETRA B. CORRETA. *O autor do texto apresenta sua própria opinião travestida de uma aparência de opinião geral.*

O enunciado deixou claro que o texto acima contém a opinião do autor. Para isso, ele desenvolveu o raciocínio de forma impessoal, ou seja, em terceira pessoa. A expressão ‘pelo que se sabe’ é fundamental para a percepção de que o autor expressou sua opinião TRAVESTIDA de opinião geral.



LETRA C. INCORRETA. *O autor do texto apresenta-o como fruto de seu próprio trabalho de pesquisa, não identificando as fontes.*

Essa opção extrapola o que se apresenta no texto, visto que não há menção a trabalho de pesquisa.

LETRA D. INCORRETA. *O enunciador apresenta informações de origem alheia, acompanhadas de comentários sobre elas.*

Não há menção a fontes ou presença de comentários.

LETRA E. INCORRETA. *O autor do texto apresenta informações diversas, colocando as divergências em destaque.*

Não há divergências expressas no texto.

Gabarito: B

Num artigo sobre tributos, aparece o seguinte segmento:

“No Brasil, a história dos tributos divide-se em três momentos sendo: colonial, imperial e republicano, respectivamente nessa ordem. Os tributos existem desde o descobrimento de nossa terra, quando boa parte da exploração nativa era enviada para Portugal, época conhecida como Brasil-Colônia. O ‘Quinto do pau-brasil’ é considerado o primeiro tributo brasileiro e decorreu da exploração da árvore nativa pau-brasil (SANTOS 2015). A partir de então, os tributos foram sendo implementados e moldados até chegarmos aos dias atuais.”

03. Sobre a organização linguística desse segmento, assinale a observação adequada.

- A) Na primeira frase do texto, a forma de gerúndio é perfeitamente dispensável, podendo ser substituída por uma vírgula.
- B) O segmento “respectivamente nessa ordem” é redundante, pois o advérbio “respectivamente” já indica a mesma ordem de termos anteriores.
- C) O segmento “desde o descobrimento de nossa terra” faz supor que o leitor presumido do texto é o brasileiro nato e os estrangeiros naturalizados.
- D) O segmento “boa parte da exploração nativa” qualifica e quantifica a parte da exploração nativa.
- E) O segmento “época conhecida como Brasil-Colônia” refere-se a um antecedente claramente definido nos segmentos anteriores.

Vamos diretamente aos comentários das opções:



LETRA A. INCORRETO. Na primeira frase do texto, a forma de gerúndio é perfeitamente dispensável, podendo ser substituída por uma vírgula.

Levando ao pé da letra, seria inviável substituir o verbo 'sendo' por uma vírgula, principalmente por ele estar seguido de dois-pontos.

LETRA B. CORRETO. O segmento "respectivamente nessa ordem" é redundante, pois o advérbio "respectivamente" já indica a mesma ordem de termos anteriores.

'Respectivamente' já significa 'nessa ordem'. Logo, o uso dessa expressão é totalmente dispensável.

LETRA C. INCORRETO. O segmento "desde o descobrimento de nossa terra" faz supor que o leitor presumido do texto é o brasileiro nato e os estrangeiros naturalizados.

Com a expressão 'estrangeiros naturalizados', a banca deu uma viajada de leve.

LETRA D. INCORRETO. O segmento "boa parte da exploração nativa" qualifica e quantifica a parte da exploração nativa.

A expressão 'nativa' tem a ver com a origem/tipo da exploração, não com uma qualidade dela.

LETRA E. INCORRETO. O segmento "época conhecida como Brasil-Colônia" refere-se a um antecedente claramente definido nos segmentos anteriores.

O período antecedente expresso pela opção está no texto de forma implícita, não explícita.

Gabarito: B

"A sonegação é muito antiga no Brasil e até já criou expressões na língua popular brasileira que muitos nem se dão conta de que surgiram por conta dos tributos, como o 'Quinto dos Infernos' que se referia à quinta parte ou os 20% que os demais países deveriam pagar para Portugal quando compravam produtos do Brasil na época da colônia. Ou ainda o 'Santo do Pau Oco' que eram as imagens de santos feitas em madeira 'oca', pois no interior delas os garimpeiros saíam com ouro dos garimpos sem pagar os tributos."

04. Sobre a construção desse parágrafo, assinale a observação inadequada.

- A) O corpo do parágrafo corresponde à explicitação do conteúdo da tese argumentativa do mesmo parágrafo.
- B) O conteúdo básico do parágrafo mostra expressões enumeradas, acompanhadas das explicações etimológicas de seus termos.
- C) As expressões citadas, por serem de ocorrência historicamente antiga, comprovam a afirmação inicial.
- D) As expressões citadas no parágrafo estão organizadas em confrontação, documentando a tese exposta.
- E) O ato de sonegar está presente nas duas expressões selecionadas para o texto.

Nunca deixe de grafar que a banca está solicitando a opção incorreta, para não chegar nem perto de cair em maldade, por favor... Há, aqui, uma questão clássica de interpretação, em que é necessário ler de maneira analítica e excluir as opções que não podem ser gabarito de cara.



LETRA A. CORRETA. *O corpo do parágrafo corresponde à explicitação do conteúdo da tese argumentativa do mesmo parágrafo.*

A questão solicita a opção INCORRETA, e essa alternativa está de acordo com aquilo que está presente no texto: de fato, o parágrafo é autossuficiente no que tange à explicação da tese argumentativa.

LETRA B. CORRETA. *O conteúdo básico do parágrafo mostra expressões enumeradas, acompanhadas das explicações etimológicas de seus termos.*

Essa opção está de acordo com aquilo que está no texto, visto que a intenção real do autor é trazer explicações etimológicas sobre as expressões selecionadas: santo do pau oco e quinto dos infernos.

LETRA C. CORRETA. *As expressões citadas, por serem de ocorrência historicamente antiga, comprovam a afirmação inicial.*

O autor inicia o texto citando o fato de a história ser antiga. Além disso, passa o texto inteiro explicando etimologia baseado em informações históricas.

LETRA D. INCORRETA. *As expressões citadas no parágrafo estão organizadas em confrontação, documentando a tese exposta.*

Essa é a **INCORRETA**. Por que incorreta? Porque não há confrontação em relação à tese, e sim confirmação, visto que a tese do texto é a respeito da antiguidade da sonegação e o autor confirma isso explicando a origem das expressões.

LETRA E. CORRETA. *O ato de sonegar está presente nas duas expressões selecionadas para o texto.*

Realmente, as duas expressões cuja origem foi explicada remetem à sonegação.

Gabarito: D

“O surgimento do imposto de renda ocorreu relativamente tarde no desenvolvimento dos povos. A instituição de um real imposto sobre a renda exige um modelo econômico que possa ser avaliado e monitorado, para possibilitar o controle, a fiscalização e a cobrança do tributo. O sistema econômico de trocas de produtos ou serviços por outros produtos ou serviços dificultava a medição da renda. Com a criação da moeda, houve uma unidade para determinar o acréscimo do patrimônio das pessoas, possibilitando determinar a renda e tributá-la. Em vez de a riqueza ser avaliada apenas pelos bens que o indivíduo possuía, pôde ser medida pelo produto desses bens, isto é, pela renda.”

(A História do Imposto de Renda – Cristóvão Barcellos da Nóbrega)

05. Observe os dois primeiros períodos desse texto:

“O surgimento do imposto de renda ocorreu relativamente tarde no desenvolvimento dos povos. / A instituição de um real imposto sobre a renda exige um modelo econômico que possa ser avaliado e monitorado, para possibilitar o controle, a fiscalização e a cobrança do tributo.”

A relação lógica entre esses períodos pode ser explicada adequadamente do seguinte modo:



- A) o primeiro período mostra uma consequência do segundo.
- B) o segundo período traz uma ampliação das informações contidas no primeiro.
- C) o segundo período situa cronológica e espacialmente os fatos informados no primeiro.
- D) o segundo período dá forma objetiva à informação dada de forma geral no primeiro período.
- E) o primeiro período mostra uma ideia concessiva em relação ao segundo.

Comentários:

Dominar o que é a relação de causa e consequência, além do emprego correto dos conectivos, é fundamental para que se obtenha êxito em uma questão desse tipo.

Observem a disposição sintática e semântica das orações que foram destacadas pela questão.

Oração 1: O surgimento do imposto de renda ocorreu relativamente tarde no desenvolvimento dos povos.

Oração 2: A instituição de um real imposto sobre a renda exige um modelo econômico que possa ser avaliado e monitorado, para possibilitar o controle, a fiscalização e a cobrança do tributo.

Notem a possibilidade de se inserir a conjunção 'porque', antecedida de vírgula, entre as duas, transformando-as em um período só.

"O surgimento do imposto de renda ocorreu relativamente tarde no desenvolvimento dos povos, PORQUE a instituição de um real imposto sobre a renda exige um modelo econômico que possa ser avaliado e monitorado, para possibilitar o controle, a fiscalização e a cobrança do tributo."

O FATO DE a instituição desse imposto sobre a renda exigir um modelo avaliado e monitorado FEZ COM QUE o surgimento do imposto de renda tenha ocorrido relativamente tarde.

Isso significa que a segunda oração é a causa da primeira. Isso também significa que a primeira é a consequência (o resultado, o efeito) da segunda.

Gabarito: A

06. O conteúdo programático desta prova inclui operações de reescritura da frase. Assinale a opção em que a modificação ocorrida da primeira frase está corretamente indicada.

- A) A inteligência é uma construção do sujeito para enriquecer os objetos externos / A inteligência é uma construção do sujeito para o enriquecimento dos objetos externos = transformação de uma oração reduzida em oração desenvolvida.
- B) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano / Errar é humano, embora culpar o computador seja ainda mais humano = substituir um sinal de pontuação por um conector adequado.
- C) Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção da regra / Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção dela = substituição de um termo repetido por um hiperônimo.



- D) O arquiteto deseja sempre realizar o projeto e o pagamento do serviço / O arquiteto deseja sempre realizar o projeto e receber o pagamento = modificar um termo para restabelecer o paralelismo na frase.
- E) Não basta fugir, é preciso fugir na direção certa / Não basta fugir, é preciso fazê-lo na direção certa = substituição de um termo repetido por um sinônimo.

Comentários:

Vejamos:

LETRA A. INCORRETO. A inteligência é uma construção do sujeito para enriquecer os objetos externos / A inteligência é uma construção do sujeito para o enriquecimento dos objetos externos

Houve transformação de uma oração reduzida em um nome. Não há oração, pois "enriquecimento" é uma nominalização, é um substantivo. Oração deve ter verbo.

LETRA B. INCORRETO. O conector não é adequado, pois o sentido é de soma, não de concessão.

LETRA C. INCORRETO.

Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção da regra / Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção dela = substituição de um termo repetido por um pronome.

Hiperônimo é um termo de sentido geral. Hipônimo é um termo de sentido específico. É possível trocar um pelo outro como recurso coesivo em uma relação "gênero-espécie".

Ex.: Messi foi o herói da copa. O jogador marcou dois gols na final.

Ex.: O diesel é um vilão ambiental. Tornou-se combustível mais poluente.

LETRA D. CORRETO. Paralelismo é o uso de estruturas paralelas, simétricas, idênticas.

Em "O arquiteto deseja sempre [realizar o projeto] e [o pagamento do serviço]", os termos não estão com a mesma forma:

[realizar o projeto] é oração.

[o pagamento do serviço] é estrutura nominal.

Para reestabelecer o paralelismo, os dois termos assumiram forma de oração:

O arquiteto deseja sempre [realizar o projeto] e [receber o pagamento].

LETRA E. INCORRETO. Em "Não basta fugir, é preciso fazê-lo na direção certa", houve substituição de um termo por um verbo vicário: "fazer" tem sentido de "fugir":

Fazê-lo = fazer isso (fugir)

Gabarito: D



“Por ocasião do octogésimo aniversário do imposto de renda no Brasil, a Receita Federal editou um livro sobre a trajetória desse imposto e criou, na sua página na internet, um sítio com a Memória da Receita Federal, contando não só a evolução do imposto de renda como relevantes temas da história tributária brasileira.”

07. Assinale a opção que mostra informações corretas sobre o gênero e o tipo textuais desse fragmento textual.

- A) Texto descritivo, de tipo jornalístico, da responsabilidade de um observador, com predominância de identificar ou localizar uma realidade qualquer.
- B) Texto descritivo, de tipo informativo, da responsabilidade de um especialista, com predominância de qualificar uma realidade qualquer.
- C) Tipo dissertativo, de caráter expositivo-informativo, da responsabilidade de uma autoridade, com predominância de expor fatos.
- D) Tipo dissertativo, de caráter argumentativo, da responsabilidade de um argumentador, com predominância de defender uma tese.
- E) Tipo narrativo, de caráter realista, da responsabilidade de um narrador, com predominância de relato de fatos em sequência cronológica.

Quanto à tipologia textual, essa questão não apresenta polêmica ou dificuldade, pois é bem tranquilo perceber que a intenção do autor, ao produzir o texto, foi discorrer sobre um tema, com a intenção de mudar o estado de conhecimento do leitor. Isso configura um texto dissertativo, de caráter expositivo-informativo.

Não há argumentação, não há defesa de tese por meio de pontos de vista. Por isso, a letra D precisa ser descartada.

Cuidado para não caírem na pegadinha que muita gente cai: não pensem em marcar as letras A e B. DESCRITIVO é um texto que tem a intenção de produzir uma fotografia textual, fornecer detalhes, adjetivos, características. Tudo isso criaria na mente do leitor uma imagem. Nesse texto, a intenção do autor é FALAR SOBRE o tema.

A letra E também não pode ser considerada, visto que não ocorre contação de história, não envolve personagens, espaço, tempo, enredo.

De fato, temos um texto dissertativo sem a intenção de defender um ponto de vista, ou seja, informativo. Assim, descartamos as letras A, B, D e E, restando a alternativa C como gabarito.

Gabarito: C



08. Foi prevenido aos candidatos deste concurso que as informações gramaticais do conteúdo programático seriam consideradas sob o ponto de vista textual.

Nesse caso, assinale a opção em que a preposição “a” tem seu papel textual corretamente identificado.

- A) Introduzir um objeto direto preposicionado: Amar a Deus sobre todas as coisas.
- B) Introduzir um objeto indireto: Chegar à eternidade na flor da idade.
- C) Preceder um complemento nominal: Decidiu entregar à sorte a sua decisão.
- D) Introduzir um adjunto adverbial: Deu bom-dia a todos os presentes.
- E) Evitar a ambiguidade na frase: O turista cumprimentou a todos os presentes.

Comentários:

A questão exigiu o reconhecimento do papel sintático adequado para as preposições utilizadas. Vale a pena ressaltar que as preposições são palavras que estabelecem relações entre dois ou mais termos dentro de uma oração. Elas podem introduzir tanto adjuntos quanto complementos, que são funções sintáticas distintas.

Vamos aos itens, individualmente, para reconhecer o papel de cada conectivo empregado.

- A) Introduzir um objeto direto preposicionado: Amar a Deus sobre todas as coisas.

ITEM CERTO. Nesse caso, a preposição introduz um objeto direto preposicionado, visto que ela não foi empregada em virtude de regência verbal. A justificativa gramatical para o emprego de tal conectivo é o fato de o objeto direto ser um nome próprio ou comum, referente a seres personativos, principalmente com verbos que indicam sentimento (o verbo “amar”).

Nós amamos a Deus e a Jesus.

- B) Introduzir um objeto indireto: Chegar à eternidade na flor da idade.

ITEM ERRADO. Nesse caso, a preposição não introduz um objeto, um alvo da ação do verbo, e sim um adjunto adverbial.

- C) Preceder um complemento nominal: Decidiu entregar à sorte a sua decisão.

ITEM ERRADO. A preposição, nesse caso, não subordina um termo a um nome (o que seria o papel do complemento nominal). Ela introduz o objeto indireto do verbo “entregar”. Quem entrega, entrega ALGO a ALGUÉM. Um termo associado ao verbo não pode ser chamado de complemento nominal.

- D) Introduzir um adjunto adverbial: Deu bom-dia a todos os presentes.

ITEM ERRADO. A preposição, nesse caso, introduz o objeto indireto do verbo “Deu”. Quem dá, dá ALGO a ALGUÉM. Observem que esse elemento preposicionado não tem valor semântico de advérbio. Ele é quem recebe a ação do verbo, é o destinatário.



E) Evitar a ambiguidade na frase: O turista cumprimentou a todos os presentes.

ITEM ERRADO. Nesse caso, a preposição não foi empregada para evitar ambiguidade. É natural, na língua portuguesa, que ocorra objeto direto preposicionado antes de certos tipos de pronomes: de tratamento, indefinido, interrogativo ou demonstrativo.

Observe os exemplos:

Você odeia a tudo e a todos.

Meu Deus, a quem eu devo chamar?

A afirmativa correta por parte da banca está na letra A, portanto.

Gabarito: letra A

09. Observe a estruturação das três frases abaixo:

- Pagaram o imposto no prazo.
- Pagou-se o imposto no prazo.
- Alguém pagou o imposto no prazo.

Sobre essa estruturação, assinale a afirmação correta.

- A) As duas primeiras frases estão na voz passiva.
- B) Em todas as frases o sujeito não é identificado.
- C) As duas últimas frases mostram o agente da ação verbal.
- D) O sujeito é indeterminado na terceira frase.
- E) As duas últimas frases mostram sujeito claro.

Comentários:

Essa questão exigirá conhecimento sobre dois temas muito importantes dentro do aspecto gramatical: reconhecimento do sujeito e análise da partícula SE. Vamos proceder à análise de cada oração apresentada e, depois, entender o que cada item afirma, julgando-os.

Primeiramente, cumpre ressaltar que, quando as bancas falarem em “agente”, elas falam sobre quem pratica a ação do verbo. Nem sempre o sujeito será o agente, é totalmente possível que ele seja paciente.

Na oração “Pagaram o imposto no prazo”, não se sabe quem pagou. Observem que, nesse caso, não há expressa a figura do referente do verbo. Em uma frase solta como essa, sem presença de referente textual, a terceira pessoa do plural aponta para um sujeito indeterminado. Isso ocorre justamente pelo fato de o autor da frase não saber quem pagou.

Na oração “Pagou-se o imposto no prazo”, não se sabe quem praticou a ação de pagar. Contudo, há uma partícula “se” presente na oração. Quando o “se” está associado a um verbo que tem o agente indeterminado, ele poderá ser partícula apassivadora ou índice de indeterminação do sujeito. Ocorrerá partícula apassivadora quando o “se” estiver conectado a verbo transitivo direto. Nesse caso, o elemento que seria objeto direto “vira” sujeito paciente. O verbo, inclusive, concorda. A frase estará na voz passiva sintética.



Por exemplo, observem a frase “Vende-se esta casa.” Nesse caso, o “se” está ligado a um verbo com agente indeterminado e associado a um verbo transitivo DIRETO. Ele é, então, uma partícula apassivadora.

Na oração “Alguém pagou o imposto”, o sujeito é simples. Ele está expresso e tem como núcleo o pronome indefinido “Alguém”.

Vamos aos itens?

A) As duas primeiras frases estão na voz passiva.

Item errado. Voz passiva há apenas na segunda frase, em que ocorre partícula APASSIVADORA.

B) Em todas as frases o sujeito não é identificado.

Item errado. Sujeito indeterminado ocorre apenas na primeira. Na segunda, há sujeito paciente: o imposto. Na terceira, o sujeito é o termo “Alguém”.

C) As duas últimas frases mostram o agente da ação verbal.

Item errado. Apenas a terceira oração aponta a figura do agente.

D) O sujeito é indeterminado na terceira frase.

Item errado. O agente está expresso, não indeterminado. Ele é representado pelo pronome “Alguém”.

E) As duas últimas frases mostram sujeito claro.

Item certo. Na segunda oração, há sujeito paciente expresso: “o imposto”. Ele sofre a ação de ser pago. Na terceira, o sujeito tem como núcleo o termo “Alguém”. Nesse caso, o item E é o nosso gabarito.

Gabarito: E

10. Sabemos todos que a repetição de palavras idênticas num texto é um problema sempre corrigido pelos professores de redação.

Assinale a frase abaixo em que a repetição de palavras idênticas *não* é identificada como um problema de escrita.

A) O ruim de ser incluído entre os ricos é viver com os ricos.

B) Como a maior parte dos ricos, o principal uso da riqueza consiste na exibição da riqueza.

C) Um idiota pobre é um idiota. Um idiota rico é um rico.

D) Ame teu vizinho, mas não derrube a cerca do teu vizinho.

E) O que a Câmara faz, faz a Câmara.

Repetir palavras em um curto espaço é um erro? Muitas vezes, sim! Principalmente quando se tem a possibilidade de estabelecer a substituição por outro elemento, o que configura a relação de coesão textual. Repetir palavras denota pobreza lexical e, em uma língua rica como a nossa, isso não é recomendado. Em uma das orações abaixo, a repetição não configura um erro, e sim acontece por necessidade lexical ou sintática. A FGV gosta BASTANTE desse tipo de questão. Cuidado, futuro Auditor.



Vamos às opções:

LETRA A. INCORRETA. O ruim de ser incluído entre os ricos é viver com os ricos.

Observem que há, claramente, a possibilidade de se substituir o termo 'os ricos', na segunda ocorrência, por 'eles'. O ruim de ser incluído entre os ricos é viver com eles.

A repetição, nesse caso, é um problema de linguística textual.

LETRA B. INCORRETA. Como a maior parte dos ricos, o principal uso da riqueza consiste na exibição da riqueza.

Observem que há, claramente, a possibilidade de se substituir o termo 'riqueza', na segunda ocorrência, por 'dela'.

Como a maior parte dos ricos, o principal uso da riqueza consiste na exibição dela.

LETRA C. INCORRETA. Um idiota pobre é um idiota. Um idiota rico é um rico.

Nessa opção reside a maldade da banca. O candidato pensa que não existe a possibilidade de substituição por um pronome, como nas alternativas de cima. De fato, isso é verdade. Contudo, existe a possibilidade de substituir o termo 'idiota' por um sinônimo, visto que o termo 'idiota' já havia sido empregado dentro do sujeito, COM O MESMO SIGNIFICADO.

Um idiota pobre é um imbecil.

LETRA C. INCORRETA. Ame teu vizinho, mas não derrube a cerca do teu vizinho.

Observem que há, claramente, a possibilidade de se substituir o termo 'do teu vizinho', na segunda ocorrência, por 'dele'.

LETRA D. INCORRETA. Ame teu vizinho, mas não derrube a cerca dele.

LETRA E. CORRETA. O que a Câmara faz, faz a Câmara.

Professor, pelo amor de Deus, ele não repetiu aqui o verbo faz?

Sim, ele fez isso! Contudo, essa repetição não configura um erro porque os verbos em questão foram empregados com SIGNIFICADOS DIFERENTES.

Na primeira ocorrência, o verbo 'faz' foi empregado no sentido de 'executa'.

Na segunda ocorrência, o verbo 'faz' foi empregado no sentido de 'define'.

Logo, não há redundância, que seria um erro oriundo da repetição de palavras com o mesmo significado. Sendo necessária a substituição.

Gabarito: E



INGLÊS

Adding ethics to public finance

Evolutionary moral psychologists point the way to garnering broader support for fiscal policies

Policy decisions on taxation and public expenditures intrinsically reflect moral choices. How much of your hard-earned money is it fair for the state to collect through taxes? Should the rich pay more? Should the state provide basic public services such as education and health care for free to all citizens? And so on.

Economists and public finance practitioners have traditionally focused on economic efficiency. When considering distributional issues, they have generally steered clear of moral considerations, perhaps fearing these could be seen as subjective. However, recent work by evolutionary moral psychologists suggests that policies can be better designed and muster broader support if policymakers consider the full range of moral perspectives on public finance. A few pioneering empirical applications of this approach in the field of economics have shown promise.

For the most part, economists have customarily analyzed redistribution in a way that requires users to provide their own preferences with regard to inequality: Tell economists how much you care about inequality, and they can tell you how much redistribution is appropriate through the tax and benefit system. People (or families or households) have usually been considered as individuals, and the only relevant characteristics for these exercises have been their incomes, wealth, or spending potential.

There are two — understandable but not fully satisfactory — reasons for this approach. First, economists often wish to be viewed as objective social scientists. Second, most public finance scholars have been educated in a tradition steeped in values of societies that are WEIRD (Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic). In this context, individuals are at the center of the analysis, and morality is fundamentally about the golden rule — treat other people the way that you would want them to treat you, regardless of who those people are. These are crucial but ultimately insufficient perspectives on how humans make moral choices.

Evolutionary moral psychologists during the past couple of decades have shown that, faced with a moral dilemma, humans decide quickly what seems right or wrong based on instinct and later justify their decision through more deliberate reasoning. Based on evidence presented by these researchers, our instincts in the moral domain evolved as a way of fostering cooperation within a group, to help ensure survival. This modern perspective harks back to two moral philosophers of the Scottish Enlightenment — David Hume and Adam Smith — who noted that sentiments are integral to people's views on right and wrong. But most later philosophers in the Western tradition sought to base morality on reason alone.

Moral psychologists have recently shown that many people draw on moral perspectives that go well beyond the golden rule. Community, authority, divinity, purity, loyalty, and sanctity are important considerations not only in many non-Western countries, but also among politically influential segments of the population in advanced economies, as emphasized by proponents of moral foundations theory.



Regardless of whether one agrees with those broader moral perspectives, familiarity with them makes it easier to understand the underlying motivations for various groups' positions in debates on public policies. Such understanding may help in the design of policies that can muster support from a wide range of groups with differing moral values.

Adapted from: <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2022/03/Adding-ethics-to-public-finance-Mauro>

11. Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).

- I. The planning of fiscal strategies is impervious to moral considerations.
- II. Traditional public finance education based on the golden rule is wanting as regards moral choices.
- III. Since the 18th century, philosophers have been on the same page as regards moral dilemmas.

The statements are, respectively,

- A) T – F – T.
- B) F – F – T.
- C) F – T – F.
- D) F – T – T.
- E) T – F – F.

COMENTÁRIOS

Primeiramente, convém traduzir as afirmações propostas para se avaliar se são verdadeiras ou falsas:

I. The planning of fiscal strategies is impervious to moral considerations.

I. O planejamento de estratégias fiscais é impermeável a considerações morais.

II. Traditional public finance education based on the golden rule is wanting as regards moral choices.

II. A educação tradicional em finanças públicas, baseada na regra dourada, deixa a desejar no que diz respeito às escolhas morais.

III. Since the 18th century, philosophers have been on the same page as regards moral dilemmas.

III. Desde o século XVIII, filósofos têm estado na mesma página no que diz respeito a dilemas morais.

Dadas as traduções, sigamos para as considerações para cada uma das afirmações:

AFIRMAÇÃO I - FALSA - A primeira frase do texto em questão já afirma que as decisões políticas sobre tributação e gastos públicos refletem intrinsecamente escolhas morais. Portanto, não se pode afirmar que o planejamento de estratégias fiscais é impermeável a considerações morais. Vale destacar que a banca quis testar o conhecimento do candidato em relação à palavra *IMPERVIOUS* ("impermeável"), que não é muito comum e poderia gerar dificuldade.



AFIRMAÇÃO II - VERDADEIRA - Em primeiro lugar, é necessário destacar que, ao se ler uma questão, palavras-chave devem ser levadas em consideração. Nesse caso, estamos tratando de *GOLDEN RULE* (“regra dourada”) e *MORAL CHOICES* (“escolhas morais”). Dessa forma, após uma leitura rápida do texto e a identificação de onde estão as citadas palavras, seria possível localizar em que parte do texto está o trecho que permitirá dizer se essa afirmação é verdadeira ou falsa. Segue o trecho:

In this context, individuals are at the center of the analysis, and morality is fundamentally about the golden rule — treat other people the way that you would want them to treat you, regardless of who those people are. These are crucial but ultimately insufficient perspectives on how humans make moral choices.

TRADUÇÃO:

Neste contexto, os indivíduos estão no centro da análise, e a moralidade é fundamentalmente sobre a regra de ouro - tratar outras pessoas da maneira que você gostaria que o tratassem, independentemente de quem são essas pessoas. Essas são perspectivas cruciais, mas, em última instância, insuficientes sobre como os seres humanos fazem escolhas morais.

No trecho do texto, apresenta-se a **REGRA DOURADA**, que recomenda que se trate as pessoas como gostaria de ser tratado. No entanto, afirma-se que essa perspectiva é insuficiente no tocante a como as pessoas tomam decisões morais.

Por fim, como a maioria dos estudiosos em finanças públicas foram educados no contexto da citada **REGRA DOURADA**, pode-se afirmar que a educação tradicional em finanças públicas, baseada na regra de ouro, deixa a desejar no que diz respeito às escolhas morais.

AFIRMAÇÃO III - FALSA - Uma leitura atenta do 5º parágrafo comprova que essa afirmação é falsa. Observem o seguinte trecho:

This modern perspective harks back to two moral philosophers of the Scottish Enlightenment — David Hume and Adam Smith — who noted that sentiments are integral to people’s views on right and wrong. But most later philosophers in the Western tradition sought to base morality on reason alone.

TRADUÇÃO:

Essa perspectiva moderna remonta a dois filósofos morais da Ilustração Escocesa - David Hume e Adam Smith - que observaram que os sentimentos são parte integrante das visões das pessoas sobre o certo e o errado. No entanto, a maioria dos filósofos posteriores na tradição ocidental buscou fundamentar a moralidade apenas na razão.



Após a leitura desse trecho, caberia ao candidato compreender o que significa *TO BE ON THE SAME PAGE*, ou seja, concordar com o mesmo ponto de vista. Portanto, o trecho acima deixa claro que a maioria dos filósofos posteriores a David Hume e Adam Smith possuem opiniões diferentes em relação a dilemas morais, o que torna a afirmação III FALSA.

Gabarito: C

12. In the subtitle, “garnering” comes from the notion of

- A) storing grains.
- B) renting garrets.
- C) making garlands.
- D) lapidating garnets.
- E) charging garrisons.

COMENTÁRIO

Primeiramente, cabe ao candidato compreender que a questão é sobre seu conhecimento de vocabulário, ou seja, deve-se compreender o sentido que a palavra **TO GARNER** (“armazenar”) apresenta e marcar a opção que o representa.

ALTERNATIVA A. CERTA. A alternativa emprega a palavra **TO STORE** (“armazenar”), que representa o mesmo sentido de **TO GARNER**. Dessa forma, pode-se afirmar que ambas possuem a mesma noção.

ALTERNATIVA B. ERRADA. **TO STORE** e **TO GARNER** apresentam sentidos próximos, enquanto **TO RENT** (“alugar”) apresenta sentido diferente deles.

ALTERNATIVA C. ERRADA. **TO STORE** e **TO GARNER** apresentam sentidos próximos, enquanto **TO MAKE** (“fazer”) apresenta sentido diferente deles.

ALTERNATIVA D. ERRADA. **TO STORE** e **TO GARNER** apresentam sentidos próximos, enquanto **TO LAPIDATE** (“lapidar”) apresenta sentido diferente deles.

ALTERNATIVA E. ERRADA. **TO STORE** e **TO GARNER** apresentam sentidos próximos, enquanto **TO CHARGE** (“cobrar”) apresenta sentido diferente deles.

Gabarito: A



13. The adjective in “is it fair for the state to collect through taxes” is equivalent in meaning to

- A) bewildering.
- B) befuddling.
- C) bemusing.
- D) beguiling.
- E) befitting.

COMENTÁRIO

Primeiramente, é necessário que o candidato seja capaz de identificar o adjetivo no trecho apresentado do texto, o qual é **FAIR**, que significa **JUSTO** ou **ADEQUADO**.

Em segundo lugar, percebe-se que a questão exige conhecimento de vocabulário do candidato, ao apresentar, em cada opção, palavras exigentes.

ALTERNATIVA A. ERRADA. **FAIR** e **BEFITTING** apresentam sentido semelhante, **ADEQUADO**, enquanto **BEWILDERING** significa **CONFUSO**.

ALTERNATIVA B. ERRADA. **FAIR** e **BEFITTING** apresentam sentido semelhante, **ADEQUADO**, enquanto **BEFUDDLING** significa **CONFUSO**.

ALTERNATIVA C. ERRADA. **FAIR** e **BEFITTING** apresentam sentido semelhante, **ADEQUADO**, enquanto **BEMUSING** significa **INTRIGANTE**.

ALTERNATIVA D. ERRADA. **FAIR** e **BEFITTING** apresentam sentido semelhante, **ADEQUADO**, enquanto **BEGUILING** significa **ENGANADOR**.

ALTERNATIVA E. CERTA. **FAIR** e **BEFITTING** apresentam sentido semelhante, **ADEQUADO**.

Gabarito: E

14. The underlined expression in “regardless of who those people are” can be replaced without change in meaning by

- A) alike.
- B) despite.
- C) whereas.
- D) however.
- E) concerning.



COMENTÁRIO

Primeiramente, convém observar-se o trecho citado com mais atenção.

Regardless of whether one agrees with those broader moral perspectives, familiarity with them makes it easier to understand the underlying motivations for various groups' positions in debates on public policies.

TRADUÇÃO:

Independentemente de concordarmos com essas perspectivas morais mais amplas, a familiaridade com elas facilita a compreensão das motivações subjacentes das posições de vários grupos em debates sobre políticas públicas.

Após a leitura do trecho, podemos constatar que **REGARDLESS** indica **OPOSIÇÃO FRACA**.

ALTERNATIVA A. ERRADA. **ALIKE** ("semelhante", "igual") indica **SIMILARIDADE/SEMELHANÇA**, enquanto **REGARDLESS** expressa **OPOSIÇÃO FRACA**.

ALTERNATIVA B. CERTA. **DESPITE** ("apesar de") indica **CONCESSÃO**, ou seja, **OPOSIÇÃO FRACA**, expressando sentido semelhante a **REGARDLESS**.

ALTERNATIVA C. ERRADA. **WHEREAS** ("enquanto") indica **COMPARAÇÃO**, enquanto **REGARDLESS** expressa **OPOSIÇÃO FRACA**.

ALTERNATIVA D. ERRADA. **HOWEVER** ("entretanto") indica **OPOSIÇÃO FORTE**, enquanto **REGARDLESS** expressa **OPOSIÇÃO FRACA**.

ALTERNATIVA E. ERRADA. **CONCERNING** ("em relação a") indica **ASSUNTO**, enquanto **REGARDLESS** expressa **OPOSIÇÃO FRACA**.

Gabarito: B

15. When it is stated that "tradition [is] steeped in values of societies" it is implied that these values have been

- A) imbued.
- B) shunned.
- C) debased.
- D) withheld.
- E) overestimated.



COMENTÁRIO

Deve-se constatar que o enunciado exige do candidato o conhecimento da palavra **STEEPED**, que significa IMPREGNADA.

“tradition [is] steeped in values of societies” → A tradição [está] impregnada de valores das sociedades.

ALTERNATIVA A. CERTA. **STEEPED** e **IMBUED** apresentam sentido semelhante - **IMPREGNADO**.

ALTERNATIVA B. ERRADA. **SHUNNED** significa **EVITADO**, enquanto **STEEPED**, **IMPREGNADO**.

ALTERNATIVA C. ERRADA. **DEBASED** significa **DEGRADADO**, enquanto **STEEPED**, **IMPREGNADO**.

ALTERNATIVA D. ERRADA. **WITHHELD** significa **RETIDO**, enquanto **STEEPED**, **IMPREGNADO**.

ALTERNATIVA E. ERRADA. **OVERESTIMATED** significa **SUPERESTIMADO**, enquanto **STEEPED**, **IMPREGNADO**.

Gabarito: A

Text II

How trade can become a gateway to climate resilience

Most people don't think about climate change when they lift a café latte to their lips or nibble on a square of chocolate — but this could soon change.

Based on current trajectories, around a quarter of Brazil's coffee farms and 37% of Indonesia's are likely to be lost to climate change. Swathes of Ghana and Côte d'Ivoire — where most of the world's chocolate is sourced — will become too hot to grow cocoa by 2050.

Climate-related droughts and deadly heatwaves across the world have coincided with severe storms, cyclones, hurricanes, and, of course, a pandemic. As a consequence of these shocks, millions of people have been left without homes, and a growing number of people now face starvation and a total collapse of livelihoods as growing and exporting staple crops becomes untenable.

We must immediately rethink the shape of our economies, agricultural systems and consumption patterns. Our priority is to manufacture climate resilience in global economies and societies — and we must do it quickly.

Trade can kickstart the emergence of climate-resilient economies, especially in the poorest countries. Trade has a multiplier effect on economies by driving production growth and fostering the expansion of export industries. By shifting focus to production and exports that increase climate resilience, there is potential to exponentially increase the land surface and trade processes prepared to withstand the climate crisis.

Adapted from: <https://www.weforum.org/agenda/2022/07/trade-can-be-a-gateway-to-climate-resilience>



16. The aim of the text is to offer both

- A) an alert and a scolding.
- B) a query and a dismissal.
- C) a pledge and a grievance.
- D) a warning and a way out.
- E) a disclaimer and a solution.

COMENTÁRIO

A questão indaga sobre o objetivo (“**AIM**”) do texto.

ALTERNATIVA A. ERRADA. O texto não apresenta um alerta e uma repreensão.

ALTERNATIVA B. ERRADA. O texto não apresenta uma pergunta e uma rejeição.

ALTERNATIVA C. ERRADA. O texto não apresenta uma promessa e uma queixa.

ALTERNATIVA D. CERTA. Após uma leitura atenta do primeiro parágrafo, constata-se que seu conteúdo se trata de um **ALERTA (WARNING)** - como a mudança climática pode afetar a produção de café e chocolate de países como Brasil e Gana.

Based on current trajectories, around a quarter of Brazil’s coffee farms and 37% of Indonesia’s are likely to be lost to climate change. Swathes of Ghana and Côte d’Ivoire — where most of the world’s chocolate is sourced — will become too hot to grow cocoa by 2050.

TRADUÇÃO:

Com base nas trajetórias atuais, cerca de um quarto das fazendas de café do Brasil e 37% das da Indonésia provavelmente serão perdidas devido às mudanças climáticas. Grandes áreas de Gana e Costa do Marfim — de onde é obtida a maior parte do chocolate do mundo — irão se tornar muito quentes para cultivar cacau até 2050.

Por outro lado, o último parágrafo apresenta uma **FORMA DE COMBATER (WAY OUT)** as adversidades oriundas da crise climática: ampliar-se o comércio, o que pode impulsionar a resiliência às mudanças climáticas.

Trade can kickstart the emergence of climate-resilient economies, especially in the poorest countries. Trade has a multiplier effect on economies by driving production growth and fostering the expansion of export industries. By shifting focus to production and exports that increase climate resilience, there is potential to exponentially increase the land surface and trade processes prepared to withstand the climate crisis.



TRADUÇÃO:

O comércio pode impulsionar o surgimento de economias resilientes às mudanças climáticas, especialmente nos países mais pobres. O comércio tem um efeito multiplicador nas economias ao impulsionar o crescimento da produção e promover a expansão das indústrias de exportação. Ao direcionar o foco para a produção e exportação que aumentam a resiliência climática, existe o potencial de aumentar exponencialmente a superfície terrestre e os processos comerciais preparados para resistir à crise climática.

ALTERNATIVA E. ERRADA. O texto não apresenta uma renúncia e uma solução.

Gabarito: D

17. The position of the writer is that the situation described

- A) could be shrugged off.
- B) will not offer any harm.
- C) ought to shift promptly.
- D) should be taken lightly.
- E) needs to be overlooked.

COMENTÁRIO

A questão trata do posicionamento do autor em relação à situação apresentada no texto.

ALTERNATIVA A. ERRADA. O autor não afirma que a situação poderia ser ignorada.

ALTERNATIVA B. ERRADA. O autor não afirma que a situação não oferecerá nenhum dano.

ALTERNATIVA C. CERTA. O autor deixa claro seu ponto de vista de que a situação deveria ser alterada prontamente. Isso fica aparente no seguinte trecho: We must immediately rethink the shape of our economies, agricultural systems and consumption patterns. (TRADUÇÃO: “Devemos imediatamente repensar a forma de nossas economias, sistemas agrícolas e padrões de consumo.”)

ALTERNATIVA D. ERRADA. O texto não afirma que a situação não deve ser levada a sério.

ALTERNATIVA E. ERRADA. O texto não afirma que a situação precisa ser ignorada.

Gabarito: C



18. The adjective in “the poorest countries” is in the same form as

- A) All nations should be more attentive to the homeless.
- B) Ghana will be having a fine chocolate harvest in 2050.
- C) Brazil is one amongst many coffee-producing countries.
- D) It is hard to point out the most comfortable places on Earth.
- E) Hopefully by 2050 there will be fewer climate-related issues.

COMENTÁRIO

Primeiramente, é necessário observar-se que o adjetivo no enunciado está no **GRAU SUPERLATIVO DE SUPERIORIDADE**. Isso fica claro ao se constatar o sufixo **-EST**, característico desse específico grau. Além disso, vale destacar que o artigo definido **THE** é sempre empregado nesse mesmo grau.

Dito isso, conclui-se que a questão busca que o candidato identifique esse grau – **SUPERLATIVO DE SUPERIORIDADE**.

ALTERNATIVA A. ERRADA. A alternativa A está no grau **COMPARATIVO DE SUPERIORIDADE (more + adjetivo)**.

ALTERNATIVA B. ERRADA. Não há adjetivos variando em grau nessa alternativa. Vale destacar que a banca visava deixar o candidato confuso ao empregar a palavra **HARVEST**, que se trata do substantivo **COLHEITA**.

ALTERNATIVA C. ERRADA. Não há adjetivos variando em grau nessa alternativa. Vale destacar que a banca visava deixar o candidato confuso ao empregar a palavra **AMONGST**, que se trata da preposição **ENTRE**.

ALTERNATIVA D. CERTA. “**THE MOST COMFORTABLE PLACES**” apresenta o grau **SUPERLATIVO DE SUPERIORIDADE**. Vale destacar que, no enunciado, há o emprego do superlativo com adjetivo do tipo pequeno, demandando o uso do sufixo **-EST**. Nessa alternativa, caberia ao candidato apresentar o conhecimento de que adjetivos do tipo grande, por sua vez, exigem a utilização de **THE MOST**.

ALTERNATIVA E. ERRADA. A alternativa E está no grau **COMPARATIVO DE SUPERIORIDADE (adjetivo + -ER)**.

Gabarito: D

RLM

19. Um estudo procurou avaliar a frequência de saídas para jantar fora de uma população. A população foi dividida em três faixas de renda mensal, medida em salários mínimos (sm): menos do que 2 sm, entre 2 e 5 sm e mais do que 5 sm. O número médio de saídas noturnas também foi dividido em três faixas: menos de uma vez, uma ou duas vezes e mais de duas vezes por semana. Na tabela a seguir, são apresentados os resultados, em frações das referidas subpopulações. A tabela também apresenta, em sua última coluna, a fração da população situada em cada nível de rendimento.



	saída < 1	1 < saída < 2	saída > 2	%
sm < 2	0,7	0,2	0,1	0,6
2 ≤ sm ≤ 5	0,5	0,3	0,2	0,3
sm > 5	0,2	0,6	0,2	0,1

A fração dessa população que sai para jantar menos de uma vez por semana situa-se entre

- A) 0,2 e 0,3.
- B) 0,3 e 0,4.
- C) 0,4 e 0,5.
- D) 0,5 e 0,6.
- E) 0,6 e 0,7.

Trata-se de questão de porcentagem.

Notem que **60% da população** ganham menos de dois salários, **30%** ganham entre dois e cinco salários e **10%** ganham acima de cinco. Considerando uma população de 10.000 pessoas, temos:

70% dos 60% ganham menos de dois salários e saem menos de uma vez por semana. Ou seja, **70% de 6.000 pessoas**, logo **4.200**;

50% dos 30% ganham entre dois e cinco salários e saem menos de uma vez por semana. Logo, **50% de 3.000**, que equivale a **1.500**;

20% dos 10% ganham acima de cinco salários e saem menos de uma vez por semana. Portanto, **200 pessoas**.

A questão pede a fração que sai para jantar menos de uma vez por semana. Ora, façamos as contas:

$$f = \frac{4.200 + 1.500 + 200}{10.000} = 0,59$$

Portanto, confirmamos o gabarito na alternativa D.

Gabarito: D



20. A Mega-Sena é um jogo de apostas no qual são sorteadas 6 dentre 60 bolas numeradas de 1 a 60. Cecília fez uma aposta, escolhendo os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Cecília está acompanhando o sorteio e viu que as três primeiras bolas sorteadas foram as de número 1, 2 e 3.

A chance de Cecília acertar os seis números e ganhar na Mega-Sena é agora de uma em

- A) 29.260.
- B) 38.482.
- C) 61.245.
- D) 83.998.
- E) 102.063.

Trata-se de questão que aborda o assunto de Análise Combinatória, especificamente o tema Princípios Fundamentais da Contagem.

Saíram três números, logo restam outros **57**. A chance de ela acertar o próximo lance será de **3/57**. Posteriormente, a de acertar o quinto sorteio será de **2/56** e a de acertar o sexto, último sorteio, será **1/55**.

Multiplicando-se o eventos, tem-se o seguinte:

$$\frac{3}{57} \cdot \frac{2}{56} \cdot \frac{1}{55}$$

Simplificando:

$$\frac{1}{19} \cdot \frac{1}{28} \cdot \frac{1}{55}$$

Basta, agora, fazer a multiplicação dos denominadores:

$$19 \cdot 28 \cdot 55 = 29.260$$

O gabarito é, portanto, a alternativa A.

Gabarito: A

21. Lionel pretende comprar um carro que pode ser pago à vista, por 80 mil reais, ou a prazo, por 120 mil reais, com uma entrada e mais duas prestações iguais, a primeira a ser paga depois de um ano e a segunda a ser paga depois de mais um ano. Lionel dispõe de 150 mil reais, que estão aplicados no banco, com rendimento de 50% ao ano. Lionel prefere pagar a prazo.

O valor máximo da entrada que Lionel deve pagar de modo que a opção a prazo seja preferível é de

- A) 60 mil reais.
- B) 50 mil reais.



- C) 40 mil reais.
- D) 30 mil reais.
- E) 20 mil reais.

Trata-se de questão acerca de Equivalência de Capitais, assunto estudado em Matemática Financeira.

Vamos resolver de duas maneiras, escolham a que preferir.

#1ª maneira:

Como a opção a prazo é composta de uma entrada e duas parcelas iguais, totalizando R\$120.000,00, temos:

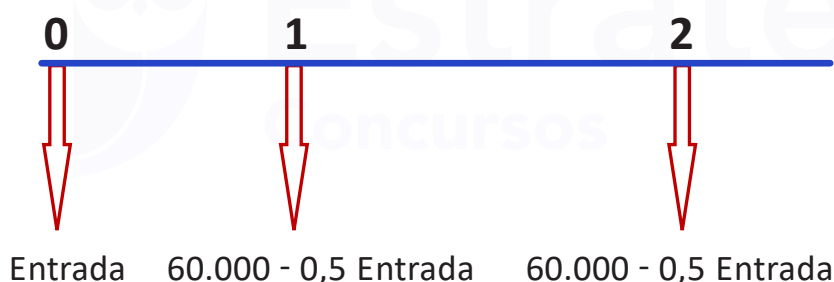
$$\text{Entrada} + x + x = 120.000$$

$$x = \frac{120.000 - \text{Entrada}}{2}$$

$$x = \frac{60.000 - \text{Entrada}}{2}$$

Ou seja, podemos dizer que o valor de cada parcela x equivale a $\frac{60.000 - \text{Entrada}}{2}$.

Considere, então, o seguinte fluxo de caixa:



Trazendo os fluxos a valor presente, obtemos:

$$\text{Entrada} + \frac{60.000 - 0,5 \text{ Entrada}}{1,5} + \frac{60.000 - 0,5 \text{ Entrada}}{1,5^2} \leq 80.000$$

Lembrando que R\$ 80.000,00 é, conforme o enunciado, o valor à vista.

Dessa forma, podemos assinalar o gabarito preliminar D. No entanto, no gabarito final, a questão foi anulada. A justificativa da banca foi a seguinte:

$$1,5^2 \text{ Entrada} + 1,5 (60.000 - 0,5 \text{ Entrada}) + 60.000 - 0,5 \text{ Entrada} \leq 1,5^2 (80.000)$$

$$1,5^2 \text{ Entrada} + 90.000 - 0,75 \text{ Entrada} + 60.000 - 0,5 \text{ Entrada} \leq 180.000$$

$$1,5^2 \text{ Entrada} - 0,75 \text{ Entrada} - 0,5 \text{ Entrada} \leq 30.0000$$

$$2,25 \text{ Entrada} - 0,75 \text{ Entrada} - 0,5 \text{ Entrada} \leq 30.0000$$

$$\text{Entrada} \leq 30.0000$$



“Qualquer valor de entrada acima de 30 mil torna a venda a prazo desinteressante. Entretanto, a questão foi ANULADA porque o comando da questão pedia o valor máximo de entrada para que a venda a prazo fosse preferível e, a rigor, esse valor seria R\$ 29.999,99 e não R\$ 30.000,00, como apontava o gabarito original”.

Como prometido, façamos da segunda maneira:

#2ª maneira:

Optando-se pelo valor à vista, Lionel acumulará o seguinte montante:

$$\text{Montante} = (150.000 - 80.000) * 1,5^2 \rightarrow \text{Montante} = \text{R\$ } 157.500,00$$

Optando-se pelo valor a prazo e dando R\$ 20.000,00 de entrada (letra E):

As duas parcelas seriam de R\$ 50.000,00 cada, pois é a metade da diferença entre o total (R\$120.000,00) e a entrada (R\$ 20.000,00). Logo:

$$\text{Montante} = [(150.000 - 20.000) \cdot 1,5 - 50.000] \cdot 1,5 - 50.000$$

$$\text{Montante} = \text{R\$ } 167.500,00$$

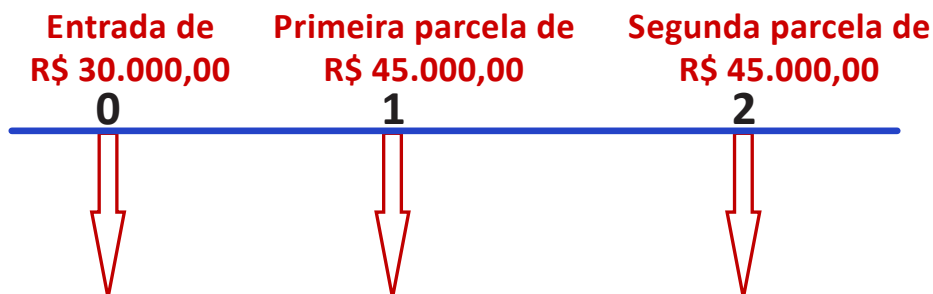


Vejam que, em relação à opção anterior, se ele optar por R\$ 20.000,00 de entrada, será vantajoso.

Optando-se pelo valor a prazo e dando R\$ 30.000,00 de entrada (letra D):

As duas parcelas seriam de R\$ 45.000,00 cada, pois é a metade da diferença entre o total (R\$ 120.000,00) e a entrada (R\$ 30.000,00). Logo:

Notem que empata com o valor à vista, o que representa o valor máximo para se optar pela modalidade a prazo. Sugestão: façam os mesmos cálculos para a entrada de R\$ 40.000,00, letra C. Vocês perceberão que o montante ficará inferior ao valor à vista (R\$ 157.500,00), não sendo, por conseguinte, vantajoso.



A questão foi ANULADA.

$$\text{Montante} = [(150.000 - 30.000) \cdot 1,5 - 45.000] \cdot 1,5 - 45.000$$

$$\text{Montante} = R\$ 157.500,00$$

Gabarito: Anulada

22. Um quadrado tem lado igual a 8. O número máximo de circunferências de raio 1 que podem ser postas no interior do quadrado de modo que os centros das circunferências estejam todos sobre a mesma diagonal do quadrado é igual a

- A) 8.
- B) 7.
- C) 6.
- D) 5.
- E) 4.

Cuida-se de questão que versa sobre Geometria Plana.

A princípio, devemos saber qual é a fórmula da diagonal do quadrado:

$$\text{diag} = L\sqrt{2}$$

Aplicando valores:

$$\text{diag} = 8\sqrt{2}$$

Como o diâmetro de uma circunferência é $2R$, tem-se 2, já que o raio é 1. Para saber a quantidade de circunferências, basta fazer a seguinte relação:

$$n = \frac{\text{diag}}{\text{diâmetro}} \rightarrow \frac{8\sqrt{2}}{2} \rightarrow 4\sqrt{2} \approx 5,76$$

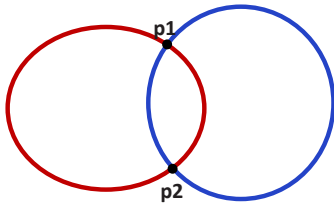
Assim, aproximando-se o valor acima para o inteiro mais próximo, obtemos 6 circunferências, o que nos leva a marcar o gabarito preliminar C.

Todavia, há inúmeras controvérsias em relação a essa questão, o que fez, de fato, que ela fosse corretamente anulada. Utilizando os cálculos acima, jamais poderíamos arredondar para o próximo inteiro, vez que uma parte da circunferência iria sair da circunscrição do quadrado. Dessa forma, o correto seria arredondar para baixo, ou seja, teríamos 5 circunferências, e a resposta seria a letra D. Mesmo assim, a troca de gabarito da letra C (preliminar) para a D também não seria acertada, visto que, do jeito que o enunciado foi escrito, não há resposta precisa.

Poderíamos colocar um número infinitamente grande de circunferências de raio 1 dentro do quadrado, basta que, para tanto, elas sejam secantes. O que o examinador provavelmente imaginou foi que elas não fossem secantes, o que, em momento algum do enunciado, foi explicitado.



Lembrem que circunferências secantes são assim consideradas quando possuem dois pontos em comum. Vejam a ilustração de circunferências secantes a seguir:



Dessa forma, a questão foi acertadamente “ANULADA”.

Gabarito: Anulada

23. O número de anagramas que podem ser formados com as letras da palavra DEMOCRACIA em que todas as vogais estejam juntas e todas as consoantes também estejam juntas é igual a

- A) 3600.
- B) 4800.
- C) 7200.
- D) 12300.
- E) 14400.

Trata-se de questão que aborda o conceito de anagramas.

Para vocês nunca mais errarem, memorizem a fórmula da **permutação com repetição**. Pode parecer complicada no início, porém, com a prática, ficará bem mais factível, acreditem:

$$P_n^{(\alpha, \beta)} = \frac{n!}{\alpha! \beta!}$$

n : número de letras de determinada palavra;

α e β : número de vezes que cada letra repete; por exemplo, em “DEMOCRACIA”, temos “A” que se repete duas vezes, logo $\alpha = 2$, e “C”, que também se repete duas vezes, logo $\beta = 2$.

A palavra em apreço, DEMOCRACIA, possui cinco vogais e cinco consoantes. Para solucionar o exercício, devemos considerar os seguintes casos, em que vogais aparecem juntas entre si e, por consequência, as consoantes também:

- i) EOAIA DMCRC (vogais no começo e consoantes no final)
- ii) DMCRC EOAIA (consoantes no começo e vogais no final)



Agora, basta aplicarmos a fórmula da permutação que vimos acima:

$$= P_5^2 \cdot P_5^2 = \frac{5!}{2!} \cdot \frac{5!}{2!} = 60 \cdot 60 = 3600 \text{ (i)}$$

$$= P_5^2 \cdot P_5^2 = \frac{5!}{2!} \cdot \frac{5!}{2!} = 60 \cdot 60 = 3600 \text{ (ii)}$$

Como pode ocorrer o evento i OU o evento ii, devemos somá-los, obtendo o total de 7200, o que nos permite identificar a alternativa C como gabarito. Lembrem que o conectivo OU representa a soma dos eventos, enquanto o conectivo E representa a multiplicação.

Gabarito: C

24. Três candidatos disputam uma eleição presidencial. Segundo pesquisas eleitorais, os candidatos A, B e C têm 41%, 34% e 7% das preferências, respectivamente. Votos em branco correspondem a 10% dos eleitores, enquanto votos nulos correspondem a 8%.

Votos brancos e nulos não são considerados votos válidos. Segundo as pesquisas, o percentual de votos válidos do candidato A é igual a

- A) 50,0%.
- B) 50,4%.
- C) 48,8%.
- D) 52,2%.
- E) 47,5%.



Estratégia
Concursos

Trata-se de questão do conteúdo Porcentagem.

Consideremos uma população com 10.000 votantes. Branco e nulo representam, juntos, 18%, ou seja, 1.800 votantes. Portanto, os votos válidos (não nulos e não brancos) representam $10.000 - 1.800 = 8.200$.

Como o candidato A possui 41% de preferência, isto é, 4.100 votantes, para sabermos o quanto isso representa em relação aos votos válidos, que é o que a assertiva explora, basta fazermos da seguinte forma:

$$\text{Votos válidos A} = \frac{4.100}{8.200} = 0,5 = 50\%$$

O gabarito é, portanto, alternativa A.

Gabarito: A



25. A partida decisiva Maiores x Geniais envolve uma grande incógnita. O goleiro Pegatudo, dos Geniais, está machucado, e a probabilidade de sua presença em campo é de 60%. Das últimas 10 partidas entre as equipes com Pegatudo no gol, os Geniais ganharam 7 e perderam 3. Porém, nas últimas 4 vezes em que Pegatudo esteve ausente, os Maiores venceram 3 e só perderam 1.

Usando esses dados, a probabilidade que os Geniais saiam vencedores do confronto é estimada em

- A) 76%.
- B) 68%.
- C) 60%.
- D) 58%.
- E) 52%.

Comentário:

A probabilidade de o time Geniais vencer, independentemente de o goleiro Pegatudo jogar ou não, pode ser calculada pelo Teorema da Probabilidade Total:

$$P(I) = P(I/A) \times P(A) + P(I/\bar{A}) \times P(\bar{A})$$

Fonte: aula 06, pg. 66, Estatística para AFRFB, da Equipe Exatas Estratégia Concursos.

O enunciado informa que:

- A probabilidade de o goleiro Pegatudo jogar é $P(A) = 60\% = 0,6$; logo, a probabilidade de ele não jogar é complementar $P(\bar{A}) = 1 - 0,6 = 0,4$;
- O time Geniais venceu 7 de 10 partidas quando o goleiro esteve presente, ou seja, $P(I|A) = 7/10 = 0,7$;
- e
- O time Geniais venceu 1 de 4 partidas quando o goleiro não esteve presente, ou seja, $P(I|\bar{A}) = 1/4 = 0,25$.

Substituindo esses dados na fórmula da Probabilidade Total, temos:

$$P(I) = 0,7 \times 0,6 + 0,25 \times 0,4 = 0,42 + 0,1 = 0,52 = 52\%$$

Gabarito: E



26. Um triângulo equilátero feito de cartolina tem vértices A, B e C. Corta-se o triângulo em linha reta com uma tesoura, indo de A até o ponto D situado no lado oposto BC e tal que a distância de D a B é o triplo da distância de D a C.

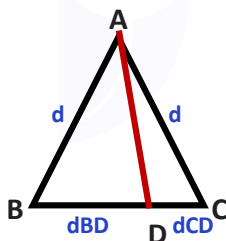
Se a área do triângulo ABC vale 24 cm^2 , então a área do triângulo restante ABD vale

- A) 16.
- B) 17.
- C) 18.
- D) 19.
- E) 20.

Trata-se de questão sobre Geometria.

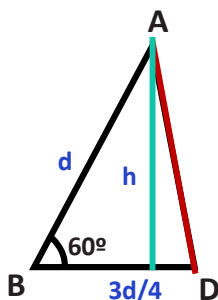
A princípio, cabe entendermos o que é triângulo equilátero. Conceitualmente, entende-se que é uma figura geométrica plana que possui como principal característica os três lados congruentes, ou seja, a medida desses três lados é a mesma.

Posto isso, considere a seguinte ilustração:



Sabendo-se que d_{BD} é o triplo de d_{CD} e que a soma de ambos equivale ao próprio lado “d” (o triângulo é equilátero, logo possui a mesma medida para os três lados), podemos isolar o triângulo ABD, obtendo:

Para calcular a área do triângulo ABD, como solicitado pela questão em tela, precisamos conhecer as seguintes fórmulas:



i) Área de um triângulo qualquer: $\frac{\text{base} \cdot \text{altura}}{2}$



ii) Área de um triângulo equilátero: $\frac{d^2\sqrt{3}}{4}$

Ato contínuo, manipulamos da seguinte forma:

$$i) \Delta ABD = \frac{3d \cdot h}{4 \cdot 2} \rightarrow \frac{3d \cdot h}{8}$$

$$ii) \frac{d^2\sqrt{3}}{4} = 24 \rightarrow d^2 = \frac{96}{\sqrt{3}}$$

Descobrimos “h” pela relação do seno, temos:

$$iii) \text{sen } 60^\circ = h/d$$

$$iii) \frac{\sqrt{3}}{2} = h/d$$

$$iii) h = \frac{\sqrt{3}d}{2}$$

Substituindo o valor de h, que obtivemos em iii, na fórmula final de i, temos:

$$i) \Delta ABD = \frac{3d^2 \sqrt{3}}{16}$$

Por fim, façamos a substituição de d^2 (obtido em ii) na fórmula acima:

$$\Delta ABD = \frac{3 \cdot 96 \cdot \sqrt{3}}{16 \cdot \sqrt{3}} = 18 \text{ cm}^2$$

O gabarito é, portanto, alternativa C.

Pessoal, poderíamos resolver a questão de uma forma mais sintética. Como vimos acima, a área do triângulo é dada pela metade do produto entre a base e a altura. Se a área do triângulo é de 24 cm^2 , conforme o enunciado, temos a seguinte relação:

$$\frac{d \cdot h}{2} = 24 \rightarrow d \cdot h = 48 \text{ cm}^2$$

Dessa forma, a área do triângulo ABD será obtida assim:

$$\Delta ABD = \frac{d \cdot h}{2} \rightarrow \frac{3d \cdot h}{8}$$

Ora, o produto d e h vale 48, logo:

$$\Delta ABD = \frac{3 \cdot 48}{8} \rightarrow 3 \cdot 6 \rightarrow 18 \text{ cm}^2$$

Gabarito: C



ESTADÍSTICA

27. Observe as cinco amostras a seguir:

Amostra	Observações						
1	−5	−3	−1	1	3	5	7
2	22	26		30	34		38
3	100				101	102	103
4	1	2	3	5			10
5	0,5	2,0	3,5	5,0			6,5

Das cinco, a de menor desvio padrão é a

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

Trata-se de questão acerca do assunto Desvio-padrão.

O desvio-padrão é uma medida de dispersão que indica quão homogêneos são os dados de um conjunto. Quanto menor o desvio-padrão, menos dispersos são os dados. Dessa forma, apenas observando a tabela acima, é possível notar que a terceira amostra é a mais homogênea, portanto possui o menor desvio-padrão. A amostra 4 não seria a resposta por conta do último elemento, o número 10.

Entretanto, para fins de aprendizado, façamos os cálculos.

$$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n - 1}}$$

s: desvio-padrão amostral;

xi: elemento da amostra;

$\bar{x}$: média da amostra;

n: número total de elementos.



Fazendo os cálculos, obtemos os seguintes desvios:

- amostra 1: 4,32;
- amostra 2: 6,32;
- amostra 3: 1,29;
- amostra 4: 3,53;
- amostra 5: 2,37.

Amostra	Média (x)	Número de elementos (n)	Desvio-padrão (s)
1	1	7	4,32
2	30	5	6,32
3	101,5	4	1,29
4	4,2	5	3,53
5	3,5	5	2,37

Notem que, realmente, o gabarito é a amostra 3, alternativa C.

Gabarito: C

28. Uma equipe de trabalho reúne 4 auditores e 6 analistas. Se três pessoas dessa equipe forem selecionadas aleatoriamente para formar um pequeno grupo de trabalho, a probabilidade de que esse grupo seja formado por dois analistas e um auditor é igual a

- A) 0,2.
- B) 0,5.
- C) 0,6.
- D) 0,7.
- E) 0,8.

Trata-se de questão que mescla Probabilidade com Análise Combinatória.



Lembrem-se do seguinte *bizu*: quando a ordem de escolha for importante, teremos um arranjo. Noutro giro, quando não for importante, teremos combinação, que é o caso da questão em apreço.

Memorizem a fórmula da combinação:

$$C_{n,p} = \frac{n!}{(n-p)!p!}$$

Aplicando-a, temos que a quantidade de maneiras de selecionarmos um auditor entre quatro é:

$$C_{4,1} = \frac{4!}{(4-1)!1!} = \frac{4 \cdot 3 \cdot 2}{3 \cdot 2} = 4$$

Por sua vez, a quantidade de maneiras de selecionarmos dois analistas entre seis é:

$$C_{6,2} = \frac{6!}{(6-2)!2!} = 15$$

Por fim, a quantidade de equipes diferentes que podemos selecionar é:

$$C_{10,3} = \frac{10!}{(10-3)!3!} = 120$$

Para sabermos a probabilidade, basta fazer:

$$p = \frac{C_{4,1} \cdot C_{6,2}}{C_{10,3}} = \frac{4 \cdot 15}{120} = 50\%$$

Confirmamos o gabarito na alternativa B.

Gabarito: B

29. Numa população, 50% das pessoas têm uma certa característica C. Se 4 pessoas forem aleatoriamente selecionadas, com reposição, a probabilidade de que mais de uma tenha a característica C é igual a

- A) 0,3125.
- B) 0,3650.
- C) 0,4245.
- D) 0,6875.b
- E) 0,7225.

Trata-se de questão que aborda o assunto Distribuição Binomial.



Vocês devem levar para a prova as seguintes características dessa distribuição:

- É uma distribuição discreta;
- Difere-se da de Bernoulli por possuir “n” tentativas;
- Variável binárias (sucesso/fracasso);
- Cada tentativa independe da outra.

Posto isso, memorizem a fórmula, que parece complicada, porém garanto a vocês que, com o tempo e com a prática, tudo ficará mais fácil.

$$P_{(k,n,p)} = C_{(n,k)} \cdot p^k \cdot (1-p)^{n-k}$$

k: quantidade de sucessos;

n: quantidade de tentativas;

p: probabilidade de sucesso.

Aplicando valores para calcular a probabilidade de fracasso, ou seja, de ninguém ter sido selecionado com a característica C:

$$P_{(0,4,\frac{1}{2})} = C_{(4,0)} \cdot 0,5^0 \cdot (1 - 0,5)^{4-0}$$

$$P_{(0,4,\frac{1}{2})} = 1 \cdot 1 \cdot (0,5)^4 \rightarrow P_{(0,4,\frac{1}{2})} = 0,0625$$

O valor acima reflete a probabilidade de fracasso, ou seja, de ninguém ter sido selecionado com a característica C. Vejam que a questão exige a probabilidade de mais de uma pessoa, ou seja, basta calcular a probabilidade de apenas um ser selecionado, somar ao valor do 100% de fracasso, que é o que fizemos acima, e subtrair do complementar, no caso, 100%.

Matematicamente, o texto acima é representado da seguinte forma:

$$P(X > 1) = 1 - P(X = 0) - P(X = 1)$$

Calculemos $P(X=1)$:

$$P_{(1,4,\frac{1}{2})} = C_{(4,1)} \cdot 0,5^1 \cdot (1 - 0,5)^{4-1} \rightarrow P_{(1,4,\frac{1}{2})} = 4 \cdot 0,5 \cdot 0,5^3 \rightarrow P_{(1,4,\frac{1}{2})} = 0,25$$

Agora, basta que façamos o complementar, como explicado acima:

$$P(X > 1) = 1 - 0,0625 - 0,25$$

$$P(X > 1) = 1 - 0,0625 - 0,25$$

$$P(X > 1) = 0,6875$$

O gabarito é a alternativa D.

Gabarito: D



30. Suponha que uma amostra aleatória simples $X_1, X_2, \dots, X_n$, de tamanho n , será observada de uma variável populacional normalmente distribuída com média μ e variância σ^2 .

Considere as estatísticas média amostral e soma dos quadrados dos desvios, dadas, respectivamente, por:

$$\bar{x} \text{ e } Q = \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{x})^2$$

Avalie se as seguintes afirmativas estão corretas:

- I. $\bar{x}$ tem distribuição normal com média μ e variância σ^2/n .
- II. $\bar{x}$ e Q são fortemente correlacionadas.
- III. Q/σ^2 tem distribuição qui-quadrado com $(n - 1)$ graus de liberdade.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Trata-se de questão que cobra conhecimentos do assunto Distribuição Normal, estudado na disciplina de Estatística.

Como foi afirmado, no *caput* inicial da questão, que a população é normalmente distribuída, podemos inferir que a amostra também o será. Passemos ao julgamento dos itens.

I. CORRETO. Como a população é distribuída de forma normal, a estatística $\bar{x}$ possui média μ e variância σ^2/n , ou seja, a amostra seguirá a distribuição da população. Recomendo fortemente que memorizem essa relação:

$$E \bar{x} = \mu$$

$$\text{Var} [\bar{x}] = \frac{\sigma^2}{n}$$

$$\text{Var} [\bar{x}] = \frac{\sigma^2}{n}$$

II. ERRADO. Distribuições normais são independentes e identicamente distribuídas (IID). Dessa forma, a correlação (r_{xy}) é nula.

III. CORRETO. A distribuição de qui-quadrado é representada pela seguinte relação:

$$\chi^2 = \left(\frac{n-1}{\sigma^2} \right) \cdot S^2$$

A assertiva propõe:

$$\frac{Q}{\sigma^2} = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2}{\sigma^2}$$



Multiplicando o numerador e o denominador por $n-1$, temos:

$$\frac{Q}{\sigma^2} = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2}{\sigma^2} \cdot \frac{n-1}{n-1}$$

Como $\frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2}{n-1}$ é o equivalente à variância s^2 , temos:

$$\frac{Q}{\sigma^2} = \left(\frac{n-1}{\sigma^2} \right) \cdot S^2$$

Como $\left(\frac{n-1}{\sigma^2} \right) \cdot S^2$ representa a distribuição de qui-quadrado, temos:

$$\frac{Q}{\sigma^2} = \chi^2$$

O gabarito é alternativa C, assertivas I e III.

Gabarito: C

31. Suponha que p seja a proporção populacional de trabalhadores com rendimentos salariais mensais de mais do que 5 salários mínimos e que se deseja testar uma hipótese nula simples $p = p_0$. Uma amostra aleatória simples de tamanho 1600 foi observada e mostrou que, nessa amostra, 320 trabalhadores tinham rendimentos salariais mensais de mais do que 5 salários.

Um intervalo de 95% de confiança aproximado para p resulta, então, em (0,18; 0,22).

Avalie se, com base nesses dados, as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- I. Se $p_0 = 0,2$ a hipótese nula deve ser rejeitada ao nível de significância de 5%.
- II. Se $p_0 = 0,15$ a hipótese nula não deve ser rejeitada ao nível de significância de 5%.
- III. Se $p_0 = 0,23$ fica inconclusiva a decisão ao nível de significância de 5%.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V, V e V.
- B) V, V e F.
- C) V, F e F.
- D) F, F e V.
- E) F, F e F.



Trata-se de questão que versa sobre Testes de Hipóteses para proporções.

A princípio, vocês devem memorizar as seguintes fórmulas:

$$\text{Intervalo de confiança (IC)} = \hat{p} \pm z_{\frac{\alpha}{2}} \cdot \sqrt{\frac{\hat{p} \cdot (1 - \hat{p})}{n}}$$
$$Z = \frac{\hat{p} - p_0}{\sqrt{\frac{p_0 \cdot (1 - p_0)}{n}}}$$

Calculando:

n = tamanho da amostra = 1.600;

$$\hat{p} = \text{proporção amostral} = \frac{320}{1600} = 0,2$$

$$0,22 = 0,2 \pm z_{\frac{\alpha}{2}} \cdot \sqrt{\frac{0,2 \cdot 0,8}{1600}}$$

Realizando as contas como intervalo superior (máximo), temos:

$$0,22 = 0,2 \pm z_{\frac{\alpha}{2}} \cdot \sqrt{\frac{0,2 \cdot 0,8}{1600}}$$

$$0,22 - 0,20 = z_{\frac{\alpha}{2}} \cdot \sqrt{\frac{0,2 \cdot 0,8}{1600}}$$

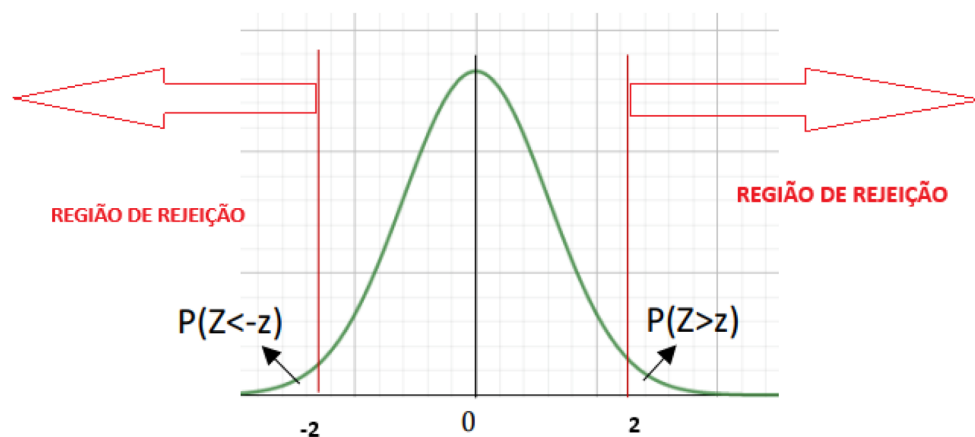
$$0,02 = z_{\frac{\alpha}{2}} \cdot \sqrt{\frac{0,16}{1600}}$$

$$0,02 = z_{\frac{\alpha}{2}} \cdot 0,01$$

$$z_{\frac{\alpha}{2}} = 2$$

Pela simetria, nem precisamos fazer para IC = 0,18, vale dizer que $Z_c = \pm 2$

Vamos aos itens, considerando a seguinte curva normal com as regiões de rejeição:



Fonte: adaptado da aula 12, pg.133, Estatística para AFRFB, da Equipe Exatas do Estratégia Concursos.



I.FALSO. $z = \frac{0,2 - 0,2}{\sqrt{\frac{p_0 \cdot (1 - p_0)}{n}}} \rightarrow z = 0$

Notem que, como $Z < Z_c$, a hipótese nula (p_0) está em região de aceitação. Item **FALSO**.

II.FALSO. $z = \frac{0,2 - 0,2}{\sqrt{\frac{0,15 \cdot (0,85)}{1600}}} \rightarrow z \cong 5,6$

Notem que $Z > Z_c$, logo a hipótese nula deve ser rejeitada.

III.FALSO. $z = \frac{0,2 - 0,23}{\sqrt{\frac{0,23 \cdot (0,77)}{1600}}} \rightarrow z \cong - 2,85$

Tomem cuidado, como Z resultou em um número negativo, devemos comparar com Z valendo -2 e, nesse caso, será rejeitada se $Z < Z_c$. Vejam que $-2,85 < -2$, o que nos permite dizer que a hipótese nula deve ser rejeitada. Percebam que o item em apreço afirma que é inconclusivo, o que nos permite afirmar que está errado.

Assertivas: F, F e F. Alternativa E.

Gabarito: E

32. Numa regressão linear simples, verificou-se um coeficiente de correlação amostral igual a 0,756. Nesse caso, o coeficiente de determinação é aproximadamente igual a

- A) 0,48.
- B) 0,51.
- C) 0,54.
- D) 0,57.
- E) 0,60.

Trata-se de questão que versa sobre Coeficiente de Determinação.

Para a resolução, basta saber que coeficiente de determinação (r^2) é o quadrado do coeficiente de correlação (r). Logo, façamos os cálculos:

$$r^2 = 0,756^2 \rightarrow r^2 \cong 0,57$$

O gabarito é, portanto, alternativa D.

Gabarito: D



ECONOMIA

33. Considere uma economia com apenas dois bens, sendo esses substitutos perfeitos.

Uma das características dos bens substitutos perfeitos é que

- A) a taxa marginal de substituição é igual a -1 .
- B) podem ser representados por uma função utilidade linear.
- C) uma unidade adicional de um dos bens só tem utilidade quando combinada com x unidades do outro bem.
- D) podem ser representados por uma função utilidade do tipo $\min\{.,.\}$.
- E) a taxa marginal de substituição é nula ou infinita.

Trata-se de questão que mescla assuntos da disciplina de Economia
(Preferências, Curva de Indiferença, Bens, Taxa Marginal de Substituição).

Bens substitutos perfeitos são representados pela seguinte função linear:

$$f(K,L) = aK + bL$$

Vamos às alternativas:

- A) a taxa marginal de substituição ~~é igual~~ a -1 . **ERRADO**

A TMgS nos bens substitutos perfeitos é constante, porém isso não significa que seja um valor específico. É uma função linear, mas pode possuir diversos coeficientes angulares (TMgS).

- B) **podem ser representados por uma função utilidade linear. CORRETO**

É exatamente o que vimos na função $f(K,L)$, supramencionada.

- C) uma unidade adicional de um dos bens ~~só tem utilidade quando combinada~~ com x unidades do outro bem.

ERRADO

A descrição da assertiva C refere-se aos bens complementares, representados pela seguinte função:

$$f(K,L) = \min \{aK, bL\}$$

Nesses bens, o consumo de um determinado bem acompanha o do outro. Exemplo clássico é o do café e açúcar/adoçante.

- D) podem ser representados por uma função utilidade do tipo ~~$\min\{.,.\}$~~ . **ERRADO**

Novamente, essa função é para os bens complementares. Bens substitutos valem-se da função linear, como visto anteriormente.



E) a taxa marginal de substituição é **nula ou infinita. ERRADO**

A TMgS é constante, logo não é nula nem infinita.

Confirmamos o gabarito na alternativa B.

Gabarito: B

34. Considere o problema de maximização de uma sociedade empresária em um mercado em que ela é a única firma – portanto, é monopolista.

Logo, no nível ótimo,

- A) essa sociedade empresária produz no ponto em que o custo marginal iguala o preço.
- B) essa sociedade empresária produz no ponto em que a derivada da receita marginal em relação ao produto é maior que a derivada do custo marginal.
- C) c) o preço será cada vez maior do que o custo marginal quanto mais inelástica for a demanda.
- D) o preço será igual a zero quando a demanda for perfeitamente elástica.
- E) a sociedade empresária opera na parte inelástica da demanda.

Trata-se de questão acerca do assunto Monopólio.

- A) essa sociedade empresária produz no ponto em que o **custo marginal iguala o preço. ERRADO.**

A condição apresentada pela assertiva refere-se à concorrência perfeita, não ao monopólio. Como em toda estrutura de mercado, o monopolista atua no ponto em que C_{mg} é igual à R_{mg} . No entanto, o preço praticado é superior a esse ponto no monopólio.

- B) **essa sociedade empresária produz no ponto em que a derivada da receita marginal em relação ao produto é maior que a derivada do custo marginal. ERRADO.**

Em verdade, como mencionado na alternativa A, a sociedade empresária vai atuar no ponto em que a receita marginal (R_{mg}) equivale ao custo marginal (C_{mg}). Toda estrutura de mercado segue essa premissa.

Lembrem-se de que a receita marginal é a derivada da receita total em relação à quantidade e o custo marginal é a derivada do custo total também em relação à quantidade. Não há que se falar em derivada de receita marginal e derivada de custo marginal, como propõe a assertiva.

- C) **o preço será cada vez maior do que o custo marginal quanto mais inelástica for a demanda. CORRETO.**

Perfeito. Trata-se de uma característica do Monopólio. O monopolista detém o mercado, logo, quanto mais inelástica for a curva de demanda (menos sensível forem os consumidores em relação ao aumento de preço), mais o monopolista vai cobrar, afinal ele não possui concorrentes próximos. Lembrem-se de que, na concorrência perfeita, isso não ocorre, pois lá os ofertantes são tomadores de preços.



D) o preço **será igual a zero** quando a demanda for perfeitamente elástica. **ERRADO.**

Não faz sentido, pessoal. Monopólio possuir preço igual a zero? Quando a curva de demanda for perfeitamente elástica, o poder de fixação de preços do monopolista (*mark up*) será zero. No caso descrito na assertiva, o preço vai se igualar ao custo marginal, assemelhando-se à concorrência perfeita.

E) a sociedade empresária opera na parte **inelástica** da demanda. **ERRADO**

Como visto acima, está errado. Quando vocês lerem Monopólio, associem imediatamente ao seguinte: o monopolista atua na parte elástica da demanda. Lembrem-se de que há diferença entre a alternativa C e a alternativa E. Quanto mais inelástica (sensível) for a demanda, no sentido da inclinação dessa curva, maiores serão os preços cobrados. Porém, o monopolista atuará na parte elástica da curva de demanda, independentemente do quão inelástica for a curva.

O gabarito é, por conseguinte, a alternativa C.

Gabarito: C

35. Suponha que duas pessoas joguem o seguinte jogo: ambos devem escolher simultaneamente um número real ($x \in \mathbb{R}$), que satisfaça duas condições:

$$x \geq 0 \text{ e } x \leq 100.$$

Se o número escolhido por um dos jogadores for igual à metade da média entre os dois números escolhidos por ambos, esse jogador ganha o jogo.

Assuma que o par (x_1, x_2) representa os números escolhidos pelos jogadores 1 e 2, respectivamente.

Logo, o equilíbrio de Nash será dado por

- A) (0,0).
- B) (50,50).
- C) (25,50).
- D) (50,25).
- E) (100,100).

Trata-se de questão que versa sobre o assunto Teoria dos Jogos - Equilíbrio de Nash.

Partindo da alternativa B, temos que o jogador 1 escolhe o número 50 e o jogador 2 também escolhe o número 50. A metade da média será 25, logo ninguém ganha.

Para as alternativas C e D, a metade da média será o valor de 18,75, vejam que ninguém ganhou.

Em relação à alternativa E, a metade da média será o valor de 50.

Por fim, notem que o Equilíbrio de Nash irá acontecer exatamente com a alternativa A, em que ambos os jogadores vão ganhar, pois o valor jogado por ambos, zero, será menor ou igual à metade da média, que também é zero.



Repise-se que o Equilíbrio de Nash ocorre quando os jogadores tomam a melhor decisão possível, ou seja, quando ganham. Os participantes não conseguem mudar sua escolha, pois já adotaram a melhor estratégia possível.

Gabarito: A

36. Considere as seguintes siglas:

PIB = Produto Interno Bruto, PIL = Produto Interno Líquido, PNB = Produto Nacional Bruto, PNL = Produto Nacional Líquido, II = Impostos Indiretos, ID = Impostos Diretos, Subs = Subsídios, RLEE = Renda Líquida Enviada ao Exterior, RP = Renda Pessoal, RN = Renda Nacional, RPD = Renda Pessoal Disponível, Transf = Transferências do governo para as famílias, Sp = Poupança Privada, Sg = Poupança do Governo, Se = Poupança Externa.

Ademais, considere que o subscrito cf representa “a custo de fatores” e o subscrito pm representa “a preços de mercado”.

Assim, avalie se as seguintes expressões relacionam corretamente os agregados macroeconômicos.

I. $PNL_{cf} = PIB_{pm} - \text{depreciação} - II + \text{Subs.} - RLEE$.

II. $RPD = RP - ID \text{ sobre famílias}$.

III. $Se = RLEE - \text{Exportações} + \text{Importações}$.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) c) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Questão que trata do assunto de Identidades Macroeconômicas.

I. $PNL_{cf} = PIB_{pm} - \text{depreciação} - II + \text{Subs.} - RLEE$. CORRETO

Perfeito. Gravem as seguintes relações:

Produto Nacional (PN) = Produto Interno - RLEE

Vejam que estamos relacionando uma espécie de Produto Nacional com Produto Interno. Está correto? Sim, pois está sendo subtraída a RLEE (Renda Líquida Enviada ao Exterior).

Produto Líquido (PL) = Produto Bruto (PB) - depreciação

Vejam que estamos relacionando Produto Líquido (PNL) com Produto Bruto (PIB). Está correto? Sim, pois estamos subtraindo do PIB o valor da depreciação, o que o torna um produto líquido.



Reparem que falta apenas a última relação, Produto a preço de mercado (Ppm) e Produto a custo de fatores (Pcf). A sistematização é assim:

$$Ppm = Pcf + II - \text{Subsídios}$$

Notem que o item está perfeito, pois apenas passou o II e o subsídio para o outro lado da equação, invertendo os sinais. Ou seja, podemos dizer que:

$$Pcf = Ppm - II + \text{Subsídios}$$

II. RPD = RP – ID sobre famílias. CORRETO

Perfeito. Renda Pessoal Disponível (RPD) é o que sobra para as famílias após pagarem impostos diretos.

III. Se = RLEE – Exportações + Importações. CORRETO

Item polêmico. A Poupança Externa (Se) é assim definida:

$$Se = - TC$$

$$Se = - (BC + BS + RP + TUR)$$

$$Se = - BC - BS - RP - TUR$$

Como $RP = - RLEE$

$$Se = - BC - BS + RLEE - TUR$$

$$Se = - (X - M) - BS + RLEE - TUR$$

$$Se = M - X - BS + RLEE - TUR$$

$$Se = M - X + RLEE - TUR$$

Em que:

BC: Balança Comercial;

BS: Balança de Serviços;

X: Exportações;

M: Importações;

RLEE: Renda Líquida Enviada ao Exterior.

A banca considerou o item correto, desconsiderando as Transferências Unilaterais (TUR) e Balança de Serviços (BS), logo o gabarito é alternativa E.

Gabarito: E



37. Seja NFSP = Necessidades de Financiamento do Setor Público, G = Gastos Públicos Não Financeiros, T = Arrecadação Não Financeira, i = taxa nominal de juros, r = taxa real de juros, B = estoque de títulos públicos, π = taxa de inflação.

Em relação aos conceitos de déficit fiscal ou dívida pública, não é correto afirmar que

- A) NFSP nominal = $G - T + iB$.
- B) NFSP operacional = $G - T + rB$.
- C) NFSP nominal = Variação de B – Emissão Monetária.
- D) NFSP primário = $G - T + iB - [(1+r) \cdot (1+\pi) - 1]B$.
- E) NFSP primário = Gastos Públicos Não Financeiros – Arrecadação Não Financeira.

Trata-se de questão que aborda o assunto Tipos de Déficits Públicos.

Analisemos assertiva por assertiva:

- A) NFSP nominal = $G - T + iB$. **CORRETO**

A NFSP nominal é a diferença entre os gastos totais e receitas totais. Engloba, portanto, juros e correções (monetária e cambial). A parcela iB representa o aspecto nominal que incidirá sobre o estoque da dívida.

Dessa forma, iB representa o aspecto nominal, assim:

$$iB = \pi B + rB$$

$\pi B \rightarrow$ correção

$rB \rightarrow$ juros real

- B) NFSP operacional = $G - T + rB$. **CORRETO**

A NFSP operacional é a NFSP nominal menos a parcela de correção (monetária e cambial). Portanto, engloba apenas o aspecto real dos juros (r).

Se aparecesse “ iB ” ou “ πB ”, o item estaria errado. A questão acertou ao explicitar “ rB ”.

- C) NFSP nominal = Variação de B – Emissão Monetária. **ERRADO**

Como vimos na alternativa A, a NFSP nominal é o déficit que leva em conta todas as receitas e todas as despesas, financeiras ou não. Ademais, leva em conta efeitos de correções (πB). Nessa esteira, o item C restringiu o conceito de NFSP nominal, tornando a alternativa errada.

Inclusive, por conta da restrição, a própria banca, FGV, afirmou que o item estaria correto caso viesse somando a Emissão Monetária, já que tal emissão pelo BACEN aumenta a base monetária, que, por sua vez, influencia a quantidade de depósitos no sistema de liquidação de pagamentos mantidos pelos bancos comerciais. Esse aumento nos depósitos pode resultar em uma elevação na necessidade de moeda por parte dos bancos para cumprir suas obrigações de pagamento, impactando, assim, a NFSP nominal. Ou seja, o item ESTARIA CORRETO se tivesse sido apresentado com uma soma, não como uma subtração, assim:

$$\text{NFSP nominal} = \text{Variação de B} + \text{Emissão Monetária}$$



D) NFSP primário = $G - T + iB - [(1+r) \cdot (1+\pi) - 1]B$. **CORRETO**

NFSP primário é calculada pela diferença entre a NFSP nominal e soma de correção monetária e cambial e os juros, desta forma:

$$NFSP_{\text{primário}} = NFSP_{\text{nominal}} - (\text{Correção} + \text{Juros})$$

Dessa forma, evidencia-se que NFSP primário, que muitas vezes recebe o nome de Déficit Fiscal, representa gastos não financeiros menos receitas não financeiras. Trata-se do verdadeiro esforço do governo.

Mas, será que a assertiva D está errada? Não, ela está correta. Olhando rápido, pode, realmente, parecer que está errada, pois há diversas variáveis remetendo a juros, o que a invalidaria, conforme definição acima. Todavia, vamos manipular a expressão sabendo, de antemão, a seguinte relação, que aprendemos em matemática financeira e na disciplina de Economia do Setor Público:

$$\text{Equação de Fisher} \rightarrow (1+i_{\text{nominal}}) = (1+i_{\text{real}}) \cdot (1+i_{\text{inflação}})$$

Ato contínuo, façamos:

$$NFSP_{\text{primário}} = G - T + iB - [(1+i) - 1]B$$

$$NFSP_{\text{primário}} = G - T + iB - iB$$

$$NFSP_{\text{primário}} = G - T$$

Vejam que o item está perfeito, evidenciando-se a diferença entre gastos não financeiros (G) e arrecadação não financeira (T).

E) NFSP primário = Gastos Públicos Não Financeiros – Arrecadação Não Financeira. **CORRETO**

Como vimos no item D, NFSP primário é, realmente, a diferença entre saídas não financeiras e entradas não financeiras. Expressa-se o seguinte nessa assertiva:

$$NFSP_{\text{primário}} = G - T$$

Por tudo, afirma-se a incorreção da alternativa C, nosso gabarito.

Gabarito: C



38. Em relação aos ingressos públicos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados estão inseridos no Grupo da Fonte de Recursos do Tesouro, tanto do exercício corrente como dos exercícios anteriores.
- () A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador.
- () Segundo a classificação pela origem, a Receita Corrente inclui a Receita Patrimonial, esta sendo proveniente da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V, V e V.
B) V, V e F.
C) V, F e F.
D) F, V e V.
E) F, F e F.

Comentário:

Analisando item a item, temos

(FALSO). Antes da alteração da classificação por fontes, tínhamos, de fato, o que consta no item. Entretanto, hoje, o Anexo II da Portaria SOF/ME nº 14.956, de 21 de dezembro de 2021, lista os grupos de fontes e as respectivas especificações das fontes de recursos vigentes:

Cód	GRUPO da Fonte de Recurso (1º Dígito)
1	Recursos Arrecadados no Exercício Corrente
3	Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores
7	Recursos de Operações de Crédito Resalvadas pela Lei de Crédito Adicional da Regra de Ouro
9*	Recursos Condicionados

Assim, a depender do exercício (corrente ou anterior) a codificação da fonte muda, independentemente da natureza do gasto.



(VERDADEIRO). Conforme os manuais técnicos, a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador.

(VERDADEIRO). Conforme o MTO 2023 e MCASP 9ª ed.

Receitas patrimoniais são receitas provenientes da fruição do patrimônio do ente público, como, por exemplo, bens mobiliários e imobiliários ou, ainda, bens intangíveis e participações societárias. São classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial. Quanto à procedência, tratam-se de receitas originárias. Podemos citar como espécie de receita patrimonial as concessões e permissões, as cessão de direitos, entre outras.

Assim, nosso gabarito é o item D.

Gabarito: D

ADMINISTRAÇÃO GERAL

39. Considerando a análise da capacidade de uma sociedade empresária cumprir suas obrigações financeiras de longo prazo, podemos lançar mão de indicadores de solvência de longo prazo. Assinale a opção que lista apenas medidas de análise de solvência de longo prazo das sociedades empresárias.

- A) Índice de Liquidez Imediata e Margem Líquida.
- B) Retorno sobre o Ativo e Giro do Capital Circulante Líquido.
- C) Índice de Endividamento Total e Cobertura de Caixa.
- D) Giro do Estoque e Índice de Liquidez Seca.
- E) Índice de Liquidez Corrente e Índice de Cobertura de Juros.

Fala, galera. Apesar de essa questão ter sido cobrada em Administração Geral, na Prova da RFB, ela versa sobre a disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis (ADC), especificamente sobre Indicadores.

Fazendo uma breve revisão, tenhamos em mente que, de forma geral, há os seguintes indicadores:

- Indicadores estáticos, que possuem relação de cunho patrimonial, por exemplo, Balanço Patrimonial (BP);
- Indicadores dinâmicos, que possuem relação com o resultado, por exemplo, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Indicadores de velocidade, que mesclam resultado e patrimônio.



Especificamente, os indicadores são divididos da seguinte forma:

- Liquidez;
- Estrutura de Capital ou Endividamento;
- Rentabilidade ou Retorno Econômico.

Notem que a questão solicita indicadores de solvência de longo prazo para cumprir suas obrigações financeiras.

Feito esse estudo preliminar, vamos às alternativas.

A) Índice de Liquidez Imediata e Margem Líquida. ERRADO

Item errado. O Índice de Liquidez Imediata (LI) representa a capacidade de uma empresa de quitar suas obrigações de curto prazo com os recursos provenientes exclusivamente do caixa (disponibilidade). Trata-se de um indicador mais conservador do que o Índice de Liquidez Corrente (LC). Como ele é focado no curto prazo, não há que se falar em solvência de longo prazo. Lembrem-se:

$$\text{Liquidez Imediata (LI)} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Margem Líquida (ML) não tem relação com solvência de longo prazo. Tão somente avalia a relação entre o Lucro Líquido e as Vendas Líquidas. Dessa forma, está voltado à rentabilidade, não à solvência.

B) Retorno sobre o Ativo e Giro do Capital Circulante Líquido. ERRADO

Item errado. O Capital Circulante Líquido (CCL), também conhecido como Capital de Giro Líquido (CGL), é uma métrica que avalia a discrepância entre o Ativo Circulante (Capital de Giro) e as responsabilidades de curto prazo, representando a diferença entre os ativos de curto prazo e os passivos de curto prazo. Esse indicador de liquidez é empregado pelas organizações para demonstrar sua habilidade no gerenciamento das interações com fornecedores e clientes. Como representa o curto prazo, não há que se falar em solvência de longo prazo.

Em relação ao Retorno sobre o Ativo (ROA), afirma-se que também está incorreto, uma vez que se trata de um indicador de rentabilidade, não de solvência. Esse índice mostra a relação entre o NOPAT (Lucro Operacional Ajustado) e o Ativo Total.

C) Índice de Endividamento Total e Cobertura de Caixa. CORRETO

Item correto. O Índice de Endividamento Total (IE) é uma métrica financeira que avalia a relação entre as dívidas e o capital total de uma empresa. A fórmula para calcular esse índice envolve dividir o valor total das dívidas da empresa por seu capital total. Ele desempenha um papel fundamental na análise do grau de endividamento de uma empresa e sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras.

Ele tem relação com a solvência de longo prazo justamente por medir a capacidade de pagamento no longo prazo, além de avaliar os riscos de financiamento.



Quanto à Cobertura de Caixa (CC), ela permite avaliar se há recursos financeiros suficientes para a satisfação de compromissos tanto no curto quanto no longo prazo, por isso está correto. Avalia-se a capacidade de a empresa gerar fluxos de caixa operacional.

D) Giro do Estoque e Índice de Liquidez Seca. ERRADO

Item errado. Quanto à Liquidez Seca (LS), também chamada de teste ácido ou *acid test*, valem as mesmas ponderações em relação ao índice LI, sobretudo o curto prazo, o que invalida a assertiva. Basicamente, a LS busca saber a real liquidez, descontando estoques e despesas antecipadas. Dessa forma, é um índice mais conservador, uma vez que reduz incertezas.

Quanto ao Giro do Estoque ou Rotação do Estoque, afirma-se que basicamente avalia a dinâmica de entrada e saída dos estoques, sua rotatividade. Logo, não possui relação com solvência de longo prazo.

E) Índice de Liquidez Corrente e Índice de Cobertura de Juros. ERRADO

Item errado. O Índice de Liquidez Corrente representa a capacidade de uma empresa em quitar suas obrigações de curto prazo com os recursos provenientes de ativos de curto prazo (AC). Idealmente, esse índice deve ser superior a 1, indicando que a empresa possui ativos circulantes suficientes para cobrir suas dívidas de curto prazo. Como ele é focado no curto prazo, não há que se falar em solvência de longo prazo.

O índice de Cobertura de Juros (CJ), por sua vez, possui relação com a solvência de longo prazo, vez que mede a relação entre o NOPAT e as despesas financeiras, que advêm de financiamentos. Vejam, então, que mede, sim, a capacidade de solvência de longo prazo.

O gabarito está na alternativa C.

Gabarito: C



40. O processo administrativo é dinâmico e sua complexidade decorre da realidade organizacional e da exigência de inter-relações entre as principais funções administrativas.

Tendo essa perspectiva, relacione as funções administrativas que formam o processo administrativo às atividades descritas.

1. Planejamento
2. Organização
3. Direção
4. Controle

- () Estabelecer a divisão do trabalho, alocar recursos, definir responsabilidades.
- () Motivar, liderar, comunicar e coordenar esforços.
- () Definir padrões, monitorar e avaliar desempenho.
- () Definir missão, objetivos e programar atividades.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- A) 2 – 3 – 4 – 1.
- B) 3 – 4 – 2 – 1.
- C) 2 – 1 – 3 – 4.
- D) 4 – 3 – 1 – 2.
- E) 1 – 2 – 4 – 3.

Trata-se de questão que versa sobre Funções Administrativas, conteúdo previsto na ementa de Administração Geral, especificamente em Teoria da Administração e das Organizações.

Vamos aos itens: (textos adaptados da aula 00, pg. 22, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos)

(2) Estabelecer a divisão do trabalho, alocar recursos, definir responsabilidades.

Trata-se da função Organização. Ela busca dividir o trabalho e atribuir responsabilidade para sua realização. Ademais, busca estabelecer os meios e recursos necessários para se alcançar o objetivo proposto pelo planejamento, estando relacionada à alocação de recursos para as equipes e departamentos e à atribuição de tarefas.

(3) Motivar, liderar, comunicar e coordenar esforços.

Trata-se da função Direção. Ela busca o seguinte: conduzir os trabalhos e designar as pessoas para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado; usar a influência para orientar e motivar as pessoas; e está relacionada à liderança, coordenação, comunicação, motivação, relacionamento e interação, para que as pessoas desempenhem as atividades necessárias à concretização dos objetivos propostos.



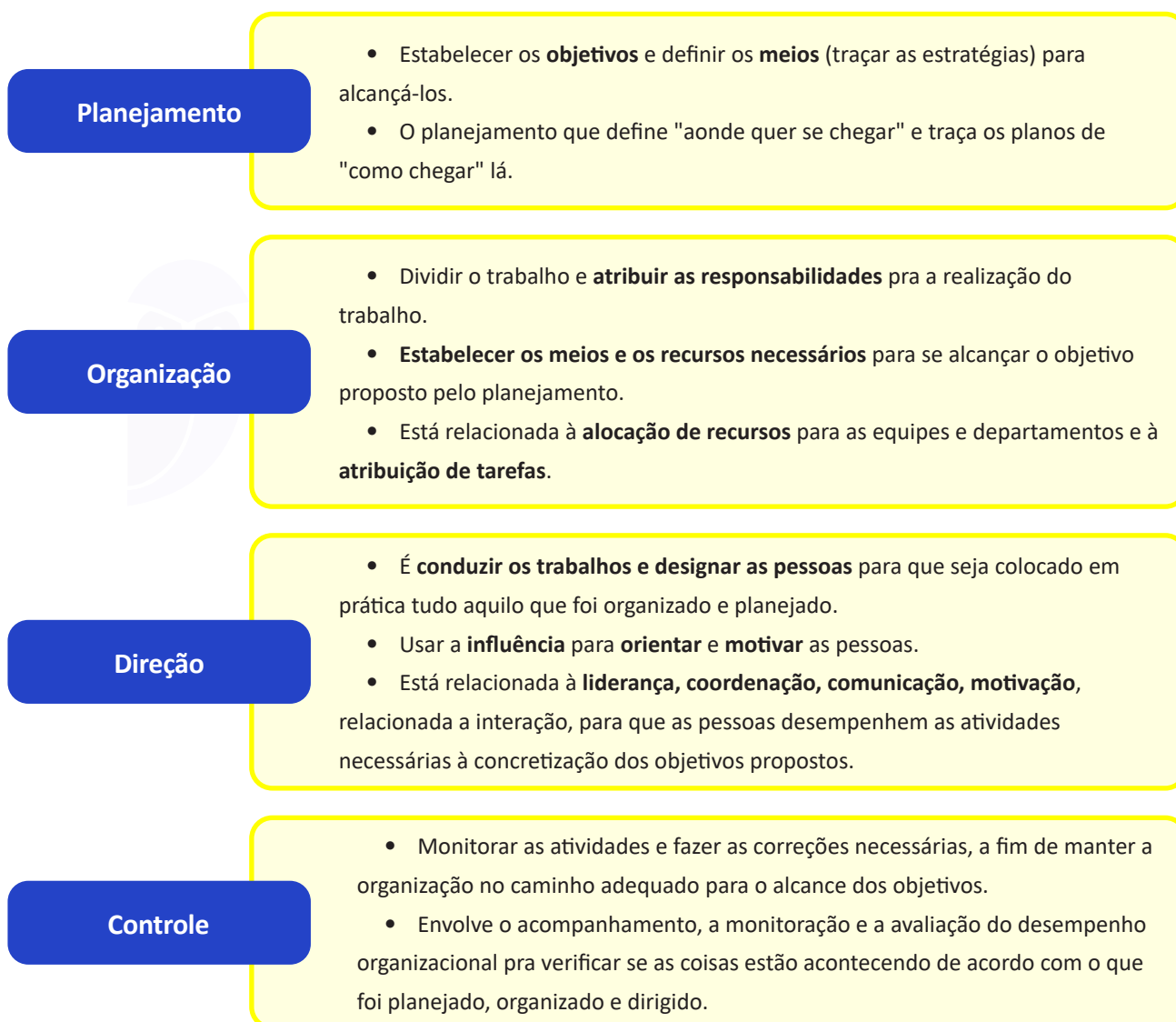
(4) Definir padrões, monitorar e avaliar desempenho.

Trata-se da função Controle. Ela busca o seguinte: monitorar as atividades e fazer as correções necessárias, a fim de manter a organização no caminho adequado para o alcance dos objetivos. Envolve o acompanhamento, a monitoração e a avaliação do desempenho organizacional para verificar se as coisas estão acontecendo de acordo com o que foi planejado, organizado e dirigido.

(1) Definir missão, objetivos e programar atividades.

Por fim, trata-se da função Planejamento, que prediz: estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.

Memorizem o PODC (Planejamento, Organização, Direção e Controle). Segue-se um diagrama para estudo, retirado de nossos materiais:



Fonte: aula 00, pg. 22, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.

O gabarito é a alternativa A.

Gabarito: A



41. O *Balance Scorecard* (BSC) transforma a estratégia organizacional em um abrangente conjunto de indicadores que perfazem um sistema para a gestão estratégica. Para tanto, ele considera quatro perspectivas: financeira, dos processos, dos clientes e da aprendizagem e crescimento organizacional. Embora largamente difundida, a implementação do BSC nem sempre se dá como esperado.

Entre as situações que estão na raiz de algumas dificuldades na implementação do BSC em algumas organizações, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Equilíbrio entre as medidas estratégicas internas e externas permitindo o alinhamento da organização à estratégia.
- () Falta de envolvimento da alta administração na implementação do BSC, dificultando a mobilização para as mudanças necessárias.
- () Concentração da implementação do BSC em poucas pessoas sem torná-lo um processo contínuo e de toda organização.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F, F e V.
- B) V, V e F.
- C) V, F e V.
- D) F, F e F.
- E) F, V e V.

Trata-se de questão que versa sobre *Balanced Scorecard* (BSC), assunto comumente estudado em Administração Geral.

BSC é um sistema balanceado de monitoramento de resultados que tem por objetivo a implementação e o acompanhamento da estratégia organizacional por meio do estabelecimento de indicadores, objetivos e metas. O objetivo do BSC é justamente retirar o caráter subjetivo (qualitativo) da estratégia e transformá-la em algo mais objetivo (quantitativo)¹. Passemos às alternativas:

(FALSO) Equilíbrio entre as medidas estratégicas internas e externas permitindo o alinhamento da organização à estratégia.

Item falso. Em verdade, tal fato é exatamente uma característica do BSC, ou seja, não é uma dificuldade, pelo contrário, o que ele faz é motivar sua implementação.

¹ Aula 03, pg. 44, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.



(VERDADEIRO) Falta de envolvimento da alta administração na implementação do BSC dificultando a mobilização para as mudanças necessárias.

Item verdadeiro. Isso mesmo, a falta de ação da alta administração pode representar barreiras à implementação do BSC. Nessa esteira, Kaplan e Norton destacam três pessoas que exercem papel crítico na realização do indicador de desempenho aqui em comento. São elas:

O arquiteto: é o alto executivo (normalmente da área de apoio) responsável pela construção e incorporação do BSC ao sistema gerencial da empresa.

O agente de mudanças: é um representante do executivo principal. Ele auxilia na incorporação do BSC aos processos gerenciais, ou seja, ajuda a moldar a rotina de uso do BSC (novo sistema gerencial).

O comunicador: é o responsável por comunicar as novas estratégias aos funcionários, bem como conquistar o apoio e incentivar a adesão de todos os funcionários ao novo sistema gerencial.

Dessa maneira, sem o envolvimento desses agentes, não há que se falar em implementação de BSC.

(VERDADEIRO) Concentração da implementação do BSC em poucas pessoas sem torná-lo um processo contínuo e de toda organização.

Item verdadeiro. Concentrar a implementação do BSC em poucas pessoas e não o tornar um processo contínuo representam dificuldades na efetivação desse indicador. Por oportuno, vejam os cinco princípios relacionados à implementação do BSC, também preconizados por Kaplan e Norton²:

Traduzir a estratégia em termos operacionais: deve-se “descrever” a estratégia, indicando os objetivos que devem ser perseguidos.

Alinhar a organização com a estratégia: todas as áreas da organização devem atuar de forma sinérgica, alinhadas à estratégia organizacional. Deve-se criar sinergias (focalizar os esforços) entre as áreas da organização.

Transformar a estratégia em uma tarefa rotineira de todos: todos os funcionários da organização devem ser comunicados (de forma clara e objetiva) sobre a estratégia, para que a compreendam e realizem suas tarefas do “dia a dia” de forma a contribuir para o sucesso da estratégia.

Fazer da estratégia um processo contínuo: os funcionários da organização devem compreender que a estratégia não é um processo estático; mas, sim, um processo dinâmico, que deve ser continuamente discutido, revisto e melhorado. Isso é feito por meio de reuniões, relatórios, etc.

Mobilizar as mudanças por meio de lideranças executivas fortes e eficazes: a liderança executiva é de fundamental importância para “gerir as mudanças” e liderar as equipes para que os resultados sejam atingidos. O objetivo é que as mudanças necessárias sejam implementadas sem causar conflitos e tensão entre as partes envolvidas.

Notem que os princípios 02 e 04 vão exatamente ao encontro do que propõe este item.

Por tudo, confirma-se o gabarito na alternativa E.

Gabarito: E

² Aula 03, pg. 49, Administração Geral para AFRFB, Stefan Fantini, Estratégia Concursos.



42. Embora seja alvo de muitas críticas ao longo da evolução das teorias organizacionais, a departamentalização continua sendo um modelo de organização predominante em muitos setores. Há, no entanto, diferentes maneiras de definir a departamentalização e buscar adequá-la ao ambiente em que a organização atua.

Considerando os tipos de departamentalização, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() A departamentalização por produtos ou serviços é considerada adequada para promover a cooperação entre departamentos e, assim, facilitar a inovação em ambientes onde a tecnologia muda rapidamente.

() A departamentalização funcional promove a cooperação entre especialistas com competências comuns, o que por sua vez pode dificultar a cooperação interdepartamental e a flexibilidade para responder às mudanças tecnológicas quando estas são muito frequentes.

() A departamentalização por processos facilita a adaptação à realidade local, incluindo delimitações geográficas, sendo recomendada para níveis estratégicos por sua flexibilidade às mudanças.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V, F e V.
- B) F, F e V.
- C) F, V e V.
- D) V, V e F.
- E) V, F e F.

Questão que versa sobre Departamentalização, assunto estudado em Estrutura Organizacional, conteúdo previsto na ementa da disciplina de Administração Geral.

Sinteticamente, Departamentalização é o agrupamento de atividades “homogêneas” e dos respectivos recursos (financeiros, humanos, tecnológicos e materiais), em unidades organizacionais. Trata-se do “grau” em que as atividades do trabalho são agrupadas e coordenadas (aula 04, pg. 16, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos).

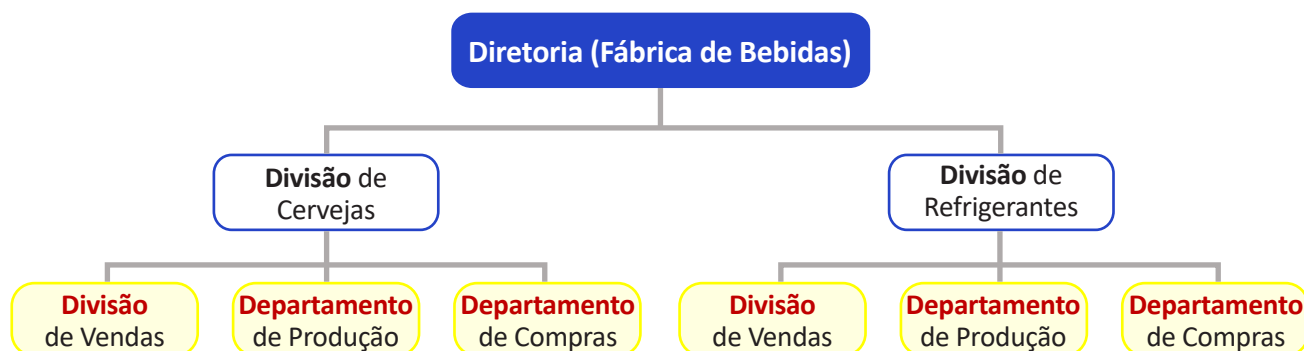
Vamos ao julgamento dos itens subsequentes, com base na aula 04, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.

(VERDADEIRO) A departamentalização por produtos ou serviços é considerada adequada para promover a cooperação entre departamentos e, assim, facilitar a inovação em ambientes onde a tecnologia muda rapidamente.

Item verdadeiro. As atividades são agrupadas de acordo com os produtos ou serviços oferecidos pela empresa. Isso faz com que surjam unidades “semiautônomas” operando dentro da empresa.



A departamentalização por produtos é contraindicada para ambientes estáveis. Esse tipo de departamentalização é indicada para ambientes mutáveis, tendo em vista que há cooperação entre diversas equipes multidisciplinares (cooperação entre diversos especialistas), as quais coordenam esforços para criação, produção e comercialização de um produto. Vejamos um exemplo de departamentalização por produtos em uma fábrica de bebidas:



Fonte: aula 04, pg. 21, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.



Fonte: aula 04, pg. 23, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.



(VERDADEIRO) A departamentalização funcional promove a cooperação entre especialistas com competências comuns, o que por sua vez pode dificultar a cooperação interdepartamental e a flexibilidade para responder às mudanças tecnológicas quando estas são muito frequentes.

Item verdadeiro. Nesse tipo de departamentalização, as atividades são agrupadas de acordo com as diversas funções especializadas que são realizadas dentro da empresa. As atividades “semelhantes/similares” são agrupadas em áreas (departamentos) especializadas.

Exemplo de departamentalização funcional em uma indústria:



Fonte: aula 04, pg. 17, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.

Trata-se do tipo de departamentalização mais utilizado pelas empresas. Contudo, não é o tipo de departamentalização adequado para as empresas que estão inseridas em ambientes instáveis e dinâmicos. Como, nesse tipo de departamentalização, a empresa volta-se para “si mesma” (introversão), a departamentalização funcional é mais indicada para empresas que desempenham atividades rotineiras, que têm poucas linhas de produtos ou serviços, e que operam em um ambiente estável, de poucas mudanças.





Fonte: aula 04, pg. 18, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.

(FALSO) A departamentalização por processos facilita a adaptação à realidade local, incluindo delimitações geográficas, sendo recomendada para níveis estratégicos por sua flexibilidade às mudanças.

Item falso. Em verdade, descreveu-se a departamentalização territorial (geográfica). Sobre ela, afirma-se que as atividades são agrupadas de acordo com a localização onde o trabalho será executado ou de acordo com a área em que a organização irá atender.

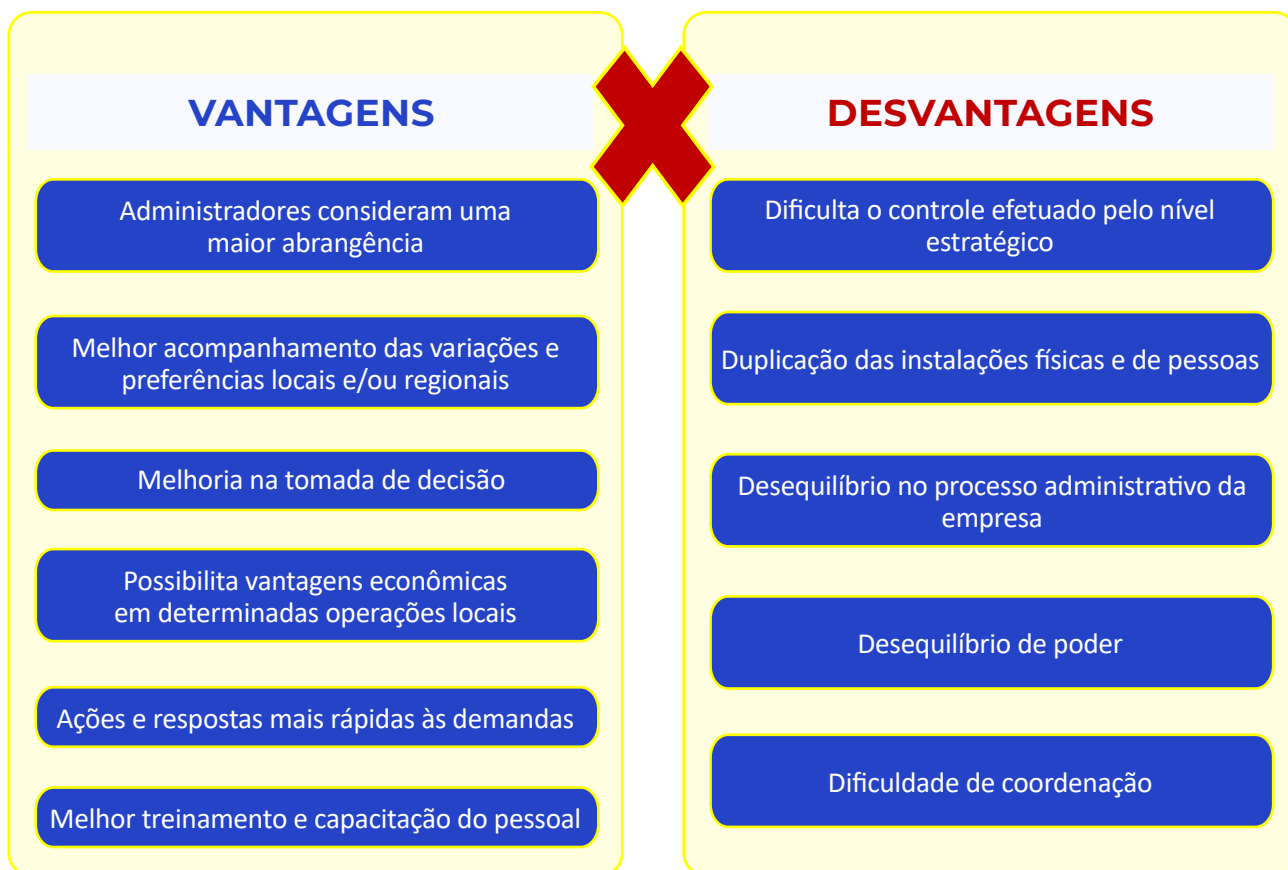
Nesse tipo de departamentalização, todas as atividades e produtos (similares ou não) que são executados em determinada localização geográfica devem ser agrupados e colocados sob as ordens de um único administrador.

Exemplo de departamentalização territorial em uma empresa multinacional que atua em 3 países:



Fonte: aula 04, pg. 35, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.





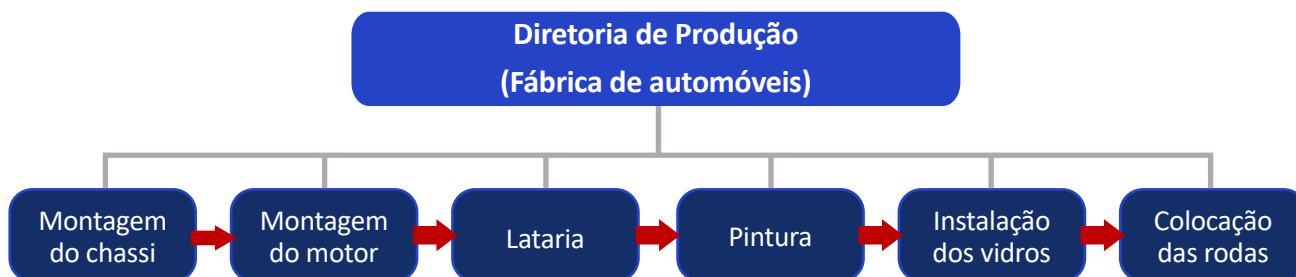
Fonte: aula 04, pg. 36, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.

Para não passar em branco, façamos uma revisão da departamentalização por processos.

Nesse tipo de departamentalização, as atividades são agrupadas de acordo com os principais processos do fluxo de produção, isto é, de acordo com as fases do processo produtivo. É um tipo de departamentalização quase sempre restrito aos níveis operacionais das empresas.

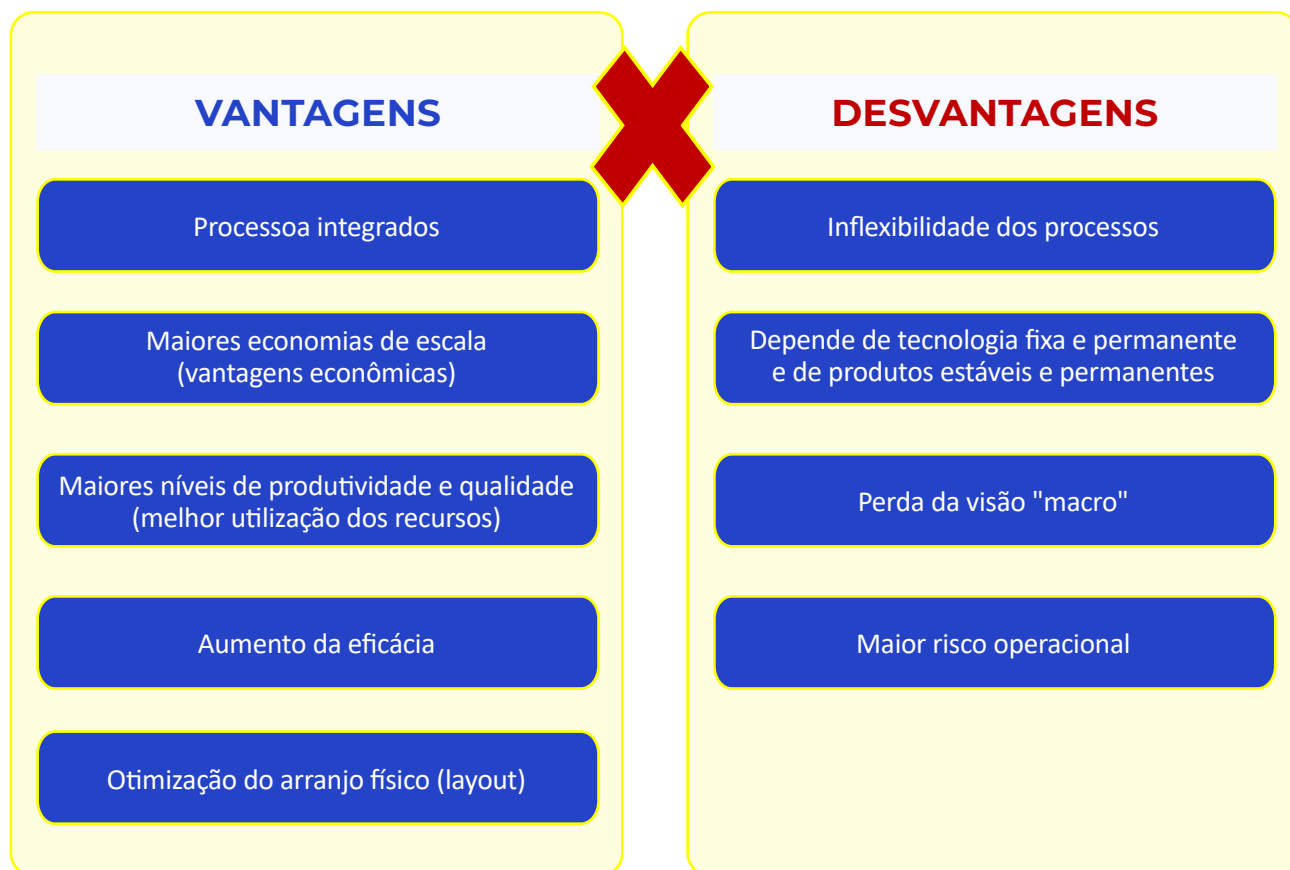
De acordo com Chiavenato, a departamentalização por processo depende do arranjo físico dos equipamentos. Além disso, ele destaca que, nesse tipo de departamentalização, o processo é o mais importante, e algumas de suas principais características são: foco na sequência do processo; foco na tecnologia utilizada; e ênfase na ação integrada, ou seja, a “estrutura do processo” não é vertical nem hierárquica (como acontece com a estrutura organizacional). O processo é uma sequência horizontal de atividades e ações que se repetem reiteradamente (atividades contínuas e duradouras).

Exemplo de departamentalização por processo em uma fábrica de automóveis:



Fonte: aula 04, pg. 29, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.





Fonte: aula 04, pg. 30, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.

Por todo o exposto, confirmamos o gabarito na alternativa D (V, V e F).

Gabarito: D



43. A evolução dos programas de gestão da qualidade beneficiou-se do surgimento e da adoção de múltiplas técnicas ou ferramentais.

Associe as técnicas ou ferramentas de qualidade citadas aos objetivos descritos de cada uma delas.

1. Diagrama de causa e efeito
2. Fluxograma
3. Gráfico de Pareto
4. Diagrama de correlação
5. Gráfico de controle

- () Analisar a variabilidade de um processo considerando padrões mínimos e máximos esperados.
- () Mapear processos, identificando eventuais gargalos e o redesenho destes processos.
- () Identifica e hierarquiza as causas de determinados problemas que afetam a qualidade de um processo permitindo definir ações para sua minimização ou eliminação.
- () Permite priorizar quais os fatores que causam os maiores impactos na gestão da qualidade ao identificar os fatores críticos deste processo.
- () Analisar como dois fatores estão relacionados na determinação de um problema.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- A) 1 – 2 – 3 – 5 – 4.
- B) 4 – 1 – 5 – 2 – 3.
- C) 5 – 1 – 4 – 2 – 3.
- D) 2 – 1 – 3 – 4 – 5.
- E) 5 – 2 – 1 – 3 – 4.

Questão que versa sobre as Principais Ferramentas Estratégicas, estudadas na disciplina de Administração Geral.

Vamos aos itens:

(5) Analisar a variabilidade de um processo considerando padrões mínimos e máximos esperados.

Trata-se do Gráfico de Controle (5). Essa é uma ferramenta de gestão de qualidade que monitora e controla a variabilidade ao longo de determinado processo. Ela faz uso de recursos estatísticos para a realização da análise.

O conceito central do gráfico de controle reside em discernir entre variações típicas e atípicas. Variações típicas são aquelas que resultam da natural aleatoriedade inerente ao processo, ao passo que variações atípicas são provocadas por problemas, falhas ou alterações não planejadas no processo.

(2) Mapear processos, identificando eventuais gargalos e o redesenho destes processos.

Trata-se do clássico Fluxograma (2). Essa é uma ferramenta de simples implementação, mas que traz um bom resultado para a identificação, mapeamento e redesenho, se for o caso, dos processos.



(1) Identifica e hierarquiza as causas de determinados problemas que afetam a qualidade de um processo permitindo definir ações para sua minimização ou eliminação.

Trata-se do Diagrama de Causa e Efeito (1), também chamado de Ishikawa ou espinha de peixe. Aqui, fica a dica: se aparecer “causa raiz” ou “hierarquizar causas”, tenham em mente, imediatamente, que se trata do Diagrama de Ishikawa. É uma ferramenta muito explorada em provas e aqui, nesta prova de Auditor da RFB, não foi diferente.

(3) Permite priorizar quais os fatores que causam os maiores impactos na gestão da qualidade ao identificar os fatores críticos deste processo.

Trata-se do Gráfico de Pareto, também, como o diagrama acima, muito explorado em provas. Essa ferramenta permite que se tenha um panorama sobre quais são os fatores que mais impactam determinada análise. Em seu estudo, Pareto descobriu que 80% dos resultados advêm de apenas 20% dos fatores.

Seria basicamente assim, trazendo para a realidade do concurso público: 80% de sua nota advêm de 20% do conteúdo que vocês estudam. Dessa forma, é interessante e indicado que vocês priorizem esse conteúdo. Por isso, falou em priorizar, é bom associarmos ao Pareto.

(4) Analisar como dois fatores estão relacionados na determinação de um problema.

Por fim, trata-se do Diagrama de Correlação. Aqui, não destoa muito do que nós aprendemos em Estatística. Esse diagrama permite correlacionarmos dois fatores, de forma que possamos entender como se dá o comportamento de determinado fator perante outro, como é essa influência. Por exemplo, podemos correlacionar a variável tempo de estudo e a variável nota. Será que, quanto mais vocês estudarem, maiores serão suas notas? A análise via diagrama de correlação permitirá a vocês inferirem criticamente essa pergunta.

O gabarito é a alternativa E.

Gabarito: E



44. Um dos principais desafios para a compreensão e gestão do comportamento organizacional reside no estudo da motivação para o trabalho e o alcance dos objetivos organizacionais.

Considerando as contribuições teóricas sobre motivação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Com base na teoria dos quatro impulsos, focada no conteúdo da motivação, podemos afirmar que todos temos impulsos proativos e reativos que definem nossas emoções e impedem que elas sejam racionalmente trabalhadas para a motivação e o foco em objetivos.

() A teoria da equidade está baseada na premissa de que as pessoas comparam a relação entre esforços e recompensas e esperam que haja o mesmo tratamento para todos neste aspecto. De acordo com esta teoria, a percepção da equidade no ambiente de trabalho é um elemento decisivo para a motivação e o comprometimento com os objetivos organizacionais.

() Na teoria da hierarquia de necessidades de Maslow, a principal fonte de motivação é o suprimento da próxima necessidade na hierarquia que, por sua vez, parte das necessidades fisiológicas, de segurança, de pertencimento, de estima e, finalmente, de autorrealização.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V, F e V.
- B) F, V e V.
- C) F, V e F.
- D) V, V e V.
- E) F, F e V.

Trata-se de questão que versa sobre o assunto Motivação, estudado em Administração Geral.

Vamos aos itens:

(FALSO) Com base na teoria dos quatro impulsos, focada no conteúdo da motivação, podemos afirmar que todos temos impulsos proativos e reativos que definem nossas emoções e impedem que elas sejam racionalmente trabalhadas para a motivação e o foco em objetivos.

Item falso. Se o impulso é proativo e reativo, não há que se falar que ele impede que as emoções sejam trabalhadas racionalmente. De forma diametralmente oposta, a Teoria dos Quatro Impulsos, novidade trazida pela FGV, afirma que as emoções podem sim ser racionalmente trabalhadas.

(VERDADEIRO) A teoria da equidade está baseada na premissa de que as pessoas comparam a relação entre esforços e recompensas e esperam que haja o mesmo tratamento para todos neste aspecto. De acordo com esta teoria, a percepção da equidade no ambiente de trabalho é um elemento decisivo para a motivação e o comprometimento com os objetivos organizacionais.



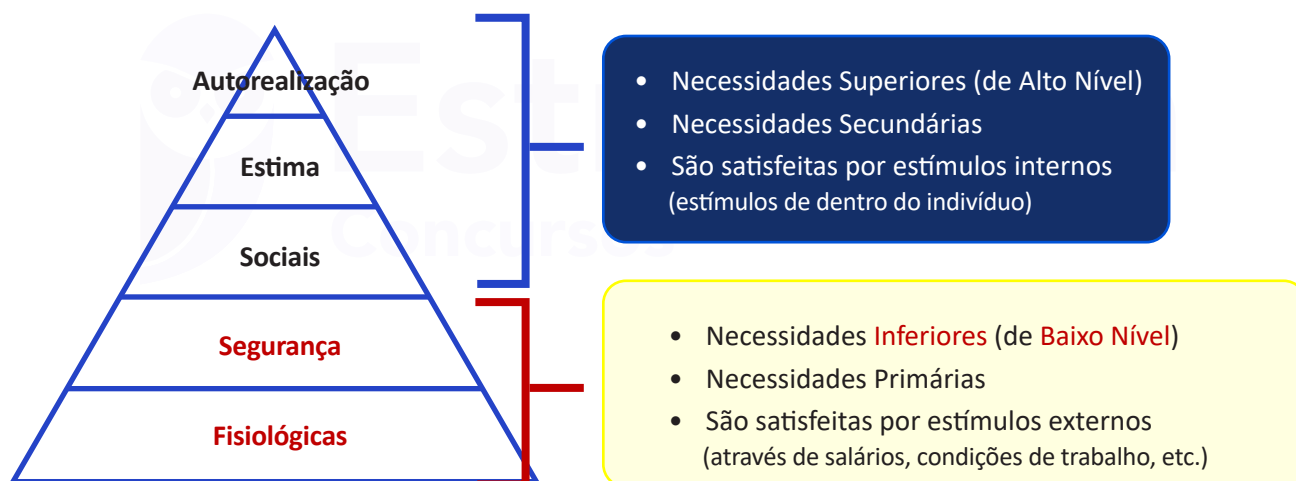
Item verdadeiro. Quando falamos em equidade, estamos tratando de justiça, de igualdade e imparcialidade. Pensem bem, se vocês se esforçarem do mesmo jeito que um colega de trabalho, é esperado que recebam o mesmo tratamento. Pensem o contrário, vocês se esforçam do mesmo tanto, todavia seu colega recebe bem mais por ter uma certa influência dentro do ambiente de trabalho. Com certeza, vocês estarão desmotivados.

Dessa forma, a noção de equidade é, de fato, um elemento decisivo para a motivação e o comprometimento com os objetivos organizacionais. Vocês buscarão se esforçar mais caso percebam que estão inseridos em um ambiente justo, igualitário, que valoriza sua dedicação. Dedicou-se mais, ganhou mais, e o contrário também é válido.

(VERDADEIRO) Na teoria da hierarquia de necessidades de Maslow, a principal fonte de motivação é o suprimento da próxima necessidade na hierarquia que, por sua vez, parte das necessidades fisiológicas, de segurança, de pertencimento, de estima e, finalmente, de autorrealização.

Item verdadeiro, pessoal. De acordo com Maslow, o indivíduo está sempre em busca de satisfazer suas necessidades. Portanto, o indivíduo é motivado por diversas necessidades.

Nesse sentido, Maslow dividiu as necessidades que motivam o indivíduo em 05 categorias: necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e necessidades de autorrealização, como propôs o item. A Pirâmide de Maslow é assim representada:



Fonte: aula 06, pg. 22, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.

Dessa forma, o que motiva o indivíduo é satisfazer aquilo que ainda não foi realizado, o que faz total sentido. Se a pessoa já garantiu suas necessidades fisiológicas, agora vai lutar para garantir as necessidades de segurança.

O gabarito é F, V e V (alternativa B).

Gabarito: B



45. Considerando as técnicas e os métodos de avaliação e gestão de desempenho, a avaliação 360 graus surgiu com o objetivo de levar em conta a avaliação de todos aqueles que têm alguma forma de interação com o avaliado.

Sobre a avaliação 360 graus, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Reunindo todas as avaliações consideradas, permite elaborar um plano de desenvolvimento individual, baseado nas diferentes perspectivas da avaliação.
- () Deve envolver todos os colaboradores internos que interagem com o avaliado, independentemente do nível hierárquico, e evitar que pessoas externas à organização interfiram na avaliação do colaborador.
- () Traz um conjunto de informações diversificadas que podem enriquecer a avaliação, mas que também são de complexa sistematização, além de ser dependente de um adequado treinamento dos avaliadores e suscetível a eventuais conluios na avaliação.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V, F e V.
- B) F, V e F.
- C) F, F e V.
- D) V, V e F.
- E) V, V e V.

Trata-se de questão que versa sobre Gestão de Desempenho, disciplina atinente à Administração Geral.

Explora-se a Avaliação 360 graus. Nela, a avaliação de desempenho é realizada de forma “circular”, por todos que mantêm algum tipo de contato com o indivíduo avaliado. Isso é, “todos avaliam todos”. Ou seja, todos participam do processo de avaliação: o gestor, os colegas de trabalho, os subordinados, os clientes externos, os clientes internos, os fornecedores, a equipe, os parceiros comerciais e, até mesmo, o próprio avaliado (autoavaliação). Cada um dos envolvidos fornece *feedbacks* (retornos) sobre desempenho do indivíduo avaliado.

Por contar com informações advindas de diferentes “atores”, trata-se de um tipo de avaliação bastante “rica”, que produz informações bem completas. Além disso, o funcionário recebe um “*feedback*” em relação a todas as funções e papéis que ele desempenha na organização.

Contudo, é um método de avaliação bem demorado e custoso. Além disso, é necessário que o avaliado mantenha a mente “aberta” e “receptiva” a receber avaliações de todos os lados; afinal, não é fácil ser avaliado por todo mundo (aula 16, pg. 34, Administração Geral para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos).

Vamos aos itens:

(VERDADEIRO) Reunindo todas as avaliações consideradas, permite elaborar um plano de desenvolvimento individual, baseado nas diferentes perspectivas da avaliação.

Item verdadeiro. O gestor terá diversas perspectivas sobre o avaliado, o que o permitirá reunir tais informações e elaborar um plano de desenvolvimento individual bastante preciso.



(FALSO) Deve envolver todos os colaboradores internos que interagem com o avaliado, independentemente do nível hierárquico, e evitar que pessoas externas à organização interfiram na avaliação do colaborador.

Item falso. Como vimos acima, e como o próprio nome sugere, “todos avaliam todos”. Dessa forma, não há que se falar em “evitar pessoas externas à organização”.

(VERDADEIRO) Traz um conjunto de informações diversificadas que podem enriquecer a avaliação, mas que também são de complexa sistematização, além de ser dependente de um adequado treinamento dos avaliadores e suscetível a eventuais conluios na avaliação.

Item verdadeiro. Realmente, a avaliação 360 traz um conjunto de informações diversificadas, uma vez que todos avaliam todos. E é justamente por conta disso que há complexidade em sistematizar e é bastante custoso, pois deve haver um adequado treinamento dos avaliadores.

Por tudo, a sequência correta é V, F e V, prevista na alternativa A.

Gabarito: A

46. A avaliação de um projeto leva em conta indicadores de desempenho que podem ser agrupados em cinco níveis de avaliação de sucesso de um projeto, quais sejam: processo, projeto, produto ou serviço, negócio e estratégico.

Relacione cada nível de sucesso de um projeto à descrição do escopo da sua avaliação.

1. Nível de processo
 2. Nível de projeto
 3. Nível de produto ou serviços
 4. Nível de negócio
 5. Nível estratégico
- () Avalia a conformidade com as especificações e a satisfação do cliente.
() Analisa o uso adequado das ferramentas de gestão de projetos.
() Avalia o retorno sobre o investimento realizado no projeto.
() Realiza a análise das vantagens competitivas decorrentes do projeto.
() Avalia o atendimento do escopo, tempo e custo previstos.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- A) 5 – 2 – 4 – 1 – 3
B) 3 – 1 – 4 – 5 – 2
C) 3 – 1 – 5 – 2 – 4
D) 4 – 3 – 2 – 5 – 1
E) 2 – 1 – 3 – 4 – 5

Questão relativa ao conteúdo visto em Gestão de Projetos, especificamente o Ciclo de Vida de Projetos.



Para facilitar a resolução da questão, associe a palavra “nível” à “preocupação”. Posto isso, vamos aos itens:

(3) Avalia a conformidade com as especificações e a satisfação do cliente.

Trata-se do Nível de produto ou serviços. De fato, preocupar-se com a especificação e com a satisfação do cliente encontra-se no estágio produto/serviço. Levem para a prova que, nesse nível, as palavras-chaves são: qualidade do produto/satisfação do cliente/funcionalidade do produto/desempenho do produto/entregou o produto, ou não.

(1) Analisa o uso adequado das ferramentas de gestão de projetos.

Trata-se do Nível de processo. Que estágio vocês acham que se preocupa com o uso de ferramentas? Sim, o de processo. Aqui, vocês memorizarão as seguintes palavras-chaves: ferramentas/eficiência/cumprimento de prazos/cumprimento de metas/ciclos produtivos/procedimentos/projeto/escolha do projeto/atividades gerenciais.

(4) Avalia o retorno sobre o investimento realizado no projeto.

Trata-se do Nível de negócio. O foco desse nível são os retornos, sendo essa a principal palavra-chave para matar esse tipo de questão. Memorizem: retorno/retorno sobre investimento/ROI/ROA/efetividade dos negócios.

(5) Realiza a análise das vantagens competitivas decorrentes do projeto.

Trata-se do Nível estratégico. A palavra “estratégico” é muito importante no estudo da Administração. É de suma importância que vocês façam a correlação imediata entre os níveis estratégico, tático e operacional.

Essa palavra sempre remete ao projeto de forma ampla, de forma preliminar, sendo a base para os demais segmentos (tático e operacional). Dessa forma, lá no início do projeto, o gestor e sua equipe preocupam-se com diversas exigências preliminares de implementação. Estudar o quão competitivo é o projeto em relação ao que é oferecido no mercado é fundamental para a sustentabilidade dos demais processos no longo prazo, foco do nível estratégico.

Memorizem: sustentabilidade em longo prazo/longo prazo/planejamento amplo/vantagens competitivas/base para o planejamento/estratégia global da empresa/

(2) Avalia o atendimento do escopo, tempo e custo previstos.

Por fim, trata-se do Nível de projeto. É o projeto que vai delimitar o escopo, o tempo para cumprimento de prazos e metas e dimensionar o orçamento previsto.

Memorizem: tempo/custo/parte interessada (*stakeholder*).

O gabarito é, portanto, a alternativa B.

Gabarito: B



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

47. Em termos de descentralização e democratização de políticas públicas, a atuação do Estado-rede combina um conjunto de princípios, entre os quais destaca-se o da subsidiariedade.

Assinale a opção que melhor explica esse princípio.

- A) Como medida para combater a corrupção e o nepotismo, todas as ações e as decisões devem ser públicas.
- B) O Estado deve ser substituído pela sociedade em tudo que não seja essencial.
- C) A gestão pública deve ser modernizada por meio de investimentos em equipamentos, *softwares* e em treinamento e capacitação de pessoal.
- D) A implementação “de cima para baixo” é a mais adequada às políticas cooperativas e participativas.
- E) A boa remuneração dos servidores públicos é essencial, pois subsidia a atração dos melhores profissionais do mercado.

Cuida-se de questão que versa sobre Políticas Públicas, especificamente Descentralização.

Notem que o enunciado exige do candidato a alternativa que melhor explica o princípio da subsidiariedade no âmbito da descentralização das políticas públicas.

A princípio, é importante que vocês saibam o que precisamente significa descentralizar uma política pública. Nesse contexto, tenham o entendimento de que essa técnica se refere ao deslocamento da autoridade, da responsabilidade e de recursos relacionados à política pública para entes menores, como estados e municípios, por exemplo.

Seguindo essa ideia, torna-se mais eficiente, eficaz e efetiva a implementação e a execução dessas políticas, pois, vejam, são os entes subnacionais que têm mais proximidade com os grupos beneficiados (final da cadeia), são eles que realmente vão dimensionar com precisão as demandas sociais.

Em relação à transferência de autoridade/responsabilidade, também se mostra oportuno, pois gera uma pressão nos gestores no sentido de zelar pela política pública.

Por fim, há diversos outros benefícios relacionados a essa descentralização, tais como, sem prejuízo de outros: enfatizar a participação cidadã; e trazer menos burocracia para cumprimento do ciclo de políticas públicas.

Feita essa breve revisão, façamos a análise das assertivas:

a) Como medida para combater a corrupção e o nepotismo, todas as ações e as decisões devem ser públicas.

ERRADO

Item errado. Não possui qualquer relação com o princípio da subsidiariedade. Essa ideia está mais relacionada com o princípio da transparência.



b) O Estado deve ser substituído pela sociedade em tudo que não seja essencial. CORRETO

Item correto. Como denuncia o próprio vocábulo “subsidiariedade”, o estado deve passar a ter um papel secundário em relação à sociedade, que deve exercer o papel principal. Afinal, o que é essencial deve ser demandado pelo verdadeiro beneficiário das políticas públicas (sociedade).

Por oportuno, esclareça-se que esse princípio implica que as decisões devem ser tomadas pela parte inferior da cadeia hierárquica de poder no nível mais baixo possível (sociedade). Os entes superiores, com mais poder, devem intervir quando for estritamente necessário à eficiência, à efetividade.

c) A gestão pública deve ser modernizada por meio de investimentos em equipamentos, *softwares* e em treinamento e capacitação de pessoal. ERRADO

Item errado. Não há qualquer relação com o princípio da subsidiariedade.

d) A implementação “de cima para baixo” é a mais adequada às políticas cooperativas e participativas. ERRADO

Item errado. Como explicado anteriormente, é exatamente o contrário. Para a implementação adequada de políticas cooperativas e participativas, faz-se necessário o uso da metodologia “de baixo para cima”, *bottom up*.

e) A boa remuneração dos servidores públicos é essencial, pois subsidia a atração dos melhores profissionais do mercado. ERRADO

Item errado. Não tem relação com o princípio ora mencionado.

Notem que, com exceção da alternativa D, o examinador introduziu diversas alternativas que afirmam algo correto, porém tornam-se erradas por não possuírem qualquer relação com o exigido na questão. Tomem cuidado, trata-se de técnica cada vez mais comum das mais diversas bancas, sobretudo da FGV.

Por tudo, o gabarito encontra-se na alternativa B.

Gabarito: B

48. No desenvolvimento da **accountability**, segundo diferentes autores, há que se considerar dimensões tecnicistas e não tecnicistas que impactam a forma como vemos a atuação dos conselhos de políticas públicas.

Muitos autores defendem a necessidade de uma **accountability** baseada na dialética e na argumentação crítica, de modo a compreender a ideia de que atribuições do conselho envolvem a contraposição de ideias, indo além das funções de controle.

Em tal perspectiva, o pleno **accountability** depende do desenvolvimento de uma dimensão

- A) burocrática.
- B) tecnocrática.
- C) dialógica.
- D) circular.
- E) educativa.



Trata-se de questão que versa sobre a temática *Accountability* e Transparência, estudadas em Administração Geral e Pública.

Reparem no próprio enunciado da questão: “[...] baseada na dialética e na argumentação crítica”. A dimensão que mais se relaciona com a passagem anterior é, de fato, a dialógica.

Percebam que tanto a alternativa A quanto a alternativa B vão de encontro ao diálogo e à argumentação crítica. A dimensão burocrática é rígida, cheia de formalismo. Nela, o resultado pouco importa, valendo-se os meios. A tecnocrática tem relação com tomadas de decisão baseadas em habilidade técnica-profissional.

Em relação à alternativa D, infere-se que é invenção do examinador.

Por fim, quanto à alternativa E, afirma-se que não há a obrigatoriedade do diálogo e da argumentação crítica na dimensão educativa, por isso o item está errado. A dimensão educativa, por exemplo, pode possuir um caráter mais injuntivo, sugerindo, dando ordens, colidindo com o exigido pela questão.

O gabarito é a alternativa C.

Gabarito: C

49. A gestão de riscos na Administração Pública é um processo que busca contribuir para a eficiência organizacional no cumprimento da missão institucional. É, assim, uma ferramenta para assegurar a produção de valor público. São passos fundamentais para o sucesso deste processo, entre outros, a identificação, a análise e a avaliação dos riscos aos quais a organização está submetida. O cumprimento dessas etapas permite identificar alternativas de tratamento dos riscos e o seu monitoramento contínuo.

Uma Universidade Pública brasileira identificou, como evento de risco, a possível invasão de seus sistemas corporativos seguida da alteração dos registros acadêmicos de seus estudantes. Com base em uma escala linear definida na Política de Gestão de Riscos da Universidade, a probabilidade de ocorrência deste evento sem a adoção de medidas de controle foi definida como alta (8, em uma escala de 1 a 10) e o impacto da sua ocorrência como muito alto (10, também em uma escala de 1 a 10).

Podemos ver, a seguir, os níveis de risco definidos pela Universidade inspirada em orientações do Tribunal de Contas da União:

Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Extremo
0 a 9,99	10 a 39,99	40 a 79,99	80 a 100

Feita a análise do nível de risco inerente à ocorrência deste evento, a Universidade passou a adotar medidas de controle muito rigorosas a partir de um **benchmarking** com algumas de suas congêneres. Tais medidas foram avaliadas e consideradas de um nível de confiança satisfatório (60%) após nova análise de especialistas. Com base nestas informações, podemos afirmar que o nível de risco inerente e o nível de risco residual de ocorrência deste evento na Universidade são, respectivamente,



- A) Extremo e Alto.
- B) Alto e Médio.
- C) Extremo e Médio.
- D) Alto e Alto.
- E) Extremo e Extremo.

Trata-se de questão que foi cobrada na disciplina de Administração Pública, porém ela versa mais sobre conteúdos de auditoria, especificamente Auditoria Governamental, Auditoria Interna e Auditoria Independente, como vocês perceberão.

A princípio, guardem a seguinte relação:

$$R = P \cdot I$$

R: Risco;

P: Probabilidade;

I: Impacto.

Notem que o enunciado afirma que a probabilidade é 8 e o impacto é 10. Dessa forma, o risco vai ser 80, o que corresponde ao produto. Ato contínuo, conforme a tabela baseada em recomendações do TCU, o risco é extremo.

E que risco é esse? Trata-se do risco inerente, aquele que aprendemos lá em auditoria, que é considerado desprezando-se quaisquer controles. O enunciado foi claro ao dizer: “sem a adoção de medidas de controle”. Feito isso, já podemos descartar as alternativas B e D.

Para o risco residual, aquele que ainda existirá mesmo considerando os controles, a Universidade passou a utilizar recursos para mitigar riscos em um nível de satisfação de 60%. Logo, em relação aos 80 do risco inerente, ainda existirá, de forma residual, o complemento de 60%, qual seja, 40%. Dessa maneira, temos:

$$\text{Risco residual} = 40\% \cdot 80 = 32 \text{ (médio)}$$

O gabarito é, portanto, alternativa C.

Gabarito: C



50. As críticas ao chamado modelo racional-legal da Administração Pública estão nas bases do que se tem convencionado chamar paradigma pós-burocrático. Diferentes enfoques se desenvolveram apontando os limites da organização burocrática, tendo em vista a evolução da Administração Pública em direção ao atendimento das demandas contemporâneas da sociedade.

Nesse contexto, uma importante abordagem é a do chamado “novo serviço público”. Considerando essa perspectiva, analise se as afirmativas a seguir estão coerentes com os princípios do “novo serviço público” e assinale (V) para a afirmativa verdadeira (coerente) e (F) para a falsa (não coerente).

() A busca da eficiência e do desempenho não encerra os objetivos da Administração Pública que, além de eficiente executora, deve ser reconhecida como legítima, como elemento central do processo de governança pública, o que requer uma liderança compartilhada – dentro e fora da organização pública – que aprofunde o caráter democrático da Administração Pública.

() Os mecanismos de mercado são os instrumentos mais adequados para a escolha pública, devendo o empreendedorismo e a adoção de práticas do setor privado estar no cerne da reforma da Administração Pública como forma de arbitrar os interesses individuais e permitir o avanço no combate dos problemas mais imediatos que assolam a população.

() Os administradores públicos devem ter uma nova visão do papel do cidadão, não como mero usuário ou cliente, mas estimulando o engajamento cívico e adotando a colaboração como prática, considerando a prestação de serviços públicos como um processo de coprodução em que a responsabilidade é compartilhada em todas as suas etapas.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) V, F e V.
- B) F, V e V.
- C) F, F e V.
- D) V, V e F.
- E) V, F e F.

Trata-se de questão que versa sobre o assunto Nova Gestão Pública (Gerencialismo),
estudado especificamente em Administração Pública.

Vamos ao julgamento dos itens:

(VERDADEIRO) A busca da eficiência e do desempenho não encerra os objetivos da Administração Pública que, além de eficiente executora, deve ser reconhecida como legítima, como elemento central do processo de governança pública, o que requer uma liderança compartilhada – dentro e fora da organização pública – que aprofunde o caráter democrático da Administração Pública.



Item verdadeiro. De fato, a Administração Pública Gerencial, modelo pós-burocrático, vai além da mera busca pela eficiência e pelo desempenho, em que pese também serem elementos importantes. Torna-se de suma importância a satisfação do cidadão, visto, agora, como o verdadeiro destinatário das prestações públicas, aperfeiçoando-se o caráter democrático da Administração Pública, tal como pontua o enunciado.

Entre os vários princípios da reforma gerencial, Carlos César Pimenta destaca o da descentralização, que é baseada na confiança dos administradores públicos, já que é necessária sua atuação de forma legítima. A liderança passa a ser compartilhada entre a administração e o usuário do serviço.

(FALSO) Os mecanismos de mercado são os instrumentos mais adequados para a escolha pública, devendo o empreendedorismo e a adoção de práticas do setor privado estar no cerne da reforma da Administração Pública como forma de arbitrar os interesses individuais e permitir o avanço no combate dos problemas mais imediatos que assolam a população.

Item errado. Não obstante o fato de o Gerencialismo preconizar o uso das melhores práticas do setor privado, no estilo do *benchmarking*, é errônea a passagem que diz que o empreendedorismo e a adoção de práticas do setor privado devem estar no cerne da reforma, pois, de forma diametralmente oposta, a essência é o cidadão e sua satisfação por meio de um serviço bem prestado.

A administração não se pode valer de todo o conceito que envolve o empreendedorismo, afinal o lucro não é e nunca foi o objetivo da administração pública.

Apesar de tudo, entendemos que a assertiva é difícil. Se o examinador tivesse colocado como alternativa V, V e V, com certeza o índice de erro seria maior.

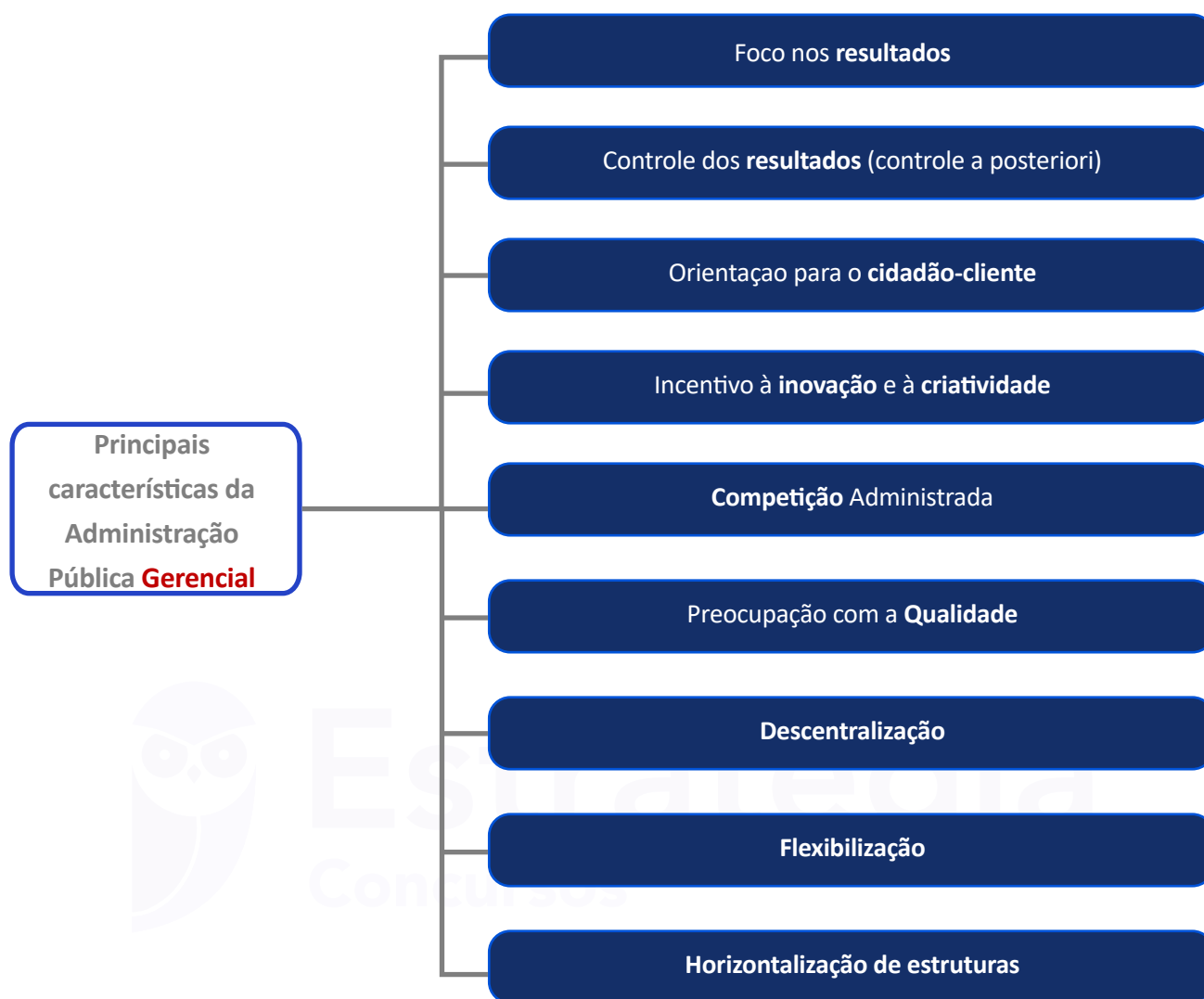
(VERDADEIRO) Os administradores públicos devem ter uma nova visão do papel do cidadão, não como mero usuário ou cliente, mas estimulando o engajamento cívico e adotando a colaboração como prática, considerando a prestação de serviços públicos como um processo de coprodução em que a responsabilidade é compartilhada em todas as suas etapas.

Exatamente. É o que pontuamos no primeiro item. Pela descentralização, ensina-se o princípio da confiança, que exige uma liderança compartilhada em torno das etapas de prestação de um determinado serviço público.

O gabarito é, por conseguinte, a alternativa A, que dispõe da seguinte forma: V, F e V.



Por fim, segue um resumo para seus estudos:



Fonte: aula 00, pg. 40, Administração Pública para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.



Fonte: aula 00, pg. 42, Administração Pública para AFRFB, do prof. Stefan Fantini, do Estratégia Concursos.



Gabarito: A

51. No gerenciamento de riscos de uma autarquia pública, optou-se por um modelo que, sem ser um referencial completo, permitisse estabelecer claramente os papéis e as responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização, visando, dessa forma, a protegê-la dos riscos, por meio de uma estrutura adequada de governança.

Depreende-se do enunciado que a autarquia optou pelo modelo

- A) COSO-ERM de 2004
- B) COSO/GRC de 2017.
- C) EFQM excellence model.
- D) ISO-IEC 31010: 2009.
- E) três linhas de defesa.

Trata-se de questão cobrada na disciplina de Administração Pública, porém versa sobre conteúdos estudados em Auditoria, especificamente normas do *Institute of Internal Auditors* (IIA).

O modelo em questão é o das Três Linhas de Defesa (TLD). O cerne da questão é a seguinte passagem:

"[...] permitisse estabelecer claramente os papéis e as responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização [...]"

É exatamente o que preconizam as TLD, definindo o seguinte:

Papéis da primeira linha

- Liderar e dirigir ações (incluindo gerenciamento de riscos) e a aplicação de recursos para atingir os objetivos da organização.
- Manter um diálogo contínuo com o órgão de governança e reportar: resultados planejados, reais e esperados, vinculados aos objetivos da organização e riscos.
- Estabelecer e manter estruturas e processos apropriados para o gerenciamento de operações e riscos (incluindo controle interno).
- Garantir a conformidade com as expectativas legais, regulatórias e éticas.

Papéis da segunda linha

- Fornecer *expertise* complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos, incluindo: a) desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos (incluindo controle interno) nos níveis de processo, sistemas e entidade; b) o atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; e avaliação da qualidade.
- Fornecer análises e reportar sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos (incluindo controle interno).



Papéis da terceira linha (Auditoria Interna)

- Mantém a prestação de contas primária perante o órgão de governança e a independência das responsabilidades da gestão.
- Comunica avaliação e assessoria independentes e objetivas à gestão e ao órgão de governança sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos (incluindo controle interno), para apoiar o atingimento dos objetivos organizacionais e promover e facilitar a melhoria contínua.
- Reporta ao órgão de governança prejuízos à independência e objetividade e implanta salvaguardas conforme necessário.

Esse modelo de TLD inclusive refletiu, ainda que uma forma um pouco diversa, na Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC):

“Art. 169. As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa:

I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;

II - segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade;

III - terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.”

Então, a grande sacada é perceber a definição de responsabilidades e papéis dentro de determinado escopo.

Por fim, façamos uma breve análise das demais assertivas:

A) COSO-ERM de 2004. **ERRADO**

Item errado. Trata-se de referencial de gestão corporativa de riscos. Conforme o Tribunal de Contas da União (TCU):

“Em 2004, o COSO publicou o Enterprise Risk Management - integrated framework (COSO-ERM ou COSO II), documento que ainda hoje é tido como referência no tema gestão de riscos corporativos. Esse modelo, como o próprio nome revela, foi projetado com o objetivo de orientar as organizações no estabelecimento de um processo de gestão de riscos corporativos e na aplicação de boas práticas sobre o tema”.

B) COSO/GRC de 2017. **ERRADO**

Item errado. Trata-se de referencial de gestão corporativa de riscos. Conforme o Tribunal de Contas da União (TCU):

“A nova versão, COSO ERM – Integrating with Strategy and Performance, também denominado como Framework, destaca a importância de considerar os riscos tanto no processo de estabelecimento da estratégia quanto na melhoria da performance.



A primeira parte da publicação oferece uma perspectiva dos conceitos atuais e em desenvolvimento e aplicações do gerenciamento de riscos corporativos. A segunda parte da publicação apresenta 20 princípios organizados em 5 componentes inter-relacionados: Governança e cultura, Estratégia e definição de objetivos, Performance, Monitoramento do desempenho e revisão; e finalmente Informação, comunicação e divulgação.

Aderir a estes princípios pode conferir a organização uma razoável expectativa de que ela entende e se esforça para gerenciar os riscos associados à sua estratégia e objetivos de negócios.”

C) EFQM excellence model. ERRADO

Item errado. O modelo de excelência EFQM, desenvolvido pela *European Foundation for Quality Management* (EFQM), é uma estrutura de gestão amplamente adotada por organizações em todo o mundo para aprimorar a qualidade, eficiência e excelência em suas operações. Essa ferramenta baseia-se em princípios de gestão e melhores práticas que incentivam a busca constante por melhorias em todas as áreas organizacionais.

D) ISO-IEC 31010: 2009. ERRADO

Item errado. Trata-se de referencial de gestão corporativa de riscos. Conforme o Tribunal de Contas da União (TCU):

“A norma técnica ISO 31000:2009 resultou de esforço da International Organization for Standardization (ISO) para criar um padrão internacional para a gestão de riscos corporativos, tendo sido publicada no Brasil sob o nome ABNT NBR ISO 31000:2009 Gestão de riscos – Princípios e diretrizes.

O processo de gestão de riscos preconizado na ISO 31000:2009 não difere muito do que já era previsto em normas técnicas regionais que a antecederam e contempla as seguintes fases ou atividades: estabelecimento do contexto, identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos, comunicação e consulta, monitoramento e análise crítica.

Também em 2009, a ISO publicou versão atualizada – e compatível com a ISO 31000 – do guia ISO Guide 73 - Risk Management Vocabulary, instrumento importante para a sedimentação de uma linguagem comum e padronizada relativa ao tema.

Em 2018, a ISO 2009 foi revisada e seu conteúdo foi totalmente substituído pela nova versão. Na essência, o processo de gestão de riscos continua o mesmo incluindo as etapas relativas às atividades de comunicação e consulta, ao estabelecimento do contexto, avaliação dos riscos (identificar, analisar e avaliar os riscos), uma etapa relativa ao monitoramento e, por fim, registro e relato dos riscos.”

Por tudo, o gabarito é a alternativa E.

Gabarito: E



52. Diante de acidente aéreo de grande impacto na mídia nacional, um governante percebeu que era chegado o momento de aprovar uma política que fosse mais restritiva em relação às práticas operacionais do setor e que promovesse maior segurança ao tráfego aéreo nacional. Contrariando a maioria das previsões, em um curto espaço de tempo, a ideia foi abraçada pelo governo federal, ganhou espaço na agenda e foi aprovada em poucas semanas.

A formulação dessa política ocorreu em função do fenômeno conhecido como

- A) agentes no nível de rua.
- B) avaliação formativa.
- C) janela de oportunidade.
- D) monitoramento *a posteriori*.
- E) política redistributiva.

Trata-se de questão que versa sobre Políticas Públicas.

Vamos às alternativas:

A) agentes no nível de rua. ERRADO

Item errado e extremamente específico. Doutrinariamente, agentes no nível de rua são os servidores públicos que possuem certo contato com a população. Dessa forma, são agentes fundamentais, já que conseguem extrair as reais necessidades do contexto social.

Nessa oportunidade, esses agentes, em uma sistemática de *bottom up*, conseguem transmitir aos gestores as demandas da população para que sejam implementadas políticas eficientes, eficazes e, sobretudo, efetivas.

Por fim, vejam que o item fica errado, pois, aqui, estamos diante de um governante, que já está no topo da cadeia, provavelmente. Não há passagens no enunciado da questão que permitam inferir agentes no nível de rua.

B) avaliação formativa. ERRADO

Item errado. Aqui, preliminarmente, precisamos destacar a diferença entre avaliação formativa e avaliação somativa. A primeira é focada na implementação, fase inicial. O cerne é o caminhar formal do processo. A segunda, por seu turno, já se volta ao resultado, controlando determinados indicadores.

Percebam, portanto, que não há qualquer relação com a questão. Não há que se falar em “avaliação”, já que estamos em fase de inclusão em agenda/aprovação.

C) janela de oportunidade. CORRETO

Ao estudar o tema da janela de oportunidade, devemos associá-la à Teoria dos Múltiplos Fluxos (TMF). Nessa esteira, gravem o PAP:

Fluxo do Problema: identifica-se um determinado problema (acidente aéreo).

Fluxo da Alternativa: propõem-se alternativas, soluções para a resolução do problema (aprovar uma política que fosse mais restritiva em relação às práticas operacionais do setor e que promovesse maior segurança ao tráfego aéreo nacional).



Fluxo da Política: a alternativa proposta acima ganha força (a ideia foi abraçada pelo Governo Federal).

A convergência dos três fluxos, PAP, resulta na implementação da política na agenda governamental (ganhou espaço na agenda). Dessa forma, aproveitou-se o momento, a janela de oportunidade.

Confirmamos a correção da alternativa C.

D) monitoramento a posteriori. ERRADO

Item errado. Monitoramento é uma ação, normalmente, posterior à implementação de uma política pública. É o que a doutrina chama de controle *ex post*. Vejam que o enunciado não cuida de um controle posterior, já que, no caso em apreço, o foco está no aproveitamento de uma determinada circunstância para incluir na agenda governamental determinada política pública (janela de oportunidade).

E) política redistributiva. ERRADO

Não há correlação alguma entre o enunciado e o conceito de política redistributiva. Nesse contexto, tais políticas buscam privilegiar determinado grupo social por meio de uma redistribuição/relocação de recursos de determinados grupos para outros. O exemplo clássico é o Sistema Previdenciário.

Por oportuno, cabe esclarecer que, apesar de possuírem semelhanças com as políticas distributivas, não são a mesma coisa. Políticas distributivas privilegiam determinados grupos também, porém sem fazer uso da realocação. Aqui, o exemplo clássico são os auxílios emergenciais.

Finalmente, confirmamos o gabarito na alternativa C.

Gabarito: C

53. O processo de compras governamentais tem evoluído com a incorporação de critérios que estimulam, entre outros, o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica, a demanda de produtos locais e a acessibilidade.

O poder de compra do Estado é reconhecido como um importante instrumento de política pública. E no caso da sustentabilidade, a legislação de contratações públicas tem amparado as condições para a sua promoção. A nova lei de licitações, a Lei nº 14.133 de 2021, por exemplo, consagra, em seu artigo 5º, o desenvolvimento nacional sustentável como um de seus princípios e, em seu artigo 11º, como um dos objetivos do processo licitatório.

Sobre a sustentabilidade nos procedimentos de compras governamentais, analise os itens a seguir.

I. A sustentabilidade nas contratações públicas se expressa exclusivamente na publicação dos instrumentos convocatórios.

II. A busca da sustentabilidade nas compras governamentais deve considerar todo ciclo de vida de um produto na análise do seu custo, podendo também ser indutora de novos mercados para produtos sustentáveis.

III. A prática de compras governamentais compartilhadas pode estimular ganhos de escala que viabilizem a contratação de produtos sustentáveis, reforçando a importância de que a sustentabilidade das contratações seja perseguida desde o seu planejamento.

Está correto o que se afirma em



- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) II, apenas.

Trata-se de questão que versa sobre Compras Governamentais.

I. A sustentabilidade nas contratações públicas se expressa exclusivamente na publicação dos instrumentos convocatórios. ERRADO

Item errado. Galera, o erro encontra-se na palavra “exclusivamente”. Ora, a sustentabilidade em contratações públicas vai muito além dos instrumentos convocatórios. Vejam que o próprio item II vai de encontro ao item I, no sentido de que a sustentabilidade deve estar correlata com todo o ciclo de vida do produto. São itens, portanto, mutuamente excludentes.

II. A busca da sustentabilidade nas compras governamentais deve considerar todo ciclo de vida de um produto na análise do seu custo, podendo também ser indutora de novos mercados para produtos sustentáveis.

CORRETO

Item correto. Sustentabilidade é um conceito cada vez mais difundido no mundo das compras governamentais. Vejam as seguintes passagens, retiradas da Lei nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC):

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do **desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”*

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos: IV - incentivar a inovação e o **desenvolvimento nacional sustentável**”*

*“Art. 144. Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, **critérios de sustentabilidade ambiental** e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato”.*

III. A prática de compras governamentais compartilhadas pode estimular ganhos de escala que viabilizem a contratação de produtos sustentáveis, reforçando a importância de que a sustentabilidade das contratações seja perseguida desde o seu planejamento. CORRETO



Item correto. Exatamente. Se o planejamento de compras puder ser compartilhado, reduzindo a burocracia e os custos da máquina pública, com certeza haverá o reforço da sustentabilidade. Nesse compartilhamento, aproveitam-se os mais diversos recursos: energia, humano, tempo etc.

Haverá ganhos de escala à medida que os órgãos, via compras compartilhadas, reduzirem seus custos para uma mesma operação, ou seja, comprarem com menor custo. Imagine esse impacto por todo o aparelhamento estatal.

As compras compartilhadas permitem que várias entidades governamentais obtenham produtos e serviços de forma mais econômica, ao mesmo tempo que incentivam práticas sustentáveis por parte dos fornecedores. Isso pode resultar em benefícios econômicos e ambientais significativos, além de promover a responsabilidade social e a eficiência na administração pública.

O gabarito é a alternativa D.

Gabarito: D

54. A diretoria de governança de uma autarquia federal está desenvolvendo um sistema de combate à corrupção e fraude, a partir das boas práticas apresentadas nos guias e referenciais do TCU. A equipe tem priorizado uma sistemática formal de divulgação de relatórios que tratem de casos de fraude e corrupção identificados e que sejam orientados para destinatários apropriados, de modo a preservar a integridade das evidências obtidas, garantir a confidencialidade dos dados e evitar a exposição e fragilização de auditores, investigadores e investigados.

Entende-se que a equipe está desenvolvendo a noção de

- A) auditoria e apuração interna.
- B) gestão de canal de denúncia.
- C) controles reativos de detecção.
- D) prevenção de ilícitos éticos.
- E) termo circunstanciado administrativo.

Trata-se de questão específica acerca do Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Vamos às alternativas:

- A) **auditoria e apuração interna. CORRETO**

Perfeito, pessoal. Acepção retirada de forma literal do Referencial. Vejam o que ele diz (páginas 75-76):



“[...] A auditoria interna auxilia a organização no tocante à avaliação da eficácia e adequação da política e do plano de combate à fraude e corrupção, da gestão de risco de fraude e corrupção, dos respectivos controles internos e da gestão da ética e da integridade organizacional [...]” [grifou-se].

Nesse trecho, notem a estrita relação com a seguinte passagem do *caput* da questão: *“[...] está desenvolvendo um sistema de combate à corrupção e fraude [...]”*.

Mais adiante, vejam o que se encontra na “Prática D3.4”, do Referencial:

*“Prática D3.4 – Estabelecer uma sistemática de divulgação de relatórios que tratam de fraude e corrupção. Deve-se definir uma **sistemática formal para divulgação de relatórios** que tratam de assuntos sensíveis como a fraude e corrupção, com o objetivo de que as informações apuradas sejam adequadamente ajustadas e orientadas para os destinatários apropriados, como a polícia judiciária, o Ministério Público, os Tribunais de Contas e as Controladorias Gerais. As devidas cautelas devem ser adotadas na elaboração e encaminhamento desses relatórios, a fim de **preservar a integridade das evidências obtidas, garantir a confidencialidade dos dados e evitar expor os auditores, investigadores e investigados a uma situação de fragilidade**” [grifou-se].*

Notem que os grifos acima são literalmente passagens do *caput* da questão.

B) gestão de canal de denúncia. ERRADO

Vimos, acima, que se trata de Auditoria Interna. O Canal de Denúncia também é tratado no referencial, mais especificamente nas páginas 68 a 71. Nessa esteira, são versadas as seguintes práticas:

Prática D2.1 – Estabelecer canal de denúncias;

Prática D2.2 – Gerenciar as denúncias recebidas;

Prática D2.3 – Análise e admissibilidade das denúncias.

Na prova, caso houvesse dúvida, poderíamos entender que o *caput* da questão não tem muita relação com gerir canal de denúncia. O item é, por tudo, errado.

c) controles reativos de detecção. ERRADO

A princípio, nota-se uma postura preventiva, não reativa (esperando que o problema aconteça para tomar providências). Ademais, vimos que o teor é a prática da Auditoria Interna.

No Referencial, o assunto é tratado nas páginas 66 a 68, com as seguintes práticas:

Prática D1.1 – Controles reativos de detecção;

Prática D1.2 – Controles proativos de detecção;

Prática D1.3 – Documentar as técnicas de detecção de fraude e corrupção.

Item errado.

d) prevenção de ilícitos éticos. ERRADO

Item errado. Trata-se de Auditoria Interna. A prevenção de ilícitos éticos é tratada na página 94 do Referencial, contendo:

Prática C1.1 – Procedimento ético preliminar;

Prática C1.2 – Processo de apuração ética e de integridade.



e) termo circunstanciado administrativo. ERRADO

Item errado. O termo circunstanciado em apreço é tratado na página 97 do Referencial:

Prática C2.3 – Termo circunstanciado administrativo (TCA).

Por todo o exposto, afirma-se a correção da alternativa A, que foi retirada de forma literal do Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Gabarito: A

AUDITORIA

55. Ao determinar o tamanho da amostra para os testes de detalhes, o auditor pode levar em consideração alguns fatores que influenciam na escolha do tamanho da amostra.

Nesse contexto, analise os fatores a seguir.

- I. Aumento na avaliação do risco de distorção relevante do auditor.
- II. Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação.
- III. Aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar na população.
- IV. Quantidade de unidades de amostragem na população.

De acordo com a NBC TA 530, assinale a opção que indica os fatores que têm como efeito um aumento no tamanho da amostra.

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Trata-se de questão que versa sobre Amostragem, assunto estudado em Auditoria.

Com base na NBC TA 530, vejamos:

I. Aumento na avaliação do risco de distorção relevante do auditor. CORRETO

O aumento na avaliação do risco de distorção relevante é um indicador de aumento do tamanho da amostra. Vejam o que diz o apêndice 3, da NBC TA supracitada:

"Quanto mais alta a avaliação do risco de distorção relevante do auditor, maior deve ser o tamanho da amostra. A avaliação do risco de distorção relevante do auditor é afetada pelo risco inerente e pelo risco de controle (...)"



II. Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação. **ERRADO**

O aumento no uso de outros procedimentos substantivos reduz o tamanho da amostra, logo colide com o que é pedido na questão. Vejam o que diz o apêndice 3, da NBC TA 530:

*“**Quanto mais o auditor confia em outros procedimentos substantivos** (testes de detalhes ou procedimentos analíticos substantivos) para reduzir a um nível aceitável o risco de detecção relacionado com uma população em particular, menos segurança o auditor precisa da amostragem e, portanto, **menor pode ser o tamanho da amostra**” (grifou-se).*

III. Aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar na população. **CORRETO**

Perfeito. O aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar resulta no aumento do tamanho da amostra. Vejam o que diz o apêndice 3:

*“**Quanto maior for o valor da distorção que o auditor espera encontrar na população, maior deve ser o tamanho da amostra** para se fazer uma estimativa razoável do valor real de distorção na população. Os fatores relevantes para a consideração do auditor do valor de distorção esperado incluem a extensão na qual os valores dos itens são determinados subjetivamente, os resultados dos procedimentos de avaliação de risco, os resultados dos testes de controle, os resultados de procedimentos de auditoria aplicados em períodos anteriores e os resultados de outros procedimentos substantivos” (grifou-se).*

IV. Quantidade de unidades de amostragem na população. **ERRADO**

Aqui, há algo interessante. Nesse caso, o efeito é negligenciável, nos termos da NBC TA 530, apêndice 2.

“Para populações grandes, o tamanho real da população tem pouco efeito, se houver, no tamanho da amostra. Para pequenas populações, entretanto, a amostragem de auditoria pode não ser tão eficiente quanto os meios alternativos para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.”

5. Aumento na quantidade de unidades de amostragem na população	Efeito negligenciável	Para populações grandes, o tamanho real da população tem pouco efeito, se houver, no tamanho da amostra. Para pequenas populações, entretanto, a amostragem de auditoria pode não ser tão eficiente quanto os meios alternativos para obter evidência auditoria apropriada e suficiente.
---	-----------------------	--

Fonte: NBC TA 530, apêndice 2.

Por fim, o gabarito encontra-se na alternativa B (I e III).

Gabarito: B



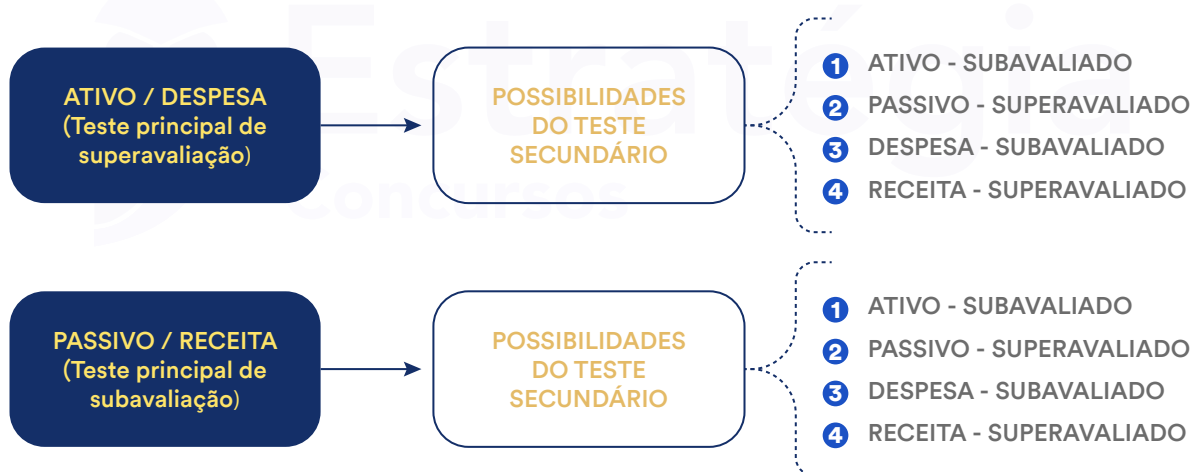
56. Durante um trabalho de auditoria financeira, ao analisar a conta de despesa com manutenção de equipamentos industriais, o auditor observou que o valor com a aquisição de uma máquina embaladora havia sido debitado nessa conta.

Nessa situação, são aplicáveis

- A) um teste principal de ativo para superavaliação e um teste secundário de despesa para subavaliação.
- B) um teste principal de despesa para superavaliação e um teste secundário de ativo para subavaliação.
- C) um teste secundário de ativo para superavaliação e um teste principal de despesa para subavaliação.
- D) um teste secundário de despesa para subavaliação e um teste principal de ativo para superavaliação.
- E) um teste secundário de despesa para superavaliação e um teste principal de ativo para subavaliação.

Trata-se de uma questão que versa sobre Procedimentos de Auditoria em Áreas Específicas, estudados na disciplina de Auditoria Independente.

Para uma rápida resolução, memorize:



Fonte: aula 12, pg. 48, Auditoria para AFRFB, profs. Guilherme Sant Anna e Tonyvan de Carvalho Oliveira, Estratégia Concursos.

Vejam que houve um débito em conta de despesa, ou seja, está superavaliada. Como ela está superavaliada, alguma outra conta deve estar subavaliada, concordam? Nesse caso, a conta que está subavaliada é a própria conta do Imobilizado (ativo), pois era ela que deveria ter sido lançada a débito, aumento de valor.

Portanto, os testes corretos são: principal e de superavaliação para despesa e secundário e de subavaliação para o ativo, alternativa B. Percebam que a alternativa A diz o contrário.

Vejamos, rapidamente, os erros das demais alternativas:



C) um teste secundário de ativo para superavaliação e um teste principal de despesa para subavaliação.

ERRADO

Teste secundário em ativo é para subavaliação, não para superavaliação. Ademais, teste principal em despesa é para superavaliação, não para subavaliação.

D) um teste secundário de despesa para subavaliação e um teste principal de ativo para superavaliação.

ERRADO

A despesa está superavaliada e o ativo está subavaliado.

E) um teste secundário de despesa para superavaliação e um teste principal de ativo para subavaliação.

ERRADO

O teste para a despesa, em caso de superavaliação, deveria ser principal, não secundário. Da mesma forma, o teste para subavaliação do ativo deveria ser secundário, não principal.

O gabarito é, por fim, a alternativa B. Trata-se de um assunto muito cobrado em provas de Auditoria. Memorizem o quadro.

Gabarito: B

57. No decorrer da realização de um trabalho de auditoria, um auditor estava analisando o saldo de contas a receber da entidade auditada.

Diante da necessidade de confirmar a existência de um débito com um devedor, o auditor deve

- A) aplicar procedimentos de conciliação bancária com contas a receber.
- B) examinar evidências internas da firma.
- C) examinar os registros contábeis e a documentação hábil.
- D) realizar procedimentos analíticos nos saldos de contas a receber e de créditos de liquidação duvidosa.
- E) solicitar confirmação positiva para obter evidência de melhor qualidade.

Trata-se de questão que cobra conhecimentos sobre Testes e Procedimentos de Auditoria, assunto pertinente à disciplina de Auditoria Independente.

A questão solicita-se o procedimento adequado para confirmar a existência de um débito com um terceiro devedor. Gravem essas palavras, pois elas direcionam imediatamente para a Confirmação (Circularização). Vejam o que dispõe o item A22, da NBC TA 500 (R1), a seguir transcrito de forma literal:



“A22. Uma confirmação externa representa evidência de auditoria obtida pelo auditor como resposta escrita de terceiro (a parte que confirma) ao auditor, em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia. Os procedimentos de confirmação externa frequentemente são relevantes no tratamento de afirmações associadas a certos saldos contábeis e seus elementos. Contudo, as confirmações externas não precisam se restringir apenas a saldos contábeis. Por exemplo, o auditor pode solicitar confirmação de termos de contratos ou transações da entidade com terceiros; a solicitação de confirmação pode ser planejada para perguntar se foram efetuadas quaisquer modificações no contrato e, em caso afirmativo, quais são os detalhes relevantes. Os procedimentos de confirmação externa também são utilizados para a obtenção de evidência de auditoria a respeito da ausência de certas condições, por exemplo, a ausência de acordo paralelo (side agreement) que possa influenciar o reconhecimento da receita. Ver NBC TA 505 para orientação adicional”.

Dessa forma, o gabarito encontra-se na alternativa E. Os demais procedimentos não têm relação com o proposto pela questão. O segredo em questões de Auditoria é atentar-se às palavras-chaves, que direcionam a passagens, trechos da norma.

A) aplicar procedimentos de conciliação bancária com contas a receber. ERRADO

Assertiva errada. A conciliação não está relacionada à confirmação de débitos com terceiro.

B) examinar evidências internas da firma. ERRADO

Assertiva errada. Busca-se confirmar débitos com terceiros. Até pode existir alguma relação, mas a questão é cara-crachá da norma.

C) examinar os registros contábeis e a documentação hábil. ERRADO

Assertiva errada. A justificativa vai no mesmo sentido da alternativa B. O descrito aqui está mais voltado para a técnica de Inspeção, não a de confirmação.

D) realizar procedimentos analíticos nos saldos de contas a receber e de créditos de liquidação duvidosa. ERRADO

Assertiva errada. Não tem relação com o que pede a questão, vide item A25, da NBC TA 500 (R1):

“A25. Os procedimentos analíticos consistem em avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Os procedimentos analíticos incluem também a investigação de flutuações e relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou que se desviem significativamente dos valores previstos.”

E) solicitar confirmação positiva para obter evidência de melhor qualidade. CORRETO

Correto, como vimos acima.

Logo, confirma-se a correção da alternativa E.

Gabarito: E



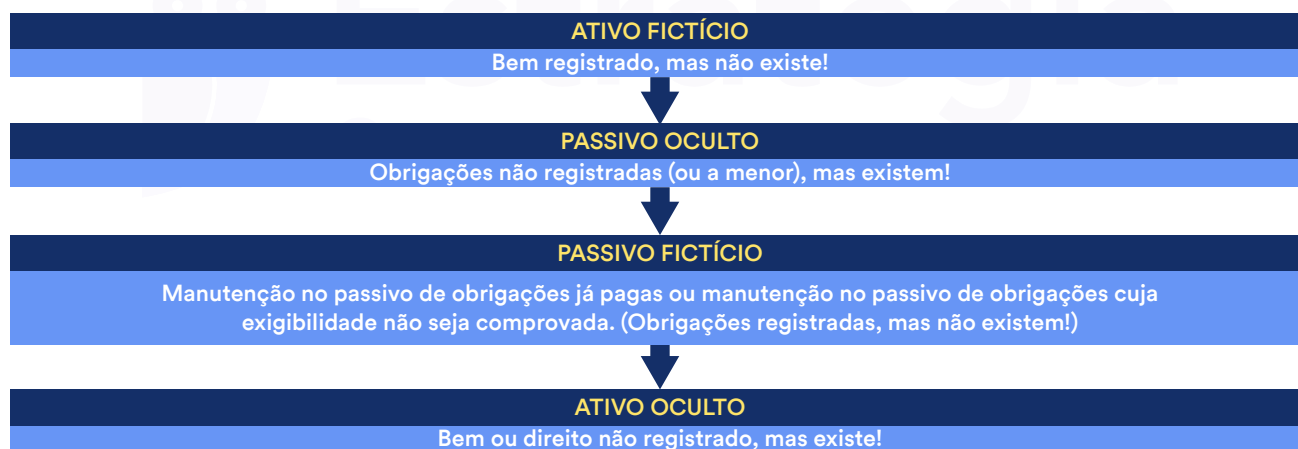
58. Os passivos fictícios são associados à falta de escrituração de pagamentos efetuados e admitem a presunção de omissão de receitas.

Uma maneira de identificar esse artifício é:

- A) aplicar testes para subavaliação de passivos e contas a receber.
- B) buscar evidências a partir de procedimentos de indagação escrita.
- C) comparar o saldo da conta fornecedores, existente na data do balanço, com as duplicatas representativas deste saldo.
- D) examinar a documentação de suporte aos registros contábeis relativos ao período coberto pelas demonstrações contábeis.
- E) realizar conciliação bancária conjuntamente com a razão analítica do passivo.

Trata-se de questão que versa sobre procedimentos de auditoria em áreas específicas, estudados na disciplina de auditoria independente.

Para facilitar a resolução da questão, memorize:



Fonte: aula 12, pg. 31, Auditoria para AFRFB, profs. Guilherme Sant Anna e Tonyvan de Carvalho Oliveira, Estratégia Concursos.

Vamos às alternativas.

- A) **aplicar testes para subavaliação de passivos e contas a receber. ERRADO**

O passivo fictício está registrado, mas não existe. Dessa forma, está superavaliado, não subavaliado.

- B) **buscar evidências a partir de procedimentos de indagação escrita. ERRADO**

Até é possível fazer o uso da indagação. Porém, é um meio não tão eficaz, portanto pode não surtir resultado. Em questões de concurso, muitas vezes, devemos marcar a mais correta e essa, definitivamente, não o é.



- C) **comparar o saldo da conta fornecedores, existente na data do balanço, com as duplicatas representativas deste saldo. CORRETO**

Perfeito, pessoal. Trata-se do artifício mais eficiente, vez que, pelo método das partidas dobradas, os valores não de bater.

- D) **examinar a documentação de suporte aos registros contábeis relativos ao período coberto pelas demonstrações contábeis. ERRADO**

O item até poderia ser dado como correto, mas cai na mesma situação do item B. Aqui, é até um pouco mais justificável, em verdade. Percebam que examinar documentação de suporte de registro não garante muita coisa, uma vez que quem foi o responsável pelo passivo fictício também o foi para suporte contábil. Como tem um viés muito interno, exatamente no cerne do problema, não possui tanta efetividade assim. Diferente é o caso quando analisamos a alternativa C.

- E) **realizar conciliação bancária conjuntamente com a razão analítica do passivo. ERRADO**

Também poderia ter sido o gabarito, mas, como ocorre nos outros itens, também não é o artifício mais adequado, voltando à máxima de marcar a mais correta. A conciliação bancária é mais voltada para o caixa, por isso talvez tenha sido essa a interpretação do examinador.

Por tudo, o gabarito é a alternativa C. Pessoal, realmente, é inegável a correção dessa alternativa. No entanto, entendemos que se trata de uma questão extremamente complexa e polêmica, gerando inúmeros recursos à época.

Vejam que o enunciado da questão apenas exige uma maneira, ou seja, não específica, que tem que ser a melhor. Muitas outras, como vimos ao longo do comentário, também poderiam ser maneiras. No entanto, a banca manteve o gabarito na alternativa C.

Gabarito: C

59. Um auditor estava elaborando o planejamento de um trabalho de auditoria do ativo imobilizado. A análise do relatório de auditoria do ano anterior indicou a necessidade de analisar esse grupo do ativo. Por isso, nesse trabalho, um dos objetivos foi verificar se a despesa de depreciação do ativo imobilizado fora corretamente registrada e feita em uma base consistente.

Um procedimento substantivo que pode ser aplicado para atingir esse objetivo é

- A) analisar a documentação de aquisição de itens registrados no imobilizado.
- B) aplicar testes de existência e propriedade dos ativos adquiridos no exercício de referência.
- C) examinar as normas e as políticas da entidade para controle de ativos.
- D) realizar testes preditivos da despesa de depreciação no período de referência.
- E) examinar os registros de perdas por redução ao valor recuperável ocorridas no período.



Trata-se de questão que versa sobre Procedimentos de Auditoria em Áreas Específicas, estudados na disciplina de Auditoria Independente.

A questão foi retirada de forma literal do livro do Crepaldi, Auditoria Contábil. No entanto, façamos a resolução sem o decoreba do livro.

Vejam que testes preditivos são espécies de procedimentos analíticos, que representam testes substantivos. Além disso, a predição da despesa de depreciação pode servir, de fato, como comparativo ao registro correto, ou não, da despesa na DRE. Por oportuno, segundo Crepaldi, correção e consistência de depreciação, amortização e exaustão avaliam-se com recálculo ou testes preditivos.

Portanto, o gabarito é a alternativa D.

Vejamos as demais alternativas:

A) analisar a documentação de aquisição de itens registrados no imobilizado. ERRADO

Analisar os documentos de aquisição não garante que a despesa de depreciação foi corretamente registrada. Essa análise seria mais voltada à apresentação e à divulgação dos ativos.

B) aplicar testes de existência e propriedade dos ativos adquiridos no exercício de referência. ERRADO

Não possui correlação com a correção do registro de despesas de depreciação.

C) examinar as normas e as políticas da entidade para controle de ativos. ERRADO

Até poderia ser a resposta, mas não é mais correta do que a alternativa D. Em provas de múltipla escolha, principalmente em se tratando de FGV, muitas vezes, devemos marcar a mais correta, que, no caso, é a alternativa D, indiscutível. Mas que fique claro que não está de toda incorreta. Não tem tanta efetividade, mas poderia ser considerada como resposta.

Um exemplo bobo seria: o contador registrou a depreciação pelo método linear, sendo que a política contábil era pelo método de quotas decrescentes. Nesse caso, houve um erro e, conseqüentemente, uma provável distorção de valor. Vejam que a simples análise de normas e políticas, nesse caso, surtiria efeito.

E) examinar os registros de perdas por redução ao valor recuperável ocorridas no período. ERRADO

O certo seria observar a depreciação, não a redução ao valor recuperável.

Por tudo, o gabarito é a alternativa D.

Gabarito: D



60. Uma equipe de auditoria foi designada para um trabalho em uma sociedade empresária fabricante de equipamentos eletrodomésticos. Um dos auditores ficou responsável por apresentar uma minuta de planejamento de procedimentos para auditoria dos estoques de produtos acabados. O objetivo era gerar evidências quanto à integridade dos custos de produção alocados no período em análise.

O auditor indicou na minuta os seguintes procedimentos substantivos:

I. Procedimentos analíticos.

II. Inspeção física dos estoques de produtos acabados.

III. Circularização junto a fornecedores de matérias-primas.

IV. Teste de corte (*cutoff*) do custo de produtos acabados.

Os procedimentos adequados ao referido objetivo de auditoria são apenas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.
- E) II, III e IV.

Trata-se de questão que cobra conhecimentos sobre Testes e Procedimentos de Auditoria, assunto pertinente à disciplina de Auditoria Independente.

Todos os testes são aplicáveis à geração de evidências de auditoria quanto à integridade dos custos de produção alocados.

Contudo, a questão basicamente solicitou do candidato quais são os testes substantivos entre os apresentados. Nessa esteira, apenas os procedimentos analíticos (I) e o *cutoff* (IV) são adequados, já que os demais são testes de controle/observância.

É bom reafirmar que a cobrança da banca foi literal, porém é necessário entender que todos os testes, a depender do contexto e da aplicação, podem ser substantivos ou de controle. Questões discursivas ou mais bem trabalhadas podem exigir esse conhecimento de você.

Portanto, nosso gabarito é a alternativa A.

Gabarito: A



61. Como parte das atividades de planejamento de um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis orientadas pela NBC TA 300 (R1), o auditor deve planejar a natureza, a época e a extensão do direcionamento e supervisão da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho.

O planejamento desses elementos

- A) deve ser considerado inclusive quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho.
- B) é indiferente ao porte e à complexidade da entidade.
- C) independe da área em que o trabalho de auditoria é realizado.
- D) tem extensão inversa ao nível de risco de distorções relevantes.
- E) varia conforme a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho.

Trata-se de questão que versa sobre Planejamento de Auditoria Independente, cobrando disposição literal da NBC TA 300 (R1).

- A) **deve ser considerado inclusive quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho.**

ERRADO

Item errado. É suficiente a leitura do item A17, da NBC TA 300 (R1), a seguir transcrito.

A17. Quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho, não se colocam questões de direção e supervisão dos membros da equipe de trabalho e de revisão do seu trabalho [...] [grifou-se].

- B) **é indiferente ao porte e à complexidade da entidade. ERRADO**

Item errado. É suficiente a leitura da alínea a do item A16 da NBC TA 300 (R1), a seguir transcrita.

A16. A natureza, a época e a extensão do direcionamento e da supervisão dos membros da equipe e a revisão do seu trabalho podem variar dependendo de diversos fatores, incluindo:

(a) o porte e a complexidade da entidade.

- C) **independe da área em que o trabalho de auditoria é realizado. ERRADO**

Item errado. É suficiente a leitura da alínea b do item A16 da NBC TA 300 (R1), a seguir transcrita.

A16. A natureza, a época e a extensão do direcionamento e da supervisão dos membros da equipe e a revisão do seu trabalho podem variar dependendo de diversos fatores, incluindo:

(b) a área da auditoria.



D) tem extensão inversa ao nível de risco de distorções relevantes. ERRADO

Item errado. É suficiente a leitura da alínea c do item A16 da NBC TA 300 (R1), a seguir transcrita.

A16. A natureza, a época e a extensão do direcionamento e da supervisão dos membros da equipe e a revisão do seu trabalho podem variar dependendo de diversos fatores, incluindo:

(c) os riscos de distorções relevantes (por exemplo, um aumento no risco de distorções relevantes para uma dada área de auditoria costuma exigir um correspondente aumento na extensão e no direcionamento e supervisão tempestiva por parte dos membros da equipe e uma revisão mais detalhada do seu trabalho).

Aqui, basta pensarmos. Se o nível de risco é elevado, nosso planejamento provavelmente será maior, levando em conta mais critérios. Ou seja, a relação é direta, não inversa.

E) varia conforme a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho. CORRETO

Item correto e faz total sentido. Se sua equipe é competente e capaz, ou não, o planejamento será materialmente impactado. A baliza legal encontra-se na alínea e do item A16 da NBC TA 300 (R1), a seguir transcrita:

A16. A natureza, a época e a extensão do direcionamento e da supervisão dos membros da equipe e a revisão do seu trabalho podem variar dependendo de diversos fatores, incluindo:

(d) a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho de auditoria.

Por tudo, o gabarito é a alternativa E.

Gabarito: E

62. Um elemento importante nos trabalhos de auditoria, que inclusive afeta o planejamento e a extensão dos procedimentos de auditoria, é o risco de distorção relevante.

De acordo com a NBC TA 315 (R2), esse tipo de risco precisa ser adequadamente identificado e avaliado nos trabalhos de auditoria e

- A) depende majoritariamente do risco de controle.
- B) deve ser identificado antes da realização dos testes dos controles internos.
- C) inclui tanto aqueles causados por erro como aqueles causados por fraude.
- D) não deve ser influenciado pelo entendimento do auditor sobre o ambiente em que a entidade opera.
- E) requer um maior ceticismo profissional no início do trabalho de auditoria em uma entidade.



Trata-se de questão que versa sobre Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e de seu Ambiente, assunto da NBC TA 315 (R2).

A) depende majoritariamente do risco de controle. ERRADO

Item errado. É invenção do examinador afirmar que é majoritariamente em função do risco de controle. O risco de distorção relevante leva em conta tanto o inerente quanto o de controle. Vejam o item 4 da NBC TA 315 R(2), transcrito a seguir, *ipsis litteris*:

4. Os riscos no nível geral da demonstração contábil referem-se às demonstrações contábeis como um todo e que afetam potencialmente muitas afirmações. Os riscos de distorção relevante no nível da afirmação consistem em dois componentes: risco inerente e risco de controle:

- *O risco inerente é descrito como sendo a suscetibilidade de uma afirmação a respeito de uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação, a uma distorção que pode ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.*
- *O risco de controle é descrito como sendo o risco de que uma distorção que pode ocorrer em uma afirmação a respeito de uma classe de transação, saldo contábil ou divulgação e que pode ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelos controles internos da entidade.*

B) deve ser identificado antes da realização dos testes dos controles internos. ERRADO

Item errado. Como vimos acima, é o risco inerente que leva em conta a ausência de controles.

C) inclui tanto aqueles causados por erro como aqueles causados por fraude. CORRETO

Item correto. Trata-se de afirmação clássica em Auditoria. Vejam o item 6, da NBC TA 315 (R2):

6. *Os riscos de distorção relevante identificados e avaliados pelo auditor incluem tanto aqueles causados por erro como aqueles causados por fraude [...].*

D) não deve ser influenciado pelo entendimento do auditor sobre o ambiente em que a entidade opera. ERRADO

Item errado. Pessoal, o auditor deve levar em conta o entendimento sobre o ambiente em que a entidade opera. Percebam que o próprio título da NBC TA, aqui em apreço, denuncia: “Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente”. Há inúmeras passagens que reforçam esse entendimento:

19. *O auditor deve realizar procedimentos de avaliação de riscos para obter entendimento:*

(a) dos seguintes aspectos da entidade e do seu ambiente:



A49. O entendimento do auditor da entidade e do seu ambiente e da estrutura de relatório financeiro aplicável também pode auxiliá-lo a desenvolver expectativas iniciais sobre as classes de transações, saldos contábeis e divulgações que podem ser classes de transações, saldos contábeis e divulgações significativas. Essas classes de transações, saldos contábeis e divulgações formam a base para o escopo do entendimento do auditor do sistema de informações da entidade.

E) **requer um maior ceticismo profissional no início do trabalho de auditoria em uma entidade. ERRADO**

Item errado. Dizer que o ceticismo deve ser maior no início é invenção do examinador. Em verdade, o ceticismo deve estar presente ao longo de toda a auditoria.

O gabarito é a alternativa C.

Gabarito: C

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

63. Uma entidade que trabalha com auditoria contábil adquiriu, em 01/01/X1, por R\$700.000 à vista, um imóvel para ser utilizado como sede. A vida útil do imóvel era estimada em 25 anos e não era considerado valor residual. Além disso, a entidade depreciava os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Em 31/12/X3, o imóvel foi colocado para venda. Na data, o ativo estava disponível para venda imediata e o nível hierárquico de gestão estava comprometido com o plano de venda do ativo, tendo iniciado um programa para localizar um comprador. Além disso, o valor justo do imóvel, líquido das despesas de venda, foi avaliado em R\$720.000.

Em 31/12/X4, o imóvel foi vendido por R\$750.000 à vista.

Assinale a opção que indica o resultado obtido com venda do imóvel, contabilizado na Demonstração do Resultado do Exercício da entidade em 31/12/X4.

- A) R\$30.000.
- B) R\$50.000.
- C) R\$62.727.
- D) R\$134.000.
- E) R\$162.000.

Trata-se de questão que versa sobre Ativo Não Circulante Mantido para Venda, assunto de Contabilidade Geral e Avançada.



A princípio, devemos confirmar se o Imobilizado será enquadrado como Ativo Não Circulante Mantido para a Venda (ANCMV). Para tanto, façamos a leitura dos itens 7 e 8 do CPC 31, a seguir reproduzidos:

*“7. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar **disponível para venda** imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável.*

*8. Para que a venda seja altamente provável, **o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador** e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação, com exceção do que é permitido pelo item 9, e as ações necessárias para concluir o plano devem indicar que é improvável que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado”.*

Nota-se que estamos diante de um ANCMV. Façamos os cálculos do valor desse ativo na data de 31/12/x3, quando, então, foi posto à venda.

Valor do imobilizado (31/12/x3)= Custo de aquisição- depreciação (i)

Custo de aquisição: R\$ 700.000,00 (ii)

Depreciação= (Custo de aquisição-Valor residual) * Taxa de depreciação

Depreciação= (Custo de aquisição-0) * $\frac{\text{Tempo utilizado}}{\text{Vida útil}}$

Depreciação= 700.000 * $\frac{3}{25}$

Depreciação= R\$ 84.000,00 (iii)

Congregando i, ii e iii, temos que o valor do imobilizado em 31/12/x3 é:

Valor do imobilizado (31/12/x3)= 700.000- 84.000

Valor do imobilizado (31/12/x3)= R\$ 616.000,00

Ao ser transferido de Imobilizado para ANCMV, o contador não deve mais depreciá-lo, nos termos do item 25, do CPC 31:

“25. A entidade não deve depreciar (ou amortizar) o ativo não circulante enquanto estiver classificado como mantido para venda ou enquanto fizer parte de grupo de ativos classificado como mantido para venda. Os juros e os outros gastos atribuíveis aos passivos de grupo de ativos classificado como mantido para venda devem continuar a ser reconhecidos.”

Mas e em 31/12/x4, quando da venda, iremos considerar o valor contábil em 31/12/x3 ou o valor justo menos a despesa com venda de R\$ 720.00,00? A resposta também se encontra na alínea a do item 1 do CPC 31:



“1. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é estabelecer a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas. Em particular, o Pronunciamento exige que os ativos que satisfazem aos critérios de classificação como mantidos para venda sejam:

(a) mensurados pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda, e que a depreciação ou a amortização desses ativos cesse”.

Dessa forma, quando da venda, será considerado o menor valor, qual seja, o valor contábil em 31/12/x3, de R\$ 616.000,00.

Por fim, respondendo à questão, o impacto na DRE será dado da seguinte forma:

Resultado DRE=Valor de venda-Valor contábil em 31/12/x3

Resultado DRE=750.000-616.000

Resultado DRE=R\$ 134.000,00

Por tudo, o gabarito é a alternativa D, R\$ 134.000,00

Gabarito: D

64. Uma sociedade empresária efetuou a captação de debêntures de longo prazo no mercado financeiro, com prêmio.

No ano de X1, foi efetuado o pagamento dos juros e realizada a amortização periódica do prêmio recebido. Assinale a opção que indica a apresentação do efeito da apropriação do prêmio das debêntures na estrutura de grupos da Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária em 31/12/X1.

- A) Despesa Financeira.
- B) Receita Financeira.
- C) Outras receitas Operacionais.
- D) Retificação da Receita Financeira.
- E) Prêmios na emissão de debêntures a apropriar.

Trata-se de questão que versa sobre Debêntures, assunto estudado em Contabilidade Geral e Avançada.

Pessoal, muita gente deve ter marcado a alternativa B, Receita Financeira. Mas é importante que vocês levem esse posicionamento da FGV, pois, nesse caso, o correto é Despesa Financeira, alternativa A. Explico:

Suponha-se que uma determinada empresa emita debêntures por R\$ 100.000,00 prometendo pagar R\$ 150.000,00, por conta dos juros, ao término de um ano. Considere-se que a venda foi feita por R\$ 120.000,00, ou seja, houve prêmio na emissão de debêntures. Façamos o lançamento no momento da venda:



D - Caixa/BCM ... R\$ 120.000,00
D - Juros a apropriar ... R\$ 50.000,00
C - Prêmio na emissão de debêntures ... R\$ 20.000,00
C - Debêntures a pagar ... R\$ 150.000,00

No final de um ano, com as apropriações, ocorre:

Baixa dos juros a apropriar:

D - Despesa financeira ... R\$ 50.000,00
C - Juros a apropriar ... R\$ 50.000,00

Baixa do prêmio na emissão de debêntures:

D - Prêmio na Emissão de Debêntures ... R\$ 20.000,00
C - Receita Financeira ... R\$ 20.000,00

Percebam que, se o candidato considerasse o último lançamento, ele marcaria a alternativa B, receita financeira. Acontece que a FGV, seguindo o posicionamento recente dos manuais de contabilidade, faz a compensação, juntando os dois lançamentos da seguinte maneira:

D - Despesa financeira ... R\$ 30.000,00
D - Prêmio na emissão de debêntures ... R\$ 20.000,00
C - Juros a apropriar ... R\$ 50.000,00

Por fim, ressalta-se que esse entendimento foi cobrado na prova de Auditor do Ministério Público de Alagoas (MPE/AL 2018), também referente à FGV.

O gabarito é a alternativa A.

Gabarito: A

65. Uma entidade do setor público possui participação permanente em outra entidade. A participação é avaliada de acordo com o custo de aquisição.

A entidade investidora deve reconhecer o rendimento relacionado à entidade investida quando

- A) receber as distribuições de lucros, apenas.
- B) a entidade investida reconhecer lucro, apenas.
- C) as duas entidades realizarem operações entre si, apenas.
- D) a entidade investida reconhecer lucro ou prejuízo, apenas.
- E) receber as distribuições de lucros e a entidade investida reconhecer lucro, apenas.

Trata-se de questão que versa sobre Investimentos Permanentes, assunto estudado em Contabilidade Pública.



Com o fito de resolver a questão, suficiente faz-se a leitura do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª ed.

De acordo com o item 3.2.4.1, do Manual supramencionado, as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado. O valor do investimento permanente avaliado pelo método da equivalência patrimonial será obtido mediante o seguinte cálculo:

- a. Aplicação do percentual de participação no capital social sobre o resultado da subtração do patrimônio líquido da investida do valor do adiantamento para aumento de capital concedido a essa; e
- b. Subtração, do montante referido na alínea “a”, dos lucros não realizados nas operações intercompanhias, líquidos dos efeitos fiscais.

Porém, como a questão versa que o registro foi pelo método de custo, vejamos o que diz o item 3.2.4.2:

*“As demais participações devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Pelo método do custo, o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. **A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que receber as distribuições de lucros do item investido.** As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial.”*

Notem que se trata de literalidade do texto encontrado na alternativa A, nosso gabarito.

Gabarito: A

66. Uma entidade do setor público realizou transações em moeda estrangeira. Em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado

- A) como atividade operacional.
- B) como atividade de investimento.
- C) como atividade de financiamento.
- D) como caixa e equivalente de caixa.
- E) separadamente dos fluxos de caixa das três atividades.

Trata-se de questão que versa sobre Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estudado em Contabilidade Geral e Pública.



Diversos normativos podem nos auxiliar a marcar a alternativa E, vejamos:

Item 6.3.4.1 do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª ed:

“Os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial na data da ocorrência do fluxo de caixa.

*Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. **Esse valor deve ser apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento** e inclui as diferenças, se existirem, caso tais fluxos de caixa tenham sido convertidos e registrados com base nas taxas de câmbio do fim do período.”*

Item 28, do CPC 03:

*“Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, é apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. **Esse valor é apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento** e inclui as diferenças, se existirem, caso tais fluxos de caixa tivessem sido divulgados às taxas de câmbio do fim do período.”*

Item 39, da NBC TSP 12:

*“Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. **Esse valor deve ser apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento** e inclui as diferenças, se existirem, caso tais fluxos de caixa tenham sido convertidos e registrados com base nas taxas de câmbio do fim do período.”*

Por tudo isso, nosso gabarito é a alternativa E.

Gabarito: E



67. Em 31/12/X0, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante	45.000	
Caixa	45.000	
Ativo não Circulante		
Ativo Imobilizado	130.000	Patrimônio Líquido
Móveis	100.000	Capital Social 175.000
Depreciação Acumulada	-8.000	
Computadores	40.000	
Depreciação Acumulada	-2.000	
Ativo Total	175.000	Passivo + PL 175.000

As vidas úteis estimadas dos móveis e dos computadores eram, respectivamente, de 10 anos e de 5 anos. A sociedade empresária depreciava os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta e não considerava valor residual.

Em 31/12/X1, a sociedade empresária realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados.

No teste, ela constatou que os móveis apresentavam valor justo de R\$85.000, sendo que as despesas com a sua remoção eram estimadas em R\$12.000, e as despesas associadas à reorganização do negócio após a venda eram estimadas em R\$4.000. Por sua vez, o valor em uso dos móveis era estimado em R\$70.000.

Por sua vez, os computadores apresentavam valor justo de R\$32.000, sendo que os gastos diretos incrementais para deixá-los em condição de venda eram de R\$5.000. O valor em uso dos computadores era estimado em R\$28.000.

Assinale a opção que indica os valores contabilizados como perda por desvalorização dos móveis e dos computadores, respectivamente.

- A) zero e zero.
- B) R\$9.000 e R\$2.000.
- C) R\$9.000 e R\$3.000.
- D) zero e R\$3.000.
- E) R\$13.000 e R\$2.000.



Trata-se de questão que versa sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment test*), assunto estudado em Contabilidade Geral e Avançada.

Nesse caso, temos o valor da perda por redução ao valor recuperável dos móveis e dos computadores, nessa ordem. Começamos, então, com os móveis:

Em 31/12/x1, considerando o método da linha reta, a vida útil de 10 anos e que não há valor residual, teremos a seguinte taxa de depreciação:

$$\text{Depreciação} = \frac{100.000}{10} = \text{R\$ } 10.000,00 \text{ ao ano}$$

Considerando que, em 31/12/x0, o valor contábil líquido dos móveis era de R\$ 92.000,00, resultante da diferença entre o valor contábil bruto (R\$ 100.000,00) e a depreciação acumulada correspondente (R\$ 8.000,00), temos:

$$\text{Móveis (31/12/x1)} = \text{R\$ } 82.000,00$$

Sabendo que a perda por valor recuperável ocorre pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, precisamos calcular este último.

Valor recuperável é o maior entre valor justo líquido de despesas com venda e o valor em uso. Dessa forma:

$$\text{Valor em uso (móveis)} = \text{R\$ } 70.000,00$$

$$\text{Valor justo líquido (móveis)} = \text{Valor justo} - \text{despesas com vendas}$$

$$\text{Valor justo líquido (móveis)} = 85.000 - 12.000$$

$$\text{Valor justo líquido (móveis)} = \text{R\$ } 73.000,00$$

Dessa forma, como o valor justo líquido é maior do que o valor em uso, o valor recuperável será correspondente a R\$ 73.000,00.

Como o valor recuperável é menor do que o valor contábil, devemos reconhecer a perda em montante correspondente à seguinte diferença:

$$\text{Perda por desvalorização (móveis)} = \text{Valor contábil} - \text{valor recuperável}$$

$$\text{Perda por desvalorização (móveis)} = 82.000 - 73.000 = \text{R\$ } 9.000,00$$

Antes de seguirmos em frente, tomem nota que o valor de despesas associadas à reorganização do negócio após a venda, no montante de R\$ 4.000,00, não irá compor o valor justo líquido, justamente porque não é despesa relacionada propriamente à venda. Foi pegadinha do examinador. O próprio item 28 do CPC 01, que trata sobre teste de recuperabilidade, deixa isso bem claro:

“28. As despesas com a baixa, exceto as que já foram reconhecidas como passivo, devem ser deduzidas ao se mensurar o valor justo líquido de despesas de alienação. Exemplos desses tipos de despesas são as despesas legais, tributos, despesas com a remoção do ativo e gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda. Entretanto, as despesas com demissão de empregados e as associadas à redução ou reorganização de um negócio em seguida à baixa de um ativo não são despesas incrementais para baixa do ativo.”



Ficamos entre as alternativas B e C. Para definir a questão, façamos o mesmo processo para os computadores.

Em 31/12/x1, considerando o método da linha reta, a vida útil de 5 anos e que não há valor residual, teremos a seguinte taxa de depreciação:

$$\text{Depreciação} = \frac{40.000}{5} = \text{R\$ } 8.000,00 \text{ ao ano}$$

Considerando que, em 31/12/x0, o valor contábil líquido dos computadores era de R\$ 38.000,00, resultante da diferença entre o valor contábil bruto (R\$ 40.000,00) e a depreciação acumulada correspondente (R\$ 2.000,00), temos:

$$\text{Computadores (31/12/x1)} = \text{R\$ } 30.000,00$$

Sabendo que a perda por valor recuperável ocorre pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, precisamos calcular este último.

Valor recuperável é o maior entre valor justo líquido de despesas com venda e o valor em uso. Dessa forma:

Dessa forma, como o valor em uso é maior do que o valor justo líquido, o valor recuperável será correspondente a R\$ 28.000,00.

$$\text{Valor em uso (computadores)} = \text{R\$ } 28.000,00$$

$$\text{Valor justo líquido (computadores)} = \text{Valor justo} - \text{despesas com vendas}$$

$$\text{Valor justo líquido (computadores)} = 32.000 - 5.000$$

$$\text{Valor justo líquido (computadores)} = \text{R\$ } 27.000,00$$

Como o valor recuperável é menor do que o valor contábil, devemos reconhecer a perda em montante correspondente à seguinte diferença:

$$\text{Perda por desvalorização (computadores)} = \text{Valor contábil} - \text{valor recuperável}$$

$$\text{Perda por desvalorização (computadores)} = 30.000 - 28.000 = \text{R\$ } 2.000,00$$

Portanto, o gabarito é a alternativa B (R\$ 9.000,00 e R\$ 2.000,00).

Gabarito: B



68. Uma entidade que presta serviços de consultoria contabilizou as seguintes transações no ano de X0:

Receita de serviços:	R\$500.000
Receita com a venda de ativo imobilizado:	R\$80.000
Receita com aluguel de imóvel a terceiros:	R\$15.000
Receita com variação cambial ativa:	R\$14.000
Receita com direito de franquia:	R\$6.000
Custo dos serviços prestados:	R\$160.000
Custo do ativo imobilizado vendido:	R\$60.000
Despesa de salários de funcionários administrativos:	R\$50.000
Despesa com serviços de contabilidade terceirizada:	R\$30.000
Despesa com assistência médica a funcionários:	R\$25.000
Despesa com alimentação de funcionários:	R\$42.000
Despesa de depreciação dos ativos imobilizados usados para a prestação dos serviços:	R\$18.000
Despesa com aluguel da sede da empresa:	R\$36.000
Despesa com juros:	R\$12.000
Incidência de 34% do lucro líquido a título de imposto de renda e contribuição social	
Distribuição de 30% do lucro após o imposto de renda e contribuição social aos acionistas	



Todas as receitas são tributáveis, e as despesas, dedutíveis. Além disso, a constituição da reserva legal não foi necessária.

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da entidade, analise as afirmações a seguir.

- I. Valor adicionado recebido em transferência: R\$21.000.
- II. Valor adicionado a distribuir a pessoal: R\$75.000.
- III. Valor adicionado a distribuir a impostos, taxas e contribuições: R\$61.880.
- IV. Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais próprios: R\$36.036.
- V. Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais de terceiros: R\$48.000.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) III e V, apenas.
- D) I, III e V, apenas.
- E) II, IV e V, apenas.

Trata-se de questão que versa sobre Demonstração do Valor Adicionado (DVA), assunto estudado principalmente em Contabilidade Geral e Avançada.

Caros alunos, recomendamos que memorizem a estrutura da DVA:

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 - Receitas		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		



DESCRIÇÃO	20X1	20X0
2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores de impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		
4 - Retenções: Depreciação, amortização e exaustão		
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8 - Distribuição do valor adicionado (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 Remuneração direta		
8.1.2 Benefícios		



DESCRIÇÃO	20X1	20X0
8.1.3 F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 Federais		
8.2.2 Estaduais		
8.2.3 Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 Juros		
8.3.2 Aluguéis		
8.3.3 Outras		
8.4) Remuneração de capitais de terceiros		
8.4.1 Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 Dividendos		
8.4.3 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só para consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: aula 15, pg. 6, Contabilidade Geral para AFRFB, profs. Luciano Rosa e Júlio Cardozo, Estratégia Concursos.



Vamos aos itens:

I. Valor adicionado recebido em transferência: R\$21.000. ERRADO

- + Receita com variação cambial ativa ... R\$14.000,00
- + Receita com direito de franquia ... R\$ 6.000,00
- + Receita com aluguel de imóveis a terceiros ... R\$ 15.000,00
- = Valor adicionado recebido em transferência ... R\$ 35.000,00

II. Valor adicionado a distribuir a pessoal: R\$75.000. ERRADO

- + Despesa de salários de funcionários administrativos ... R\$ 50.000,00
- + Despesa com assistência médica a funcionários ... R\$ 25.000,00
- + Despesa com alimentação de funcionários ... R\$ 42.000,00
- = Valor adicionado a distribuir a pessoal ... R\$ 117.000,00

Até aqui, conseguimos eliminar as alternativas A, D e E. Restando apenas B e C, ambas considerando o item III como correto. No entanto, para confirmarmos a correção ou a incorreção dos itens abaixo, precisaremos, de antemão, calcular o resultado do exercício via DRE. Vamos lá!

- + Receita de serviços ... R\$ 500.00,00
- + Receita com a venda de ativo imobilizado ... R\$ 80.000,00
- + Receita com aluguel de imóvel a terceiros ... R\$ 15.000,00
- + Receita com variação cambial ativa ... R\$ 14.000,00
- + Receita com direito de franquia ... R\$ 6.000,00
- (-) Custo dos serviços prestados ... R\$ 160.000,00
- (-) Custo do ativo imobilizado vendido ... R\$ 60.000,00
- (-) Despesa de salários de funcionários administrativos ... R\$ 50.000,00
- (-) Despesa com serviços de contabilidade terceirizada ... R\$ 30.000,00
- (-) Despesa com assistência médica a funcionários ... R\$ 25.000,00
- (-) Despesa com alimentação de funcionários ... R\$ 42.000,00
- (-) Despesa de depreciação dos ativos imobilizados usados para a prestação dos serviços ... R\$ 18.000,00
- (-) Despesa com aluguel da sede da empresa ... R\$ 36.000,00
- (-) Despesa com juros ... R\$ 12.000,00
- = Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (LAIRCS) ... R\$ 182.000,00
- (-) IR/CSLL ... 34% (R\$ 61.880,00)
- = Lucro Líquido do Exercício (LLE) ... R\$ 120.120,00
- (-) Dividendos ... 30% (R\$ 36.036,00)
- (-) Lucros Acumulados ... LLE - Dividendos ... R\$ 84.084,00

Agora, poderemos julgar os itens abaixo:



III. Valor adicionado a distribuir a impostos, taxas e contribuições: R\$61.880. CORRETO

Já havíamos previsto a correção, mas confirmou-se com a DRRE. O IR/CSLL, que compõe o valor adicionado a distribuir a impostos, taxas e contribuições, montou o valor de R\$ 61.880,00, como precisou o item.

IV. Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais próprios: R\$36.036. ERRADO

- + Dividendos ... R\$ 36.036,00
- + Lucro Acumulado ... R\$ 84.084,00
- = Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais próprios ... R\$ 120.120,00

V. Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais de terceiros: R\$48.000. CORRETO

- + Despesa com juros ... R\$ 12.000,00
- + Despesa com aluguel da sede da empresa ... R\$ 36.000,00
- = Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais de terceiros ... R\$ 48.000,00

Nosso gabarito é a alternativa C, itens III e V.

Gabarito: C

69. Uma entidade vende canetas personalizadas. Em 01/01/X0, não havia estoque.

Em 02/01/X0, ela adquiriu 500 unidades de canetas para personalização e venda por R\$6.000, para pagamento em 3 meses. Se as canetas tivessem sido adquiridas à vista, o custo unitário seria de R\$10,00.

Na data da aquisição, a entidade incorreu em gastos com frete e seguro, respectivamente, de R\$800 e R\$700. Para a personalização das 500 canetas são gastos R\$1.000 em material. Além disso, é utilizada uma máquina que foi adquirida por R\$10.000 e tem capacidade estimada em 5.000 canetas. A máquina é depreciada de acordo com o método dos benefícios gerados e a entidade não considera valor residual. Ainda, os gastos com o armazenamento das 500 canetas prontas eram de R\$1.500. Após prontas, 50 canetas foram descartadas, por estarem com qualidade inferior ao esperado.

Em 31/01/X0, as canetas foram colocadas à venda por R\$20,00. A entidade destina aos vendedores uma comissão de 10% sobre o preço de venda.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado como estoque em 31/01/X0.

- A) R\$5.850.
- B) R\$6.750.
- C) R\$7.650.
- D) R\$8.100.
- E) R\$9.000.

Comentários:

Sobre custo dos estoques, o CPC 16 - Estoques apresenta o seguinte:



ORDEM	CRÉDITOS	OBSERVAÇÕES
1º	Créditos extraconcursais	Podem ser tributários ou não (até mesmo trabalhistas)
2º	Créditos derivados da legislação trabalhista e decorrentes de acidente de trabalho	Limite p/ créd. Leg. Trab.: 150 salários-mínimos
3º	Créditos gravados com direito real de garantia	Até o limite do bem gravado
4º	Créditos tributários, seja qual for sua natureza ou tempo de constituição	1º Obs.: não são extraconcursais 2º Obs.: As multas não se incluem nesta classe
5º	Créditos quirografários	-
6º	Multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias	-
7º	Créditos subordinados	-
8º	Os juros vencidos após a decretação de falência	-

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição. (NR) (Nova Redação dada pela Revisão CPC nº. 1, de 8/01/2010)



Vamos rever nosso esquema:

CUSTO DO ESTOQUE INCLUI:	NÃO INCLUI:
• Preço de compra • Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis) • Custos de transportes • Seguro • Manuseio • Custos diretamente atribuíveis	• Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos) • Descontos comerciais • Abatimentos

Agora, o mesmo CPC apresenta alguns gastos que não são incluídos no custo dos estoques:

16. Exemplos de itens não incluídos no custo dos estoques e reconhecidos como despesa do período em que são incorridos:

- (a) valor anormal de desperdício de materiais, mão-de-obra ou outros insumos de produção;
- (b) gastos com armazenamento, a menos que sejam necessários ao processo produtivo entre uma e outra fase de produção;
- (c) despesas administrativas que não contribuem para trazer o estoque a seu local e condição atuais; e
- (d) despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes.

Agora, analisemos as informações:

Uma entidade vende canetas personalizadas. Em 01/01/X0, não havia estoque.

Estoque inicial = 0

Em 02/01/X0, ela adquiriu 500 unidades de canetas para personalização e venda por R\$6.000, para pagamento em 3 meses. Se as canetas tivessem sido adquiridas à vista, o custo unitário seria de R\$10,00.

O CPC 16 – Estoque afirma que a entidade geralmente compra estoques com condição para pagamento a prazo. A negociação pode efetivamente conter um **elemento de financiamento**, como, por exemplo, uma diferença entre o preço de aquisição em condição normal de pagamento e o valor pago; essa diferença deve ser reconhecida como **despesa de juros durante o período do financiamento**.

Em síntese, a mercadoria tem que ser registrada pelo preço à vista. Os juros são registrados como encargos a transcorrer.

500 unidades x 10 reais = 5.000 reais

Contabilização:

D – Estoques	R\$ 5.000,00 (500 unidades x R\$ 10)
D – Despesas financeiras a apropriar	R\$ 1.000,00 (R\$ 6.000 - R\$ 5.000)
C – Fornecedores	R\$ 6.000,00

Na data da aquisição, a entidade incorreu em gastos com frete e seguro, respectivamente, de R\$ 800 e R\$ 700.



Tanto o frete sobre a compra quanto o seguro sobre compra são agregados ao custo do estoque.

Contabilização:

D – Estoques	R\$ 1.500,00 (800 + 700)
C – Disponibilidades	R\$ 1.500,00

+ Para a personalização das 500 canetas, são gastos R\$1.000 em material.

O custo do estoque compreende, além do preço pago, todos os gastos incorridos necessários para que eles fiquem nas condições determinadas pela administração, como, por exemplo, personalização.

Contabilização:

D – Estoques	R\$ 1.000,00
C – Disponibilidades	R\$ 1.000,00

Além disso, é utilizada uma máquina que foi adquirida por R\$ 10.000 e tem capacidade estimada em 5.000 canetas. A máquina é depreciada de acordo com o método dos benefícios gerados e a entidade não considera o valor residual.

A depreciação de uma máquina utilizada na produção de canetas, por exemplo, não deve ser considerada uma despesa do período, mas incluída no valor contábil da caneta produzida.

Conforme previsão do CPC 27:

48. A despesa de depreciação de cada período deve ser reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo.

49. A depreciação do período deve ser normalmente reconhecida no resultado. No entanto, por vezes os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são absorvidos para a produção de outros ativos. Nesses casos, a depreciação faz parte do custo de outro ativo, devendo ser incluída no seu valor contábil. Por exemplo, a depreciação de máquinas e equipamentos de produção é incluída nos custos de produção de estoque (ver o Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques). De forma semelhante, a depreciação de ativos imobilizados usados para atividades de desenvolvimento pode ser incluída no custo de um ativo intangível reconhecido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível.

Por esse método, estima-se a quantidade total de unidades que será produzida. A depreciação é feita dividindo-se o total efetivamente produzido pela capacidade total de produção.

Nesse quesito, uma máquina custou 10.000 e tem capacidade de produção total, ao longo de toda sua vida útil, de 5.000 de unidades. No ano de X0, foram produzidas 500 unidades.

Portanto, a depreciação em X1 será:

$(500 / 5.000) = 0,10$ ou 10%.

Valor da depreciação em X0: **$R\$10.000 \times 10\% = R\$ 1.000,00$.**

Até aqui, temos os seguintes custos:

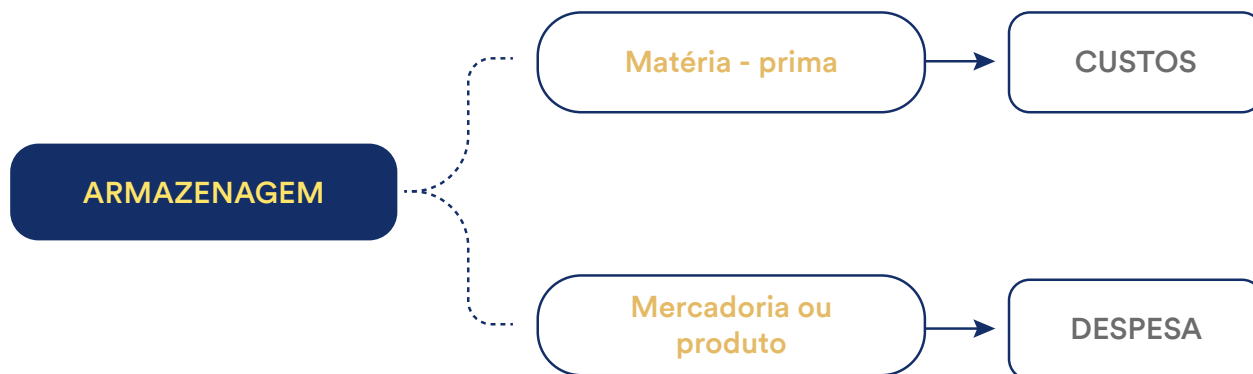
Custo total = **$R\$ 5.000 + R\$ 800 + R\$ 700 + R\$ 1.000 + R\$ 1000 = R\$ 8.500$**

Custo unitário = **$R\$ 8.500 / 500 \text{ unidades} = R\$ 17$**

Ainda, os gastos com o armazenamento das 500 canetas prontas eram de R\$1.500.



Com relação à armazenagem, ocorre a seguinte distinção: **quando a empresa compra matéria prima, pode ser necessário armazená-la por algum tempo, antes de utilizá-la na produção. Tais gastos com armazenagem são incluídos no custo da produção.** Mas, quando uma empresa adquire mercadoria, os gastos com armazenagem são considerados despesas, pois a mercadoria já está pronta, já foi produzida.



Contabilização:

D – Despesa R\$ 1.000,00

C – Disponibilidades R\$ 1.000,00

Após prontas, 50 canetas foram descartadas, por estarem com qualidade inferior à esperada.

Muito bem. As perdas que ocorrem na produção seguem esta regra: **as perdas normais fazem parte do custo da produção e as perdas anormais (excepcionais) devem ir diretamente para o resultado do exercício.**

No caso de produto acabado, não precisamos nos preocupar se a perda foi “normal” ou “excepcional”. **Todas as perdas de produto acabado vão diretamente para o resultado do exercício.** Não devem impactar o custo do produto.

D – Despesa R\$ 850,00 (50 unidades x R\$ 17)

C – Estoques R\$ 850,00

Após tal fato, temos o estoque de:

Custo total = R\$ 5.000 + R\$ 800 + R\$ 700 + R\$ 1.000 + R\$ 1000 = R\$ 8.500 - R\$ 850 = R\$ 7.650

Custo unitário = R\$ 7.650/450 unidades = R\$ 17

Em 31/01/X0, as canetas foram colocadas à venda por R\$20,00. A entidade destina aos vendedores uma comissão de 10% sobre o preço de venda, o que é despesa.

Agora, um detalhe importante! O CPC 16 afirma que os estoques devem ser avaliados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o MENOR.

Vamos aplicar o teste de recuperabilidade nesses estoques para verificarmos alguma perda?

Custo unitário = R\$ 7.650/450 unidades = R\$ 17

Valor Realizável Líquido = R\$ 20 - 10% x R\$ 20 = R\$ 20 - R\$ 2 = R\$ 18



Percebam que não há perda, pois, no caso apresentado, os estoques ficam avaliados pelo valor de custo:

$$\text{Custo total} = \text{R\$ } 5.000 + \text{R\$ } 800 + \text{R\$ } 700 + \text{R\$ } 1.000 + \text{R\$ } 1000 = \text{R\$ } 8.500 - \text{R\$ } 850 = \text{R\$ } 7.650$$

$$\text{Custo unitário} = \text{R\$ } 7.650 / 450 \text{ unidades} = \text{R\$ } 17$$

Gabarito: C

70. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas.

Assinale a opção que, de um modo geral, indica quando a generalização sobre a confiabilidade da evidência pode ser feita.

- A) A evidência é mais confiável quando é obtida por meio de fontes internas às partes apropriadas.
- B) A evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.
- C) A evidência gerada pela representação verbal do que foi debatido é mais confiável do que a evidência em papel.
- D) A evidência obtida indiretamente por dedução é mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor independente.
- E) A evidência gerada por auditor independente que realiza o trabalho pela primeira vez é mais confiável do que a evidência gerada por auditor independente antigo.

Trata-se de questão que versa sobre Evidências, assunto do conteúdo de Auditoria Independente.

Para a resolução da questão, suficiente é a leitura da NBC TA - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração. Portanto, vamos às alternativas.

a) A evidência é mais confiável quando é obtida por meio de fontes internas às partes apropriadas. ERRADO

Item errado nos termos do item 63:

63. A confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas. Generalizações sobre a confiabilidade de vários tipos de evidências podem ser feitas; contudo, tais generalizações estão sujeitas a exceções importantes. Mesmo quando a evidência é obtida de fontes externas, podem existir circunstâncias que poderiam afetar sua confiabilidade. Por exemplo, evidência obtida de fonte externa pode não ser confiável se a fonte não for conhecida ou objetiva. Enquanto se reconhece que possam existir exceções, as seguintes generalizações sobre a confiabilidade da evidência podem ser úteis:

- a evidência é mais confiável quando é obtida de fontes externas às partes apropriadas;

Perceba, é mais confiável quando obtida de fontes externas, não de fontes internas, como propôs a assertiva.



b) A evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.

CORRETO

Correto nos termos do item 63:

63. (...)

- *a evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.*

Notem que faz total sentido ser mais confiável quando os controles são efetivos.

c) A evidência gerada pela representação verbal do que foi debatido é mais confiável do que a evidência em papel. ERRADO

Item errado nos termos do item 63:

63. (...)

- *a evidência formal é mais confiável, seja em papel, de forma eletrônica ou outra mídia (por exemplo, a ata de reunião geralmente é mais confiável do que a representação verbal do que foi discutido).*

Notem que a evidência em papel, logicamente, é mais confiável do que a evidência obtida em representação verbal, facilmente questionável.

d) A evidência obtida indiretamente por dedução é mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor independente. ERRADO

Item errado nos termos do item 63:

63. (...)

- *a evidência obtida diretamente pelo auditor independente (por exemplo, na observação da efetividade de controle) é mais confiável do que a evidência obtida indiretamente ou por dedução (por exemplo, indagação sobre a efetividade do controle).*

É o contrário, obter diretamente a evidência é mais confiável do que indiretamente.

e) A evidência gerada por auditor independente que realiza o trabalho pela primeira vez é mais confiável do que a evidência gerada por auditor independente antigo. ERRADO

Item errado. Não há qualquer menção quanto a isso nas normas de auditoria. Mesmo assim, é de se pensar que um auditor mais antigo e mais experiente tende a obter evidências mais confiáveis, afinal, auditor em si é um trabalho de ceticismo e de julgamento profissional (experiência). Não há como essa assertiva estar correta, pessoal.

Dessa forma, a resposta à questão é a alternativa B.

Gabarito: B



FLUÊNCIA DE DADOS

71. No contexto dos algoritmos utilizados em análise de dados, considere os passos a seguir:

1. recebe os dados de treinamento como entrada, que incluem atributos e categorias;
2. calcula a probabilidade de cada categoria ocorrer com base na quantidade de exemplos de cada categoria no conjunto de dados;
3. calcula a probabilidade condicional para cada atributo, ou seja, a probabilidade de um atributo dada uma categoria;
4. para uma nova entrada, calcula a probabilidade de cada categoria dada a entrada;
5. seleciona a categoria com a maior probabilidade condicional como a previsão para a nova entrada;
6. repete os passos 4 e 5 para todas as entradas desconhecidas.

Assinale o algoritmo que é implementado nos passos acima.

- A) Regressão Logística.
- B) Naive Bayes.
- C) K-Means.
- D) Random Forest.
- E) Regressão Linear.

Trata-se de questão que versa sobre *Machine Learning*.

Pessoal, o gabarito é alternativa B. Vejam que, no enunciado da questão, aparece muito o termo “probabilidade condicionada”. Essa é a chave da questão. O nome “Bayes” é muito figurado no estudo da Estatística e Probabilidade. Ele criou o “Teorema de Bayes”, que trata da probabilidade condicional:

$$P(A|B) = \frac{P(B|A) \cdot P(A)}{P(B)} = \frac{P(B|A) \cdot P(A)}{P(B|A) \cdot P(A) + P(B|\bar{A}) \cdot P(\bar{A})}$$

A) Regressão Logística. ERRADO

Trata-se da ferramenta estatística que tem como objetivo produzir, a partir de um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica, frequentemente binária, a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias.

A ferramenta de regressão linear é eficaz, mas possui suas limitações! Por exemplo: ela permite trabalhar apenas com dados quantitativos (contínuos), não com dados qualitativos (categóricos).

Quando essa é a necessidade, vocês devem recorrer à regressão logística, que é um algoritmo de aprendizagem de máquina supervisionado utilizado para classificação (apesar de ter a palavra regressão em seu nome – cuidado com a pegadinha!).



Em geral, a utilização da regressão logística dá-se com categorias binárias, isto é, aquelas que podem assumir somente dois valores (ex.: grande ou pequeno, alto ou baixo, sim ou não, lucro ou prejuízo, válido ou inválido, entre outros).

Fonte: aula 08, pg. 43, Fluência em Dados para AFRFB, profs. Diego Carvalho, Renato da Costa, Equipe Informática e TI, Thiago Rodrigues Cavalcanti, Erick Muzart Fonseca dos Santos, Estratégia Concursos.

C) K-Means. **ERRADO**

Agrupamento é um tipo de aprendizado não supervisionado em que se busca encontrar padrões em um conjunto de dados e agrupá-los em subconjuntos que, ao comparar dados de um mesmo grupo, sejam o máximo possível homogêneos/semelhantes e, ao comparar dados de grupos diferentes, sejam o máximo possível heterogêneos/diferentes. Os principais modelos são: k-Means e Agrupamento Hierárquico.

Primeiramente, é necessário estabelecer um valor 'K', que representa o número de grupos a serem formados. Em seguida, é requerido que os centroides para cada grupo sejam escolhidos aleatoriamente.

O passo subsequente envolve o cálculo da distância entre cada ponto e o centroide mais próximo. Cada ponto será atribuído ao centroide mais próximo, em uma analogia ao exemplo de um centro de distribuição logística e suas respectivas lojas: cada loja (ponto) deve ser associada ao centro de distribuição (centroide) mais próximo.

Posteriormente, é necessário reajustar a posição dos centroides. A nova posição do centroide deve ser a média das posições de todos os pontos pertencentes ao *cluster*.

Esses dois últimos passos são repetidos de forma iterativa, até que a posição ideal dos centroides seja alcançada.

As palavras-chave para identificar o K-Means em uma questão são: centroide e agrupamento.

D) Random Forest. **ERRADO**

O algoritmo Random Forest é um algoritmo de aprendizado de máquina. Ele é supervisionado e trata-se de um algoritmo de classificação. Ele agrupa os resultados de várias árvores de decisão de cada nó para se obter uma conclusão própria e aumentar a precisão do modelo por meio da utilização de diversas árvores aleatórias. É adequado para grandes conjuntos de dados.

Palavra-chave para identificar o Random Forest: Árvore de Decisão.

E) Regressão Linear. **ERRADO**

A regressão linear é a ferramenta estatística que nos ajuda a quantificar a relação entre uma variável específica e um resultado que nos interessa enquanto controlamos outros fatores.

Em outras palavras, podemos isolar o efeito de uma variável enquanto mantemos os efeitos das outras variáveis constantes. A imensa maioria dos estudos que vocês lêem nos jornais é baseada em análise de regressão.

A regressão linear permite “encaixar uma reta” que melhor descreva uma relação linear entre as duas variáveis. Ela utiliza tipicamente uma metodologia chamada de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). O ponto-chave dessa metodologia reside na parte dos “Mínimos Quadrados”. O MQO encaixa a reta que minimiza a soma dos residuais elevados ao quadrado.



O resultado não é somente uma reta, mas uma equação que descreve essa reta. Essa equação é conhecida como equação de regressão linear simples e assume a forma apresentada a seguir:

$$y = ax + b$$

Fonte: aula 08, pg. 41, Fluência em Dados para AFRFB, profs. Diego Carvalho, Renato da Costa, Equipe Informática e TI, Thiago Rodrigues Cavalcanti, Erick Muzart Fonseca dos Santos, Estratégia Concursos.

O gabarito é a alternativa B.

Gabarito: B

72. Luiz, médico dermatologista, criou um modelo de IA para auxiliar na detecção de câncer de pele com visão computacional. Como um modelo de classificação binária, ele terá 4 possíveis saídas: verdadeiro positivo (paciente com câncer, detectado corretamente), verdadeiro negativo (paciente sem câncer, detectado corretamente), falso positivo (paciente sem câncer, detectado incorretamente) e falso negativo (paciente com câncer, não detectado pelo modelo).

Levando em consideração que um modelo de IA seria utilizado como uma ferramenta de auxílio ao diagnóstico de câncer de pele, os erros de “tipo 1” (falso positivo) seriam tolerados, já que haveria uma análise posterior realizada por um médico especialista. No entanto, os erros “tipo 2” (falso negativo) seriam os mais críticos, uma vez que podem resultar em um diagnóstico tardio ou falho, comprometendo a saúde do paciente.

Tomando o cenário como base, julgue os itens a seguir:

I. A métrica mais importante nesse caso seria a Sensibilidade (Recall ou Revocação);

II. A métrica mais importante nesse caso seria a Precisão (Precision);

III. Ao ajustar o modelo para minimizar erros de "tipo 2", geralmente os erros de "tipo 1" tendem a aumentar;

IV. Luiz deveria submeter seu modelo a um treinamento mais longo, independentemente do *overfitting*.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) III e IV, apenas.

Trata-se de questão que versa sobre Machine Learning (Aprendizado de Máquina).



A princípio, levem para sua prova:

MEDICAÇÃO	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
ACURÁCIA	Trata-se da métrica mais simples que permite mensurar o percentual de acertos, isto é, a quantidade de previsões corretas dentro do total de previsões possíveis. Responde à pergunta: dentre todas as previsões realizadas, quantas o modelo acertou?	$\frac{VP + VN}{VP + FP + VN + FN}$
SENSIBILIDADE	Trata-se da métrica que permite avaliar a capacidade do classificador de detectar com sucesso resultados positivos (também chamados de revocação ou recall). Responde à pergunta: dentre os valores realmente positivos, quantos o modelo acertou (previu corretamente como positivo)?	$\frac{VP}{VP + FN}$
ESPECIFICIDADE	Trata-se da métrica que permite avaliar a capacidade do classificador de detectar com sucesso resultados negativos. Responde à pergunta: dentre os valores realmente negativos, quantos o modelo acertou (previu corretamente como negativo)?	$\frac{VN}{FP + VN}$
PRECISÃO	Trata-se da métrica que permite mensurar a proporção de previsões positivas corretas sobre a soma de todos os valores positivos. Responde à pergunta: dentre os valores previstos como positivos, quantos o modelo acertou (previu corretamente como positivo)?	$\frac{VP}{VP + FP}$
F 1 - SCORE	Trata-se da métrica harmônica calculada com base na precisão e na sensibilidade, logo é uma medida derivada dessas outras medidas. Essa medida tenta condensar em uma única medida um pouco da precisão e um pouco da sensibilidade.	$2 * \frac{\text{PRECISÃO} * \text{RECALL}}{\text{PRECISÃO} + \text{RECALL}}$

Fonte: aula 08, pg. 33, Fluência em Dados para AFRFB, profs. Diego Carvalho, Renato da Costa, Equipe Informática e TI, Thiago Rodrigues Cavalcanti, Erick Muzart Fonseca dos Santos, Estratégia Concursos.

Qual é a necessidade de tantas medidas diferentes? Dependendo do contexto, o desempenho pode ser medido de maneira diferente para refletir melhor a efetividade da medição. Em alguns casos, ter falsos-negativos não é tão relevante; em outros casos, ter falsos-positivos pode ser muito relevante. Por isso, existem tantas formas diferentes de medir o desempenho.



A precisão pode ser utilizada em situações em que falsos-positivos são mais prejudiciais do que os falsos-negativos. Por exemplo: ao classificar ações da bolsa de valores como boas ou ruins, um falso-positivo pode fazer uma pessoa investir em uma ação ruim e ter prejuízos; já um falso-negativo pode fazer uma pessoa não investir em uma ação boa e deixar de ter lucros, mas ela não terá prejuízos, logo é menos prejudicial.

Já o *recall* pode ser utilizado em situações em que falsos-negativos são mais prejudiciais que os falsos-positivos. (Fonte: aula 08, pg. 34, Fluência em Dados para AFRFB, profs. Diego Carvalho, Renato da Costa, Equipe Informática e TI, Thiago Rodrigues Cavalcanti, Erick Muzart Fonseca dos Santos, Estratégia Concursos)

Vamos aos itens:

I. A métrica mais importante nesse caso seria a Sensibilidade (Recall ou Revocação); CORRETO

Item correto. Como vimos acima, quando os falsos-negativos são mais críticos, a métrica mais importante é a Sensibilidade (Recall ou Revocação).

II. A métrica mais importante nesse caso seria a Precisão (Precision); ERRADO

Por consequência do item I, o item II fica errado, pois a Sensibilidade é a métrica mais importante.

III. Ao ajustar o modelo para minimizar erros de "tipo 2", geralmente os erros de "tipo 1" tendem a aumentar. CORRETO

Perfeito. Como o tipo 1 é preferível em relação ao tipo 2, ele tende a aumentar, já que se trata de um modelo de generalização. O impacto do tipo 2 é bem maior do que o do tipo 1.

Logo, com o aumento do tipo 1, a Precisão diminui e a Sensibilidade aumenta, que é a métrica mais importante, como vimos acima.

IV. Luiz deveria submeter seu modelo a um treinamento mais longo, independentemente do overfitting. ERRADO

Item errado. Overfitting ocorre quando um modelo de aprendizado de máquina captura muita variação nos dados, resultando em um modelo que não generaliza bem, sendo extremamente sensível a pequenas variações nos dados.

Logo, é claro que o treinamento será influenciado pelo overfitting.

O gabarito é, portanto, a alternativa A.

Gabarito: A



73. Responsible AI (IA Responsável) e Explainable AI (IA Explicável) são conceitos importantes no desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial. A IA Explicável refere-se à capacidade de explicar como uma decisão foi tomada pelo modelo de IA, permitindo que os usuários entendam o processo de tomada de decisão. Já a IA Responsável envolve garantir que a IA seja desenvolvida e implementada de forma ética e legalmente responsável.

Nesse contexto, sobre Responsible AI, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) A *Responsible AI* envolve garantir que a IA seja desenvolvida e implementada de forma ética e legalmente responsável.
- B) A *Responsible AI* considera as implicações sociais e os potenciais efeitos negativos que o sistema pode ter sobre as pessoas.
- C) A *Responsible AI* é sinônimo de IA Explicável, pois ambas se referem à tomada de decisões éticas e transparentes.
- D) Uma IA pode ser responsável, mas ainda ser opaca e não explicável, tornando difícil para os usuários entenderem como as decisões são tomadas.
- E) A *Responsible AI* leva em consideração o ciclo de vida da IA, desde a concepção até a desativação, e sua responsabilidade ética em cada fase.

Trata-se de uma questão que versa sobre Inteligência Artificial.

A questão solicita a alternativa errada em relação aos conceitos de IA Explicável e IA Responsável.

O gabarito é a alternativa C, pessoal, uma vez que, como indicam o próprio nome e o *caput* da questão, não são, de fato, sinônimos. A IA Explicável vislumbra justificar a tomada de decisão feita pela IA. Por sua vez, a IA Responsável está ligada à implementação, que deve se dar de forma legal e ética.

Notem que é uma questão de TI, porém pode ser resolvida principalmente com interpretação de texto. Nunca desistam de uma questão, lutem até o final.

Vejamos os comentários das demais.

A) A *Responsible AI* envolve garantir que a IA seja desenvolvida e implementada de forma ética e legalmente responsável. **CORRETO**

Item correto. É exatamente o que está escrito no enunciado da questão, pessoal.

B) A *Responsible AI* considera as implicações sociais e os potenciais efeitos negativos que o sistema pode ter sobre as pessoas. **CORRETO**

Item correto. Se a IA Responsável está ligada à implementação da IA de forma ética e legalmente responsável, é natural que exista a consideração de fatores sociais e de potenciais efeitos negativos.



D) Uma IA pode ser responsável, mas ainda ser opaca e não explicável, tornando difícil para os usuários entenderem como as decisões são tomadas. **CORRETO**

Item correto. É nesse contexto que entra a importância da IA Explicável, justamente para tornar clara e explicável a IA.

E) A *Responsible AI* leva em consideração o ciclo de vida da IA, desde a concepção até a desativação, e sua responsabilidade ética em cada fase. **CORRETO**

Item correto. Como a IA Responsável está ligada à implementação, ela considera todo o ciclo de vida da IA. Portanto, o gabarito é a alternativa C.

Gabarito: C

74. As principais plataformas de computação em nuvem, como Amazon Web Services (AWS), Microsoft Azure e Google Cloud Platform (GCP), oferecem soluções de *Big Data* para ajudar as empresas a coletar, armazenar, processar e analisar grandes quantidades de dados.

As opções a seguir apresentam conjuntos de serviços que estão diretamente relacionados a soluções de *Big Data* oferecidas pelas plataformas de computação em nuvem elencadas acima, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) Armazenamento de dados: AWS S3, Azure Blob Storage e Google Cloud Storage.
- B) Processamento de dados: AWS EMR, Azure HDInsight e Google Cloud DataProc.
- C) Análise de Dados: AWS Athena, Azure Data Lake Analytics e Google BigQuery.
- D) *Streaming* de Dados: AWS Kinesis, Azure Stream Analytics e Google Cloud Pub/Sub.
- E) Aplicações: AWS Elastic Beanstalk, Azure App Service e Google App Engine.

Trata-se de questão que versa sobre *Big Data*.

Solicita-se qual é a alternativa que não contém soluções de *Big Data* oferecidas pelas plataformas de computação em nuvem. Vejamos:

A) **Armazenamento de dados: AWS S3, Azure Blob Storage e Google Cloud Storage. ERRADO.**

Amazon Web Services S3 (AWS S3) refere-se a um Data Warehouse em cloud, permitindo aplicações de Big Data. Logo, não atende ao solicitado em nossa questão.

O Azure Blob Storage é um serviço de armazenamento em nuvem. Gerencia grandes quantidades de dados não estruturados (vídeos, imagens, entre outros). Falou em nuvem, não é a nossa resposta.

Em relação ao Google Cloud Storage (GCS), o próprio nome denuncia “Cloud”, ou seja, mencionou nuvem, não pode ser a resposta. Por oportuno, cabe afirmar que o GCS é, assim como o Azure Blob Storage, um serviço de armazenamento em nuvem.



Assim, os três serviços apresentam soluções de Big Data em plataforma de computação em nuvem. Alternativa incorreta.

B) Processamento de dados: AWS EMR, Azure HDInsight e Google Cloud DataProc. ERRADO.

O AWS EMR (Amazon Elastic MapReduce) é um serviço que facilita o processamento de soluções de Big Data, usando processamento distribuído. Assim, a grande demanda de dados e de aplicações complexas, comuns ao Big Data, é processada muito rapidamente com o processamento distribuído do AWS EMR, automatizando o processo, gerenciando a divisão de tarefa, alocando recursos, executando processos em paralelo e, por fim, consolidando os diversos resultados. Assim, está totalmente relacionado a aplicações de Big Data.

Em relação ao Azure HDInsight, podemos afirmar que se trata de um serviço oferecido pela Microsoft Azure, fornecendo um ambiente de processamento em Big Data. Ajudando a processar grandes volumes de dados, também de forma distribuída, consegue proporcionar ao usuário do serviço *insights*, daí vem o nome, para impulsionar, se for o caso, seu próprio negócio. Logo, não atende a nossa questão.

Por fim, no que tange ao Google Cloud DataProc, é possível notar que, novamente, o nome denuncia. Traduzindo para o português, temos processamento de dados em nuvens do Google. De cara, já é possível perceber que não se encaixa no que é solicitado pelo examinador. Trata-se de um serviço também de processamento distribuído em *Big Data*. Cria-se *clusters* em que os processamento de dados ocorrem simultaneamente de forma bem rápida e de escalabilidade automática.

C) Análise de Dados: AWS Athena, Azure Data Lake Analytics e Google BigQuery. ERRADO.

O AWS Athena é um instrumento para análise de dados em consultas, por exemplo, SQL, em soluções de *Big Data*, propiciando escalabilidade sob demanda, vale dizer, com adaptação automática sob a carga solicitada ao sistema. Uma das grandes vantagens é fazer o processamento dos dados no próprio *cloud*, sem precisar transferir para um BD tradicional. É um sistema totalmente interativo, todo processado em tabelas virtuais com acesso diretamente aos dados armazenados em nuvem.

O Azure Data Lake Analytics é, assim como o AWS Athena, um serviço de análise de Big Data em larga escala. Os dados são armazenados no Azure Data Lake Storage, que é um serviço de armazenamento em nuvem de grandes volumes de dados. O processamento dos dados é na linguagem U-SQL (SQL + C#).

Por fim, o Google BigQuery é semelhante ao AWS Athena e ao Azure Data Lake Analytics, vale dizer, trata-se de uma ferramenta também de análise de dados em Big Data, permitindo manipulações em SQL, por exemplo, de forma interativa e em tempo real.

Vejam que todas as três ferramentas têm aplicação com soluções de Big Data em nuvem. Não é a nossa resposta.

D) Streaming de Dados: AWS Kinesis, Azure Stream Analytics e Google Cloud Pub/Sub. ERRADO.

Para fazer *streaming* de dados, pessoal, é necessário o processamento em tempo real, ou seja, à medida que os dados vão sendo gerados, eles vão sendo analisados. As respostas são imediatas e em fluxos contínuos, a partir do processamento dos dados armazenados em nuvem. Há várias aplicações práticas, como o monitoramento em tempo real de um certo evento, informações úteis instantaneamente, que auxiliam na tomada de decisão, entre outros.



Todos os três serviços possuem aplicação com Big Data e atuam no processamento de dados em tempo real; não é a nossa resposta, portanto.

E) Aplicações: AWS Elastic Beanstalk, Azure App Service e Google App Engine. CORRETO

Em soluções de Big Data, não há diretamente o oferecimento de aplicações, tão somente soluções de coleta, armazenamento e análise de dados. Esses serviços elencados no enunciado (AWS Elastic Beanstalk, Azure App Service e Google App Engine) são utilizados para hospedar os aplicativos, conectando interfaces.

Por tudo, o gabarito é a alternativa E.

Gabarito: E

75. Em relação ao processamento de linguagem natural (PLN), analise as afirmativas a seguir.

- I. O PLN envolve a compreensão e a geração de linguagem natural humana.
- II. A tarefa principal do PLN é traduzir textos de uma língua para outra.
- III. O PLN não é utilizado para tarefas de processamento de voz.
- IV. O PLN é aplicado em sistemas de recuperação de informações e assistentes virtuais.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e III.
- E) I, II e IV.

Comentário:

(I) CORRETO. O objetivo do PLN é permitir que os computadores entendam, interpretem e produzam linguagem natural da mesma forma que os seres humanos, facilitando a comunicação entre humanos e máquinas.

(II) ERRADO. A tradução de textos de uma língua para outra é uma das tarefas mais conhecidas do PLN, mas não é a única nem a tarefa principal. O objetivo geral do PLN é permitir que computadores entendam e gerem linguagem natural, seja em uma única língua ou em várias línguas diferentes.

(III) ERRADO. Ele é frequentemente utilizado para tarefas de processamento de voz, incluindo reconhecimento de fala e síntese de voz. Embora a fala seja uma forma de linguagem natural diferente da linguagem escrita, muitas das técnicas e ferramentas de PLN podem ser aplicadas ao processamento de voz.

(IV) CORRETO. Ele é amplamente aplicado em sistemas de recuperação de informações e assistentes virtuais. Esses sistemas utilizam técnicas de PLN para entender a linguagem natural usada pelos usuários e fornecer respostas relevantes e úteis.

Gabarito: A



76. No contexto da linguagem R, assinale o código que, quando executado, exibe o resultado a seguir.

"manga" "banana" "laranja"

A)

```
def search_string as function (lista, palavra){  
  return(list of[grep(palavra, lista)])  
}  
palavras <- ["manga", "banana", "pera", "laranja"]  
search_string(palavras, "n")
```

B)

```
search_string <- function(lista:list, palavra:string){  
  return(list of[grep(palavra, lista)])  
}  
palavras <- ["manga", "banana", "pera", "laranja"]  
search_string(palavras, "n")
```

C)

```
search_string <- function(lista, palavra){  
  return(lista[grep(palavra, lista)])  
}  
palavras <- ["manga", "banana", "pera", "laranja"]  
search_string(palavras, "n")
```

D)

```
search_string <- function(lista, palavra){  
  return(lista[grep(palavra, lista)])  
}  
palavras <- c("manga", "banana", "pera", "laranja")  
search_string(palavras, "n")
```

E)

```
def search_string as function(lista, palavra){  
  return(list of[grep(palavra, lista)])  
}  
palavras <- a("manga", "banana", "pera", "laranja")  
search_string(palavras, "n")
```



Trata-se de questão que versa sobre Linguagem R.

A princípio, vocês devem entender como ocorre a declaração de funções em linguagem R. Conforme a aula 02, pg. 40, Fluência em Dados para AFRFB do Estratégia Concursos:

```
1 | nomeDaFuncao <- function(arg1, arg2, arg3 = default3, ...){  
2 |   # corpo da função: uma série de comandos válidos.  
3 |   return(resultado) # opcional  
4 | }
```

- o comando function() diz para o R que vocês estão definindo uma função;
- os valores dentro dos parênteses de function() são os argumentos (ou parâmetros) da função.

Argumentos podem ter valores default (padrão), que são definidos com o sinal de igualdade (no caso, arg3 tem como default o valor default3). Existe um parâmetro “coringa” muito útil, o ..., que permite passar argumentos para outras funções;

- dentro das chaves, encontra-se o “corpo” da função, isto é, uma série de comandos válidos que serão realizados;
- o comando return() encerra a função e retorna seu argumento. O return() é opcional. Caso omitido, a função retorna o último objeto calculado.

Posto isso, já podemos eliminar, de pronto, as alternativas A e E, que começam com “def search_string”.

Ato contínuo, precisamos entender como criar listas em R. Seu conceito é: conjunto de vetores, dataframes ou de matrizes. Não precisam ter o mesmo comprimento, é a forma que a maioria das funções retorna os resultados. Muito útil para armazenar resultados de cálculos estatísticos.

Para criar lista por meio de um vetor, usa-se o seguinte comando: lista <- c(argumento 1, argumento 2, ...).

Partindo disso, conseguimos eliminar as alternativas B e C, pois utilizam palavras <- ["manga", "banana", "pera", "laranja"] para criar uma lista.

O gabarito é, portanto, a alternativa D.

Gabarito: D

³ Profs. Diego Carvalho, Renato da Costa, Equipe Informática e TI, Thiago Rodrigues Cavalcanti, Erick Muzart Fonseca dos Santos.



77. Num banco de dados relacional, considere a tabela Vencedores, cuja instância é exibida a seguir, com duas colunas, Tenista e Torneio, que representam alguns torneios que já foram vencidos por alguns tenistas.

Tenista	Torneio
Roger Federer	Australian Open
Roger Federer	Roland Garros
Roger Federer	Wimbledon
Roger Federer	US Open
Pete Sampras	US Open
Pete Sampras	Wimbledon
Pete Sampras	Australian Open
Bjorn Borg	Roland Garros
Bjorn Borg	Wimbledon

Maria precisa escrever um comando SQL que liste os tenistas que venceram todos os torneios mencionados na coluna Torneio. O comando deve valer para qualquer instância válida da tabela, que pode conter diferentes tenistas e diferentes torneios.

Assinale o comando que Maria deve usar.

A)

```
select distinct Tenista from Vencedores v1  
where v1.Torneio in (select Torneio from Vencedores)
```



B)

```
select distinct Tenista from Vencedores v1
where exists(
    select * from Vencedores v2
where v1.Torneio = v2.Torneio
and v1.Tenista = v2.Tenista
and v1 <> v2))
```

C)

```
select distinct Tenista from Vencedores v1
where exists (
    select * from Vencedores v2
where v1.Torneio = v2.Torneio
and v1.Tenista <> v2.Tenista )
```

D)

```
select distinct Tenista from Vencedores v1
where for all (
    select * from Vencedores v2
where exists (
    select * from Vencedores v3
where v1.Tenista = v3.Tenista))
```

E)

```
select distinct Tenista from Vencedores v1
where not exists(
    select * from Vencedores v2
where not exists (
    select * from Vencedores v3
where v2.Torneio = v3.Torneio
and v1.Tenista = v3.Tenista))
```



Questão que versa sobre SQL.

A questão pede o código que traz todos os tenistas que venceram todos os torneios mencionados na coluna "Torneio".

Dessa forma, o código deverá retornar "Roger Federer", pois foi o único que venceu todos os torneios.

A) ERRADO

A questão pede para selecionar os tenistas que venceram todos os torneios. O comando acima vai retornar todos os tenistas, sem repetir nenhum (*select distinct*), da tabela Vencedores, em que há correspondência na coluna ao lado, ou seja, na Torneio.

Dessa forma, vai apenas reproduzir todos os Tenistas, já que todos venceram algum torneio. Vejam como aparecerá no *prompt*:

Tenista
Roger Federer
Pete Sampras
Bjorn Borg

A resposta do *prompt* deveria ser somente Roger Federer, pois foi o único que venceu todos.

B) ERRADO

Há um erro de sintaxe, bem no final do item. Percebam que existem duas ")", portanto o código não vai rodar. Ademais, percebam que, dentro da cláusula *where*, há *v1 <> v2*, o que não está correto por não referenciar para que coluna da tabela está se pedindo a diferença.

E mesmo que se façam todas as correções, o resultado seria o retorno de todos os tenistas, como no item A.

C) ERRADO

Exatamente como o item B, porém corrigiram o final *v1.Tenista <> v2.Tenista*, especificando que é a diferença na coluna Tenista. Na de cima, não era possível distinguir se era nessa ou na de torneio, incorrendo-se em erro.

O retorno desse código retornará todos os tenistas, portanto está errado. Em ambos os códigos, na alternativa B e na alternativa C, procuram-se os tenistas distintos que venceram algum torneio, ou seja, os três nomes que aparecem na tabela.

D) ERRADO

A alternativa D possui um erro muito evidente, qual seja: "*for all*". Não existe a sintaxe *where for all*.



E) CORRETO

Notação complicada, pessoal, porém correta. Ela retornará apenas o Federer, pois foi o único que venceu todos os torneios.

A lógica de análise é inversa. Parte-se da cláusula *where not exists*, verificando aqueles que não possuem correspondência com torneio. Por exemplo, verifica-se se há correspondência de um tenista para determinado torneio. Se não houver, por exemplo, no caso de Roland Garros, há o retorno dos Tenistas Roger Federer e Bjorn Borg, nesse caso, exclui-se Pete Sampras.

Com essa lógica, o único que sempre irá ter correspondência, que é exatamente o que a questão pede, é o Roger Federer.

O gabarito encontra-se na alternativa E.

Gabarito: E

78. Analise o código Python a seguir.

```
class enigma:
    def __iter__(self):
        self.x = 128
        return self
    def __next__(self):
        y = self.x
        z = lambda a : a - int(a/2)
        self.x = z(self.x)
        return y
coisa = enigma()
xpto = iter(coisa)
for k in range(5):
    print(next(xpto))
```

Assinale o quarto número exibido na execução desse código.

- A) 4
- B) 8
- C) 16
- D) 32
- E) 64

Trata-se de questão de Python.



Solicita-se o quarto número exibido na execução do código. Cuidado, não é o quinto, que é o último, vide `range(5)`.

A princípio, cria-se uma classe chamada `enigma` e atribui-se o valor 128 ao iterador `self.x`, por meio do método `iter`. Ato contínuo, cria-se o método `next`, que irá retornar o valor `self.x` pela metade a cada passada.

Para analisar a classe `enigma`, cria-se a instância `coisa`, vinculada ao iterador `xpto`. Com o `range` de tamanho 5, é printado o método `next` em função desse iterador `xpto`, retornando, a cada passada, `self.x` pela metade. Os resultados estão a seguir:

79.128

80.64

81.32

82.16

83.8

Por isso, eu disse lá atrás que era para tomar cuidado. Como é solicitado o quarto número impresso, a resposta é 16, não 8.

Por todo o exposto, o gabarito é a alternativa C.

Gabarito: C

79. No âmbito de bancos dados, especialmente NoSQL, o Teorema CAP sustenta que há três requerimentos básicos que existem numa relação especial quando se projeta uma aplicação com uma arquitetura distribuída. Basicamente, respalda a tese de que não se pode obter os três simultaneamente.

Esses três requerimentos são

- A) Consistency, Atomic transactions e Partition.
- B) Concurrency Partition, Availability e Tolerance.
- C) Consistency, Availability e Partition Tolerance.
- D) Consistency, Atomic transactions e Persistency.
- E) Caching, Availability e Persistency.

Trata-se de questão que versa sobre NoSQL.

O Teorema CAP (Consistency, Availability e Partition Tolerance) pontua que, em se tratando de bancos de dados distribuídos, no máximo dois desses três requerimentos podem ser cumpridos simultaneamente.



Como a própria sigla sugere, o gabarito encontra-se na alternativa C.

- **Consistência (Consistency):** refere-se à sincronização de dados entre todos os servidores em um sistema distribuído, garantindo que todos exibam a mesma versão dos dados quando acessados. No entanto, isso pode aumentar as latências, pois requer a atualização coordenada dos dados entre os nós antes de responder a uma consulta.
- **Disponibilidade (Availability):** indica a capacidade do sistema de continuar a responder às solicitações, mesmo se alguns servidores ou partes do sistema falharem. Um sistema altamente disponível permanecerá acessível para leitura e gravação, independentemente de interrupções.
- **Tolerância à Partição (Partition Tolerance):** implica que o sistema permanece operacional mesmo se ocorrerem falhas de comunicação entre os servidores, permitindo que o sistema funcione mesmo se for dividido em segmentos isolados da rede.

Gabarito: C

80. Os principais Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados oferecem total suporte à linguagem SQL; um aspecto importante da implementação do SQL é o tratamento para valores nulos, quando a lógica admite três estados.

T – true

F – false

? – unknown

Nesse contexto, considere as expressões lógicas a seguir.

I. $(T \text{ OR } F) \text{ AND } (? \text{ OR } T)$

II. $T \text{ AND } ((? \text{ OR } F) \text{ OR } ?)$

III. $\text{NOT } (? \text{ AND } (? \text{ AND } ?))$

Com relação às expressões acima, está correto afirmar que o valor final é *unknown* (?) em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Trata-se de questão que versa sobre SQL.

Apesar de o assunto ser referente à TI, podemos resolver com o que aprendemos em Raciocínio Lógico.

I. $(T \text{ OR } F) \text{ AND } (? \text{ OR } T)$ ERRADO

Reescrevendo: $(V \vee F) \wedge (? \vee V)$



Quando o conector é OR (ou, $\vee$), basta que um lado seja verdadeiro para a proposição ser verdadeira. Logo, o valor lógico de $(V \vee F)$ será verdadeiro e o valor lógico de $(? \vee V)$ também o será. Reescrevendo, teremos:

$$V \wedge V$$

Quando o conectivo é AND (e, $\wedge$), para a proposição ser verdadeira, ambos os lados devem ser verdadeiros, que é o caso acima. Portanto, podemos afirmar que o valor aqui é conhecido e VERDADEIRO, logo não é desconhecido.

II. T AND ((? OR F) OR ?) CORRETO

Reescrevendo: $V \wedge ((? \text{ or } F) \text{ OR } ?)$

Conforme vimos no item I, para a proposição AND (e, $\wedge$) ser verdadeira, ambos os lados devem ser verdadeiros. Olhando a expressão acima, temos um lado garantido como verdadeiro, mas não conseguimos prever o valor de $((? \text{ or } F) \text{ OR } ?)$, que pode ser verdadeiro ou falso.

Para torná-la verdadeira, basta um verdadeiro em ?. Para torná-la falsa, todos os ? devem ser falsos. Como é possível obtermos VERDADEIRO ou FALSO para o item II, ele é um valor desconhecido.

III. NOT (? AND (? AND ?)) CORRETO

Reescrevendo:

$$\sim (? \wedge (? \wedge ?))$$

Fazendo a distributiva:

$$? \vee (? \vee ?)$$

Se tudo for falso, a expressão será falsa. Se um for verdadeiro, a expressão será verdadeira. Ou seja, trata-se de uma expressão que admite dois valores, portanto é desconhecida.

O gabarito é a alternativa D, pois os itens II e III possuem valor lógico desconhecido.

Gabarito: D



DIREITO ADMINISTRATIVO

81. João e Maria são servidores públicos de diferentes entes federativos e respondem, de forma autônoma e por fatos distintos, a processos administrativos disciplinares (PAD's), instaurados no mês passado, para apurar a prática, em tese, de falta funcional. Na semana passada, ambos os servidores requereram suas aposentadorias voluntárias por tempo de contribuição. A Administração Pública de cada ente não analisou seus pedidos, suspendendo os correlatos processos administrativos de aposentação, no aguardo da decisão do PAD. João é Auditor-Fiscal da Receita Federal e seu PAD apura a prática, em tese, de falta funcional punível com a sanção de suspensão. Por sua vez, Maria é Auditora da Receita do Estado Alfa e seu PAD investiga a prática, em tese, de falta funcional punível com a sanção de demissão. Sabe-se que inexistente dispositivo na legislação do Estado Alfa dispondo sobre a possibilidade de aposentadoria voluntária no curso de PAD. Inconformados, ambos os servidores públicos, que estão afastados cautelarmente do exercício da função, impetraram mandados de segurança, entendendo possuir direito líquido e certo à imediata apreciação de seus pedidos de aposentadoria.

Consoante o texto da Lei nº 8.112/90 e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

- A) assiste razão a João, pois a Lei nº 8.112/90 veda aposentadoria voluntária apenas ao servidor que responde a PAD que apure falta punível com pena de demissão; não assiste razão a Maria, pois se lhe aplica, por analogia, a Lei nº 8.112/90.
- B) assiste razão a ambos os servidores: a João, pois a Lei nº 8.112/90 veda aposentadoria voluntária apenas ao servidor que responde a PAD que apure falta punível com pena de demissão; a Maria, pois não se lhe aplica, por analogia, a Lei nº 8.112/90, pelo princípio da presunção de inocência.
- C) não assiste razão a ambos os servidores: a João, pois a Lei nº 8.112/90 indica que só pode ser aposentado após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade acaso aplicada; a Maria, pois é possível que a lacuna na legislação estadual seja suprida com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90.
- D) não assiste razão a João, pois a Lei nº 8.112/90 indica que só pode ser aposentado após a conclusão do processo, caso o PAD seja arquivado sem aplicação de sanção; assiste razão a Maria, pois não é possível aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90, por ofensa ao princípio da legalidade.
- E) não assiste razão a João, pois a Lei nº 8.112/90 indica que só pode ser aposentado após a conclusão do PAD, independentemente do cumprimento da penalidade acaso aplicada; assiste razão a Maria, pois não é possível aplicação de analogia *in malam partem* em matéria de direito sancionador.

Trata-se de uma questão que versa sobre Processo Administrativo Disciplinar (PAD), assunto estudado em Direito Administrativo.



A princípio, analisemos a situação de João, servidor federal, à luz da Lei nº 8.112/90:

*"Art. 172. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, **após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.**"*

Portanto, vejamos que não assiste razão a João, no que se refere à impetração do mandado de segurança.

Partindo para o contexto estadual, com a servidora Maria, foi informado que não há qualquer baliza em relação à aposentadoria voluntária no curso de PAD. Logo, para resolvermos essa situação, devemos recorrer ao entendimento do STJ, conforme Informativo nº 751:

*"A lacuna em Lei Complementar Estadual acerca da possibilidade de suspender processo de concessão de aposentadoria enquanto tramita processo administrativo disciplinar deve ser suprida com a **aplicação subsidiária da Lei n. 8.112/1990.**"*

Assim, devemos utilizar o teor da Lei Federal, também não assistindo, por conseguinte, razão à servidora Maria, no que tange à impetração do *mandamus*.

Por todo o exposto, o gabarito é, realmente, a alternativa C.

Gabarito: C

82. A Lei de Improbidade Administrativa (LIA) foi substancialmente alterada pela Lei nº 14.230/21. Desta forma, diante da Reforma de 2021 da LIA, em matéria de sanções pela prática de ato de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- A) as sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade, exceto quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.
- B) as sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da LIA.
- C) os atos do órgão de controle interno ou externo não poderão ser considerados pelo juiz quando tiverem servido de fundamento para a conduta do agente público.
- D) a aplicação das sanções previstas na LIA dependerá da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- E) a aplicação das sanções previstas na LIA independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, no que tange às condutas previstas nos artigos 9º, 10º e 11º da citada Lei.

Trata-se de questão que versa sobre Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), assunto estudado na disciplina de Direito Administrativo.



Vejamos as alternativas:

- A) as sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade, exceto quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria. **ERRADO**

Em regra, há a independência entre instâncias. Logo, não produzirão efeitos em relação à ação de improbidade, exceto quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

É o teor do art. 21, §3º, da Lei nº 8.429/92:

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

*§3º As sentenças civis e penais **produzirão efeitos** em relação à ação de improbidade **quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.***

- B) as sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da LIA. **CORRETO**

É o teor do art. 21, §5º.

Art. 21. (...)

*§5º Sanções eventualmente aplicadas em outras esferas **deverão ser compensadas** com as sanções aplicadas nos termos desta Lei.*

- C) os atos do órgão de controle interno ou externo não poderão ser considerados pelo juiz quando tiverem servido de fundamento para a conduta do agente público. **ERRADO**

Não faz o menor sentido, não é, pessoal? Desconsiderar a contribuição dos órgãos de controle?

Art. 21. (...)

§ 1º Os atos do órgão de controle interno ou externo serão considerados pelo juiz quando tiverem servido de fundamento para a conduta do agente público.

- D) a aplicação das sanções previstas na LIA dependerá da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas. **ERRADO.**

Sem sentido algum, pessoal. Órgãos de controle não têm esse poder. Vejam o inciso II do art. 21 da LIA:

*Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei **independe:***

*II - da **aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle** interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.*

- E) a aplicação das sanções previstas na LIA independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, no que tange às condutas previstas nos artigos 9º, 10º e 11º da citada Lei. **ERRADO**

Alternativa quase perfeita, pessoal. Saibam que ato de improbidade na modalidade lesão ao erário (art. 10 da LIA) depende da efetiva ocorrência do dano ao patrimônio público (não é qualquer patrimônio!). A alternativa erra ao citar o art. 10. Então, vejamos:



Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:

I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento e às condutas previstas no art. 10 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Por tudo, o gabarito é a alternativa B.

Gabarito: B

83. Marcelo, candidato que está prestando concurso público para o cargo de técnico administrativo da Autarquia Federal Alfa, requereu ao Presidente dessa autarquia que informasse quantos ocupantes do cargo efetivo de técnico administrativo foram nomeados e quantos deixaram o cargo nos três últimos anos. A autoridade respondeu que não poderia fornecer tais informações, porque elas seriam sigilosas, haja vista que estariam insertas na autonomia administrativa da autarquia.

À luz do texto constitucional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a postura da Autarquia Federal Alfa está

- A) incorreta, porque se aplica o princípio da publicidade da Administração Pública, de maneira que todos os atos e informações sobre a Administração Pública, em qualquer hipótese, devem ser objeto de publicidade, sendo incabível qualquer imposição de sigilo.
- B) correta, pois se presume que a manutenção do sigilo de informações sobre pessoal dos órgãos e entes da Administração Pública é útil à segurança da sociedade e do Estado, razão pela qual deve o cidadão comprovar sua capacidade técnica de manter as informações sob sigilo.
- C) incorreta, pois se aplica o princípio da publicidade da Administração Pública, de maneira que, no regime de transparência brasileiro, vige o princípio da máxima divulgação sendo que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção, sem subterfúgios, anacronismos jurídicos ou meias-medidas.
- D) correta, porque informações sobre recursos humanos de órgãos e entes da Administração Pública são classificadas como informações de planejamento estratégico e, por isso, estão cobertas pelo sigilo organizacional próprio desses órgãos e entes.
- E) correta, porque as informações podem ser direcionadas para uma utilização que comprometa os serviços prestados pela autarquia, que detém legitimamente competência para decidir sobre a necessidade de sigilo, desde que não ultrapasse o prazo máximo previsto na Constituição Federal de 1988.

Essa questão versa sobre Princípios da Administração.



Pessoal, de pronto, podemos riscar todas as alternativas em que aparece “correta”, pois a atitude do gestor não foi acertada. No setor público, a regra é a transparência, ao passo que o sigilo é a exceção. Vejamos as alternativas:

- A) **ERRADO**. Quase foi a resposta. Há possibilidade de sigilo em certas ocasiões. Não há que se falar em publicidade/transparência absoluta.
- B) **ERRADO**. Como vimos, o gestor não agiu corretamente. A publicidade é a regra e o sigilo é a exceção.
- C) **CORRETO**. Perfeito, pessoal. Para não fugir ao padrão da FGV, ela reproduziu, novamente, a literalidade de decisões dos tribunais superiores. Vejamos o entendimento do STJ:

“No regime de transparência brasileiro, vige o Princípio da Máxima Divulgação: a publicidade é regra, e o sigilo, exceção, inadmitidos subterfúgios, anacronismos jurídicos ou meias-medidas. É dever do Estado demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.” (vejam que é a literalidade da alternativa C).

- D) **ERRADO**. Vide B.
- E) **ERRADO**. Vide B.

Por tudo, o gabarito encontra-se na alternativa C.

Gabarito: C

84. O Estado Beta, em caso de comprovado iminente perigo público, consistente em alagamento decorrente de fortes e extraordinárias chuvas, por meio de sua autoridade competente, pretende fazer uso da requisição administrativa de bem imóvel da União, assegurando-lhe indenização ulterior, se houver dano.

Com base no texto constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão do Estado Beta é

- A) viável, diante da narrada situação de emergência pública, mas a indenização deve ser prévia, mediante acordo com a União ou depósito judicial.
- B) viável, diante da narrada situação de emergência pública, desde que haja prévia decisão judicial e depósito em juízo do valor inicialmente estimado para indenização, diante da determinação constitucional de reserva de jurisdição.
- C) inviável, pois ofende o princípio federativo a requisição de bens de um ente federativo por outro, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa e estado de sítio.
- D) viável, diante da narrada situação de emergência pública, mas a indenização ulterior deve ocorrer independentemente de haver dano ao imóvel e deve ser calculada com base no tempo de utilização do bem da União.



- E) inviável, pois, no tocante aos entes federativos, suas relações se caracterizam pela cooperação e pela horizontalidade, não se admitindo a ente federativo requisitar bem pertencente a outro, sob pena de ferimento da autonomia desse ente e, conseqüentemente, ofensa ao pacto federativo, mas é possível no caso a requisição administração de serviço público, desde que demonstrada situação de perigo público iminente.

Trata-se de questão que versa sobre Intervenção do Estado, modalidade Requisição Administrativa.

O STF entende que, em regra, a requisição administrativa de bens de um ente federativo por outro é inconstitucional. A excepcionalidade refere-se aos estados de sítio/defesa.

Fiquem atentos: a requisição de um bem privado (de um particular) é constitucional.

Façamos a leitura de um recorte do Informativo 1059:

*“2. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, **ofende o princípio federativo a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro**, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa (art. 136, § 1º, inciso II, da CF) e estado de sítio”.*

Posto isso, podemos assinalar a alternativa C.

Gabarito: C

85. A nova lei de licitações estabelece que licitação internacional é aquela processada em território nacional, na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro. Como se sabe, nas licitações de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

Neste contexto, em matéria de licitações internacionais, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- A) os gravames incidentes sobre os preços constarão do edital e serão definidos a partir de estimativas ou médias dos tributos.
- B) o edital não admitirá qualquer previsão de margem de preferência para bens produzidos no País e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.
- C) o pagamento feito ao licitante brasileiro contratado em virtude de licitação internacional será efetuado em dólar.
- D) o edital poderá prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro.



- E) quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro não poderá fazê-lo, pois os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.

Trata-se de questão que versa sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/21 (NLLC), especificamente Licitações Internacionais (art. 52).

Para a solução da questão, é suficiente a leitura do art. 52 da lei supracitada.

Vejam as alternativas:

- A) os gravames incidentes sobre os preços constarão do edital e serão definidos a partir de estimativas ou médias dos tributos. **CORRETO**

“Art. 52. Nas licitações de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

*§4º Os **gravames incidentes sobre os preços constarão do edital e serão definidos a partir de estimativas ou médias dos tributos.**”*

- B) o edital não admitirá qualquer previsão de margem de preferência para bens produzidos no País e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras. **ERRADO**

Art. 52. (...)

*“§6º Observados os termos desta Lei, o edital não poderá prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro, **admitida a previsão de margem de preferência** para bens produzidos no País e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, na forma definida no art. 26 desta Lei.”*

- C) o pagamento feito ao licitante brasileiro contratado em virtude de licitação internacional será efetuado em dólar. **ERRADO**

Art. 52. (...)

*§2º O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado em virtude de licitação nas condições de que trata o § 1º deste artigo **será efetuado em moeda corrente nacional.***



- D) o edital poderá prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro. **ERRADO**

Art. 52. (...)

“§6º Observados os termos desta Lei, o edital não poderá prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro, admitida a previsão de margem de preferência para bens produzidos no País e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, na forma definida no art. 26 desta Lei.”

- E) quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro não poderá fazê-lo, pois os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. **ERRADO**

Art. 52. (...)

“§1º Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro igualmente poderá fazê-lo.”

Gabarito: A

86.A concessionária Gama, após sagrar-se vencedora em licitação, assinou contrato de concessão para prestação do serviço público de manutenção, recuperação e melhoria de determinada rodovia do poder concedente Delta. A autarquia municipal Ômega, que presta os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, necessita realizar obra para implantação de rede coletora de esgoto, que passaria pela faixa de domínio na citada rodovia, de maneira a levar saneamento básico à área onde se situa importante Universidade pública do ente Delta. No entanto, a concessionária Gama está exigindo que a autarquia Ômega pague certo valor a título de preço público, pela ocupação temporária das faixas laterais da rodovia.

No caso em tela, em matéria de serviços públicos e bens públicos, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a cobrança promovida pela concessionária de rodovia, em face de autarquia prestadora de serviços de saneamento básico, pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida é

- A) devida, porque, no atendimento às peculiaridades do serviço público, pode a concessionária Gama incluir outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.
- B) devida, porque, no atendimento às peculiaridades do serviço público, pode a concessionária Gama exigir a cobrança de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão.



- C) devida, porque, para assegurar a prestação do serviço público adequado, pode a concessionária Gama exigir dos usuários, incluindo outros concessionários, a cobrança de remuneração módica da faixa de domínio da rodovia a ser ocupada, observados os princípios da proporcionalidade e da eficiência.
- D) indevida, pois, apesar de o bem cedido à concessionária Gama ser classificado como bem público de uso especial, a rodovia permanece afetada à destinação pública, razão pela qual se afigura ilegítimo exigir remuneração da autarquia Ômega pela sua utilização, devendo o valor ser repassado de forma difusa a todos os usuários do serviço, observado o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- E) indevida, pois, embora cedido à concessionária Gama, o bem público de uso comum do povo não se desnatura, permanecendo afetado à destinação pública, motivo pelo qual se afigura ilegítimo exigir remuneração pela sua utilização, quando voltada a viabilizar a execução de serviço público de saneamento básico prestado pela autarquia Ômega.

Trata-se de questão que mescla conhecimentos de Bens Públicos, Concessão e jurisprudências correlatas.

Para a resolução da questão, faz-se suficiente a leitura do Informativo 740, que traz o entendimento do STJ. Vejamos:

*“É **indevida** a cobrança promovida por concessionária de rodovia, em face de autarquia prestadora de serviços de saneamento básico, pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida.*

Embora cedido ao particular, o bem público de uso comum do povo não se desnatura, permanecendo, portanto, afetado à destinação pública. Por esse motivo, mostra-se ilegítimo exigir remuneração pela sua utilização, quando voltada a viabilizar a execução de serviço público de saneamento básico prestado por entidade estatal, cuja configuração jurídica seja adversa à lucratividade, ou seja, esteja fora do regime concorrencial.”

Portanto, nosso gabarito é a alternativa E, representando a literalidade do informativo supracitado.

Gabarito: E



87. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê que, para a expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, serão exigidos alguns documentos, como o comprovante de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em especial em matéria de ato administrativo e poderes administrativos, bem como com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma do CTB acima reproduzida é

- A) inconstitucional, por violação ao princípio da intranscendência subjetiva das sanções, razão pela qual é imprescindível prévio processo administrativo para oportunizar ao administrado o direito de impugnar a autoria da multa de trânsito, com vistas ao regular exercício do poder disciplinar.
- B) inconstitucional, por violação ao atributo do ato administrativo da autoexecutoriedade, pois o Estado não pode adotar sanções políticas, que se caracterizam pela utilização de meios de coerção indireta.
- C) inconstitucional, por violação ao atributo do ato administrativo da exigibilidade, pois o Estado não pode adotar sanções administrativas, que se caracterizam pela utilização de meios de coerção direta que impeçam ou dificultem o direito de propriedade.
- D) constitucional, pois não constitui coação política com o propósito de arrecadar o que é devido, mas trata de exigência relacionada com a fiscalização da circulação dos veículos automotores, matéria afeta ao poder de polícia.
- E) constitucional, pois, apesar de constituir coação política com o propósito de arrecadar o que é devido, trata de exigência relacionada com a fiscalização da circulação dos veículos automotores, matéria afeta ao poder disciplinar.

Trata-se de questão que versa sobre Poderes da Administração.

Para a resolução da questão, façamos a leitura do Informativo 937 do STF:

"O Tribunal entendeu que as exigências contidas nos arts. 124, VIII, 128, e 131, § 2º, não limitam o direito de propriedade, tampouco constituem-se coação política para arrecadar o que é devido, mas de dados inerentes às sucessivas renovações dos certificados de registro do automóvel junto ao órgão competente, para a liberação do trânsito de veículos."

O dispositivos legais citados no informativo referem-se ao CTB:

"Art. 124 (...)

VIII - comprovante de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas;



Art. 128. Não será expedido novo Certificado de Registro de Veículo enquanto houver débitos fiscais e de multas de trânsito e ambientais, vinculadas ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

Art. 131. (...)

§ 2º O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas”.

O gabarito é, portanto, a alternativa D, por expressar a literalidade do entendimento do STF.

Gabarito: D

88. Em tema de alocação de riscos em contratos administrativos, a nova Lei de Licitações e Contratos estabelece que o contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro,

- A) desde que observada a vedação de que os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras sejam transferidos ao contratado.
- B) observando-se, na alocação de riscos, a necessária obrigação legal de adoção de métodos e padrões usualmente utilizados por entidades públicas e, ao tratar de riscos relacionados à arrecadação tributária, a prévia manifestação da Receita Federal.
- C) uma vez que a alocação de riscos deve considerar, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, mas não o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo, para se evitar vantagem excessiva a uma dessas partes do contrato.
- D) renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses indicadas na lei, e ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.
- E) quando, na alocação de riscos, for observada a obrigatoriedade legal de adoção de métodos e padrões usualmente utilizados por entidades públicas, mas não por privadas, e os ministérios e secretarias supervisores dos órgãos e das entidades da Administração Pública definirem os parâmetros e o detalhamento dos procedimentos necessários a sua identificação, alocação e quantificação financeira, mediante autorização do Tribunal de Contas.



Trata-se de questão que versa sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos -
Lei nº 14.133/21 (NLLC), especificamente sobre Alocação de Riscos.

Para a resolução da questão, é suficiente a leitura do art. 103, da NLLC. Nessa esteira, vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. Não há que se falar em vedação, pelo contrário. Vejamos o que diz o §2º do art. 103 da NLLC:

“Art. 103. O contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

§2º Os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente transferidos ao contratado.”

- B) **ERRADO**. Não há a obrigatoriedade de utilizar métodos e padrões usualmente utilizados por entidades públicas ou privadas. Ademais, o examinador peca em afirmar que a alocação de riscos relacionados à arrecadação tributária depende de prévia manifestação da Receita Federal. Vejamos o que propõe o §6º do art. 103 da NLLC:

Art. 103. (...)

“§ 6º Na alocação de que trata o caput deste artigo, poderão ser adotados métodos e padrões usualmente utilizados por entidades públicas e privadas, e os ministérios e secretarias supervisores dos órgãos e das entidades da Administração Pública poderão definir os parâmetros e o detalhamento dos procedimentos necessários a sua identificação, alocação e quantificação financeira.”

- C) **ERRADO**. A alocação de riscos irá considerar os beneficiários das prestações a que se vincula. Essa é a inteligência do art. 103, §1º, da NLLC:

Art. 103. (...)

“§1º A alocação de riscos de que trata o caput deste artigo considerará, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo.”

- D) **CORRETO**. Trata-se de nosso gabarito. É o que predizem os incisos I e II do §5º do art. 103 da NLLC:

“Art. 103. (...)

§ 5º Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:



I - às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do caput do art. 124 desta Lei;

II - ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.”

- E) **ERRADO**. Invenção total, pessoal. Não há essa obrigatoriedade. Vejam a resolução da alternativa B.
Por tudo, o gabarito da questão é a alternativa D.

Gabarito: D

DIREITO CONSTITUCIONAL

89. O Prefeito do Município Alfa decidiu iniciar estudos para a promoção de uma ampla reestruturação administrativa no âmbito do Poder Executivo.

Entre as medidas cogitadas, estavam as seguintes:

1. unificação, na mesma carreira jurídica, dos cargos de consultor, competente para a orientação jurídica interna e que corresponderia à classe inicial, e de procurador, competente para a orientação jurídica interna e a representação externa, e que corresponderia à classe subsequente, com a aplicação imediata dessa sistemática aos atuais ocupantes dos cargos;
2. nas carreiras existentes no âmbito do funcionalismo público municipal, a movimentação da classe inferior para a classe superior seria feita por progressão funcional, conforme critérios de merecimento e antiguidade, e o servidor teria o seu cargo alterado ao ascender à classe superior;
3. os servidores aprovados em concurso público que exigia a formação de nível médio, cujos cargos venham a ser extintos, podem ser aproveitados em cargos que exijam nível superior, desde que preencham esse requisito.

A assessoria do Prefeito do Município Alfa, ao se manifestar sobre a compatibilidade dessas propostas com a Constituição da República, concluiu corretamente que

- A) apenas as propostas 2 e 3 são inconstitucionais.
B) apenas as propostas 1 e 3 são inconstitucionais.
C) todas as propostas são inconstitucionais.
D) apenas a proposta 1 é inconstitucional.
E) apenas a proposta 2 é inconstitucional.

Trata-se de questão que versa sobre Servidores Públicos na Constituição Federal (art. 39 a 41).



Vamos aos itens:

1. unificação, na mesma carreira jurídica, dos cargos de consultor, competente para a orientação jurídica interna e que corresponderia à classe inicial, e de procurador, competente para a orientação jurídica interna e a representação externa, e que corresponderia à classe subsequente, com a aplicação imediata dessa sistemática aos atuais ocupantes dos cargos; **(INCONSTITUCIONAL)**

Trata-se do entendimento do Supremo no Tema 667:

“É inconstitucional, por dispensar o concurso público, a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos diversos, quando a nova carreira tiver atribuições e responsabilidades diferentes dos cargos originais.”

2. nas carreiras existentes no âmbito do funcionalismo público municipal, a movimentação da classe inferior para a classe superior seria feita por progressão funcional, conforme critérios de merecimento e antiguidade, e o servidor teria o seu cargo alterado ao ascender à classe superior; **(CONSTITUCIONAL)**

Não há problema algum nesse item, pessoal. Em verdade, trata-se do conceito de promoção, que é a mudança de cargo dentro de uma mesma carreira. Por exemplo, se vocês saíram de A1 para B1, vocês mudaram de cargo dentro de uma mesma carreira. Ainda com o fito de exemplo, basta lembrar do Promotor de Justiça que ascende a Procurador de Justiça.

3. os servidores aprovados em concurso público que exigia a formação de nível médio, cujos cargos venham a ser extintos, podem ser aproveitados em cargos que exijam nível superior, desde que preencham esse requisito.

(INCONSTITUCIONAL)

Inconstitucional, pessoal. Trata-se do famoso “trem da alegria”. Vejamos o Tema 697 do STF:

“É inconstitucional o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior.”

O gabarito é, portanto, a alternativa B (itens 1 e 3 são inconstitucionais).

Gabarito: B



90. Com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de controle externo no âmbito do Estado Alfa, a Assembleia Legislativa promulgou emenda constitucional dispondo sobre situações específicas em que ocorreria a sua fiscalização sobre atos do Poder Executivo.

Essas situações abrangem:

1. a necessidade de autorização prévia da Assembleia Legislativa para a celebração de convênios pelo Poder Executivo;
2. a previsão de recurso hierárquico, direcionado ao Poder Legislativo, para as decisões de indeferimento de licença ambiental pelo Poder Executivo; e
3. a possibilidade de o Poder Legislativo suspender a eficácia dos regulamentos do Poder Executivo, sem prévia decisão do Poder Judiciário, que contrariem a lei.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação às três situações descritas na emenda constitucional, que

- A) apenas as situações 2 e 3 são inconstitucionais.
- B) apenas as situações 1 e 2 são inconstitucionais.
- C) apenas a situação 3 é inconstitucional.
- D) apenas a situação 1 é inconstitucional.
- E) as três situações são inconstitucionais.

Trata-se de questão que versa sobre Poder Legislativo, assunto estudado na disciplina de Direito Constitucional.

Vamos às alternativas:

1. a necessidade de autorização prévia da Assembleia Legislativa para a celebração de convênios pelo Poder Executivo; **(INCONSTITUCIONAL)**

Não há hierarquia entre os poderes, pessoal. Tal fato representaria ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo. Assim foi o que entendeu o STF na apreciação da ADI nº 342, recortada a seguir:

"[...] a regra que subordina a celebração de acordos ou convênios firmados por órgãos do Poder Executivo à autorização prévia ou ratificação da Assembleia Legislativa, fere o princípio da independência e harmonia dos poderes (art. 2º, da C.F.)."

2. a previsão de recurso hierárquico, direcionado ao Poder Legislativo, para as decisões de indeferimento de licença ambiental pelo Poder Executivo; e **(INCONSTITUCIONAL)**

Da mesma forma que o item 1, há a ingerência. Vejam o recorte da ADI 1.505:

"1. É inconstitucional preceito da Constituição do Estado do Espírito Santo que submete Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – ao crivo de comissão permanente e específica da Assembleia Legislativa."



3. a possibilidade de o Poder Legislativo suspender a eficácia dos regulamentos do Poder Executivo, sem prévia decisão do Poder Judiciário, que contrariem a lei. **(CONSTITUCIONAL)**

Perfeito, trata-se de previsão constitucional.

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.”

O gabarito é a alternativa B.

Gabarito: B

91. Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo da União, almejava concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais.

Antes, porém, buscou se inteirar dos efeitos que a posse no cargo eletivo municipal acarretaria em relação ao seu cargo efetivo, tendo concluído corretamente que, em se tratando de cargo eletivo do

- A) Poder Executivo municipal, não será afastada do cargo efetivo e continuará a receber a remuneração correspondente a este último.
- B) Poder Executivo municipal, será afastada do cargo efetivo e não poderá optar pela remuneração correspondente a este último.
- C) Poder Legislativo municipal, será afastada do cargo efetivo, não podendo optar pela remuneração correspondente a este último.
- D) Poder Legislativo municipal, será sempre afastada do cargo efetivo, mas pode optar pela remuneração correspondente a este último.
- E) Poder Executivo ou do Poder Legislativo municipal, neste último caso, se não houver compatibilidade de horários, será afastada do cargo efetivo, mas pode optar pela remuneração.

Trata-se de questão sobre Administração Pública na Constituição Federal, especificamente nos arts. 37 e 38, assunto estudado na disciplina de Direito Constitucional.



Para a resolução da questão, é suficiente a memorização do quadro a seguir:

CARGO COLETIVO	REGRA
Cargos do Executivo ou do Legislativo Federal, Estadual ou Distrital	Afastamento do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público. A remuneração percebida será a do cargo eletivo .
Prefeito	Afastamento do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público. A remuneração poderá ser a do cargo eletivo ou a do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público, de acordo com a opção do servidor.
Vereador	Poderá, caso haja compatibilidade de horários, acumular o cargo político com o cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público. Nesse caso, receberá as duas remunerações. Caso não haja compatibilidade, será afastado do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público, podendo optar pela remuneração de qualquer um deles.

Fonte: aula 09, pg. 41, Direito Constitucional para AFRFB, Equipe Direito Constitucional Estratégia Concursos.

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. Poderá optar pela remuneração do cargo eletivo ou pela do efetivo. Ademais, será afastada do cargo efetivo.
- B) **ERRADO**. Poderá optar pela remuneração do cargo eletivo ou pela do efetivo. Realmente, será afastada do cargo.
- C) **ERRADO**. Se houver compatibilidade de horários, não será afastada do cargo efetivo e poderá acumular a remuneração.
- D) **ERRADO**. Vide C.
- E) **CORRETO**. Perfeito. Se não houver compatibilidade, ela será afastada, porém poderá optar pela remuneração.

O gabarito é a alternativa E. Trata-se de questão clássica, pessoal. Memorizem o quadro, cai bastante!

Gabarito: E



92. A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.

O professor respondeu corretamente que, com a sua incorporação à ordem interna,

- A) apenas o primeiro e o segundo tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e o Art. Y da Lei nº 123.
- B) os três tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e não recepcionaram o Art. Y da Lei nº 123.
- C) apenas o primeiro tratado revogou o Art. X da Constituição da República, mas não recepcionou o Art. Y da Lei nº 123.
- D) nenhum dos três tratados pode ser aplicado na ordem interna, já que colidem com o Art. X da Constituição da República.
- E) os três tratados têm natureza infraconstitucional, mas supralegal, de modo que não afetaram a eficácia do Art. X da Constituição da República e revogaram o Art. Y da Lei nº 123.

Trata-se de questão que versa sobre Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assunto estudado em Direito Constitucional.

Pessoal, é uma questão clássica no mundo dos concursos. Se os Tratados de Direitos Humanos (TIDH) forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão, então, *status* de emenda complementar. Nos demais ritos, terão *status* supralegal. Levem isso para sua prova, é de suma importância. Vejamos a baliza na própria Carta da República:

“Art. 5. (...)

§3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

Outro ponto, antes de partirmos para a resolução das assertivas, é observar que o Art. X da CF não representa cláusula pétrea (dispositivos que emendas complementares não podem suprimir/abolir), já que elas se encontram no §4º do art. 60 da CF:



“Art. 60. (...)

§4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.”

Notem que o art. X da questão em apreço não nos remete ao teor acima. Vejamos as alternativas:

- A) **ERRADO**. Apenas quem revoga o art. X é o primeiro tratado, pois é o único que possui *status* de EC.
- B) **ERRADO**. Apenas quem revoga o art. X é o primeiro tratado, pois é o único que possui *status* de EC. Porém, realmente, os três não recepcionam o art. Y da Lei Federal, já que o primeiro tem *status* de EC e os demais, um *status* supralegal.
- C) **CORRETO**. Perfeito. O primeiro TIDH possui *status* de EC, portanto revogou o art. X da CF e não recepciona o art. Y da Lei Federal.
- D) **ERRADO**. Os três TIDHs são aplicáveis na ordem interna.
- E) **ERRADO**. O primeiro TIDH possui *status* de EC e os demais possuem *status* supralegal, pouco importando o quórum de maioria simples ou absoluta.

Por fim, confirmamos o gabarito na alternativa C.

Gabarito: C

93. A partir de proposta elaborada unilateralmente por técnicos do Poder Executivo, o Governador do Estado Alfa tornou público o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro X e o encaminhou ao Poder Legislativo. O processo legislativo foi célere e dele resultou a LDO para o exercício financeiro X. O Poder Judiciário do Estado Alfa, que considerara baixos os limites estabelecidos na LDO, submeteu sua proposta orçamentária anual ao Governador do Estado, com observância desses limites. Este último agente, ao integralizar o projeto de lei orçamentária anual (PLOA), promoveu pequena redução na proposta do Poder Judiciário, o que, a seu ver, era necessário para preservar o equilíbrio orçamentário, considerando o elevado risco de não realização de parte da receita estimada para o exercício financeiro X.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que

- A) foram praticadas duas irregularidades em relação ao Poder Judiciário, pois ele não participou, conjuntamente com as demais estruturas de poder, da definição dos limites estipulados na LDO, e a sua proposta, embora harmônica com a LDO, foi alterada pelo Poder Executivo ao encaminhá-la ao Legislativo.
- B) não foi praticada irregularidade em relação ao Poder Judiciário, pois a LDO é de iniciativa privativa do Governador do Estado, somente havendo obrigação de ser ouvido o Poder Judiciário em relação ao PLOA, o que foi feito, cabendo ao Poder Executivo zelar pelo equilíbrio orçamentário.



- C) foi praticada uma única irregularidade em relação ao Poder Judiciário, consistente no encaminhamento da PLOA, pelo Governador do Estado, abrangendo aquela estrutura, quando o correto seria a mera ciência, cabendo ao Poder Judiciário realizar tal encaminhamento.
- D) foi praticada uma única irregularidade em relação ao Poder Judiciário, pois as alterações promovidas em sua proposta pelo Poder Executivo deveriam ter sido antecedidas de comunicação, somente sendo possível a alteração unilateral caso não houvesse correção.
- E) foi praticada uma única irregularidade em relação ao Poder Judiciário, consistente na alteração da proposta pelo Poder Executivo, embora tenham sido observados os limites estabelecidos na LDO.

Trata-se de questão que versa sobre Poder Judiciário, especificamente sobre sua autonomia administrativa e financeira.

Pessoal, o Poder Judiciário, assim como os demais poderes, possui autonomia para elaborar sua proposta orçamentária. Obviamente, respeitam-se balizas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Há irregularidade, por conseguinte, nas seguintes passagens: a) não ter participado da elaboração da LDO; e b) ter sua proposta alterada pelo Poder Executivo, mesmo que respeitando os limites e critérios da LDO.

Vejam o que dispõe a CF/88:

“Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

§1º Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

§4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. “

Vejam que somente poderiam ter ocorrido ajustes se a proposta do Judiciário tivesse sido encaminhada em desacordo com a LDO, o que não acontece na questão em apreço.

Vejamos as alternativas:

- A) **CORRETO**. Perfeito. Irregularidade por não ter participado da confecção da LDO e ter sua proposta orçamentária alterada pelo Executivo, mesmo que seguindo balizas da LDO.
- B) **ERRADO**. PLDO realmente é iniciativa privativa do Poder Executivo, assim como qualquer matéria orçamentária. Ocorre que, ao longo de sua confecção, faz-se necessária a participação dos demais poderes.
- C) **ERRADO**. Duas irregularidades, não uma. Ademais, cabe ao Poder Executivo encaminhar o PLOA ao Poder Legislativo, não há que se falar em mera ciência.
- D) **ERRADO**. Assertiva completamente equivocada.
- E) **ERRADO**. Esqueceu-se de mencionar a irregularidade de não participação do Judiciário na confecção da LDO.



O gabarito é, portanto, a alternativa A.

Gabarito: A

94. O Município Alfa editou a Lei nº X, autorizando a criação da sociedade de economia mista Beta, cuja maior parte do capital social pertenceria a Alfa e teria competência para prestar serviço público típico da edilidade, em regime não concorrencial, podendo fiscalizar atividades privadas e aplicar sanções ao particular. Ato contínuo, Beta foi efetivamente criada pelo Poder Executivo de Alfa.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X é

- A) inconstitucional, considerando que a Lei nº X não criou Beta, apenas autorizando a sua criação, o que significa dizer que o exercício do poder de polícia está sendo exercido por ente criado com observância das regras do direito empresarial.
- B) constitucional, pois o poder de polícia é exercido por todos os entes da administração pública indireta, quer desempenhem atividades econômicas em sentido estrito, em regime concorrencial, quer prestem serviços públicos.
- C) inconstitucional, pois o Município Alfa não pode transferir o exercício do poder de polícia a entes da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado.
- D) inconstitucional, pois as sociedades de economia mista somente podem desempenhar atividades econômicas em sentido estrito, mas não atuar na prestação de serviços públicos.
- E) constitucional, pois a extensão a Beta de regras do regime de direito público mostra-se adequada em razão de suas características e da atividade que desempenha.

Trata-se de questão sobre Administração Pública na Constituição Federal, especificamente nos arts. 37 e 38, assunto estudado na disciplina de Direito Constitucional.

Pessoal, é suficiente a leitura do Tema 532 do STF (despenca em provas de concursos públicos) que foi pacificado:

"É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."

Vejamos as alternativas:

- A) **ERRADO.** A criação não precisa ser por lei, tão somente a autorização. Vejam o que diz o inciso XIX do art. 37 da CF/88:



“Art. 37. (...)

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.”

Há total constitucionalidade no rito de criação proposto no *caput* da questão.

- B) **ERRADO**. O regime deve ser não concorrencial, como vimos no tema supraelencado.
- C) **ERRADO**. Conforme vimos no Tema 532, é possível.
- D) **ERRADO**. Sociedades de Economia Mista (SEM) podem sim prestar serviços públicos.
- E) **CORRETO**. Perfeito, nos termos do Tema 532, do STF.

Por tudo, o gabarito encontra-se na alternativa E.

Gabarito: E

95. O Partido Político Alfa, que contava com representantes apenas na Câmara dos Deputados, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da Medida Provisória nº X. No curso do processo de controle concentrado de constitucionalidade, a Medida Provisória nº X foi convertida, sem qualquer alteração de forma e conteúdo, na Lei nº Y. Apesar dessa conversão, o Partido Político Alfa não promoveu o aditamento da petição inicial, o que não configurou óbice a que o Supremo Tribunal Federal (STF) apreciasse o mérito da causa.

À luz da sistemática afeta ao controle concentrado de constitucionalidade, é correto afirmar que a narrativa acima

- A) não apresenta qualquer irregularidade.
- B) apresenta irregularidade apenas em relação à legitimidade ativa para o ajuizamento da ADI, o que não poderia ter sido feito por Alfa.
- C) apresenta irregularidade apenas em relação ao não aditamento da inicial, que deveria ter ocorrido, e ao julgamento pelo STF, que não deveria ser realizado.
- D) apresenta irregularidade apenas em relação à apreciação do mérito pelo STF, pois, em se tratando de medida provisória, a análise deveria permanecer adstrita ao plano liminar.
- E) apresenta irregularidade em relação ao objeto inicial, já que a medida provisória, em razão da precariedade da sua vigência, não pode ser impugnada por esse meio, e, de modo correlato, em relação aos desdobramentos subsequentes.

Trata-se de questão que versa sobre Controle de Constitucionalidade.



Vejamos as alternativas:

- A) **CORRETO**. Não há qualquer irregularidade descrita no *caput* da questão. O partido político Alfa possui representatividade no Congresso Nacional, ainda que tenha membros apenas na Câmara dos Deputados. Guardem: a representatividade, ou não, no CN não exige que haja simultaneamente representantes na Câmara e no Senado, basta um. Por oportuno, vejam que os legitimados para propor ADIn e ADC são:

“Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.”

Como a MP possui força de lei, não há qualquer óbice à apreciação por parte do STF.

Por fim, como a conversão da MP em lei não ocorreu com alteração substancial do conteúdo, não é necessário o aditamento para o prosseguimento da ADIn. Esse é o entendimento do STF. Vejamos o que foi adotado na ADIn 691:

“Não prejudica a ação direta de inconstitucionalidade material de medida provisória a sua intercorrente conversão em lei sem alterações, dado que a sua aprovação e promulgação integrais apenas lhe tornam definitiva a vigência, com eficácia “ex tunc” e sem solução de continuidade, preservada a identidade originária do seu conteúdo normativo, objeto da arguição de invalidade”.

Lembrem-se de que, se a MP não fosse convertida em lei, a ADIn ficaria prejudicada por ausência de objeto.

- B) **ERRADO**. Não há irregularidades. Há legitimidade ativa nos termos do art. 103, VIII, da CF/88.
- C) **ERRADO**. Não há necessidade do aditamento porque não houve a conversão com alteração substancial no conteúdo da MP.
- D) **ERRADO**. Não há essa relação. O STF não fica limitado ao plano da MP. Tanto ela como a lei poderá ser apreciada, via ADIn, pelo STF. MP é ato normativo com força de lei, lembrem-se disso.
- E) **ERRADO**. MP pode sim ser submetida ao controle de constitucionalidade na medida em que possui força de lei.

O gabarito é, portanto, a alternativa A.

Gabarito: A



96. João, professor de direito constitucional, explicou aos seus alunos que os direitos fundamentais da pessoa humana, consagrados pela Constituição da República, são potencialmente colidentes com outros direitos, titularizados por pessoa diversa, ou com interesses de contornos difusos ou coletivos. Por fim, João questionou Pedro, seu aluno, a respeito da teoria sobre os direitos fundamentais que explica a forma como são individualizados e a sua influência na solução das colisões identificadas, considerando a explicação inicial.

Pedro respondeu corretamente que a explicação de João se ajusta à teoria

- A) externa, segundo a qual o direito fundamental apresenta um conteúdo *prima facie*, que antecede a posição definitiva, somente delineada após a identificação das restrições que deve sofrer.
- B) externa, segundo a qual a máxima de concordância prática entre os direitos fundamentais se torna efetiva quando, em caso de colisão, é identificado, entre os sentidos imanentes de cada qual, o que deve preponderar.
- C) interna, que encampa a dualidade existencial entre direito e restrição, apregoando a necessidade da ponderação de interesses para identificar a solução para a colisão entre direitos fundamentais em um caso concreto.
- D) interna, segundo a qual o direito fundamental possui um sentido imanente, assumindo contornos provisórios até o surgimento da colisão a ser superada, momento em que serão consideradas as restrições que influirão no surgimento da posição definitiva.
- E) interna, segundo a qual os direitos fundamentais ocupam posições definitivas, de modo que quaisquer restrições que lhes sejam impostas em caso de colisão devem ser argumentativamente justificadas com base na relevância do bem jurídico tutelado.

Trata-se de questão que versa sobre Direitos Fundamentais, especificamente Teoria Interna e Teoria Externa, muito cobradas pela banca FGV.

Para tratar das limitações aos direitos fundamentais, a doutrina desenvolveu duas teorias: i) a interna; e ii) a teoria externa.

A teoria interna (teoria absoluta) considera que o processo de definição dos limites de um direito é interno a ele. Não há restrições a um direito, mas uma simples definição de seus contornos. Os limites do direito são-lhe imanentes, intrínsecos. A fixação dos limites a um direito não é, portanto, influenciada por aspectos externos (extrínsecos), como a colisão de direitos fundamentais.

Para a teoria interna (absoluta), o núcleo essencial de um direito fundamental é insuscetível de violação, independentemente da análise do caso concreto. Esse núcleo essencial, que não poderá ser violado, é identificado a partir da percepção dos limites imanentes ao direito.



A teoria externa (teoria relativa), por sua vez, entende que a definição dos limites dos direitos fundamentais é um processo externo a esses direitos. Em outras palavras, fatores extrínsecos determinarão os limites dos direitos fundamentais, ou seja, seu núcleo essencial. É somente sob essa ótica que se admite a solução dos conflitos entre direitos fundamentais pelo juízo de ponderação (harmonização) e pela aplicação do princípio da proporcionalidade.

Para a teoria externa, o núcleo essencial de um direito fundamental também é insuscetível de violação; no entanto, a determinação do que é exatamente esse “núcleo essencial” dependerá da análise do caso concreto. Os direitos fundamentais são restringíveis, observado o princípio da proporcionalidade e/ou a proteção de seu núcleo essencial. Exemplo: o direito à vida pode sofrer restrições no caso concreto.

Feita essa revisão, vejamos as alternativas:

A) **CORRETO**. De pronto, é o nosso gabarito. Pela leitura do enunciado, é possível notar que o professor está afirmando que a colisão entre os direitos determina seus limites. Para a teoria interna, isso não é possível, vez que colisão entre direitos não fixa limites ao direito, já que tais limites são imanentes, independentes de qualquer fator externo.

Ora, se a colisão individualiza determinado direito, estamos diante da teoria externa. Por essa teoria, realmente, há um conteúdo identificado de pronto, aparente (*prima face*), que não representa a posição definitiva, que será delineada após o que prevalecer entre a colisão dos direitos.

B) **ERRADO**. Embora a teoria realmente seja a externa, vide alternativa A, o que foi reproduzido relaciona-se à teoria interna. Segundo ela, a colisão não define limite ao direito, ela não existe, já que o limite é imanente e inviolável por aspecto externo. Percebam a palavra-chave que nos remete à teoria interna: imanente.

C) **ERRADO**. Teoria interna não prediz duplicidade de objetos, dualidade de existência entre direito e restrição. Não há colisão entre direitos. Para resolver mais rápido esse tipo de questão, guardem: colisão - teoria externa/imanente - teoria interna.

D) **ERRADO**. Quase tudo certo, mas viu como fica fácil? Falou em colisão em teoria interna, está errado de pronto.

E) **ERRADO**. Novamente, a palavra colisão/restrrição. Não há relação com a teoria interna.

Por tudo, o gabarito é a alternativa A.

Gabarito: A



DIREITO PREVIDENCIÁRIO

97. Humberto, empresário do setor educacional, procura orientações de forma a regularizar seus recolhimentos previdenciários.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) Humberto, por ser empresário, deve ser qualificado como contribuinte individual, efetuando recolhimentos mensais necessariamente sobre o limite máximo do salário-de-contribuição.
- B) Humberto, por ser desprovido de vínculo empregatício, é caracterizado como segurado facultativo, o que lhe permite realizar recolhimentos sobre quaisquer valores entre os limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição.
- C) Humberto é considerado trabalhador autônomo, na modalidade empresário, o que torna seu recolhimento previdenciário opcional, salvo se existir vinculação como microempreendedor individual – MEI.
- D) Humberto, tendo em vista sua atividade remunerada, é qualificável como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e, a depender da forma de sua atuação, seus recolhimentos podem ser de responsabilidade da fonte pagadora.
- E) Humberto é qualificável como trabalhador avulso, sendo os recolhimentos previdenciários encargo do próprio segurado, a ser realizado mensalmente, variando de acordo com a remuneração mensal obtida pela atividade profissional.

Trata-se de questão que versa sobre Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. O recolhimento não é necessariamente sobre o salário máximo de contribuição.
- B) **ERRADO**. Ele é segurado contribuinte individual, portanto segurado obrigatório. Ademais, ele recolhe em função do salário de contribuição, não necessariamente o máximo ou o mínimo.
- C) **ERRADO**. Ele é considerado contribuinte individual, portanto é segurado obrigatório, sendo o recolhimento da contribuição previdenciária um dever, não algo facultativo.
- D) **CORRETO**. Perfeito, cuida-se de contribuinte individual e segurado obrigatório.
- E) **ERRADO**. Trata-se de contribuinte individual, não de trabalhador avulso. Ademais, o recolhimento da contribuição não é necessariamente dele, já que pode ficar a cargo do empregador, a depender da forma de atuação.

O gabarito é a alternativa D, portanto.

Gabarito: D



98. A sociedade empresária XPTO, empregadora de centenas de pessoas no setor têxtil, é autuada sob a alegação fiscal de enquadramento e recolhimento equivocado de contribuição previdenciária para fins de financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

Em relação ao cenário hipotético narrado, é correto afirmar que

- A) o crédito tributário apontado carece de avaliação de condições ambientais do trabalho, o que escapa às competências do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, carecendo de suporte da Fiscalização Federal do Trabalho.
- B) a autuação referida sempre demandará avaliação física, no local de trabalho, pela autoridade fiscal competente, não sendo possíveis emissões de lançamentos fiscais de ofício sem a diligência fiscal prévia.
- C) o enquadramento da atividade econômica do sujeito passivo na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) representa aspecto relevante para fins de avaliação da correta conduta do contribuinte.
- D) a autuação somente poderia tomar lugar na hipótese de atividades insalubres no ambiente de trabalho, pois a aludida contribuição é restrita à remuneração de empregados.
- E) o lançamento fiscal é de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, pois a referida autarquia é a competente para a análise do meio ambiente do trabalho no bojo da análise previdenciária.

Trata-se de questão que versa sobre Financiamento da Seguridade Social.

Vejam as alternativas:

- A) **ERRADO.** Avaliar as condições ambientais para verificar o enquadramento da empresa nas categorias de risco de 1%, 2% ou 3% é competência do Auditor Fiscal da Receita Federal.
- B) **ERRADO.** Não faz sentido, pessoal. Não é requisito obrigatório a avaliação física, e a entidade fiscal pode sim fazer o lançamento com base em uma diligência eletrônica, por exemplo, com a própria declaração do CNAE, do contrato social, entre outros.
- C) **CORRETO.** Perfeito. É exatamente isso. O enquadramento no CNAE servirá de baliza para averiguar se o contribuinte está contribuindo com base em 1%, 2% ou 3%, conforme risco. Como é atrativo para a empresa dimensionar o risco em valores baixos, é importante a fiscalização da real situação do ambiente de trabalho e confrontar com o CNAE.
- D) **ERRADO.** Não há restrição a atividades insalubres, na verdade, o foco é nos riscos que o ambiente de trabalho pode oferecer. Ademais, a contribuição SAT não é apenas em função da remuneração dos empregados, mas também considera trabalhadores avulsos (art. 22, II, da Lei nº 8.212/91).
- E) **ERRADO.** O lançamento fiscal dessa contribuição é de competência privativa do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, não do INSS.

Confirma-se o gabarito na alternativa C.

Gabarito: C



99. O equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social brasileira é mandamento constitucional, na forma do Art. 201, caput, da Constituição da República de 1988.

Tendo em vista a necessidade de prévio financiamento frente às prestações previdenciárias, é correto afirmar que

- A) a majoração de contribuições previdenciárias pode tomar lugar por decretos, com aplicabilidade imediata, desde que precedida de avaliação atuarial que assim a justifique.
- B) a necessidade do equilíbrio financeiro e atuarial é um comando constitucional de especial importância para o legislador ordinário, de forma a direcionar e limitar alterações no plano de benefícios.
- C) o princípio da seguridade social brasileira é também estampado em normas infraconstitucionais, o qual, todavia, não se estende à assistência social.
- D) na hipótese de desequilíbrio do sistema previdenciário nacional, o plano de custeio vigente já prevê, automaticamente, majorações pontuais dos aportes dos empregadores.
- E) o equilíbrio atuarial reflete a necessidade de que toda e qualquer prestação previdenciária seja passível de concessão a todo e qualquer segurado, desde que previamente filiado ao regime protetivo.

Trata-se de questão que versa sobre Previdência Social na Constituição Federal, assunto estudado em Direito Previdenciário.

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. A majoração de contribuição previdenciária deve ser feita por lei. Ademais, deve-se respeitar o princípio da anterioridade mitigada/noventena/nonagesimal, ou seja, o impacto não pode ser imediato, pessoal.
- B) **CORRETO**. Perfeito. A baliza constitucional é, de fato, uma verdadeira limitação a qualquer possível ato discricionário em relação ao sistema previdenciário, uma vez que é exigido pela Pedra Fundamental o equilíbrio financeiro e atuarial.
- C) **ERRADO**. O erro está em afirmar que o princípio da seguridade social não se estende à assistência social. É um item clássico, pessoal. Guardem: seguridade é SAP (Saúde, Assistência Social e Previdência). Vejamos o que diz o art. 194 da Carta da República:

*“Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à **previdência e à assistência social**.”*

- D) **ERRADO**. Majoração automática não existe, pessoal. Como vimos acima, por questões de segurança jurídica, há de se respeitar o princípio da noventena.



- E) **ERRADO**. Não há que se falar em concessão de toda e qualquer prestação previdenciária a todo e qualquer segurado desde que filiado. No Direito Previdenciário, estudamos o Princípio da Seletividade e Distributividade, estampado no art. 194, inciso III, da CF/88, a seguir transcrito:

“Art. 194. (...)

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.”

O gabarito é a alternativa B.

Gabarito: B

100. Em 24 de janeiro de 2023, a Previdência Social brasileira comemorou 100 anos de existência. Do ponto de vista da origem e da evolução da previdência brasileira, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. A chamada “Lei Eloy Chaves” não foi o primeiro instrumento normativo a produzir algum tipo de amparo a trabalhadores nacionais.
- II. As Caixas de Aposentadorias e Pensões, na forma original, perduraram no Brasil até a criação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- III. O modelo original da “Lei Eloy Chaves” era especialmente voltado aos trabalhadores da indústria têxtil, sem outras categorias envolvidas.

Está correto apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

Trata-se de questão sobre Origem e Evolução Legislativa da Seguridade Social.

Vamos às alternativas:

I. A chamada “Lei Eloy Chaves” não foi o primeiro instrumento normativo a produzir algum tipo de amparo a trabalhadores nacionais. CORRETO

Considerada pela maioria dos doutrinadores e pelas bancas de concursos como o marco inicial da Previdência Social no Brasil, a Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923) foi a primeira norma a estruturar o sistema previdenciário brasileiro, instituindo as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para a categoria dos ferroviários.



Apesar de não ser o primeiro diploma legal a tratar de Previdência Social no Brasil, a Lei Eloy Chaves ganhou o honroso título de marco inicial da Previdência Social em nosso país em virtude da estrutura e do desenvolvimento obtidos na Previdência Social decorrentes de sua publicação e advento.

Como já estudado, antes da Lei Eloy Chaves, já havia sido publicado o Decreto Legislativo nº 3.724/1919, que tratava de seguro de acidente do trabalho – SAT. Além disso, já estavam em vigor algumas leis concedendo aposentadorias para determinadas categorias de trabalhadores, como, por exemplo, professores, servidores públicos, empregados dos Correios, etc. No entanto, apesar dessas normas legais específicas terem sido implementadas antes da Lei Eloy Chaves, apenas com a Lei Eloy Chaves houve, de fato, a criação de um sistema organizado e estruturado de proteção social.

Apesar de a Lei Eloy Chaves ser considerada um marco inicial da Previdência Brasileira, **não foi o primeiro diploma legal a tratar de Previdência Social no Brasil.**

Fonte: aula 08, pg. 14, Direito Previdenciário para AFRFB, prof. Rubens Mauricio Corrêa, Estratégia Concursos.

II. As Caixas de Aposentadorias e Pensões, na forma original, perduraram no Brasil até a criação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. **ERRADO**

A doutrina considera a Lei Eloy Chaves (Decreto-Lei nº 4.682 de 1923) o primeiro marco da Previdência Social brasileira. À época, foi criada a Caixa de Aposentadoria e Pensão – CAP em favor dos empregados de empresas do setor ferroviário. Contudo, as respectivas CAPs eram organizadas pelas empresas (inicialmente somente as empresas do setor ferroviário), e cada uma delas possuía sua própria caixa. As CAPs tinham natureza privada e eram financiadas pelas contribuições das empresas e dos empregados.

O erro da questão está na sigla INSS, pois, na verdade, é o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

Fonte: aula 08, pg. 22, Direito Previdenciário para AFRFB, prof. Rubens Mauricio Corrêa, Estratégia Concursos.

III. O modelo original da “Lei Eloy Chaves” era especialmente voltado aos trabalhadores da indústria têxtil, sem outras categorias envolvidas. **ERRADO**

Não era voltado aos trabalhadores da indústria têxtil, mas sim aos trabalhadores ferroviários. Vejam o trecho retirado de nossos materiais:

*“Considerada pela maioria dos doutrinadores e pelas bancas de concursos como o marco inicial da Previdência Social no Brasil, a Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923) foi a primeira norma a estruturar o sistema previdenciário brasileiro, instituindo as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP’s) **para a categoria dos ferroviários.**”*

Fonte: aula 08, pg. 14, Direito Previdenciário para AFRFB, prof. Rubens Mauricio Corrêa, Estratégia Concursos.

Portanto, o gabarito é a alternativa A.

Gabarito: A



101. Acerca do salário de contribuição previdenciário, na forma da Lei nº 8.212/91, é correto afirmar que

- A) é composto por quaisquer rendimentos do trabalhador, do trabalho ou do capital, de forma análoga ao imposto sobre a renda.
- B) possui diversas parcelas não integrantes, expressamente referidas, como, por exemplo, prêmios e abonos.
- C) não inclui benefícios da previdência social, com exceção do salário-família.
- D) somente considera, para efetiva inclusão, rubricas salariais que sejam assim denominadas por livre escolha do empregador.
- E) não permite a exclusão dos pagamentos de lucros e resultados, salvo para trabalhadores avulsos.

Trata-se de questão que versa sobre o Salário de Contribuição na Lei nº 8.212/91, assunto estudado em Direito Previdenciário.

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. Há parcelas que são rendimentos, porém não integram o salário de contribuição nos termos do art. 28, §9º, da Lei nº 8.212/91.
- B) **CORRETO**. Perfeito, indo de encontro ao exposto na alternativa A. Prêmios e abonos encontram-se no item z, do §9º, do art. 28, da Lei nº 8.212/91.
- C) **ERRADO**. Realmente, não inclui os benefícios previdenciários no salário de contribuição. Todavia, o erro é afirmar que o salário-família seria exceção, compondo o salário de contribuição, o que não é verdade, por conseguinte o item fica errado.

Agora, tomem muito cuidado: o salário-maternidade compõe o valor do salário de contribuição, no caso do salário do trabalhador. No caso do empregador, não entra.

- D) **ERRADO**. Não faz qualquer sentido, pessoal. Empregador escolhendo as rubricas que comporão o salário de contribuição? Já pensaram? Muito errado! O que vai, ou não, compor esse salário está previsto em lei específica.
- E) **ERRADO**. Em verdade, permite sim a exclusão dos pagamentos de lucros e resultados. Ademais, não há qualquer restrição nesse sentido ao trabalhador avulso.

O gabarito é a alternativa B.

Gabarito: B



102. Paulo, professor empregado de determinada Universidade privada, deseja obter aposentadoria junto ao INSS. Todavia, algumas dificuldades surgiram em virtude de falhas de recolhimento no vínculo empregatício referido.

Nesse contexto hipotético, é correto afirmar que

- A) os recolhimentos previdenciários de Paulo, como professor empregado, são de sua responsabilidade, cabendo ao empregador auxiliá-lo.
- B) o vínculo empregatício de Paulo e suas remunerações devem ser informados à previdência social pelo empregador, na forma da legislação.
- C) não é atribuição da Receita Federal do Brasil identificar eventual ausência de recolhimento previdenciário de segurados empregados.
- D) Paulo deve ingressar com demanda judicial frente a seu empregador de forma a coagi-lo a verter contribuições devidas.
- E) eventual ausência de recolhimento da cota patronal previdenciária, por parte do empregador, poderá afastar o direito de Paulo à aposentadoria.

Trata-se de questão que versa sobre Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

- A) **ERRADO.** A responsabilidade do recolhimento é do empregador (universidade), nos termos do inciso I, do art. 30, da Lei nº 8.212/91:

“Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas:

*I - **a empresa é obrigada a:***

*a) **arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos** a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração;”*

- B) **CORRETO.** Exato. É o que vimos no item A.
- C) **ERRADO.** Errado, nos termos do *caput* do art. 33 da Lei nº 8.212/91.

“Art. 33. À Secretaria da Receita Federal do Brasil compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, à fiscalização, à arrecadação, à cobrança e ao recolhimento das contribuições sociais previstas no parágrafo único do art. 11 desta Lei, das contribuições incidentes a título de substituição e das devidas a outras entidades e fundos.”

- D) **ERRADO.** Não há esse dever de Paulo. Compete à RFB fiscalizar a ausência de recolhimento da contribuição previdenciária.



- E) **ERRADO**. Não faz sentido algum, pessoal. Cabe à RFB fiscalizar o recolhimento da contribuição previdenciária. Há o reconhecimento do tempo de contribuição, ainda que o empregador não tenha efetuado o recolhimento devido. Vejamos o entendimento do TRF-4:

“3. A ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias ou de informações no cadastro nacional de informações sociais (cnis) sobre o vínculo e a remuneração do empregado não representa óbice ao cômputo do tempo de contribuição.”

O gabarito é, portanto, alternativa B.

Gabarito: B

103. Em relação às responsabilidades das sociedades empresárias e dos empregadores domésticos, no âmbito da Previdência Social brasileira, é correto afirmar que

- A) as contribuições devidas por sociedades empresárias e empregadores domésticos são dimensionadas de forma idêntica, na forma da Lei nº 8.212/91.
- B) o empregador doméstico é qualificado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social.
- C) todas as sociedades empresárias nacionais, na forma da Lei nº 8.212/91, efetuam recolhimentos da cota patronal previdenciária de forma análoga.
- D) a contribuição do empregador doméstico deve ser recolhida até o dia 30 do mês subsequente.
- E) pessoas físicas, na forma da Lei nº 8.212/91, podem equiparar-se a sociedades empresárias, submetendo-se a encargos tributários análogos.

Trata-se de questão que versa sobre Regime Geral de Previdência Social (RGPS) na Lei nº 8.212/91, assunto estudado em Direito Previdenciário.

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. A base de cálculo é diferente, pessoal. Não há que se falar em identidade. Empresas podem valer-se de receita bruta, faturamento, ao passo que empregador doméstico pode valer-se do salário de contribuição.
- B) **ERRADO**. Erro muito sutil, pessoal. Em verdade, é o EMPREGADO doméstico que é segurado obrigatório, não o EMPREGADOR, como propõe o item. Vejam o inciso 12 do art. 12 da Lei nº 8.212/91:

“Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

II - como empregado doméstico: aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos;”

- C) **ERRADO**. Não é de forma análoga, pessoal. Há diversas formas e alíquotas a depender da situação.



- D) **ERRADO**. Item decoreba. Em verdade, é até o dia vigésimo dia do mês seguinte ao da competência. É o que dispõe o inciso V do art. 30 da Lei nº 8.212/91:

“Art. 30. (...)

V - o empregador doméstico fica obrigado a arrecadar e a recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a parcela a seu cargo, até o vigésimo dia do mês seguinte ao da competência;”

- E) **CORRETO**. Perfeito, nos termos do art. 15, parágrafo único, da Lei nº 8.212/91:

“Art. 15. (...)

Parágrafo único. Equiparam-se a empresa, para os efeitos desta Lei, o contribuinte individual e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, em relação a segurado que lhe presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.”

O gabarito é, portanto, a alternativa E.

Gabarito: E

104. Sobre o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, é correto afirmar que

- A) a incidência da contribuição recai sobre a totalidade da remuneração de segurados empregados e avulsos da empresa.
- B) a fixação da alíquota correta deve ser feita mediante a avaliação do risco preponderante da empresa, somados todos os estabelecimentos.
- C) a atribuição da disciplina particular da contribuição ao regulamento, especialmente a discriminação dos graus de risco, viola o princípio da legalidade tributária.
- D) a contribuição não existe para empregadores rurais e agroindústrias, em virtude da dinâmica de incidência particular.
- E) a concessão de benefícios acidentários, por parte do INSS, é condicionada ao correto recolhimento das contribuições pelos empregadores.

Trata-se de questão que versa sobre Regime Geral de Previdência Social (RGPS)
na Lei nº 8.212/91, assunto estudado em Direito Previdenciário.



Vamos às assertivas:

A) **CORRETO**. É o que prescreve o art. 22, II, da Lei nº 8.212/91:

“Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

*II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, **sobre o total das remunerações pagas ou creditadas**, no decorrer do mês, **aos segurados empregados e trabalhadores avulsos**:*

- a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;*
- b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;*
- c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.”*

- B) **ERRADO**. Cada empresa deve ter sua atividade preponderante identificada de forma individualizada e receber a alíquota correspondente. Não há que se falar em soma de estabelecimentos.
- C) **ERRADO**. Não viola e, vale dizer, é plenamente possível a disciplina via ato infralegal. Não há que se falar em violação à legalidade.
- D) **ERRADO**. Pelo contrário, existe, sim. A contribuição para o empregador rural é diferente da do empregador agroindustrial.
- E) **ERRADO**. A concessão de benefícios acidentários, por parte do INSS, não está vinculada ao recolhimento dos empregadores, inclusive já é um entendimento pacificado, que é baseado na presunção e no direito material do segurado obrigatório. Vejamos o entendimento do TRF-4:

“3. A ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias ou de informações no cadastro nacional de informações sociais (cnis) sobre o vínculo e a remuneração do empregado não representa óbice ao cômputo do tempo de contribuição.”

O gabarito é, portanto, a alternativa A.

Gabarito: A



DIREITO TRIBUTÁRIO

105. Instituição financeira pública que atua em regime de livre concorrência, estruturada como empresa pública federal, foi surpreendida com a cobrança feita diretamente a ela, por parte do Município Alfa, de IPTU e de taxa de coleta domiciliar de lixo sobre imóvel de propriedade da União arrendado por tal empresa pública e onde se encontra sua sede nacional.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) O IPTU não poderia ser cobrado diretamente de tal empresa, em razão da imunidade tributária recíproca de que gozam as empresas públicas federais.
- B) O IPTU não poderia ser cobrado diretamente de tal empresa, uma vez que a União, proprietária do imóvel, é ente federado que goza de imunidade tributária.
- C) O IPTU poderia ser cobrado diretamente de tal empresa, desde que mediante previsão no contrato de arrendamento celebrado entre a União e a empresa pública federal.
- D) A taxa de coleta de lixo domiciliar não poderia ser cobrada diretamente de tal empresa, por ser a União, proprietária do imóvel, ente federado que goza de imunidade tributária.
- E) A taxa de coleta de lixo domiciliar poderia ser cobrada diretamente da União, proprietária do imóvel.

Comentário:

Há jurisprudência sobre o caso em questão: a imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição, não se estende à empresa privada arrendatária de imóvel público quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese, é constitucional a cobrança do IPTU pelo município. (STF, RE 594015)

ALTERNATIVA A: de acordo com o art. 150, § 3º, da CF, o IPTU não alcança empresas públicas que atuem em regime de livre concorrência. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA B: se não há que se falar na imunidade tributária, o IPTU poderia ser cobrado diretamente de tal empresa. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA C: não há tal condição para a cobrança do IPTU diretamente da empresa pública. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA D: a imunidade tributária não abrange, de qualquer modo, as taxas. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA E: a imunidade tributária não abrange, de qualquer modo, as taxas. Assim, a taxa poderia ser exigida diretamente da União. **ALTERNATIVA CORRETA.**

Gabarito: E



106. Por meio de Decreto, o Presidente da República ampliou o prazo de pagamento de certo tributo federal de 30 para 45 dias, determinando que tal Decreto produziria efeitos imediatamente a contar da data da publicação no Diário Oficial da União.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) Tal Decreto é ato normativo apto para realizar essa alteração de prazo.
- B) Tal Decreto não poderia contrariar a previsão do Código Tributário Nacional de prazo de pagamento em 30 dias para tributos federais.
- C) Tal Decreto viola o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- D) A alteração do prazo de pagamento de tributos federais somente pode ser feita mediante lei ordinária.
- E) A alteração do prazo de pagamento de tributos federais somente pode ser feita mediante lei complementar.

Trata-se de questão que versa sobre Espécies Normativas Aplicadas ao Direito Tributário, espécie do gênero Legislação Tributária, estudada em Direito Tributário.

Pessoal, um decreto ampliou o prazo de pagamento de determinado tributo, produzindo efeitos imediatos a sua publicação. Como é um ato benéfico ao contribuinte (ele terá mais tempo para pagar o tributo), não há respeito ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

Ademais, por se tratar de alteração do prazo de pagamento, não há necessidade da estrita observância à legalidade, ou seja, não há problema na espécie normativa decreto.

Feita essa breve explicação, vejamos as alternativas:

- A) **CORRETO.** Perfeito, pessoal. A alteração do prazo de recolhimento do tributo não se submete ao princípio da legalidade nem da anterioridade anual e nonagesimal.

Lembrando que o princípio da legalidade está esboçado no art. 97 do Código Tributário Nacional (CTN):

“Art. 97. Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, ressalvado o disposto no inciso I do § 3º do artigo 52, e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.”



Por fim, vejamos o que prediz a Súmula Vinculante nº 50:

“Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.”

B) **ERRADO**. Vimos acima que sim, é possível. Nessa esteira, o próprio art. 160 do CTN permite que haja a fixação de prazo distinto de 30 dias. Vejamos:

“Art. 160. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre trinta dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.”

Endossando mais, vejamos que o próprio artigo fala em “legislação tributária”, vale dizer, gênero que comporta diversas espécies legais, inclusive o decreto, nos termos do art. 96 do CTN:

“Art. 96. A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.”

C) **ERRADO**. Vimos que essa afirmação não procede. Basta a leitura da Súmula Vinculante nº 50, reproduzida no comentário da alternativa A.

D) **ERRADO**. A alteração do prazo de recolhimento pode ser feita por decreto.

E) **ERRADO**. A alteração do prazo de recolhimento pode ser feita por decreto.

Por tudo, o gabarito encontra-se na alternativa A.

Gabarito: A

107. Lei federal instituidora do Conselho Federal de certa profissão regulamentada estatuiu que a Diretoria da entidade poderia fixar o valor a ser cobrado a título de anuidades a serem pagas pelos profissionais vinculados a tal Conselho, limitado a um teto de até R\$ 500,00. Também estabeleceu que a fiscalização e a arrecadação de tais anuidades seriam feitas pelos próprios funcionários deste Conselho, contratados pelo regime da CLT.

Acerca desse cenário, é correto afirmar que tal lei federal

- A) violou o princípio da legalidade tributária ao conferir à Diretoria deste Conselho Profissional o poder de fixar o valor das anuidades.
- B) consubstancia o fenômeno da parafiscalidade, admitido no ordenamento jurídico nacional.
- C) não poderia ter atribuído a tal Conselho, que não é parte da administração tributária federal, nem a fiscalização nem a cobrança destas anuidades.
- D) poderia ter atribuído a tal Conselho, apesar de não ser parte da administração tributária federal, a cobrança de tais anuidades, mas não sua fiscalização.



- E) não poderia ter atribuído a funcionários de tal Conselho, regidos pela CLT, a fiscalização e cobrança destas anuidades, uma vez que não são agentes da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Comentários:

Para responder a essa questão, é importante se lembrar da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que permite que ato normativo infralegal fixe o valor do tributo, não ultrapassando o valor do teto legalmente previsto.

É o caso semelhante ao da taxa pela emissão da ART.

ALTERNATIVA A: como vimos, há respaldo jurisprudencial para a fixação do valor por ato normativo infralegal.

ALTERNATIVA ERRADA.

ALTERNATIVA B: de fato, a fixação, cobrança e arrecadação das anuidades por terceiro que não o ente instituidor configura o fenômeno da parafiscalidade, admitido no ordenamento jurídico nacional. **ALTERNATIVA CORRETA.**

ALTERNATIVA C: como comentamos, a parafiscalidade presente na situação em comento é permitida constitucionalmente. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA D: tanto a arrecadação como a fiscalização poderia ser atribuída a esse Conselho, afinal o STF já afirmou que Conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica de autarquia. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA E: por tudo o que já foi comentado nessa questão, está errada. **ALTERNATIVA ERRADA.**

Gabarito: B

108. Auditores-fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB) dirigem-se até certo terreno de marinha situado em área urbana, mas dedicado ao cultivo de hortaliças orgânicas, em uma ação de fiscalização tributária acerca da cobrança do ITR. Ao chegarem lá, são desacatados no exercício de sua função fiscal pelo foreiro José, que impede seu ingresso no imóvel.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) Por ser de propriedade da União, não incide o ITR sobre o imóvel dado em contrato de aforamento.
- B) Por estar o imóvel localizado em área urbana, deve, sobre ele, incidir o IPTU, e não o ITR.
- C) O mero foreiro não pode ser contribuinte de ITR.
- D) Os auditores-fiscais da SERFB poderiam requisitar o auxílio da guarda municipal do local em que está situado o imóvel.
- E) A fiscalização do ITR compete aos agentes tributários municipais, e não aos federais.

Comentário:

Trata-se de questão que versa sobre Administração Tributária, especificamente no que tange à parte de fiscalização (capítulo I do Título IV da Lei nº 5.172/96 - Código Tributário Nacional - CTN).



D) CORRETO. Exatamente, pessoal. Os Auditores-Fiscais da SRFB poderiam requisitar o auxílio da Guarda Municipal conforme previsão expressa no art. 200 do CTN:

*“Art. 200. As **autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal**, e reciprocamente, **quando vítimas de** embaraço ou **desacato no exercício de suas funções**, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção” [grifou-se].*

A) ERRADO. A princípio, vejamos o que diz o CTN acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR):

*“Art. 29. O **imposto**, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como **fato gerador** a propriedade, o **domínio útil** ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município” [grifou-se].*

Sabendo-se que o aforamento é um contrato em que é transferido ao foreiro, mediante pagamento de certa quantia anual, em caráter permanente, o domínio útil e a posse de determinada propriedade, podemos dizer que a questão está errada, uma vez que há o perfeito enquadramento ao *caput* do art. 29 do CTN supramencionado. Assim, vale dizer, há a necessidade de se pagar o ITR.

B) ERRADO. Está em área urbana, realmente. Porém, não há que se falar em IPTU, uma vez que, estando em área urbana, mas sendo destinado à exploração agrícola, torna-se necessário pagar o ITR. Assim entende o STJ, no REsp nº 1.112.646/SP:

*“**Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial**” [grifou-se].*

C) ERRADO. Como vimos na alternativa D, sim, o foreiro pode ser contribuinte do ITR.

E) ERRADO. O ITR é, de fato, tributo de competência da União, pertencendo a ela, em regra, 50% dos recursos, e os outros 50% aos municípios correspondentes. Agora, caso a fiscalização fique por conta dos municípios, estes terão direito à totalidade dos recursos arrecadados com o ITR, vale dizer, 100%. Dessa forma, em regra, a competência para fiscalizar é da União, porém “pode ser” (faculdade) dos municípios, caso assim eles desejem. Segue-se a baliza legal:

*“Art. 153. **Compete à União** instituir impostos sobre:*

*VI - **propriedade territorial rural**;*

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do caput:

*III - **será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem**, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal” [grifou-se].*

Portanto, o gabarito encontra-se na alternativa D.

Gabarito: D



109. Acerca do instituto do parcelamento tributário, à luz do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a afirmativa correta.

- A) Lei específica pode excluir a incidência de juros em caso de parcelamento do crédito tributário.
- B) Ao parcelamento não se aplicam, subsidiariamente, as disposições do Código Tributário Nacional (CTN) relativas à moratória.
- C) A inexistência de lei específica local dispondo sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial importa aplicação da lei geral federal de parcelamento.
- D) O parcelamento é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- E) O parcelamento é modalidade de extinção do crédito tributário.

Comentário:

ALTERNATIVA A: a concessão de parcelamento, como regra, não dispensa o pagamento de juros e multas, salvo se a lei dispuser em sentido contrário. **PORTANTO, ESTÁ CORRETA.**

ALTERNATIVA B: o art. 155-A, § 2º, prevê a aplicação das disposições do CTN relativas à moratória ao parcelamento, em caráter subsidiário. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA C: o art. 155-A, § 2º, do CTN prevê que a inexistência da lei específica importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial. Não são as leis federais a serem aplicadas. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA D: o parcelamento é uma modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA E: o parcelamento é uma modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário. **ALTERNATIVA ERRADA.**

Gabarito: A

110. A sociedade empresária Sigma Ltda. incorretamente declarou a menor, pagando também a menor, ainda que dentro do prazo previsto na legislação tributária, seus débitos referentes ao IPI. Assim, quanto à parte remanescente que não foi declarada nem paga, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB) disporá, para lançar a parcela restante do tributo, de

- A) prazo prescricional de 5 anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário.
- B) prazo prescricional de 5 anos, contados da data do fato gerador da obrigação tributária.
- C) prazo prescricional de 5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- D) prazo decadencial de 5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- E) prazo decadencial de 5 anos, contados da data do fato gerador da obrigação tributária.



Comentário:

ALTERNATIVA A: o prazo para lançar a diferença não declarada nem paga é decadencial, pois o crédito tributário ainda não foi constituído. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA B: o prazo para lançar a diferença não declarada nem paga é decadencial, pois o crédito tributário ainda não foi constituído. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA C: o prazo para lançar a diferença não declarada nem paga é decadencial, pois o crédito tributário ainda não foi constituído. **ALTERNATIVA ERRADA.**

ALTERNATIVA D: o prazo decadencial de 5 anos começa a ser contado da data do fato gerador da obrigação tributária. **ALTERNATIVA ERRADA.**

Só seria contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado se o contribuinte tivesse sido totalmente omissos quanto à obrigação tributária (STJ, Súmula 555).

ALTERNATIVA E: o prazo decadencial de 5 anos começa a ser contado da data do fato gerador da obrigação tributária. **ALTERNATIVA CORRETA.**

Gabarito: E

111. Acerca dos crimes contra a ordem tributária e à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa *incorreta*.

- A) Incide o princípio da insignificância quanto a crimes tributários federais quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- B) O delito de falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável é considerado crime material ou de resultado.
- C) O delito de apropriação indébita tributária consiste em o contribuinte deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, constitui crime próprio.
- E) Não se tipifica o delito de prestar declaração falsa às autoridades fazendárias antes do lançamento definitivo do tributo.

Comentário:

Alternativa A: Correta. É o entendimento dos Tribunais Superiores:



Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado **não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, a teor do disposto no art. 20 da Lei 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda. **REsp 1.688.878-SP**, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, por maioria, julgado em 28/02/2018, DJe 04/04/2018 (**Tema 157**).

Alternativa B: Correta. O crime narrado está previsto no art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/90:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

O STF, por sua vez, sumulou o entendimento de que os crimes materiais estão previstos nos incisos I a IV do art. 1º (acima transcrito):

Súmula Vinculante 24 - Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no **art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990**, antes do lançamento definitivo do tributo.

Nesse sentido, trata-se de crime material.

Alternativa C: Incorreta. Segundo o STF, o contribuinte deve deixar de recolher de forma contumaz e com dolo de apropriação para que incorra no crime de apropriação indébita tributária:

O contribuinte que deixa de recolher **de forma contumaz e com dolo de apropriação** o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço incide no tipo penal do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/90 (STF. Plenário. RHC 163334, Rel. Roberto Barroso, julgado em 18/12/2019).

Alternativa D: Correta. Trata-se de crime próprio, uma vez que somente pode ser praticado por funcionário público (crime funcional):

Art. 3º Constitui **crime funcional** contra a ordem tributária, além dos previstos no Código Penal:

III - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público. Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Alternativa E: Correta. Trata-se de crime previsto no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/90:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;



De acordo com o STF, não se tipifica o delito de prestar declaração falsa às autoridades fazendárias antes do lançamento definitivo do tributo, uma vez que é crime material:

Súmula Vinculante 24 - Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.

Gabarito: C

112. A sociedade empresária DEF Ltda. foi autuada e apenada com multa pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB) por descumprimento de obrigação tributária acessória prevista em Instrução Normativa da SERFB. Inconformada, impugnou tal lançamento, mas não obteve decisão favorável na 1ª. instância administrativa. Após recorrer administrativamente, também ingressou com ação anulatória fiscal contra o lançamento, mas a sentença foi desfavorável a seus interesses. DEF Ltda. apelou e, antes do julgamento do recurso, nova Instrução Normativa da SERFB deixou de prever aquela obrigação tributária acessória cujo descumprimento ensejara o auto de infração original.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) Sendo concomitantes as tramitações do recurso administrativo-tributário e da ação judicial, prevalecerá a decisão que se tornar definitiva em primeiro lugar.
- B) A Instrução Normativa da SERFB não poderia criar obrigação tributária acessória, sob pena de violar o princípio da legalidade tributária.
- C) a nova Instrução Normativa que deixou de prever aquela obrigação tributária acessória não poderá ser levada em conta pelo julgador após já ter havido decisões administrativa e judicial de 1ª. instância.
- D) O ingresso com ação judicial anulatória deverá conduzir à extinção do processo na via administrativa.
- E) Pelo princípio do *tempus regit actum* (a lei vigente ao tempo rege o ato), tal multa aplicada sob a vigência de Instrução Normativa que exigia certa obrigação acessória deve ser mantida.

Trata-se de questão que versa sobre Direito Processual Tributário.

- A) **ERRADO.** Não faz sentido, pessoal. O sistema administrativo em nosso ordenamento jurídico é o inglês (jurisdição *una*). Logo, a decisão de cunho definitivo cabe somente ao Judiciário, no que chamamos de coisa julgada material. Ademais, é o entendimento do parágrafo único do art. 38 da LEF, vista na alternativa D.
- B) **ERRADO.** Alternativa que colide frontalmente com o art. 113 do CTN. Atos normativos infralegais, que decorrem da legislação tributária, podem, sim, gerar obrigações positivas ou negativas (fazer/não fazer). Vejamos:

“Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.



§2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.”

Endossando, vejam o teor da expressão “legislação tributária”, no art. 96 do CTN:

“Art. 96. A expressão “legislação tributária” compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.”

- C) **ERRADO.** Pessoal, pouco importa se já houve decisão administrativa e judicial de primeira instância. O que é relevante e atribui grau de definitividade é a decisão que faz coisa julgada material, como podemos observar na alternativa D.

Reforçando, vejam o que dispõe o art. 106, inciso II, do CTN:

*“Art. 106. A lei **aplica-se a ato ou fato pretérito**:*

*II - tratando-se de **ato não definitivamente julgado**:*

- a) quando deixe de defini-lo como infração;*
- b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;*
- c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.”*

- D) **CORRETO.** É o gabarito, pessoal. Em verdade, tal fato é decorrência lógica do que aprendemos em Direito Administrativo, ao estudarmos o sistema administrativo adotado por nosso ordenamento.

Aprendemos que, no Brasil, vigora o sistema de jurisdição *una* ou sistema inglês, em que as demandas sempre poderão ser analisadas pelo Poder Judiciário, o único capaz de gerar definitividade na matéria (coisa julgada material).

Nessa linha, vai ao encontro o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal - LEF):

“Art. 38. (...)

*Parágrafo Único - A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo **importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.**”*

- E) **ERRADO.** Como vimos na alternativa C, a multa não pode ser mantida, uma vez que, como não houve o trânsito em julgado, o ato posterior, que deixou de exigir o cumprimento da obrigação acessória, irá retroagir. Por tudo, nosso gabarito é a alternativa D.

Gabarito: D



113. A sociedade empresária Delta Ltda. teve sua falência decretada judicialmente. Ao realizar, por ser necessária, a classificação dos créditos na falência, para definir sua ordem de preferência de pagamento, foi constatado que havia a serem pagos:

- I. créditos tributários anteriores ao início do curso do processo de falência;
- II. crédito decorrente de acidente de trabalho no valor de 200 salários-mínimos;
- III. créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
- IV. multas tributárias.

Assinale a opção que indica a devida ordem de pagamento de tais créditos, partindo do crédito de maior preferência para o de menor preferência.

- A) I – IV – II – III
- B) I – III – II – IV
- C) II – III – I – IV
- D) III – II – I – IV
- E) II – I – IV – III

Trata-se de questão que versa sobre Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, espécie do gênero Crédito Tributário, assunto estudado na disciplina de Direito Tributário.

Memorizem o seguinte quadro, suficiente para a resolução da questão:

Fonte: aula 12, pg. 18, Direito Tributário para AFRFB, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos, Fábio Dutra.

A ordem correta é, portanto, II, III, I e IV. Tomem nota: o item II fala em crédito decorrente de acidente de trabalho, ou seja, não há que se falar em limite de até 150 SM, que é referente aos créditos do trabalho não derivados de acidente.

Por fim, ressalta-se que a fundamentação do quadro acima está no art. 186 do CTN:

“Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

- I – o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
- II – a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho; e
- III – a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.”



Ademais, a Lei de Falências (Lei nº 11.101/05) em seu art. 83 endossa o artigo 186 do CTN supracitado. Vejamos:

“Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

I - os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho;

II - os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado;

III - os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias;

VI - os créditos quirografários, a saber:

a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo;

b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento; e

c) os saldos dos créditos derivados da legislação trabalhista que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo;

VII - as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias;

VIII - os créditos subordinados, a saber:

a) os previstos em lei ou em contrato; e

b) os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício cuja contratação não tenha observado as condições estritamente comutativas e as práticas de mercado;

IX - os juros vencidos após a decretação da falência, conforme previsto no art. 124 desta Lei.”

O gabarito é alternativa C.

Gabarito: C

114. Acerca da medida cautelar fiscal e à luz da Lei nº 8.397/1992, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Na decretação da medida cautelar fiscal contra pessoa jurídica, a indisponibilidade sobre os bens próprios desta recairá somente sobre os bens do ativo permanente.

() A medida cautelar fiscal decretada poderá ser substituída, a qualquer tempo, pela prestação de seguro garantia, ouvida necessariamente a Fazenda Pública sobre o pedido de substituição.

() O indeferimento da medida cautelar fiscal obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V, V e V.

B) V, V e F.

C) F, V e V.

D) F, F e V.

E) F, F e F.



Trata-se de questão que versa sobre a Lei nº 8.397/92 - Medida Cautelar Fiscal.

Para a resolução da questão, é suficiente a leitura dos dispositivos da lei supramencionada, haja vista a cobrança literal nos itens abaixo:

(**VERDADEIRO**) Na decretação da medida cautelar fiscal contra pessoa jurídica, a indisponibilidade sobre os bens próprios desta recairá somente sobre os bens do ativo permanente.

Item correto nos termos do art. 4, §1º, da Lei nº 8.397/92:

“Art. 4º A decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação.

*§1º Na hipótese de pessoa jurídica, **a indisponibilidade recairá somente sobre os bens do ativo permanente**, podendo, ainda, ser estendida aos bens do acionista controlador e aos dos que em razão do contrato social ou estatuto tenham poderes para fazer a empresa cumprir suas obrigações fiscais, ao tempo: (...)”*

Pessoal, a lógica da indisponibilidade dos bens recair somente sobre o ativo permanente está no fato de que os demais ativos são fundamentais à continuidade operacional da empresa e à satisfação de obrigações fiscais. Imagine se a indisponibilidade recaísse sobre o capital de giro? Como a empresa iria continuar operando? (**VERDADEIRO**) A medida cautelar fiscal decretada poderá ser substituída, a qualquer tempo, pela prestação de seguro garantia, ouvida necessariamente a Fazenda Pública sobre o pedido de substituição.

É a literalidade do art. 10, da lei aqui em apreço:

*“Art. 10. A medida cautelar fiscal decretada **poderá ser substituída, a qualquer tempo**, pela prestação de garantia correspondente ao valor da prestação da Fazenda Pública, na forma do art. 9º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.”*

*“Parágrafo único. **A Fazenda Pública será ouvida necessariamente sobre o pedido de substituição**, no prazo de cinco dias, presumindo-se da omissão a sua aquiescência.”*

(**FALSO**) O indeferimento da medida cautelar fiscal obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa.

Não obsta a execução judicial da Dívida Ativa, pessoal. Esse é o erro, que podemos confirmar com a leitura do art. 15, da lei aqui em comento:

*“Art. 15. O indeferimento da medida cautelar fiscal **não obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa**, nem influi no julgamento desta, salvo se o Juiz, no procedimento cautelar fiscal, acolher alegação de pagamento, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição ou decadência, de conversão do depósito em renda, ou qualquer outra modalidade de extinção da pretensão deduzida.”*



O gabarito é, portanto, alternativa B.

Gabarito: B

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

115. José, necessitando de recursos para um tratamento de saúde, resolveu alienar as únicas criptomoedas de sua propriedade constantes de sua carteira digital. Tendo-as adquirido por R\$ 5.000,00, alienou-as por R\$ 30.000,00. Tampouco realizou qualquer outra operação de alienação de bens ou direitos naquele mês.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) O ganho de capital auferido nesta operação é isento do imposto sobre a renda.
- B) O ganho de capital auferido ultrapassa em R\$ 10.000,00 o limite de isenção de imposto sobre a renda para esse tipo de operação.
- C) O ganho de capital em operações com criptomoedas é calculado tomando-se por base a diferença entre o valor da alienação, acrescido de 50%, e o custo de aquisição.
- D) O ganho de capital em operações com criptomoedas é calculado tomando-se por base a diferença entre o valor da alienação, acrescido de 25%, e o custo de aquisição.
- E) Por ausência de expressa previsão legal, a alienação de criptomoedas ainda não configura fato gerador de imposto de renda no Brasil.

Trata-se de questão que versa sobre disposições do Regulamento do Imposto de Renda (RIR).

Para a resolução da questão, consultemos o Decreto nº 9.850/18 (RIR):

- A) **CORRETO.** Decorrencia do art. 35, inciso VI, alínea “a”, item 2:

“Art. 35. São isentos ou não tributáveis:

VI - os seguintes rendimentos obtidos na alienação de bens e direitos:

a) o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, nos termos e nas condições estabelecidos nos § 2º e § 3º do art. 133, cujo preço unitário de alienação, no mês em que esta for realizada, seja igual ou inferior a:

2. R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas demais hipóteses”

O ganho auferido é o lucro, pessoal. Ora, adquiriu por R\$ 5.000,00 e vendeu por R\$ 30.000,00, ganho de R\$ 25.000,00, inferior ao limiar de R\$ 35.000,00, portanto isento.



- B) **ERRADO.** Não ultrapassa, pelo contrário, o ganho é inferior em R\$ 10.000,00 e, por conseguinte, isento.
- C) **ERRADO.** Invenção. O ganho é calculado normalmente pelo valor de venda subtraído do valor de aquisição.
- D) **ERRADO.** Exatamente o mesmo erro da alternativa C.
- E) **ERRADO.** Errado, pessoal. Se ultrapassasse o limite de R\$ 35.000,00, por exemplo, incidiria IR.
O gabarito é a alternativa A.

Gabarito: A

116. A sociedade empresária ABC Ltda., tributada quanto ao IRPJ com base no lucro real, alega que a inserção do valor da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL na base de cálculo do IRPJ é indevida, razão pela qual ingressa com medida judicial com o fito de poder deduzir a CSLL da base de cálculo do IRPJ.

Diante desse cenário, e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a inserção do valor da CSLL na base de cálculo do IRPJ

- A) é indevida, pois viola a reserva de lei complementar em matéria tributária para dispor sobre normas gerais relativas à regra-matriz do IRPJ.
- B) é indevida, pois viola o princípio da capacidade contributiva, ao não permitir ao contribuinte deduzir, na apuração do valor do tributo, todos os gastos e despesas imprescindíveis à manutenção da fonte produtiva da renda.
- C) é indevida, pois viola o conceito constitucional de renda, já que o valor pago a título de CSLL constitui despesa operacional necessária à manutenção da atividade empresarial, e não renda.
- D) é devida, pois o valor pago a título de CSLL, pela circunstância de ser utilizado para solver obrigação tributária, não perde a característica de corresponder à parte dos lucros ou da renda do contribuinte.
- E) é devida, pois existe lacuna legal sobre a indedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IRPJ.

Trata-se de questão que versa sobre Base de Cálculo no Regulamento do Imposto de Renda, Decreto n° 9.850/18 (RIR).

Vejamos o que diz o art. 352, §6°, do RIR:

“Art. 352. Os impostos e as contribuições são dedutíveis, para fins de determinação do lucro real, segundo o regime de competência.

§6º O valor da CSLL não poderá ser deduzido para fins de determinação do lucro real.”



De pronto, podemos eliminar as alternativas A, B e C, já que essas alternativas afirmam que a CSLL é indevida, o que está incorreto. Analisando a alternativa E, apesar de afirmar corretamente que a CSLL é devida, é possível perceber que ela está errada por afirmar que existe lacuna legal sobre dedutibilidade, ou não, da CSLL. Vimos que isso não é verdade, já que o §6º, acima reproduzido, prova o contrário.

Por tudo, resta-nos a alternativa D. Professor, mas a redação ficou confusa, de onde veio?

Caros alunos, trata-se de entendimento do STF no RE 582.525, reproduzido de forma literal pela banca FGV:

“O valor pago a título de contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL não perde a característica de corresponder a parte dos lucros ou da renda do contribuinte pela circunstância de ser utilizado para solver obrigação tributária (...)”.

O gabarito é, por todo o exposto, a alternativa D.

Gabarito: D

117. A Fazenda Esperança é imóvel rural que tem 75% de sua área no território do Município Alfa e 25% no território do Município Beta (onde está situada a sede do imóvel); 20% da área da Fazenda Esperança é reserva legal devidamente cadastrada perante os órgãos competentes. João, proprietário do referido imóvel e residente em sua sede, é titular de outros imóveis rurais, mas não está declarando nem recolhendo devidamente o ITR da Fazenda Esperança, tendo sofrido execução fiscal para cobrança dessa dívida de ITR.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- A) O domicílio tributário do contribuinte para fins de ITR, nesse caso, é o Município Alfa, onde está situada a maior parte do imóvel, vedada a eleição de qualquer outro.
- B) As informações cadastrais deste imóvel rural integram o Cadastro de Imóveis Rurais – CAFIR, administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que poderá, a qualquer tempo, solicitar informações visando à sua atualização.
- C) O valor do ITR desse imóvel será apurado aplicando-se sobre o Valor da Terra Nua – VTN a alíquota correspondente, considerados a área total do imóvel e o Grau de Utilização - GU.
- D) O ITR é tributo sujeito a lançamento por declaração.
- E) Ocorrendo adjudicação, para fins fundiários, de imóvel rural penhorado em execução fiscal, o imóvel passará a integrar o patrimônio específico do ente federado União, com carta de adjudicação e registro imobiliário expedidos em seu nome.



Trata-se de questão que versa sobre a Lei nº 9.393/96, que dispõe acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.

- A) **ERRADO**. O domicílio é definido em função da sede do imóvel, não em função do município onde há a maior parcela do imóvel. Caso não haja sede, aí sim será considerado o local onde se localiza a maior parte do imóvel. É o que prediz o art. 1, §3º, da Lei nº 9.393/96:

“Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

§3º O imóvel que pertencer a mais de um município deverá ser enquadrado no município onde fique a sede do imóvel e, se esta não existir, será enquadrado no município onde se localize a maior parte do imóvel.”

- B) **CORRETO**. Exatamente, pessoal. Trata-se de literalidade do §2º do art. 6 da Lei nº 9.393/96.

“Art. 6º O contribuinte ou o seu sucessor comunicará ao órgão local da Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR - DIAC, as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel, bem como qualquer alteração ocorrida, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal.

§2º As informações cadastrais integrarão o Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, administrado pela Secretaria da Receita Federal, que poderá, a qualquer tempo, solicitar informações visando à sua atualização.”

Ademais, vai ao encontro da lei supracitada o art. 1 da Instrução Normativa RFB nº 2008/01:

“Art. 1º O Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir), do qual constarão as informações relativas ao imóvel rural, seu titular e, se for o caso, seus condôminos e compossuidores, será administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos desta Instrução Normativa e observada a legislação pertinente.”

- C) **ERRADO**. Pessoal, a alíquota não é aplicada em cima do Valor da Terra Nua (VTN), mas sim do Valor da Terra Nua Tributável (VTNt). Não são sinônimos. A relação é a seguinte:

$$VTNt = VTN \cdot \frac{\text{parcela de área tributável}}{\text{área total}}$$

Vejam que somente seriam sinônimos se a parcela de área tributável fosse a própria área total (toda a terra poderia ser tributada). Como há área de reserva legal, necessariamente a área tributável será diferente da área total do imóvel.

A base legal que justifica a questão está combinada no art. 10, inciso III, e no art. 11, *caput*, ambos da Lei nº 9.393/96.



“Art. 10. A apuração e o pagamento do ITR serão efetuados pelo contribuinte, independentemente de prévio procedimento da administração tributária, nos prazos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, sujeitando-se a homologação posterior.

III - VTNT, o valor da terra nua tributável, obtido pela multiplicação do VTN pelo quociente entre a área tributável e a área total;

Art. 11. O valor do imposto será apurado aplicando-se sobre o Valor da Terra Nua Tributável - VTNT a alíquota correspondente, prevista no Anexo desta Lei, considerados a área total do imóvel e o Grau de Utilização - GU.”

- D) **ERRADO**. Essa aprendemos na disciplina de Direito Tributário. Em verdade, o ITR é lançado por homologação, não por declaração. Vejam o próprio art. 10, supracitado.
- E) **ERRADO**. Questão difícil, pessoal. O imóvel passará a integrar o patrimônio do INCRA, que é uma autarquia federal. Ué, professor, então por que a alternativa está errada? Pessoal, entraram com recurso nesta questão, porém a banca justificou que o INCRA tem personalidade jurídica distinta do ente federado União, o que é realmente verdade. Então, ao pé da letra, a alternativa de fato fica errada. Porém, ao mesmo tempo, entendo que também poderia ser considerada correta.

Mas, vale aquela máxima, como a B é mais correta do que a E, devemos considerar a alternativa B como gabarito.

O gabarito encontra-se na alternativa B.

Gabarito: B

118. A sociedade empresária Theta Ltda. pretende estabelecer entre seus empregados um programa de incentivo a doações ao Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente. Segundo esse programa, a sociedade antecipa ao Fundo de Amparo o valor correspondente à doação voluntária que o empregado desejar realizar. Por sua vez, o empregado deverá reembolsar à sociedade o valor da doação antecipado, no ano seguinte, em cinco parcelas, devidamente atualizadas monetariamente e a juros baixíssimos, mediante desconto em folha de pagamento.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) Tal pagamento da sociedade ao Fundo de Amparo no lugar do empregado será considerado adiantamento de salário, submetendo-se à tributação pelo IRPF.
- B) Havendo uma operação de mútuo feneratício entre a sociedade e seu empregado, sobre tal operação deverá incidir o IOF.
- C) Por se tratar de uma doação do empregado ao Fundo de Amparo, não incide tributação por impostos federais na operação entre a sociedade e o empregado, mas apenas a tributação pelo ITCMD, de competência estadual.



- D) Apesar de se tratar de uma operação de empréstimo com a cobrança de encargos entre a sociedade e o empregado, tais encargos não serão registrados como receita financeira da pessoa jurídica.
- E) A devolução do valor principal emprestado, sem os encargos, constitui receita para a pessoa jurídica empregadora.

Trata-se de questão que versa sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A princípio, é importante notar que o enunciado elucida uma operação de crédito do tipo mútuo feneratício, que se refere a um contrato em que uma das partes empresta dinheiro ou bens fungíveis a outra parte, que concorda em devolver a quantia emprestada, juntamente com juros ou outros encargos financeiros, em um prazo determinado. É chamado de feneratício por ser oneroso e em dinheiro.

Segundo o Código Civil:

“Art. 586. O mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.”

Posto isso, vejamos as alternativas:

- A) **ERRADO**. Não há que se falar em adiantamento de salário, mas sim em operação de crédito do tipo mútuo feneratício.
- B) **CORRETO**. Exato. Por se tratar de operação de crédito, ainda que entre pessoa jurídica e pessoa física, caracterizando-se mútuo, haverá a incidência do IOF.
- C) **ERRADO**. Não há que se falar em doação, mas sim em mútuo feneratício (operação de crédito, sujeita ao IOF).
- D) **ERRADO**. Há a necessidade de se reconhecer os juros da operação como receita financeira, na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
- E) **ERRADO**. Em verdade, trata-se de fato permutativo, como aprendemos na disciplina de Contabilidade Geral. Ocorre a baixa de um direito a receber (ativo), com o aumento de caixa via débito.

D - Caixa

C - Valores a receber

Os juros/receita financeira, que devem ser reconhecidos na DRE, como vimos na alternativa D, irão transitar pelo resultado, aumentando o valor do Patrimônio Líquido da entidade.

O gabarito é, por conseguinte, a alternativa B.

Gabarito: B



119. Avalie se os entes abaixo listados são (S) ou não são (N) considerados contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita ou o faturamento, ao realizarem suas atividades típicas:

1. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).
2. Sindicato dos Empregadores da Construção Civil do Município Alfa.
3. Condomínio de proprietários de imóveis comerciais.

A classificação correta é

- A) 1 – N; 2 – N; 3 – N.
- B) 1 – N; 2 – S; 3 – N.
- C) 1 – N; 2 – S; 3 – S.
- D) 1 – S; 2 – N; 3 – S.
- E) 1 – S; 2 – S; 3 – S.

Trata-se de questão que versa sobre PIS/PASEP.

Ela solicita que entidades são, ou não, contribuintes do tributo em relação à receita ou ao faturamento de suas atividades típicas, não sobre a folha de salários (cuidado). Para a análise dos itens, faz-se suficiente a leitura da Instrução Normativa RFB nº 2.121/22 (questão decoreba e, portanto, difícil):

1. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). **(N)**

“Art. 8º Não são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita ou o faturamento as seguintes entidades:

VI - serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei;”

2. Sindicato dos Empregadores da Construção Civil do Município Alfa. **(N)**

“Art. 8º Não são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita ou o faturamento as seguintes entidades:

V - sindicatos, federações e confederações;”

3. Condomínio de proprietários de imóveis comerciais. **(N)**

“Art. 8º Não são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita ou o faturamento as seguintes entidades:

IX - condomínios de proprietários de imóveis residenciais ou comerciais;”



Tomem nota: todos os três são contribuintes do PIS/PASEP em relação à folha de salários. Notem que a questão solicita em relação à receita ou ao faturamento. Cuidado, vejam o que diz o art. 8, parágrafo único, da Instrução Normativa RFB nº 2.121/22:

“Art.8.(...)

Parágrafo único. As entidades relacionadas no caput são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, na forma disciplinada pelos arts. 300 a 305.”

Dessa forma, o gabarito é a alternativa A (1-N, 2-N e 3-N).

Gabarito: A

120. Entre as opções de atividades abaixo elencadas, assinale a única que corresponde a uma hipótese de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

- A) O preparo de refrigerantes, à base de extrato concentrado, por meio de máquinas, automáticas ou não, em restaurantes, bares e estabelecimentos similares, para venda direta a consumidor.
- B) A confecção de vestuário, por encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina.
- C) O preparo de produtos alimentares acondicionados em embalagens especiais de apresentação para revenda ao comércio varejista.
- D) A manipulação em farmácia, para venda direta a consumidor, de medicamentos officinais e magistrais, mediante receita médica.
- E) A montagem de óculos, mediante receita médica.

Trata-se de questão que versa sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com base em seu Regulamento (RIPI), Decreto nº 7.212/10.

Para a resolução da assertiva, que cobra uma hipótese legal de incidência do IPI, faz-se suficiente a leitura do art. 5 do RIPI. Então, vejamos:

- A) **ERRADO.** Decorrência do art. 5, inciso II, do RIPI:

“Art. 5º Não se considera industrialização:

II - o preparo de refrigerantes, à base de extrato concentrado, por meio de máquinas, automáticas ou não, em restaurantes, bares e estabelecimentos similares, para venda direta a consumidor;”

Assim como não é considerado industrialização, não pode ser hipótese de incidência do IPI.



B) **ERRADO**. Decorrência do art. 5, inciso IV, do RIPI:

“Art. 5º Não se considera industrialização:

IV - a confecção de vestuário, por encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina ou na residência do confeccionador;”

C) **CORRETO**. Literalidade do art. 5, I, do RIPI:

“Art. 5º Não se considera industrialização:

I - o preparo de produtos alimentares, não acondicionados em embalagem de apresentação:

- a) na residência do preparador ou em restaurantes, bares, sorveterias, confeitarias, padarias, quitandas e semelhantes, desde que os produtos se destinem a venda direta a consumidor; ou
- b) em cozinhas industriais, quando destinados a venda direta a pessoas jurídicas e a outras entidades, para consumo de seus funcionários, empregados ou dirigentes”.

Notem que não se considera industrialização, portanto o preparo de produtos NÃO ACONDICIONADOS não é fato gerador que enseje IPI. Percebam, então, que, no caso da alternativa C, aqui em análise, há industrialização, logo, incidência do IPI, uma vez que menciona produtos ACONDICIONADOS. É o gabarito.

D) **ERRADO**. Decorrência do art. 5, inciso VI, do RIPI:

“Art. 5º Não se considera industrialização:

VI - a manipulação em farmácia, para venda direta a consumidor, de medicamentos officinais e magistrais, mediante receita médica;”

E) **ERRADO**. Decorrência do art. 5, inciso IX, do RIPI:

“Art. 5º Não se considera industrialização:

IX - a montagem de óculos, mediante receita médica;”

O gabarito é alternativa C.

Gabarito: C



121. A arrecadação com a CIDE-Combustíveis é uma importante fonte de custeio para pagamento de subsídios, auxílios e financiamento de projetos e programas de relevante interesse social.

A respeito dessa CIDE, assinale a afirmativa correta.

- A) O importador pessoa física de gasolina não é contribuinte dessa CIDE.
- B) A administração e a fiscalização dessa CIDE competem à autarquia federal Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
- C) As alíquotas dessa CIDE são *ad valorem*.
- D) Tal CIDE não incide sobre as receitas de exportação, para o exterior, de álcool etílico combustível.
- E) Decreto do Presidente da República poderá reduzir as alíquotas desta CIDE, mas não as restabelecer.

Trata-se de questão que versa sobre CIDE-Combustíveis à luz da Lei nº 10.336/2001.

Vejamos as alternativas:

- A) **ERRADO**. Aqui, vale a máxima que aprendemos ao estudar Direito Tributário: “se importou, então se lascar”. Vale dizer, portanto, que o importador PF é, sim, contribuinte da CIDE-Comb. Vejam o que diz o art. 2º:

“Art. 2º São contribuintes da Cide o produtor, o formulador e o importador, pessoa física ou jurídica, dos combustíveis líquidos relacionados no art. 3º.”

- B) **ERRADO**. Compete à Secretaria da Receita Federal - SRFB.

“Art. 13. A administração e a fiscalização da Cide compete à Secretaria da Receita Federal.”

- C) **ERRADO**. No caso em apreço, as alíquotas são, em verdade, específicas (*ad rem*).

“Art. 5º A Cide terá, na importação e na comercialização no mercado interno, as seguintes alíquotas específicas: (...)”

- D) **CORRETO**. Perfeito, pessoal. Podemos justificá-la por meio da Lei nº 10.336/2001 e pela CF/88. Vejamos:

Conforme à Lei nº 10.336/2001:

Art. 3º (...)

VI - álcool etílico combustível.

§2º A Cide não incidirá sobre as receitas de exportação, para o exterior, dos produtos relacionados no caput deste artigo.



Conforme à CF/88:

Art. 149. (...)

§2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo:

I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;

- E) **ERRADO.** Item que também estudamos em Direito Tributário, como exceção ao princípio da legalidade (reserva legal). Vejam o que diz o art. 9, §1º, da Lei nº 10.336/2001:

“Art. 9º (...)

§1º O Poder Executivo poderá, também, reduzir e restabelecer os limites de dedução referidos no art. 8º.”

O gabarito é, portanto, a alternativa D.

Gabarito: D

122. O Hospital Beneficente Alfa, portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), envia médicos, seus empregados, para realizarem curso de especialização no exterior, fornecendo-lhes cartão de crédito corporativo internacional para poderem custear gastos, em moeda estrangeira, com alimentação e estadia no exterior enquanto durar o curso.

Diante desse cenário e acerca da incidência de IOF sobre tais gastos realizados no exterior, assinale a afirmativa correta.

- A) Sendo a titular de tal cartão de crédito corporativo uma entidade imune, o IOF não deve incidir sobre tais gastos realizados no exterior mediante cartão de crédito corporativo internacional.
- B) Os gastos relacionados com treinamento de seus médicos no exterior não se relacionam com as finalidades essenciais de tal entidade, razão pela qual, embora imune, deve recolher como contribuinte o IOF incidente sobre essa operação.
- C) Por se tratar de hipótese de operação de crédito externo, o IOF não incide no caso.
- D) O IOF incide no caso, pois o contribuinte é a administradora do cartão de crédito, sendo a entidade imune aquela que meramente suporta o encargo financeiro do imposto na fatura do cartão de crédito.
- E) Por configurar imposto sobre a produção e a circulação, e não sobre patrimônio, renda ou serviços, o IOF não está abarcado pela imunidade tributária de impostos que beneficia tal entidade.

Trata-se de questão que versa sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), especificamente no que tange à Lei nº 5.143/1966.



A princípio, é salutar entendermos que a imunidade de entidades de assistência social decorre da Carta da República:

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”.

Então, não incide o IOF? Calma! Vejamos o entendimento do STF no Informativo nº 855:

“A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante, para a verificação da existência do beneplácito constitucional, a repercussão econômica do tributo envolvido”

Notem, então, que haverá a incidência do IOF, pois a administradora do cartão é o contribuinte de direito, ao passo que o hospital é o mero contribuinte de fato, entendimento consolidado na alternativa D, gabarito.

- A) **ERRADO.** Como vimos, sim, o IOF incide, já que o hospital é mero contribuinte de fato.
- B) **ERRADO.** A razão para recolher o IOF está equivocada.
- C) **ERRADO.** Incide, sim, o IOF.
- E) **ERRADO.** Não se trata da razão para incidir IOF.

O gabarito encontra-se na alternativa D.

Gabarito: D

COMÉRCIO INTERNACIONAL

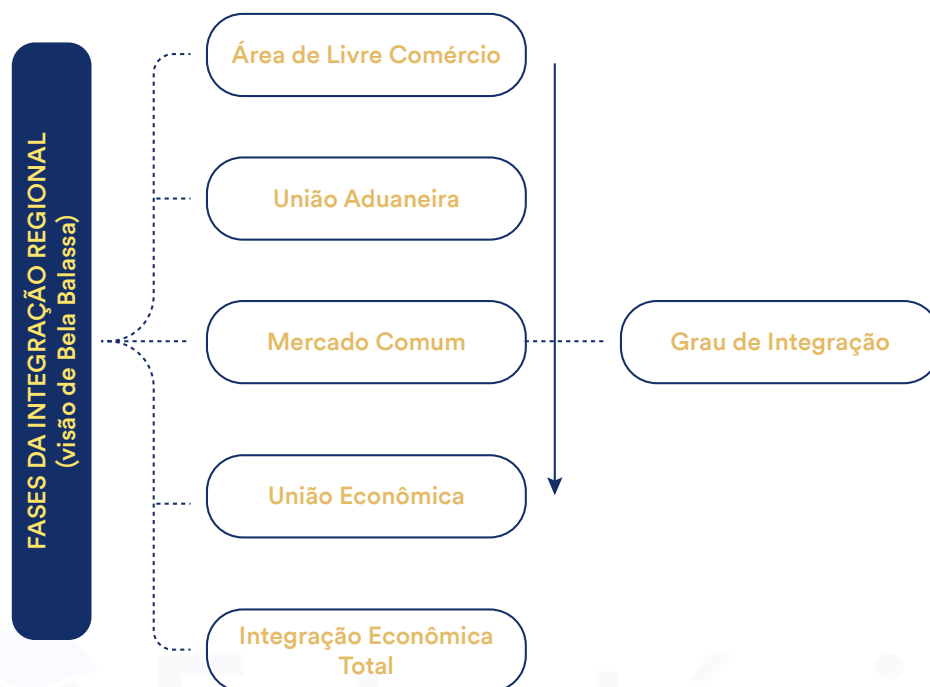
123. A área formada pelo território dos países membros na qual fica excluída a imposição de qualquer medida que constitua obstáculo ou restrição à liberdade de circulação interna de bens entre eles define

- A) Mercado Comum.
- B) Área de Livre Comércio.
- C) Comunidade Econômica.
- D) União Econômica e Financeira.
- E) Organismo Regional de Comércio.

Trata-se de questão que versa sobre o item 2.2 - Integração Comercial, assunto estudado em Comércio Internacional (COMEX).



Segundo Bela Balassa, os processos de integração regional distinguem-se em cinco estágios, que, ordenados em ordem crescente de integração, são os seguintes: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total.



Fonte: aula 02, pg. 04, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.

→ ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO

A Área de Livre Comércio é o primeiro dos estágios de integração, isto é, o estágio que apresenta o menor nível de integração. Sua característica principal é a livre circulação de mercadorias e serviços entre os países que a integram. No âmbito de uma área de livre comércio, não há direitos aduaneiros incidentes sobre a circulação de bens.⁴

→ UNIÃO ADUANEIRA

A União Aduaneira, por sua vez, caracteriza-se pela livre circulação de mercadorias e serviços entre seus integrantes e, ainda, pela harmonização da política comercial em relação a terceiros países. Assim, os países-membros desse bloco comercial estabeleceriam as mesmas regras alfandegárias em relação a terceiros não membros. Em outras palavras, as normas de comércio exterior seriam essencialmente as mesmas em todos os países, aplicando-se, inclusive, uma Tarifa Externa Comum (TEC). Com efeito, a TEC é considerada um instrumento que materializa a existência de uma política comercial comum em relação a terceiros países.⁵

⁴Fonte: aula 02, pg. 04, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.

⁵Fonte: aula 02, pg. 07, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.



→ MERCADO COMUM

O Mercado Comum é o estágio de integração que se caracteriza pela livre circulação de mercadorias e serviços, harmonização da política comercial em relação a terceiros países e, ainda, pela livre circulação dos fatores de produção. Percebam, caros amigos, que as características da união aduaneira estão presentes no mercado comum, somadas ainda a sua característica peculiar: livre circulação de fatores de produção.⁶

→ UNIÃO ECONÔMICA

A União Econômica é o quarto estágio de integração econômica, em que, além das características do mercado comum, há harmonização das políticas econômicas dos países do bloco. Quando dizemos que as políticas econômicas são harmonizadas, estamos nos referindo às políticas cambial, monetária e fiscal. Destaque-se que a literatura considera como fator essencial ao sucesso de uniões econômicas e mercados comuns a proximidade geográfica entre seus membros. Tal característica não é considerada, todavia, um diferencial importante para o sucesso de áreas de livre comércio e zonas de preferências tarifárias.⁷

→ INTEGRAÇÃO ECONÔMICA TOTAL

A Integração Econômica Total é o estágio de integração mais avançado, que se caracteriza pela unificação ou equalização das políticas econômicas de seus integrantes. Vejam, caros amigos, que, no caso da integração econômica total, não há uma simples harmonização das políticas econômicas, que são, ao contrário, conduzidas de forma unificada.⁸

Feita essa breve revisão, constatamos que o gabarito é, portanto, alternativa B. Por fim, segue-se um quadro com o resumo das características de cada estágio de integração:

Estágio de Integração	Características
Área de Livre Comércio	Livre circulação de mercadorias e serviços em relação ao substancial do comércio.
União Aduaneira	Livre circulação de mercadorias e serviços em relação ao substancial do comércio e política comercial comum em relação a terceiros países.
Mercado Comum	Livre circulação de mercadorias e serviços em relação ao substancial do comércio, política comercial comum em relação a terceiros países e livre circulação dos fatores de produção.
União Econômica	Harmonização das políticas econômicas.
Integração Econômica Total	Unificação das políticas econômicas.

Gabarito: B

⁶Fonte: aula 02, pg. 08, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.

⁷Fonte: aula 02, pg. 09, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.

⁸Fonte: aula 02, pg. 10, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.



124. O transporte multimodal pode ser entendido como

- A) o transporte realizado por dois ou mais meios de transporte distintos, podendo ser atribuída ao operador do transporte multimodal a responsabilidade pela unitização e desunitização da carga, mas não pela consolidação e desconsolidação.
- B) o transporte realizado por dois ou mais meios de transporte distintos, podendo ser atribuída ao operador do transporte multimodal a responsabilidade pela consolidação e desconsolidação da carga, mas não pela unitização e desunitização.
- C) o transporte realizado por dois ou mais meios de transporte distintos, podendo ser atribuída ao operador do transporte multimodal a responsabilidade pela unitização e desunitização da carga, e, também, pela consolidação e desconsolidação da carga.
- D) o transporte de mercadoria por qualquer modalidade de transporte, encerrando-se, por natureza, a responsabilidade do operador de transporte multimodal no momento da entrega da mercadoria no ponto de chegada ao ponto de destino.
- E) o transporte de mercadorias por duas ou mais modalidades diferentes de transporte, responsabilizando-se o operador de transporte multimodal apenas pela entrega da carga a cada responsável pelo veículo transportador de escolha do exportador.

Trata-se de questão que versa sobre Operadores Logísticos Internacionais, item 5.7 da ementa de Comércio Internacional (COMEX).

Consultemos a Lei nº 9.611/98, que dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas e dá outras providências, para a resolução da questão.

A) **ERRADO**. Pela consolidação e pela desconsolidação também.

“Art. 2º Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal.

Parágrafo único. O Transporte Multimodal de Cargas é:

I - nacional, quando os pontos de embarque e de destino estiverem situados no território nacional;

II - internacional, quando o ponto de embarque ou de destino estiver situado fora do território nacional.

Art. 3º O Transporte Multimodal de Cargas compreende, além do transporte em si, os serviços de coleta, unitização desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário, bem como a realização dos serviços correlatos que forem contratados entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação e desconsolidação documental de cargas.



Art. 4º O Ministério dos Transportes é o órgão responsável pela política de Transporte Multimodal de Cargas nos segmentos nacional e internacional, ressalvada a legislação vigente e os acordos, tratados e convenções internacionais.”

- B) **ERRADO**. Pela unitização e desunitização também. Vejam os dispositivos na alternativa A.
 - C) **CORRETO**. Perfeito. Ver dispositivos na alternativa A.
 - D) **ERRADO**. Vai até a entrega ao destinatário, em verdade. Consultem o art. 3º, reproduzido na alternativa A.
 - E) **ERRADO**. Mesmo erro da alternativa D. A responsabilidade é em função da entrega ao destinatário. Consultem o art. 3º, reproduzido na alternativa A.
- O gabarito, por tudo, é a alternativa C.

Gabarito: C

125. Controvérsias surgidas entre países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) ou entre particulares, no que diz respeito à interpretação ou à aplicação do tratado, serão resolvidas conforme dispõe o Protocolo de Olivos.

Em relação ao tema, é correto afirmar que

- A) as controvérsias surgidas entre particulares são resolvidas por um Tribunal Arbitral *ad hoc* criado especialmente para que nenhuma controvérsia deixe de ser solucionada em prazo razoável.
- B) os particulares podem submeter suas reclamações ao Tribunal Arbitral Permanente de Revisão, que as acolherá e deliberará pela maioria absoluta de seus membros no prazo de 60 dias.
- C) apenas as controvérsias surgidas entre Estados-Membros são solucionadas pelo Tribunal Arbitral *ad hoc* do Mercosul, não havendo, em absoluto, decisões sobre reclamações de particulares.
- D) as controvérsias entre Estados-Membros sobre a interpretação ou a aplicação do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto são sempre decididas pela unanimidade dos seus membros.
- E) as reclamações de particulares são analisadas pela Seção Nacional do Grupo Mercado Comum (GMC) e posteriormente encaminhadas ao Grupo de Especialistas designado pelo GMC, se consideradas procedentes.

Trata-se de questão que versa sobre o item 2.5 - Mercosul, da ementa de Comércio Internacional da prova de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB).

- A) **ERRADO**. Não necessariamente, pessoal. Em primeiro lugar, há a negociação direta. Não rolou, passa-se ao Tribunal Arbitral *ad hoc*. Também não deu, passa-se ao Tribunal Permanente de Revisão (TPR), que dará a palavra final.



- B) **ERRADO**. Não existe Tribunal Arbitral Permanente de Revisão. No caso, o Tribunal Arbitral *ad hoc* terá 60 dias, prorrogável por mais 30 dias, para decidir. Quanto à decisão do TPR, afirma-se que deve ser dada em 30 dias.
- C) **ERRADO**. Há, sim, decisões sobre reclamações de particulares.
- D) **ERRADO**. Não há que se falar em unanimidade, pessoal. O correto é a decisão da maioria. Vejamos o que diz o Decreto nº 4.982/04:

“Art. 25 Os laudos do Tribunal Arbitral Ad Hoc e os do Tribunal Permanente de Revisão serão adotados por maioria, serão fundamentados e assinados pelo Presidente e pelos demais árbitros. Os árbitros não poderão fundamentar votos em dissidência e deverão manter a confidencialidade da votação. As deliberações também serão confidenciais e assim permanecerão em todo o momento.”

- E) **CORRETO**. Perfeito, pessoal. Trata-se de decorrência do art. 40 do decreto nº 4.982/04:

“1. Os particulares afetados formalizarão as reclamações ante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado Parte onde tenham sua residência habitual ou a sede de seus negócios.

2. Os particulares deverão fornecer elementos que permitam determinar a veracidade da violação e a existência ou ameaça de um prejuízo, para que a reclamação seja admitida pela Seção Nacional e para que seja avaliada pelo Grupo Mercado Comum e pelo grupo de especialistas, se for convocado.”

O gabarito é, portanto, a alternativa E.

Gabarito: E

126. Partindo-se do entendimento de que a prática do *dumping* é danosa à economia do país importador de produtos estrangeiros, é correto afirmar que

- A) a discriminação de preços entre o mercado exportador e o mercado interno do país importador pode ser compensada com a proposta de acordo de preços encaminhada ao país importador.
- B) conforme dispõe o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), o *dumping* pode ser aceito por países que protegem o consumidor, visto constituir uma forma de estímulo à redução de preços no mercado interno.
- C) a prática do *dumping* é danosa, na medida em que os agentes de produção do país importador reduzem os preços de seus produtos com o fim de enfrentarem e anularem a concorrência externa.
- D) o caráter predatório do *dumping* se caracteriza, basicamente, pela eliminação da concorrência no país importador e o consequente domínio do mercado, seguido da elevação do preço dos produtos.
- E) a aplicação dos direitos *antidumping* é obrigatória, tendo em vista o objetivo de proteger o mercado produtor, e obedece a critérios econômicos de avaliação do dano causado à indústria nacional.



Trata-se de questão que versa sobre Práticas Desleais de Comércio, especificamente *dumping*.

- A) **ERRADO**. A prática de *dumping* não pode ser compensada, pessoal. Afinal é ilegal, justificando os meios *antidumping*.
- B) **ERRADO**. Não poder ser aceito, já que é ilegal. Além do mais, não há a redução de preços no mercado importador, pelo contrário. O exportador monopoliza o mercado interno e, depois, aumenta o preço para rentabilizar ainda mais, já que, agora, há inúmeras barreiras de entradas no mercado interno (monopólio).
- C) **ERRADO**. Se fosse assim, não haveria práticas *antidumping*. Bastaria anular a concorrência externa. O que acontece, pessoal, é que o exportador, não o importador, oferece preços no mercado interno a valores baixos, eliminando a concorrência interna e, conseqüentemente, monopolizando o mercado. Vejam que a alternativa inverteu o conceito.
- D) **CORRETO**. Trata-se do conceito de *dumping*.

Segundo a normativa da OMC, o *dumping* é uma prática desleal de comércio que consiste na venda de um produto para exportação por um preço inferior a seu valor normal. Em outras palavras, considera-se que existe *dumping* quando um produto é vendido no mercado internacional por um preço inferior ao praticado no mercado interno do país exportador.

Pode-se dizer também que o *dumping* fica caracterizado quando há uma discriminação de preços em mercados diferentes, ou seja, quando o preço cobrado pela empresa é diferente, a depender do mercado para o qual ela está vendendo. No mercado interno, ela vende por um preço; no mercado internacional, por um preço inferior. O *dumping* é, portanto, uma discriminação internacional de preços.⁹

- E) **ERRADO**. A aplicação de práticas *antidumping* é facultativa, não obrigatória.

O gabarito é a alternativa D.

Gabarito: D

127. O estabelecimento de cotas de importação pelos países, câmbios diferenciados por operação, tarifas aduaneiras protecionistas, tratamentos preferenciais a certos países em detrimento de outros e o tratamento tributário mais oneroso para produtos importados caracterizam

- A) barreiras ao comércio internacional admitidas pelo Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), uma vez que são consideradas mecanismos de defesa em períodos de crise econômica no país importador.
- B) barreiras ao comércio internacional, vedadas pelo GATT, por afrontarem o objetivo principal visado pelo acordo, qual seja, a liberdade nas transações comerciais, fundada na eliminação de obstáculos às trocas de mercadorias.

⁹Fonte: aula 04, pg. 10, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.



- C) medidas protecionistas, sempre admitidas pelo Acordo, nos casos em que certos países, diante da concorrência internacional danosa, optarem por adotar temporariamente essas medidas, em lugar dos direitos *antidumping*.
- D) mecanismos de proteção do mercado interno, permitidos pelo GATT, adotados como alternativas ao lento e custoso processo de apuração da prática do *dumping*, sobretudo por países em vias de desenvolvimento.
- E) mecanismos protecionistas adotados por certos países, em detrimento da apuração, obrigatória segundo determina o GATT/94, em processos de apuração da prática do *dumping* ou da concessão de subsídios.

Trata-se de questão que versa sobre o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio, item 2.3.3, da ementa de Comércio Internacional (COMEX), do edital de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB).

- A) **ERRADO**. Barreiras ao comércio internacional não são admitidas pelo GATT.
- B) **CORRETO**. Perfeito. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, as barreiras técnicas ao comércio são regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação da conformidade que, ao variarem de país para país, podem aumentar os custos associados ao comércio e reduzir os ganhos potenciais das transações comerciais entre importadores e exportadores.

Por meio do Acordo Sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), os membros da OMC comprometeram-se a assegurar que regulamentos técnicos não sejam preparados, adotados ou aplicados com vistas a criar barreiras desnecessárias ao comércio internacional. Assim, os governos devem realizar análise que pondere a necessidade da medida adotada para o cumprimento dos objetivos legítimos de política.

- C) **ERRADO**. Não se trata de medidas protecionistas, mas sim de barreiras ao comércio internacional. Vale lembrar que são admitidas pelo GATT medidas protecionistas em certas ocasiões, como, por exemplo, *dumping*.
- D) **ERRADO**. Realmente, o GATT admite medidas de proteção em casos de *dumping*. Acontece que o *caput* da questão se refere a barreiras ao livre comércio, o que é vedado pelo GATT.
- E) **ERRADO**. Novamente, não se tratam de medidas protecionistas. Ademais, não é obrigatório adotar tais medidas, é de reconhecimento e aplicação facultativos.

O gabarito encontra-se na alternativa B.

Gabarito: B



128. Reduzir procedimentos pouco eficientes nas operações de comércio exterior, estabelecer boas práticas governamentais, como a coordenação entre órgãos de governo, o uso de gerenciamento de riscos e o emprego de tecnologias e padrões internacionais, são objetivos do

- A) Acordo sobre Facilitação do Comércio.
- B) Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.
- C) Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.
- D) Protocolo de Ouro Preto, de 1994, sobre o Mercosul.
- E) Acordo sobre a Implementação do artigo VII do GATT.

Trata-se de questão que versa sobre Acordos Internacionais na disciplina de Comércio Internacional (Comércio Exterior - COMEX).

- A) **CORRETO.** Nosso gabarito. O *caput* da questão define muito bem o Acordo sobre Facilitação do Comércio (AFC). Vejamos:

*“O Acordo de Facilitação de Comércio prevê uma série de direitos e obrigações que se espera que possam resultar na **reforma de procedimentos aduaneiros** em todo o mundo, contemplando medidas para modernizar a administração aduaneira e **simplificar e agilizar os procedimentos** de comércio exterior, além de **possibilitar a cooperação entre os Membros na prevenção e combate a delitos aduaneiros**”¹⁰ [grifou-se].*

Pessoal, percebam que o próprio nome do acordo nos permite inferir a correção da alternativa A. Vejam que a passagem acima descreve perfeitamente o AFC.

No *caput* da questão, temos: “reduzir procedimentos pouco eficientes nas operações de comércio exterior (...)”, o que representa o seguinte trecho na passagem acima: “o Acordo de Facilitação de Comércio prevê (...) resultar na reforma de procedimentos aduaneiros em todo o mundo (...) simplificar e agilizar os procedimentos”.

Da mesma forma, temos no *caput* da questão: “(...) coordenação entre órgãos de governo, o uso de gerenciamento de riscos (...)”, que se refere ao seguinte trecho: “(...) possibilitar a cooperação entre os Membros na prevenção e combate a delitos aduaneiros (...)”.

¹⁰Fonte: aula 11, pg. 06, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos.



B) **ERRADO**. O acordo em apreço não possui relação com reduzir procedimentos pouco eficientes, melhorar a coordenação entre órgãos, gerenciar riscos, entre outros. Em verdade, o cunho principal desse acordo é: **“garantir que as normas, regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade** elaborados por países-membros da OMC **não se transformem em obstáculos desnecessários ao comércio**. Para isso, o Acordo apresenta regras a serem seguidas, as quais restringem-se à elaboração de normas, regulamentos técnicos que enunciam as características de produtos industriais e agrícolas, ou os processos e métodos de produção a eles relacionados”¹¹ [grifou-se].

C) **ERRADO**. Trata-se do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

O objetivo do GATT era: “combater as práticas protecionistas então existentes, as quais restringiam e distorciam as trocas internacionais. Nesse mister, o GATT estabeleceu medidas que visavam combater o protecionismo, seja no campo tarifário ou não-tarifário.”¹²

Notem que não há relação com as características do *caput* da questão.

D) **ERRADO**. Também não tem relação com o enunciado da questão. O Protocolo de Ouro Preto, basicamente, estabeleceu a estrutura institucional do Mercosul, conferindo-lhe personalidade jurídica de direito internacional. Assim, o Mercosul passou a representar, de fato, uma União Aduaneira, permitindo a adoção de uma tarifa externa comum e a livre circulação de mercadorias dos países membros.

E) **ERRADO**. O objetivo VII do GATT (AVA - Acordo de Valorização Aduaneira) é impedir a adoção de bases de cálculo arbitrárias e fictícias para o imposto de importação. Nessa esteira, o AVA busca “instaurar um sistema equitativo, uniforme e neutro para a valoração aduaneira de mercadorias. Com efeito, as normas de valoração aduaneira não podem ser utilizadas para práticas protecionistas. A valoração aduaneira não deve utilizar bases de cálculo arbitrárias e fictícias, devendo ser realizada sobre bases justas.”¹³

O gabarito encontra-se na alternativa A, portanto.

Gabarito: A

¹¹Acordo sobre Facilitação de Comércio. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/oea/arquivos-e-imagens/arquivos/AcordodeFacilitaodoComrciotraduzido.pdf>>. Acessado: 23/11/2023 às 18:40

¹²O que é o Acordo TBT? Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/faq/tbt.asp>>. Acessado: 23/11/2023 22:57

¹³Aula 01, pg. 32, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos
Aula 10, pg. 29, Comércio Internacional para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas, Ricardo Campanario, Celso Natale, Equipe Legislação Específica Estratégia Concursos



129. Entende-se como Balanço de Pagamentos

- A) o registro das contas relativas à balança comercial, à balança de serviços e às transferências unilaterais de determinado país em suas relações comerciais e financeiras.
- B) o registro do movimento de capitais, ou seja, de investimentos, de empréstimos e de recursos externos utilizados para fechar as contas públicas de um país.
- C) o total de remessas em moeda estrangeira para o atendimento de despesas de brasileiros que residem no exterior participando, por exemplo, de bolsas de estudos.
- D) o saldo, positivo ou negativo, das operações de comércio exterior de um país, ou seja, o saldo das importações e das exportações realizadas em um período de um ano.
- E) o registro das operações econômico-financeiras realizadas por um país com outros países, compreendendo as transações correntes e o movimento de capitais.

Trata-se de questão que versa sobre Balanço de Pagamentos.

- A) **CORRETO**. O Balanço de Pagamentos, de acordo com a estrutura do BPM6, é composto por contas, cada uma delas com funções específicas, ou seja, cada conta serve para registrar um evento diferente. Compreende a conta de bens e serviços (balança comercial e balança de serviços), conta de renda primária, conta de renda secundária, conta capital, conta financeira e erros e omissões.

Percebam que a questão não menciona renda primária, não menciona contas capital e financeira. Ela somente cita balança comercial, balança de serviços e renda secundária (transferências unilaterais). O item está incompleto e, portanto, errado. Todavia, a banca considerou, em recurso, que estar incompleto é diferente de estar errado, aceitando-a como correta e, por haver duas respostas, anulou a questão.

Particularmente, discordo. Para mim, o item está errado!

- B) **ERRADO**. Aqui, está incompleto. Apenas mencionou a Conta Financeira do BPM6. Balanço de Pagamentos é assim descrito:

$$BP = BC + BS + RP + RS + CC + CF + E/O$$

BC: Balança Comercial;

BS: Balança de Serviços;

RP: Renda Primária;

RS: Renda Secundária;

CC: Conta Capital;

CF: Conta Financeira;

E/O: Erros e Omissões.

- C) **ERRADO**. Novamente, como ocorreu na alternativa B, essa considerou apenas um componente do Balanço.
- D) **ERRADO**. Definiu o resultado da Balança Comercial (BC).



E) **CORRETO**. Exato. Vejam a outra forma de reescrever o BP:

$$BP = \text{transações correntes } (BC + BS + RP + RS) + \text{movimento de capitais } (CC + CF + E/O)$$

Por tudo isso, a questão foi anulada.

Gabarito: Anulada

130. Avalie se na entrega de determinada moeda específica de um país, como pagamento de uma importação ou de uma exportação, que configura um negócio jurídico bilateral envolvendo operações de compra e venda no mercado internacional, ocorre a incidência de:

- I. IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Imobiliários.
- II. IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.
- III. ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Interestaduais e Intermunicipais.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Operação de Câmbio, pessoal, certamente IOF. A operação descrita no enunciado não constitui fato gerador do IPI e muito menos do ICMS, de competência estadual.

A baliza legal encontra-se no Decreto nº 2.219/97:

Art. 11. O fato gerador do IOF é a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou de documento que a represente, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição por este (Lei nº 5.172/66, art. 63, inciso II).

O gabarito é a alternativa A.

Gabarito: A



LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

131. As atividades exercidas pelas alfândegas e pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, no que se refere ao controle e à fiscalização das operações típicas de comércio exterior, têm precedência sobre as atividades desenvolvidas pelas demais autoridades do país,

- A) exceto nos casos de apreensão, em flagrante, de mercadoria pela Polícia Federal.
- B) excetuadas as autoridades de saúde, nos casos de produtos químicos e alimentícios.
- C) nos limites estabelecidos pelo Ministro da Fazenda, conforme dispõe a Constituição.
- D) nos termos e nos limites estabelecidos por lei ordinária ou por Medida Provisória.
- E) sempre que se manifestarem interesses conflitantes sobre fatos de natureza fiscal.

Trata-se de questão que versa sobre o item 5. Controle Aduaneiro de Mercadorias, estudado em Legislação Aduaneira.

A competência dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil relativa à precedência do controle e da fiscalização de operações típicas de COMEX (Comércio Exterior) sobre as atividades desenvolvidas pelas demais autoridades do país é em decorrência da própria Carta Magna.

Vejamos o que diz o art. 37, inciso XVIII, da CF/88:

“Art. 37. (...)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;”

A interpretação do examinador foi exatamente no termo “na forma da lei”, dando a entender que não há qualquer limitação, tão somente uma regulação. Muitos candidatos assinalaram a alternativa D porque diz “nos termos e nos limites estabelecidos por lei ordinária ou por Medida Provisória”.

“Na forma da lei” não é o mesmo que “nos termos e limites...”. No primeiro termo, não há limitação, no segundo, sim. Intentaram recursos, porém não foram aceitos.

Dessa forma, todas as alternativas, com exceção da alternativa E, estão erradas, uma vez que traduzem limitações a essa competência tributária. Ademais, conflitos de natureza fiscal/tributária irão demandar, sempre, a competência da Administração Fazendária.

O gabarito é, portanto, a alternativa E.

Gabarito: E



132. Por definição, o fato gerador do Imposto de Importação é a entrada do produto importado no território aduaneiro. Para fins de cálculo do imposto, porém, a lei considera ocorrido o fato gerador

- A) na data do registro da Declaração de Importação da mercadoria no Siscomex.
- B) no momento da efetiva descarga da mercadoria no ponto de chegada ao país.
- C) no momento em que se comprova o extravio de mercadoria importada.
- D) na data do licenciamento, no Siscomex, com vistas à liberação da mercadoria.
- E) na data do desembaraço aduaneiro de mercadoria despachada para consumo.

Trata-se de questão que versa sobre o Imposto de Importação (II).

A questão solicita-nos quando, para fins de cálculo do II, é considerado ocorrido o fato gerador.

Para a resolução da questão, é suficiente a leitura do Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 6.759/09), especificamente o art. 73. Vejamos:

- A) **CORRETO**. Perfeito, nos termos do inciso I do art. 73 do Regulamento Aduaneiro:

“Art. 73. Para efeito de cálculo do imposto, considera-se ocorrido o fato gerador:

I - na data do registro da declaração de importação de mercadoria submetida a despacho para consumo”

Alternativas B, C, D e E não trazem disposições do art. 73, portanto estão incorretas. Atenção especial à alternativa E, que fala em desembaraço aduaneiro. Na verdade, o examinador quis confundir o candidato com o fato gerador do IPI na importação.

O gabarito é, por conseguinte, a alternativa A.

Gabarito: A

133. Segundo a Constituição da República de 1988 e a legislação aduaneira, considera(m)-se contribuinte(s) do Imposto de Importação

- A) toda pessoa física ou jurídica, ainda que ingresse irregularmente com mercadoria estrangeira no país.
- B) toda pessoa, física ou jurídica, que ingresse no país com mercadoria ou produto sujeito a tributos.
- C) o importador de mercadoria estrangeira e o viajante, este em relação aos bens conduzidos na bagagem.
- D) o importador e, nas importações por via postal, a empresa de correios, caso o destinatário se recuse a receber a mercadoria.
- E) todos os brasileiros, incluindo aqueles que introduzam mercadoria, clandestinamente, no país.



Trata-se de questão que versa sobre Imposto de Importação.

O examinador cobrou a literalidade do art. 104 do Regulamento Aduaneiro (Decreto nº 6.759/09). Vamos às assertivas:

A) **ERRADO**. Pessoal, não é a literalidade da Constituição Federal nem a do Regulamento Aduaneiro. Lembrem que “ingresso irregular” é genérico. Se for mera formalidade, os Auditores Fiscais podem exigir a regularidade e, por consequência, cobrar o Imposto de Importação. Mas, dependendo do teor da irregularidade, não haverá o imposto, podendo o sujeito até ser preso.

O item “poderia” ser a resposta? Na minha visão, “poder, até pode”. Mas, como a cobrança é em cima de consequência lógica de literalidade, não há como barganhar.

B) **CORRETO**. Perfeito, pessoal. Trata-se de decorrência lógica do art. 104, inciso I, do Regulamento Aduaneiro:

“Art. 104. É contribuinte do imposto:

I - o importador, assim considerada qualquer pessoa que promova a entrada de mercadoria estrangeira no território aduaneiro;”

C) **ERRADO**. Pessoal, tal item não decorre de nenhuma literalidade. Quer dizer, então, que o viajante com bens na bagagem vai pagar o II? Vejam que há muita generalidade. Os bens na mala podem ter sido comprados em anos anteriores, com nota fiscal e tudo, inclusive já ter incidido o II quando da compra. Alternativa descabida.

D) **ERRADO**. Sem coerência, pessoal. O contribuinte é o destinatário da importação via remessa postal. Então, vejamos:

Art. 104. (...)

II - o destinatário de remessa postal internacional indicado pelo respectivo remetente;

E) **ERRADO**. Volta ao que discutimos na alternativa A. Essa irregularidade, por exemplo, é um exemplo de caso insanável a ensejar o imposto de importação.

O gabarito é, portanto, a alternativa B.

Gabarito: B



134. Nos termos da legislação em vigor e de decisões judiciais de Tribunais Superiores, a Taxa de Utilização do Siscomex incide

- A) no momento em que é emitida a Fatura Comercial, documento que comprova a venda.
- B) no momento em que a Declaração de Importação é registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior.
- C) na atracação do navio e é calculada sobre o valor constante do Conhecimento de Carga.
- D) no momento em que a mercadoria chega ao porto, aeroporto ou ponto de fronteira.
- E) apenas nos casos em que a mercadoria importada é transportada por via marítima.

Trata-se de questão que versa especificamente sobre o item 3.6. Taxa de Utilização do Siscomex, da ementa da disciplina de Legislação Aduaneira.

A leitura do art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 680/06 é suficiente:

“Art. 13. A taxa de utilização do Siscomex será devida no ato do registro da DI ou da Duimp à razão de: (...)”

Dessa forma, nota-se que a TUS (Taxa de Utilização do Siscomex) é devida no momento do registro da Declaração de Importação (DI) no Siscomex.

Endossando isso, o art. 3, §1º, da Lei nº 9.716/98 também pontua da mesma forma:

“Art. 3 Fica instituída a Taxa de Utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, administrada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§1º A taxa a que se refere este artigo será devida no Registro da Declaração de Importação, à razão de: (...)”

Faz sentido, pessoal? É claro. Vai incidir justamente no momento em que eu utilizo o Siscomex, registrando a DI. Taxa é contraprestacional, lembrem-se disso.

O gabarito é, portanto, a alternativa B.

Gabarito: B



135. Os Regimes Aduaneiros Especiais se caracterizam

- A) pela suspensão do Imposto de Importação, do IPI, do ICMS, do PIS-Importação e da Cofins-Importação.
- B) pela dispensa total e definitiva de todos os tributos devidos, seja na importação, seja na exportação.
- C) em regra, pela suspensão dos tributos, pelo prazo previsto em lei e pela finalidade econômica do bem.
- D) pela suspensão de tributos, que se converte em isenção após cumpridas as condições previstas em lei.
- E) pela isenção total dos tributos federais, estaduais e municipais, conforme convênio CONFAZ.

Trata-se de questão que versa especificamente sobre o item 4. Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais, da ementa de Legislação Aduaneira.

Façamos uma breve revisão.

Quando uma mercadoria é importada ou exportada, a regra geral é que deverá ocorrer a incidência tributária e serem cobrados todos os tributos devidos. No entanto, em algumas situações especiais, por razões de ordem política, econômica, logística ou mesmo de simples facilitação do comércio, a regra pode ser excepcionada, permitindo que as mercadorias sejam submetidas a regimes aduaneiros diversos do comum.

Nesses casos, quando não se aplica às mercadorias importadas ou exportadas o regime comum de importação ou exportação, dizemos que as mercadorias são submetidas a regimes aduaneiros especiais. Com efeito, quando uma mercadoria entra no país, ela pode se submeter a três tipos de regimes aduaneiros: o regime comum, regimes aduaneiros especiais ou regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais.

As mercadorias submetidas a regimes aduaneiros especiais na importação, por sua vez, entram no país com a exigibilidade do crédito tributário suspensa. Há, ainda, uma situação em que a mercadoria entra com isenção tributária: o regime aduaneiro de *drawback* na modalidade isenção. Os regimes aduaneiros especiais representam, portanto, uma exceção à regra geral do recolhimento tributário. Destaque-se que a suspensão ou isenção do crédito tributário ocorrerá devido a características especiais da operação que está sendo realizada.

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. O examinador especificou os tributos. Nem sempre todos os citados entram nas regras do regime aduaneiro especial. Outro ponto que invalida a questão é citar o ICMS, de competência estadual.
- B) **ERRADO**. Especificou todos os tributos. Novamente, complicada essa afirmativa genérica, não é, pessoal? Ademais, o termo correto é suspensão, não dispensa total e definitiva. Vale lembrar que nem sempre a suspensão é convertida em isenção.
- C) **CORRETO**. Exatamente, pessoal. A suspensão pode se tornar isenção, a depender da situação.
- D) **ERRADO**. Nem sempre a suspensão será convertida em isenção.
- E) **ERRADO**. O examinador foi no mesmo sentido da alternativa B. Ademais, pode ocorrer a suspensão. A isenção não é uma garantia de um regime aduaneiro especial.

O gabarito é, portanto, a alternativa C.

Gabarito: C



136. Em relação às características que distinguem os regimes aduaneiros especiais dos regimes aduaneiros aplicados em áreas específicas, é correto afirmar que

- A) no primeiro caso, são dispensados todos os tributos federais e estaduais, enquanto no segundo, apenas os federais.
- B) os primeiros são direcionados a produtos importados, enquanto os segundos beneficiam apenas pessoas jurídicas.
- C) os benefícios no primeiro caso são direcionados a mercadorias; no segundo, dirigem-se a cidades ou áreas delimitadas por lei.
- D) os regimes aduaneiros especiais são espécies de incentivos fiscais, enquanto os aplicados em áreas específicas são apenas benefícios fiscais.
- E) os primeiros gozam apenas de incentivos federais, enquanto os segundos buscam melhorar as condições de vida dos povos.

Trata-se de questão que versa sobre Regimes Aduaneiros Especiais e em Áreas Específicas, estudados na disciplina de Legislação Aduaneira.

Façamos uma breve revisão, conforme a aula 04, págs. 3 e 4, de Legislação Aduaneira para AFRFB, (Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas):

Quando uma mercadoria entra no país, ela pode se submeter a três tipos de regimes aduaneiros: o regime comum, regimes aduaneiros especiais ou regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais.

As mercadorias submetidas ao regime comum de importação são aquelas que entram a título definitivo no país, ou seja, são nacionalizadas. É o caso, por exemplo, de automóveis importados por uma empresa que irá revendê-los no país. Nesse tipo de importação, haverá recolhimento tributário integral, sendo as mercadorias despachadas para consumo.

As mercadorias submetidas a regimes aduaneiros especiais na importação, por sua vez, entram no país com a exigibilidade do crédito tributário suspensa. Há, ainda, uma situação em que a mercadoria entra com isenção tributária: o regime aduaneiro de *drawback* na modalidade isenção.

Os regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais são aqueles que existem em áreas específicas do território nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Como exemplos de regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais, citamos a Zona Franca de Manaus, as Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) e as Áreas de Livre Comércio.



Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. Nada a ver, pessoal. O termo correto não é dispensa, mas sim suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, em alguns casos, isenção (*drawback*, por exemplo). Também não é garantia de aplicação em todos os tributos federais e, mais grave ainda, é falar em todos os tributos estaduais. Por fim, o final da assertiva também está equivocado, pois o regime aduaneiro aplicado em áreas específicas não garante a isenção de todos os tributos federais, tudo depende da situação.
- B) **ERRADO**. Novamente, pessoal, nada a ver. Ambos os regimes podem envolver importação e exportação. Também é errado dizer que o regime aduaneiro aplicável em áreas específicas privilegia apenas pessoas jurídicas.
- C) **CORRETO**. Em meu entendimento, item perfeito. É exatamente isso aí. O primeiro regime está relacionado a mercadorias e operações específicas, independentemente de onde a empresa estiver localizada, enquanto o segundo está vinculado a áreas geográficas delimitadas, onde as empresas podem usufruir de vantagens aduaneiras e fiscais dentro dessas regiões.

O mais curioso é que a banca anulou a questão e não argumentou o porquê. Nesse caso, discordo da anulação.

- D) **ERRADO**. É possível que a banca tenha tido a intenção de inverter as características. De qualquer modo, está errado dizer que os regimes aplicados em áreas específicas são apenas benefícios fiscais.
- E) **ERRADO**. Sem qualquer correlação com as características dos regimes revisados e explicados acima.

A questão foi "ANULADA".

Gabarito: Anulada

137. É devido o Imposto de Importação sobre a entrada de mercadoria estrangeira no território nacional na seguinte hipótese:

- A) retorno ao país de mercadoria devolvida por defeito técnico, para fins de reparo ou substituição.
- B) produto exportado que retorna ao país por erro comprovado de expedição, acompanhado da documentação correspondente.
- C) qualquer bem exportado em caráter definitivo que retorna ao país por motivo de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- D) mercadoria estrangeira em regime de trânsito aduaneiro via terrestre para o Paraguai extraviada durante o transporte.
- E) bens declarados como amostra comercial, sem valor considerável, conduzidos por viajante que regressa ao país.

Trata-se de questão que versa sobre o Imposto de Importação (II).



O enunciado solicita a alternativa que identifica fato gerador a ensejar o II quando da entrada de mercadoria estrangeira no país.

Para a resolução da questão, devemos levar em consideração os ditames do Regulamento Aduaneiro (decreto nº 6.759/09). Sendo assim, vejamos as alternativas:

- A) **ERRADO**. Mercadoria devolvida por motivo de defeito técnico não é considerada estrangeira para fins de II. É a literalidade do art. 70, inciso II, do Regulamento:

“Art. 70. Considera-se estrangeira, para fins de incidência do imposto, a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País, salvo se:

II - devolvida por motivo de defeito técnico, para reparo ou para substituição”.

- B) **ERRADO**. Não incide, pessoal. Vejamos o que diz o inciso I do art. 71 do Regulamento Aduaneiro:

“Art. 71. O imposto não incide sobre:

I - mercadoria estrangeira que, corretamente descrita nos documentos de transporte, chegar ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição, e que for redestinada ou devolvida para o exterior”.

- C) **ERRADO**. O retorno por motivo de guerra ou de calamidade pública não considera a mercadoria como estrangeira para fins de II. Vejamos o art. 70, inciso IV, do Regulamento:

“Art. 70. Considera-se estrangeira, para fins de incidência do imposto, a mercadoria nacional ou nacionalizada exportada, que retorne ao País, salvo se:

IV - por motivo de guerra ou de calamidade pública”.

- D) **CORRETO**. Assertiva perfeita, nos termos do art. 72, §1º, do Regulamento Aduaneiro:

“Art. 72. O fato gerador do imposto de importação é a entrada de mercadoria estrangeira no território aduaneiro:

§1º Para efeito de ocorrência do fato gerador, considera-se entrada no território aduaneiro a mercadoria que conste como importada e cujo extravio tenha sido verificado pela autoridade aduaneira.”

- E) **ERRADO**. Em verdade, amostras sem valor comercial podem ser isentas. Vejamos o art. 136, inciso II, alínea “b”, do Regulamento:

“Art. 136. São concedidas isenções ou reduções do imposto de importação:

II - aos casos de:

b) amostras e remessas postais internacionais, sem valor comercial”.



O gabarito é, portanto, a alternativa D.

Gabarito: D

138. O regime aduaneiro especial do REPEX consiste na

- A) autorização para importação de petróleo bruto, gasolina e óleo diesel, com o fim de se manter no país estoque estratégico desses bens.
- B) autorização para importação de petróleo bruto, pela Petrobras, com vistas a manter estoque estratégico desses produtos.
- C) importação de petróleo bruto e gás natural, com o fim de atender eventual necessidade no país dos referidos hidrocarbonetos.
- D) importação de petróleo, basicamente para fornecimento a mercados estrangeiros, em regra, para países limítrofes.
- E) importação em períodos de crise energética, não podendo, em hipótese alguma, ser exportado a outros países.

Trata-se de questão que versa sobre o item 4 - Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais, especificamente sobre o Regime Aduaneiro Especial de Importação de Petróleo Bruto e seus Derivados (REPEX) da ementa de Legislação Aduaneira.

Façamos uma breve revisão.

Segundo o art. 463 do R/A, o regime aduaneiro especial de importação de petróleo bruto e seus derivados (REPEX) é o que permite a importação desses produtos, com suspensão do pagamento dos impostos federais, da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, para posterior exportação, no mesmo estado em que foram importados.

O REPEX somente será concedido à empresa previamente habilitada pela Receita Federal do Brasil e que possua autorização da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para exercer as atividades de importação e de exportação dos produtos a serem admitidos no regime. Destaque-se que a RFB especificará os produtos que podem ser admitidos no REPEX.

Por meio do REPEX, uma empresa poderá importar petróleo bruto e seus derivados com suspensão de tributos. No entanto, em troca, a empresa exporta petróleo bruto ou derivados no mesmo estado em que foram importados. O objetivo do REPEX é garantir o fluxo de estoques de petróleo bruto e derivados, uma vez que permite que uma empresa habilitada realize uma importação desonerada de tributos e, em seguida, proceda à venda no mercado interno, desde que realize posteriormente uma exportação equivalente.

O prazo de vigência do REPEX é de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período, com termo inicial na data do desembaraço aduaneiro de admissão de mercadorias.



Dentro do prazo de vigência do regime, deverão ser adotadas as seguintes medidas com vistas a extinguí-lo:

- a) exportação do produto importado; ou
- b) exportação de produto nacional, em substituição ao importado, em igual quantidade e idêntica classificação fiscal. A exportação dos produtos admitidos no regime será efetuada em moeda nacional ou estrangeira de livre conversibilidade.

Na hipótese de descumprimento do prazo de vigência do regime, os tributos suspensos serão exigíveis, assim como os acréscimos legais e penalidades cabíveis. Destaque-se que o controle aduaneiro de entrada e saída do País de produto admitido no regime será efetuado mediante processo informatizado.

Fonte: aula 05, pg. 62, Legislação Aduaneira para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas.

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. O REPEX é voltado ao petróleo bruto e seus derivados. Ademais, a finalidade não é manter estoque no país, até porque, como vimos, o produto deve ser exportado posteriormente, caso contrário, incidirão os tributos que foram suspensos.
 - B) **ERRADO**. Não é somente pela Petrobrás, mas qualquer empresa habilitada. Também é incorreto afirmar que é para manter estoques, como vimos na alternativa A.
 - C) **ERRADO**. O REPEX é voltado para petróleo bruto e seus derivados. Além disso, não há o fito de atender eventual necessidade de países dos referidos hidrocarbonetos.
 - D) **CORRETO**. Perfeito, é isso aí mesmo. A importação vem com a suspensão do crédito. Posteriormente, é necessária a exportação, caso contrário, perde-se o benefício.
 - E) **ERRADO**. O destino final é a exportação. Também não há relação com importação em períodos de crise. Não há vínculo com manter estoques, nem pode, em verdade.
- O gabarito é, portanto, a alternativa D.

Gabarito: D

139. Uma filial de sociedade empresária estrangeira estabelecida no Brasil pretende importar máquinas e equipamentos com o objetivo de participar, em consórcio com sociedade empresária brasileira, de obras de infraestrutura no país. Tais bens deverão retornar ao exterior após a realização dos trabalhos.

Nesse caso, trata-se de importação sob o regime aduaneiro

- A) geral de importação, pois equivale ao despacho para consumo.
- B) especial de admissão temporária para aperfeiçoamento ativo.
- C) especial de admissão temporária para aperfeiçoamento passivo.
- D) geral de importação, já que os bens prestarão serviços no país.
- E) especial de admissão temporária para utilização econômica.



Trata-se de questão que versa especificamente sobre o item 4 - Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais da ementa de Legislação Aduaneira.

O art. 353 do R/A define o regime de admissão temporária como sendo o regime aduaneiro especial que permite a importação de bens que devam permanecer no País durante prazo fixado, com suspensão total do pagamento de tributos ou com suspensão parcial, no caso de utilização econômica.

Um detalhe importante que precisamos perceber a partir da leitura da definição de admissão temporária é que a suspensão de tributos pode ser total ou parcial. No caso de bens importados temporariamente para participar de uma competição esportiva, de uma exposição ou de um *show*, a suspensão de tributos será total.

Entretanto, quando os bens admitidos temporariamente forem destinados à utilização econômica, a suspensão será parcial. Seria o caso, por exemplo, da admissão temporária de máquinas que ingressam no País para serem utilizadas na prestação de um serviço de construção civil.

Analisando a questão, nota-se que a importação de máquinas e equipamentos é destinada a obras de infraestrutura no país, ou seja, há o fito de utilização econômica, portanto a suspensão será parcial. Inclusive foi o exemplo que vimos acima, com base em recorte de nosso PDF.

Fonte: aula 04, pg. 29, Legislação Aduaneira para AFRFB, Equipe Comércio Exterior e Legislação Aduaneira, Felipe Luccas.

O gabarito é, portanto, a alternativa E.

Gabarito: E

140. Os recintos aduaneiros são os locais onde se depositam mercadorias importadas ou destinadas ao exterior, localizados na zona secundária do território aduaneiro, como, por exemplo, os entrepostos aduaneiros. Eles operam

- A) como qualquer armazém, depósito ou entreposto de zona primária e, tendo em vista a jurisdição natural e legal dos serviços aduaneiros, suas operações encontram-se sob o controle do órgão local de entrada da mercadoria.
- B) sob o controle aduaneiro da repartição da jurisdição onde se encontram e, sob os aspectos jurídico e tributário, caracterizam-se como uma extensão da zona primária, tendo em vista as obrigações legais a que se sujeitam.
- C) nos mesmos moldes que um armazém de zona primária localizado em portos, aeroportos ou pontos de fronteira, e estão sob o controle da repartição de zona primária de entrada ou pela qual deverá sair a mercadoria a ser exportada.
- D) sob a responsabilidade do beneficiário do regime, que providenciará a emissão da Declaração de Importação ou de Exportação, quando solicitada pela alfândega da jurisdição, obrigando-se, ainda, ao pagamento dos tributos, se devidos.



- E) sob o aspecto jurídico, como recintos aduaneiros de zona secundária, em razão da natureza da sua finalidade, podendo ainda ser utilizados como depósitos públicos de mercadoria importada ou de mercadoria destinada à exportação.

Trata-se de questão que versa sobre Legislação Aduaneira no Decreto nº 6.759/09, especificamente Recintos Alfandegados.

Vamos às alternativas:

- A) **ERRADO**. O trecho “como qualquer armazém, depósito ou entreposto de zona primária e, tendo em vista a jurisdição natural e legal dos serviços aduaneiros (...)” está correto. No entanto, o erro está na passagem que diz que o jurisdicionante é o local da entrada da mercadoria. Em verdade, esse controlador é a unidade mais próxima, ou seja, onde se encontra o entreposto.
- B) **CORRETO**. Os entrepostos aduaneiros operam sob o controle aduaneiro da unidade jurisdicionante mais próxima, vale dizer, de onde se encontram. Não é, portanto, no local de entrada ou chegada da mercadoria. Ademais, a doutrina entende que os entrepostos aduaneiros são extensões das zonas primárias, tendo em vista que o regime jurídico que regula as mercadorias no interior das dessas zonas é o mesmo do que regula as do entrepostos aduaneiros.
- C) **ERRADO**. Estão sob controle da unidade aduaneira mais próxima, onde se encontram.
- D) **ERRADO**. Os entrepostos aduaneiros não estão sob controle do beneficiário do regime. Em verdade, como vimos, estão sob controle da repartição da jurisdição em que se encontram.
- E) **ERRADO**. O erro está em afirmar que pode servir de depósito público de mercadoria importada ou destinada à exportação, pois a armazenagem é temporária até o despacho aduaneiro acontecer.

Portanto, o gabarito é a alternativa B.

Gabarito: B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.